

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

**Os EUA e a guerra como instituição:
o caso do Irã**

Maria Inez F. Arantes

Florianópolis, Julho de 2004

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

**Os EUA e a guerra como instituição:
o caso do Irã**

Maria Inez F. Arantes

Dissertação apresentada para
a obtenção do título de
mestre em Sociologia Política,
sob a orientação do Prof. Dr.
Ricardo Silva.

Florianópolis, Julho de 2004

Agradecimentos

Aos meus pais, Helena e Abelardo,

Ao meu tio, Marco Antonio,

Aos meus irmãos, Hécio, Afonso, Beatriz e Isabel,

A CAPES,

E, em especial, ao Professor Ricardo Silva.

“Deus Vult”

Lema dos Cruzados

RESUMO

A política expansionista dos EUA impera quase sem impedimentos quando seus estadistas atingem a coesão interna entre a economia nacional e a política externa. A adesão mundial às normas de comportamento ditadas pelas instituições internacionais de segurança, antiproliferação armamentista e assemelhadas permite, a essa quase-ausência de impedimentos, a aparência de um movimento multilateral. Através desse suposto consenso global, o governo norte-americano consegue impor sua agenda política aos demais países, sem maiores contestações. Assim, a repressão de inimigos dos EUA dá-se por um esforço comum, e em nome do bem coletivo, enquanto o consenso mundial remove o aspecto imperialista da política externa assim constituída e coonestada. Instituições internacionais, como as Nações Unidas e a Agência Internacional de Energia Atômica, servem a valores representados principalmente pelos EUA, mas uma desobediência a essas organizações é interpretada como uma rejeição ao sistema de segurança e estabilidade mundial. Assim, fica implicitamente autorizado o uso da força contra a soberania do infrator em alegada defesa da democracia e da paz. No momento em que países estrategicamente relevantes, como o Irã, tendo aderido às instituições, desviam-se das regras impostas, expõe-se a um risco ilimitado. De outro lado, quando o expansionismo norte-americano deixa de submeter-se a qualquer limite, não apenas a sua ideologia política se fragmenta como também ocorre o abandono mundial dessa fonte de domínio. Esta dissertação visa analisar as instituições internacionais que apóiam a ideologia expansionista dos EUA e a rejeição sistemática do Irã às imposições norte-americanas.

ABSTRACT

The politics of US expansionism is successful whenever there is a domestic cohesion between its foreign policy and national economy. Global compliance to institutional behavioral norms creates the appearance of a multilateral world. Through this supposed consensus, the North-American government is able to impose its political agenda on the international community with relatively little protest. Political repression of US enemies is thus easily represented as a world-wide effort, on behalf of democracy and peace, removing any hegemonic associations from such actions. International institutions, including the United Nations and the International Agency of Atomic Energy, abide by the US political value system. A country's disobedience to these institutions is interpreted as a rejection of the entire international system of security and stability. In order to protect democracy and world peace, these institutions permit the use of force against a nation's sovereignty. Nations, like Iran, place themselves at political risk whenever they deviate from institutional norms and demands. However, US government interests are also potentially at stake. A lack of prudence and restraint on North-American expansionist policy endangers its dominance over world politics, causing both its ideological fragmentation and the global abandonment of US leadership. This dissertation analyzes two aspects of International Relations: the international institutions which promote US expansionism, and the systematic rejection of such a world order by one of the US's modern enemies, Iran.

RESUMO.....	5
--------------------	----------

INTRODUÇÃO.....	9
------------------------	----------

1. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	12
--	-----------

1.1 O campo de estudo	12
1.2 A Paz Kantiana.....	13
1.3 As instituições internacionais	16
1.4 Morgenthau e o realismo político	17
1.5 Alianças interestatais e o controle do comportamento político	20
1.6 A dissuasão	22
1.7 O retorno da paz democrática	23
1.8 As leis internacionais consuetudinárias.....	24
1.9 A superioridade ideológica dos estados racionais.....	27
1.10 O Islã e a alegada incompatibilidade com a democracia.....	29

2. A FORMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA	33
--	-----------

2.1 Os interesses políticos e a economia nacional.....	33
2.2 O Destino Manifesto e a expansão política dos EUA	34
2.3 A Doutrina Monroe	35
2.4 O realismo de Roosevelt contra o idealismo de Wilson.....	36
2.5 A Doutrina Truman	40
2.6 A Trilateral Commission	42
2.7 Os métodos de deterrence e containment	43
2.8 O Presidente da Guerra: as dificuldades na institucionalização da segurança	45
2.9 A Doutrina Bush	50
2.10 O unilateralismo agressivo.....	51
2.11 O ataque ao Afeganistão	52
2.12 A invasão do Iraque.....	56
2.13 A reconstrução do Iraque.....	58
2.14 A Corte Internacional	60
2.15 A exportação da democracia ao Oriente Médio.....	62
2.16 A redução de seu domínio	64

3. A HIERARQUIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL	66
--	-----------

3.1 O Tratado de Não-Proliferação	66
3.2 A desobediência ao espírito da antiproliferação	69
3.3 O seu controle diferenciado	74
3.5 O controle unilateral.....	80

4. A HISTÓRIA MODERNA DO IRÃ	81
4.2 O início do século XX e o domínio estrangeiro no Irã.....	82
4.3 Interesses petrolíferos e a remoção do Xá Khan.....	85
4.4 O Xá Pahlavi e a contínua dominação estrangeira.....	87
4.5 Mossadeq e a expulsão dos estrangeiros	90
4.6 O Xá sob o controle dos EUA.....	93
4.7 O martírio do Califa Hussain e os rituais de Muharram.....	96
4.8 A formulação do Islã político	98
4.9 O início do maior movimento anti-Xá	100
4.10 A queda do Xá.....	102
4.11 A República Islâmica	103
4.12 A Separação dos poderes.....	106
4.13 Os EUA também moldam um novo Irã.....	109
4.14 O risco da difusão da Revolução Islâmica.....	112
4.15 O fracionamento interno	113
4.16 A Guerra Irã - Iraque	113
4.18 O caso Irã-Contra	120
4.19 O fim da Guerra	127
4.20 A reconstrução nacional	129
 5. A ATUAL REALIDADE IRANIANA DIANTE DO MUNDO	 132
5.1 A contenção pelos EUA	132
5.2 A associação ao terrorismo	142
5.3 O movimento reformista.....	146
5.4 Afeganistão e Iraque.....	148
5.5 As derrotas jurídicas	150
5.6 Uma crescente coesão árabe diante dos EUA.....	152
5.7 A segurança regional coletiva	158
5.8 O interesse internacional na Ásia Central.....	159
5.9 Os recursos naturais do Mar Cáspio.....	160
5.10 A democracia iraniana	162
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 166
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 171

INTRODUÇÃO

O estudo das relações internacionais analisa a dinâmica política mundial. Seus métodos, apesar de afirmados neutros e objetivos, ainda concedem poderes morais, logo subjetivos, aos países dominantes. A teoria compreende a política como a atuação dos ideais. O comportamento estatal, freqüentemente pesquisado como ciência pura, não diminui a importância da avaliação face à realidade histórica. Todo ato de política externa de um país é revelado através de suas experiências e interesses, e não de suas ideologias ditas motivadoras.

O comportamento estatal, porém, tampouco pode ser estudado como uma série de ações isoladas. Estados existem apenas em conjunto com os demais países, e sua conduta é definida através dessa interação. Esta dissertação busca demonstrar o processo da representação ideológica na política, através do estudo das relações internacionais, ao redor da interação entre os EUA e o Irã.

Infelizmente, existem poucas hipóteses políticas a respeito da experiência iraniana. A disciplina em geral tem focalizado predominantemente os confrontos atuais entre aquele país e os EUA. Assim, a identidade do Irã foi construída mundialmente apenas a partir do momento em que rejeitou a subjugação aos EUA – um país recentíssimo, portanto. As considerações teóricas são formuladas através desse abrupto corte no tempo, cristalizando a rejeição como o início da existência do país muçulmano e apagando toda a história do Irã.

Um país sem história própria permite que teóricos, ou pior, estrategistas, elaborem uma identidade em seu nome. Essa individualização, por sua vez, determina o tratamento recebido a partir dos demais estados, como também os limites de seu espaço político. Quando toda a experiência prévia nacional é descartada das considerações teóricas, a realidade histórica torna-se supérflua.

Essa identidade única, agressiva e belicosa, emprestada ao Irã, legitima as limitações políticas que lhe são impostas. O exterior permite sua participação em troca da aderência a

certos padrões de comportamento. A presença iraniana é tolerada pelos países dominantes, mas sempre sob suspeitas de desobediência. Para comprovar sua boa vontade, o estado muçulmano deve submeter-se, se não aos EUA, então a maiores controles políticos por instituições internacionais que o limitam e monitoram. Para manter a sua participação junto às organizações, o país, sob permanente desconfiança, tem que se submeter a medidas de controle especiais. Em desdobramento, padrões muito restritos tornam a desobediência mais fácil e também agravam as penalidades. Nesta dissertação, discutiremos as diferentes instituições de controle e suas funções políticas.

As instituições internacionais estabelecem normas de conduta estatal, inclusive em termos de armamentismo e uso de força. O alcance dessas organizações depende da sua aceitação pelos países dominantes, que motivam a adesão por parte dos demais estados, sendo que essa adesão conformista enfraquece e limita a própria instituição. Fechando-se o círculo, a falta de poder efetivo impede a sua habilidade em reprimir infrações. Seu valor moral, porém, por representar os ideais democráticos, as tornam politicamente importantes. Os membros mais fortes poderão atuar usando o nome simbólico da instituição enquanto promovem, na verdade, seus próprios interesses. Intervenções e repressões por países dominantes são assim legitimadas ideologicamente, quando não juridicamente.

A história dos EUA é indispensável a essa discussão. O país domina a formação do internacionalismo atual e define as diversas organizações de segurança e acordos de armamento. Sua agenda expansionista depende da coesão entre a própria política externa e a economia nacional. Essa concordância promove os interesses de ambas as entidades de forma harmoniosa, fortalecendo a imagem de país iluminado. A eventual quebra dessa união impossibilita a sua atuação mútua no exterior, revelando as incongruências entre a ideologia democrática e o expansionismo.

Uma breve discussão do movimento mundial de antiproliferação armamentista também é importante. O regime de contenção estabelece a institucionalização da força, enquanto os diversos acordos revelam a predisposição política no momento histórico da sua elaboração. Assim, esse sistema multilateral disfarça a discriminação, oculta por conceitos de defesa à

ordem e estabilidade globais. Essas qualidades hierárquicas enaltecem os blocos de poder e suas esferas de influência. A incompatibilidade entre esse regime limitador e a crescente indústria bélica enfraquecem a credibilidade da antiproliferação, limitando sua capacidade controladora. Novamente, o institucionalismo sem consenso fragmenta o aparelho repressor.

Apresentaremos uma breve discussão da história moderna iraniana e a ocupação do país por poderes estrangeiros. Este capítulo final encena a atual interação conflitante entre os EUA e o Irã; nele, através da exposição de eventos, leis e declarações, observaremos a incompatibilidade entre as ideologias políticas e os comportamentos de ambos os países.

Devido à rejeição mútua ao diálogo político, EUA e Irã comunicam-se exclusivamente através dos jornais e das suas embaixadas em Londres e Berna. Adotamos esse método nos dois capítulos que discutem a história iraniana, por ser a única comunicação oficial disponível. As relações internacionais nunca ocorrem da forma normalizada e racional apresentada nos jornais. Estados buscam emprestar às suas relações uma aparência de civilizada cooperação, mesmo diante do mais óbvio conflito de interesse. Já a comunicação entre o governo norte-americano e o iraniano reflete uma quebra total desse protocolo de imagens, visto que os dois países mostram-se dispostos a confrontos agressivos através da imprensa.

Suas políticas externas são formuladas a partir desse mesmo âmbito de acusações e desconfiança recíprocas. É estranho que essa interação seja conduzida em público, por danosa à imagem dos envolvidos. Os controles impostos pelo governo norte-americano ao Irã mostram-se repetitivos e ineficientes. A interação é compreendida como impedimento ao processo político normalizado, responsabilizando-se ambos os países pela falta de visão e decoro diplomático. Assim, suas políticas externas também se desqualificam, impossibilitando qualquer coesão internacional em favor de um dos governos.

A política mundial é uma dinâmica, alternando entre os interesses estatais e a atuação em nome de valores outros. Toda interação entre países, portanto, segue esse constante movimento. Aqui procuraremos identificar as discrepâncias entre as agendas políticas e as ideologias que lhes dão apoio, através da verificação de dados históricos. O Estado, racional e

humano, sempre deve ser responsabilizado por seus interesses, passados e atuais, e pelos atos deles decorrentes.

1. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. 1 O campo de estudo

O estudo das relações internacionais visa examinar as interações entre dois ou mais países. Frequentemente são-lhe atribuídas ideologias e máximas morais por estrategistas e teóricos. Quando discutimos a política internacional em termos ideológicos, corremos o risco permanente de embarcar na abstração absolutamente teórica em prejuízo da percepção do construído real disponível. A aplicação de medidas morais e éticas na análise política permite que estados evoquem intervenções, deveres e justificativas extrajudiciais. A política internacional passa a ser discutida em termos da evolução racional do Estado.

Nos EUA, as relações internacionais são apresentadas como um campo neutro de estudo. Devido à aparente inexistência de pré-concepções por parte dos jornais, periódicos e publicações acadêmicas norte-americanas, a análise dessas relações retém uma aura de infalibilidade e objetividade. O estudo é tratado como uma organização de fatos, preciso e incorruptível. Assim, considerado protegido da subjetividade humana, reveste-se de imensa autoridade política. Países frequentemente formulam suas decisões e arbítrios a partir das indicações desse campo intelectual.

Essas teorias refletem a compreensão da realidade política, intrinsecamente dinâmica, da época em que foram formuladas. Suas análises de princípios políticos, portanto, são produtos de seu período e do conjunto de circunstâncias a ele anexas, seguindo as crenças e preconceitos estabelecidos pelo poder. As relações internacionais, e o seu estudo, não podem ser consideradas neutras, uma ciência em estado rigorosamente puro. Utilizaremos apenas fontes predominantes das relações internacionais para discutir a responsabilidade e atuação dessas teorias na legitimação de ações dos países dominantes.

O comportamento estatal é um tema central à análise política, mas frequentemente é abordado em conjunto com discussões ideológicas. Assim, interesses políticos são difundidos

com o estudo do comportamento estatal. No momento em que a teoria política trata esses dois conceitos como intercambiáveis, pode-se atribuir características comportamentais como inerentes a qualquer país. As instituições internacionais, por sua vez, são tratadas como produtos do iluminismo coletivo de países, tornando-se imune aos interesses de seus membros. Esses estudos servem como ferramentas políticas, por identificarem as nações ou como amistosas, ou como perigosas. Finalmente, a pretensa neutralidade do estudo das relações internacionais sugere que países pacíficos atuem em defesa do sistema.

A Europa do século XVIII sofisticou a noção do universo ocidental intelectual, criando uma nova arena mundial de jurisdição universal humanista, como uma resposta às alternativas existentes de interação social. O conceito Cristão de uma Humanidade inteira, e única, não foi substituído com a crescente aderência da secularidade entre os estados europeus¹. A utilização de métodos coercitivos para formar uma maior inclusão humana continuou através da arrogância e do controle ideológico, agora sob a ótica secular, e não religiosa. Mas os princípios continuaram os mesmos: a transcendência inevitável dos seres humanos exige que seus iluminados protejam e divulguem a sua palavra. Essa visão apoiou-se no pretexto de leis e direitos chamados “naturais”, exigindo que a humanidade cedesse a uma realidade coletiva, em movimento histórico linear. Tal compreensão do mundo dita que todos os seres humanos são racionais, e que a civilização, novamente única e geral, caminha para a formação de estados soberanos e seculares.

1. 2 A Paz Kantiana

A herança do secularismo iluminado redefiniu a função do Estado e suas capacidades. No fim do século XVIII, Immanuel Kant escreveu “A Paz Perpétua”, prometendo que o espírito comercial dentro das repúblicas constitucionais produziria uma federação de estados interdependentes². Esses estados iriam naturalmente procurar a estabilidade para preservar a

¹ John M. Headley, “The Universalizing Principle and Process: On the West's Intrinsic Commitment to a Global Context.” *Journal of World History*, v. 13.2. 2002. p. 291-321. p. 298.

² John R. O’Neal e Bruce Russett, “The Kantian Peace: The Pacific Benefits of Democracy, Interdependence and International Institutions, 1885-1992.” *World Politics*, v. 15, n. 1. 1999. p. 1-37. p. 1.

ordem e minimizar os gastos desnecessários de recursos sociais e econômicos associados à guerra³. Ao mesmo tempo em que esses países evitariam lutar entre si por poder, respeitando sempre a soberania mútua, formariam confiáveis alianças de defesa contra agressões externas⁴. Aos poucos, esse sistema de estados iluminados e racionais fortalecera-se através das leis naturais do liberalismo. Diferentemente dos interesses mercantilistas, que promovem a ambição por poderes nacionais, os princípios democráticos e liberais impulsionam os políticos a agir em favor da segurança mundial para a autopreservação do sistema⁵.

Teóricos atuais adaptaram o conceito da paz perpétua, moldando-o às ações bélicas de países modernos, agora chamados democráticos. Esses estados continuam a promover guerras que passaram a ser legítimas. Segue-se que os estados caracterizados por governos liberais e representativos são naturalmente avessos ao conflito. A belicosidade, que já fora utilizada como um meio para arrecadar poder e recursos, tornou-se uma consequência triste, porém inevitável, do sistema político internacional. As democracias, porém, são otimistas; o sucesso comercial e político de seus estados irão servir de exemplo para os demais países. Na medida em que um número maior de nações aderirem ao modelo democrático, o mundo se tornará progressivamente mais estável, previsível e pacífico. Afirma-se que o comércio internacional irá substituir as lutas interestatais. Os próprios governos liberais irão proteger esse sistema racional, lutando apenas contra estados bélicos não-liberais. Assim, teóricos modernos explicam que a guerra fora transcendida pelos estados democráticos. Agora, essas nações modernas iniciam conflitos não para promover seus interesses nacionais, mas estritamente para preservar a paz inerente à sua ordem política.

Nota-se que esses estados passaram a lutar a guerra “justa”, transformada sob a ótica liberal. O conflito, em nome da democracia, é o requisito para preservar a liberdade e a ordem mundial diante de uma ameaça estatal. O combate não é apenas legítimo, ele é absolutamente necessário. O mundo, e a existência humana em si, requerem que estados democráticos lutem

³ Thomas Schwartz e Kiron K. Skinner, “The Myth of the Democratic Peace.” *Orbis*. Inverno 2002. p. 159-172. p. 160.

⁴ Lars-Cedek Cederman, “Modeling the Democratic Peace as a Kantian Selection Process.” *Journal of Conflict Resolution*. v. 45, n. 4. 08/2001. p. 470-502. p. 472.

⁵ Jacob Viner, “Power Versus Plenty as Objectives of Foreign Policy in the Seventeenth and Eighteenth Centuries.” *World Politics*. v. 1, n. 1. 10/1948. p. 1-29. p. 3.

em seu nome. Caso as democracias não respondessem às ameaças pendentes, seus estados sucumbiriam, de forma antinatural, antilógica, a forças atrasadas e desestabilizadoras. O racionalismo liberal não permite o enfraquecimento de seu sistema, sendo o único representante da compreensão e capacidade humanística. A sua sobrevivência e predominância não são apenas necessárias. Elas são inevitáveis.

Teóricos argumentam que o mundo se encontra em relativa paz desde a Segunda Guerra Mundial devido à vitória da economia liberal e dos controles do uso desnecessário da força. O abandono proposto do armamento estatal e a confiança global nas organizações voltadas à promoção da paz também são utilizados para afirmar a aversão liberal pela guerra⁶. Para preservar o sistema liberal mundial, os países democratas fundaram instituições internacionais de controle do comportamento estatal. Teorias ideológicas a respeito desse controle também foram adotados por estados, para definir e legitimar suas intervenções bélicas.

A paz perpétua moderna afirma a eficácia bélica dos estados democráticos, atribuindo-lhe maiores chances de vitória, além de uma superioridade governamental e organizacional⁷. Outras vantagens mencionadas incluem o seu consenso interno, as alianças de segurança junto às outras democracias e a mobilização de recursos militares sem impedimentos legais ou sociais.

Exige-se, apenas, que sua forma de estado se propague, não necessitando controles de seu comportamento. O perigo que ocorre na teoria da paz perpétua e, por extensão, nas análises dos países democráticos, é a sua crença na transcendência estatal, perdoadas todas as suas ações. Teoricamente, países democráticos não possuem interesses próprios. Sistemas de controle não seriam escritos levando em consideração os países dominantes; portanto, não lhes são aplicáveis. Esses países, por sua natureza infalível, pairam acima de qualquer lei ou limitação jurídica internacional. E, por extensão, às vezes sua arbitrariedade assume precedência sobre essas mesmas leis. Veremos agora, na teoria e na prática, o tratamento

⁶ Paul Kennedy, "The Rise and Fall of the Great Powers." Vintage Book. New York, 1989. p. 332.

⁷ Michael C. Desch, "Democracy and Victory Regime Types Hardly Matter." *International Security*. v. 27, n. 2. p. 2-47. p. 7.

dessas leis e a imagem das instituições internacionais da paz. A autoridade do sistema democrático é maior que a das instituições internacionais que ele mesmo impôs para legitimar suas ações.

1. 3 As instituições internacionais

Diversas instituições internacionais construídas após a Segunda Guerra Mundial continuam liderando a ordem política mundial, podendo-se observar sua influência sobre seus membros, e vice-versa. Após o arquivamento da Liga das Nações, a ausência do consenso necessário entre os estados para formar as Nações Unidas impôs uma série de deficiências jurídicas à instituição. Outros importantes exemplos de instituições incluem o Tratado da Organização do Atlântico Norte (OTAN), a Corte Internacional de Justiça (CIJ) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Todas sofrem de diferentes formas de impedimentos reais à sua autoridade ideal.

A eficácia de uma instituição depende de sua credibilidade e da sua efetiva capacidade de ação. Se um órgão for considerado eficaz, estados irão reconhecê-lo e seguir suas recomendações. Por exemplo: enquanto o alcance jurídico da ONU é considerável, a sua habilidade de promover padrões de comportamento é relativamente baixa⁸. A influência de um órgão depende de suas características organizacionais e do comportamento de seus membros, que respeitam e impõem suas decisões. O autor Robert Keohane argumentou que as características organizacionais de uma instituição refletem o seu ambiente político⁹.

A credibilidade de uma instituição baseia-se em sua distinção, permanência e autonomia relativamente às demais entidades políticas¹⁰. Essas características requerem que os órgãos internacionais sejam mais que uma mera extensão dos interesses de estados. Podendo

⁸ Robert O. Keohane, "Institutionalization in the United Nations General Assembly." *International Organization*. v. 23, n. 4. Outono 1969. p. 859-896. p. 860.

⁹ Robert O. Keohane, "Institutionalization in the United Nations General Assembly." *International Organization*. v. 23, n. 4. Outono 1969. p. 859-896. p. 861.

¹⁰ Samuel Huntington, "Political Development and Political Decay." *World Politics*. v. 17, n. 3. p. 386-430. p. 401.

expressar-se e impor seus valores, a instituição realiza-se e arrecada a confiança mundial. Uma instituição demonstra a sua durabilidade enquanto consegue adaptar-se às mudanças e necessidades do ambiente político, influenciando os seus membros, que, na mão inversa, alteram as práticas de seus governos de acordo com as recomendações do órgão. O grau de aceitação geral também afeta a sua durabilidade, junto à sua capacidade de sobreviver a emergências e contestações ao seu poder. A receptividade internacional à jurisdição de uma instituição é visível no número total de membros e de representantes presentes em suas convocações¹¹.

Sua autonomia revela-se através da independência de seus valores e normas. Outras medidas são o grau de seu controle interno, o acesso a recursos materiais e o impacto de suas normas sobre o comportamento político¹². Instituições como a ONU são dependentes de seus países-membros para influenciar o processo político e impor suas resoluções; se os estados passassem a ignorar a autoridade dessa instituição, sua existência se tornaria redundante e puramente simbólica. Se estados adotam instituições internacionais, mas desrespeitam a sua autoridade, revelam lealdade exclusiva aos seus próprios interesses e poder político, não às instituições reguladoras e equilibradoras do poder. Seguindo a teoria realista, todos os estados sempre atuaram em interesse próprio.

1. 4 Morgenthau e o realismo político

Hans Morgenthau, reconhecido como o fundador do realismo político, escreveu os princípios do comportamento estatal. O clima político da década de 1940, de pós-guerra e da competição bipolar entre os EUA e a URSS, influenciou a sua visão, que enfatiza a adaptação da política externa à natureza humana, inerentemente imperfeita e conflitante¹³. O realismo político é governado pelas mesmas leis objetivas que controlam essa natureza humana.

¹¹ Robert O. Keohane, "Institutionalization in the United Nations General Assembly." *International Organization*. v. 23, n. 4. Outono 1969. p. 859-896. p. 865.

¹² Samuel Huntington, "Political Development and Political Decay." *World Politics*. v. 17, n. 3. p. 386-430. p. 405.

¹³ Hans J. Morgenthau, "Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace." McGraw-Hill. Boston, 1993. p. 5.

O realismo procura refletir leis objetivas para compreender a racionalização por trás da política externa. Morgenthau separou seu estudo realista dos demais campos de estudo, como a história e religião. Sua teoria também rejeita os princípios universalistas de ideologias políticas. O autor argumenta que não existe espaço para valores ou morais dentro de um estudo racional do comportamento político. De acordo com Morgenthau, a crença ideológica norte-americana em seu “Destino Manifesto” contraria os verdadeiros objetivos de um estado. Devido aos interesses mundiais conflitantes, nenhum princípio moral poderá ser realizado. O realismo acredita que o sistema internacional é dominado pela extrema desigualdade entre países, com a anarquia ditando as regras internacionais. Morgenthau argumentou que o sistema de instituições é antiquado, devendo ser substituído por uma visão racional e não idealista.

Morgenthau afirma que a verdadeira ameaça a um país sempre é o poder de outro estado, e não a sua ideologia. Assim, o epicentro do estudo da política internacional deve sempre ser direcionado ao poder de um estado, e não à sua ideologia, para analisar uma realidade política assustadora, podendo-se assim realizar avaliações precisas e eficazes¹⁴. Uma ideologia nacional é apenas um aparato político, uma mera conveniência, para obter-se legitimidade. Uma forte política externa tem de ser racional para minimizar os riscos de erro e maximizar os benefícios das interações intraestatais. Uma vez reconhecida a liderança da política racional, um estado pode finalmente potencializar, como bônus, qualquer condição moral de prudência e seus requisitos de sucesso político. Não se pode esperar confrontar uma realidade política apenas com ideais abstratos. O realismo é conduzido através da compreensão das circunstâncias concretas de lugar e época. A única verdadeira virtude da política é a cautela: o conhecimento prévio das conseqüências de cada decisão¹⁵. A lei e a moralidade internacionais sempre limitarão o mecanismo de autocontrole, impedindo o balanço natural de poder. A paz, de acordo com o realismo, é alcançável através desse balanço, nunca pelo sistema democrático, inerentemente dominador e bélico.

¹⁴ Hans J. Morgenthau, “Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace.” McGraw-Hill. Boston, 1993. p. 9.

¹⁵ Hans J. Morgenthau, “Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace.” McGraw-Hill. Boston, 1993. p. 12.

O historiador Walter Lippman apoiou as teorias de Morgenthau. Lippman criticou a ideologia democrática por ser uma força altamente desestabilizadora, acusando a democracia de promover seus interesses, sendo assim responsável tanto pela paz quanto pela guerra. De acordo com a sua teoria, apenas diplomatas, e nunca ideólogos democratas, deveriam comandar a política externa de um país¹⁶. Uma democracia pluralista impossibilita a coesão interna, assim apagando as chances de formar uma política externa forte.

Morgenthau recusou-se a integrar as aspirações morais de estados às leis morais que governariam o universo, mesmo que todas as nações procurem ocultar seus interesses por detrás de uma razão moral universalmente aplicável, isto porque padrões políticos não são subordináveis a outros padrões. O realismo restringe-se aos aspectos legais e políticos, enquanto rejeita valores subjetivos e morais. Tal idealismo provocaria a falta de prudência em um sistema, denominado moral, tornando-o perigoso e insuficientemente ponderado.

O autor também explica que as instituições internacionais, instrumentos de paz e de guerra, deveriam ser estudadas pelo realismo. Por extensão, essa matéria acadêmica haveria de ser estudada separadamente da história recente, da política atual e da legislação internacional¹⁷. Podemos refutar essa exigência de Morgenthau. O estudo do realismo abstrato pode manter-se separado dos demais campos, mas não da política internacional. Uma arma dessa política é a suposta neutralidade de seu estudo, mesmo sendo ele influenciada por outros fatores: história, opinião, legislação e atualidades. Como explicou Morgenthau, a essência da política internacional é idêntica à sua política doméstica¹⁸. A vida política de todo país, e em especial dos países democráticos, é um conflito contínuo pelo poder. Portanto, excluir um estudo mais abrangente na análise política internacional é limitar o poder investigativo às ideologias dos estados mais fortes.

¹⁶ Walter LaFeber, "The Tension Between Democracy and Capitalism During the American Century." *Diplomatic History*. v. 23, n. 2. Primavera 1999. p. 263-284. p. 270.

¹⁷ Hans J. Morgenthau, "Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace." McGraw-Hill. Boston, 1993. p. 18.

¹⁸ Hans J. Morgenthau, "Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace." McGraw-Hill. Boston, 1993. p. 37.

Consideremos algumas hipóteses que influenciam as relações entre países. As classificações tornam a análise das relações mais precisa. Leremos situações que desmistificam a teoria e removem o aspecto romântico das alianças estratégicas entre estados. A história da política é a aquisição de poder, com a maior margem possível do mesmo sobre os demais países.

1.5 Alianças interestatais e o controle do comportamento político

Um estado dominante pode ser derrotado por países que um dia alcançarão ou ultrapassarão seu poder dominador. Para reduzir tal risco, estados assinam acordos, escritos a partir de cálculos políticos e da compreensão de suas capacidades. Os princípios de cooperação e previsibilidade mútua são favorecidos pelas teorias de institucionalismo. O autor David A. Lake distinguiu entre as alianças hierárquicas de segurança e as alianças anárquicas, afirmando que as hierárquicas são mais eficientes¹⁹.

Instituições, explicou Lake, são simultaneamente a causa e o produto das alianças de segurança. As instituições são formadas por atores estatais para promover seus interesses e, dependendo do alcance de sua influência, as instituições conseguem regular o comportamento estatal dos demais membros. Países subordinados concordam em conformar-se a essas instituições em vez de seguir suas próprias agendas políticas. Dessa forma, países dominantes facilmente conseguem alterar os comportamentos estatais de seus subordinados. O grau de controle sobre outra nação é determinado pela natureza da aliança e pelos interesses em questão.

As alianças hierárquicas são esferas de influência em que países mais fracos subordinam-se aos mais fortes; protetorados. Esses países mais fracos cedem suas políticas externas aos poderes dominantes; impérios informais, nos quais poderes controlam a política externa e interna de uma região e, por último, impérios como tais assumidos, nos quais países

¹⁹ David A. Lake, "Beyond Anarchy: The Importance of Security Institutions." *International Security*. v. 26, n. 1. p. 129-160. p. 131.

subordinados não possuem independência suficiente para formar alianças próprias na região²⁰. O alcance relativo de cada instituição de segurança, escrito a partir dessas realidades políticas, depende de sua habilidade em influenciar a legislação, jurisdição e/ou alianças de países membros.

Lake distingue as diferentes disposições estatais em impor suas instituições, conforme as vantagens obtidas²¹. Estados dominantes estão mais dispostos a investir em instituições de segurança se o retorno econômico for interessante. A inabilidade geral do estado fraco em resistir às imposições mantém o baixo custo das alianças hierárquicas. Mas, na medida em que a hierarquia precise ser imposta, os custos de governar aumentarão. Estados dominantes deverão compensar os países subordinados pela falta de autonomia ou liberdade, mas ainda assim coagi-los a aceitar a sua submissão. Ao mesmo tempo, essas medidas restringem-lhes a habilidade de explorar os países sob seu controle. As alianças hierárquicas prometem mais controle de outros países, mas causam maiores custos, também.

Estados escolhem manter alianças anárquicas quando não necessitam alterar o comportamento político de seus subordinados, mas o grau de controle será menor que em alianças hierárquicas. Aquelas alianças também são preferidas quando um estado se recusa à subordinação, mas o custo de impor-lhe a submissão seria muito caro. Estados concordam em participar de controles de comportamento, aderindo a uma instituição de segurança, quando os custos não ultrapassam as vantagens econômicas. Estados dominantes, atuando de forma racional e sob seus interesses, apóiam apenas instituições rentáveis. Alianças anárquicas podem custar menos, mas prometem menores retornos que as hierárquicas. As anárquicas são construídas quando a cooperação produz poucas vantagens materiais, ou quando os estados subordinados não desejam ameaçar a ordem política existente, dispostos a tolerar certos graus de oportunismo dos estados dominantes. Níveis hierárquicos de domínio aumentam quando existe a promessa de um aumento nas vantagens econômicas. Se elas aparecerem, mas a cooperação estatal for pouca, países dominantes investirão em instituições capazes de

²⁰ David A. Lake, "Beyond Anarchy: The Importance of Security Institutions." *International Security*. v. 26, n. 1. p. 129-160. p. 133.

²¹ David A. Lake, "Beyond Anarchy: The Importance of Security Institutions." *International Security*. v. 26, n. 1. p. 129-160. p. 137.

controlar comportamentos. Vemos que a cooperação interestatal é demasiado instável e imprevisível para arriscar a boa vontade do estado subordinado. Acordos são sempre necessários, mas prometem pouca garantia, devido às incertezas do sistema anárquico e do constante calculismo estatal. Países mais fracos geralmente aceitam a liderança de um mais forte com relativamente poucas exigências.

O autor Kenneth Waltz explicou que os estados dominantes definem a estrutura da política internacional²². Esses estados também trazem a estabilidade, devido à afirmação de sua supremacia. Isto porque os estados dominantes não precisam mais lutar, enquanto os mais fracos não conseguem enfrentá-los, sendo a paz, assim, um constructo de pura lógica aplicada²³. Uma coalizão de estados pode confrontar o dominante, assim causando o retorno à guerra e às lutas por poder, mas, ao mesmo tempo, removendo o poder exclusivo. O poder é distribuído entre os países mais fortes, que, por sua vez, irão procurar alcançar a sua própria hegemonia política individual²⁴. Os teóricos discutem essa contínua luta por um equilíbrio de forças, ao mesmo tempo em que advogam a existência da paz democrática. Qualquer cooperação política é inerentemente falível.

1.6 A dissuasão

O realismo argumenta que estados crescem interesses na medida em que seu poder aumenta. Enquanto os realistas clássicos atribuem esse fenômeno à natureza humana, os modernos culpam as tentações dessas oportunidades à existência de um conjunto de países diversos. A arma do medo impulsiona a projeção da segurança através do domínio militar. Mas o teórico Robert L. Jervis explica que, enquanto confrontos entre estados por interesses são comuns, a guerra em si é rara, devido à eficácia da tática de *deterrence*, a dissuasão. A

²² Kenneth M. Waltz, "The Emerging Structure of International Politics." *International Security*. v. 18, n. 2. Outono 1993. p. 44-79. p. 44.

²³ Kenneth M. Waltz, "The Emerging Structure of International Politics." *International Security*. v. 18, n. 2. Outono 1993. p. 44-79. p. 76.

²⁴ Stephen G. Brooks e William C. Wohlforth, "American Primacy in Perspective." *Foreign Affairs*. v. 81, n. 4. 06-08/2002. p. 20-26. p. 23.

coerção e a força bruta constituem distinções importantes entre dissuasão e defesa²⁵. A dissuasão desencoraja o comportamento agressivo e evita o confronto armado, enquanto a coerção ameaça uma retaliação através do uso da força. O sistema de balanço de poder advoga a dissuasão, enquanto a democracia impõe a intervenção armada para dominar a política de outro país.

Um país mais forte não necessita ceder à coerção. Sua defesa está garantida através de duas formas: a crença na sua capacidade de retaliação caso ameaçado, e a pouca probabilidade do seu desejo de atacar outros países. Desta forma, a dissuasão é eficaz em reduzir a motivação alheia por ataques. Mas já que existe a possibilidade da dissuasão falhar, alguns estados decidem não depender dela. Um acordo de segurança após um país ceder às demandas de um estado potencialmente agressor é vital para evitar-se o conflito armado. A dissuasão sugere que existe um quase-equilíbrio entre as capacidades dos estados. O balanço de forças acalma tanto os países que já se sintam devidamente protegidos quanto aos seus inimigos, que possuem as mesmas capacidades e a mesma aversão pelo uso desnecessário da força.

1.7 O retorno da paz democrática

A queda do governo da URSS concedeu aos teóricos e estrategistas políticos a oportunidade de promover a democracia como o único sistema estatal iluminado, ou como o “Sistema Escolhido”. Teóricos atribuem um grau de racionalismo aos estados democráticos modernos. Devido ao sistema pluralista de poder e à máxima representatividade civil, democracias conseguem manter a natureza bélica do estado sob controle. Assim, o estado moderno finalmente teria transcendido a guerra, substituindo-a pela democracia mundial e economia liberal. Democracias, agora sem um rival militar ou político, podem impor suas intervenções humanitárias sem sofrer ataques de estados com poderes equivalentes aos seus, posto que apenas países fracos e atrasados cometeriam atrocidades contra a humanidade, merecendo ser derrotados. Para angariar apoio aos conceitos dominantes de paz e segurança, e

²⁵ Robert L. Jervis, “The Confrontation Between Iraq and the US: Implications for the Theory and the Use of Deterrence.” *European Journal of International Relations*. v. 9, n. 2. 2003. p. 317-337. p. 320.

em especial à hierarquia política, os estados fortes impõem acordos e instituições internacionais. Assim, legalizam um sistema internacional de política, ao qual emprestam a aparência de ter sido construído através do consenso e da autonomia.

Morgenthau, lembremos, criticou a existência de instituições de segurança por suspeitar da sua incapacidade quanto ao controle do comportamento estatal, bem como o perigo potencial de um país reduzir sua soberania aderindo a uma instituição. Isto porque instituições internacionais raramente conseguem impor controle sobre comportamentos estatais²⁶. Estados não atuam de acordo com princípios, mas sempre a partir de considerações de interesses e realidades políticas, todas suscetíveis a mudanças constantes. Um comportamento específico é seguido apenas se for politicamente conveniente. Mesmo assim, não existem termos definitivos dentro da política.

1.8 As leis internacionais consuetudinárias

Diz-se que as leis internacionais são escritas a partir do consenso de hábitos entre os seus estados-membros. As leis consuetudinárias, *international customary law*, porém, são leis extralegis de comportamento estatal, estabelecidas através da utilização, ou aderência não-oficial a um padrão costumeiro²⁷. O funcionamento coerente do direito dos costumes depende da existência de uma autoridade legal e o respeito dos membros à sua instituição.

A partir do final do século XIX, Inglaterra e EUA passaram a adotar leis costumeiras referentes à suspeitas de um ataque iminente, permitindo o uso da força preventiva como um método de autodefesa antecipada. Essas leis foram adotadas informalmente, estabelecendo-se apenas dois critérios na utilização da força preventiva: a necessidade e a proporção. Esses dois valores emprestaram um grau de legitimidade aos ataques preventivos. Estados precisam provar que não existem outros meios de deter um ataque iminente e que não há tempo

²⁶ A. Mark Weisburd, "Use of Force: The Practise of States Since World War II." Penn State Press. University Park, 1997. p. 1.

²⁷ Anthony Clark Arend, "International Law and the Preemptive Use of Military Force." The Washington Quarterly. v. 26, n. 2. 2003. p. 89-103. p. 90.

suficiente para deliberar a decisão junto a instituições internacionais de segurança. A lei costumeira também exige que a resposta seja proporcional ao ataque previsto, ou presumido.

Durante as negociações para a formação da ONU, em 1945, representantes de cinquenta e um países redefiniram essa lei consuetudinária e concordaram em incluir na Carta da nova instituição duas exceções à proibição legal ao uso da força: caso o estado fosse previamente autorizado pelo Conselho de Segurança ou em autodefesa, agora positivada, diante de um ataque iminente²⁸.

O Artigo 39 da Carta da ONU autoriza apenas o Conselho de Segurança a determinar a existência de uma ameaça à paz ou à segurança internacional. O Artigo 42 permite que o Conselho autorize o uso da força contra o país infrator. A força na autodefesa é institucionalizada e legalizada pelo Artigo 51. Esse Artigo explicita que a Carta não interferirá na soberania de um país, garantindo o direito estatal de autodefesa contra possíveis agressões externas. Assim, a ONU permite o uso da força preventiva contra suspeitas de ataque, em nome da segurança, caso o Conselho seja incapaz de atuar a tempo. O referido Artigo 51 exige que qualquer ataque preventivo seja imediatamente informado ao Conselho, e assegura que medidas utilizando essa força não poderão infligir a autoridade ou responsabilidade do Conselho, que mantém poder decisório exclusivo sobre a manutenção da paz e da segurança internacional.

Mesmo assim, a linguagem do Artigo 51 é ambígua, não garantindo, mas tampouco proibindo, a utilização da força preventiva. O poder exclusivo do Conselho de autorizar o uso da força contradiz o direito estatal de autodefesa. Uma permissão da Carta pode, contraditoriamente, servir como prova de infração à mesma. Dessa forma, pode-se argumentar que a lei costumeira do ataque preventivo foi incorporada à Carta, mesmo sem incluir uma permissão explícita.

²⁸ Anthony Clark Arend, "International Law and the Preemptive Use of Military Force." *The Washington Quarterly*. v. 26. n. 2. 2003. p. 89-103. p. 91.

A Carta da ONU foi ratificada para reduzir a ocorrência de guerras, tendo como maior meta proteger a soberania estatal. Notamos que nela não está incluída uma permissão para a intervenção em nome dos direitos humanos. Estas limitações, agora acusadas de ser datadas, serviram para resguardar os países dominantes de requisitos humanitários após a II Guerra Mundial e nas lutas pela independência em diversas colônias. Atualmente, porém, alguns países desejam legitimar as suas agressões através da motivação humanitária, mesmo que a legislação não preveja a hipótese. O Artigo 2 (4) da Carta da ONU concede o direito do uso da força apenas quando um estado corre o risco provável de sofrer uma violação à sua soberania. Um humanitarismo apenas alegado, ou de fachada, serviria à expansão desse limite.

Vários países europeus advogam expandir as obrigações estatais relacionados aos direitos humanos e à impermeabilidade da jurisdição doméstica de um país²⁹. Em 1992, sugeriram alterar os limites da ONU sobre a intervenção para incluir casos econômicos, sociais, humanitários e ambientais. Isso permitiria definir conflitos domésticos semelhantes às ocorrências na Somália, Ruanda, Haiti e Kosovo como sendo ameaças à paz mundial³⁰. Os estados apoiadores argumentam que a intervenção humanitária não infringe a soberania e que, portanto, o Artigo 2 não seria aplicável, na espécie. Este movimento político procura redefinir o conceito de soberania e permitir a interferência externa através das Nações Unidas³¹. O argumento para ampliar a abrangência do Artigo 2 segue a pressuposição de que a lei ética é superior às leis do homem. Insiste-se também que os direitos universais, naturais e incorruptíveis, necessitam ser defendidos, mesmo dentro de uma legislação discriminatória.

Perguntamos: a intervenção, afinal, é proibida, é permitida ou é requisito? O conflito de Kosovo em 1999 trouxe questões importantes à discussão. As leis consuetudinárias identificaram o ataque da OTAN contra a Iugoslávia como um ato legalmente questionável. O Capítulo VII da Carta concede poderes ao Conselho de Segurança para aprovar pedidos de uso da força, mas o próprio Conselho havia vetado a proposta. Apenas a Bélgica afirmou que a intervenção não violaria o Artigo 2 (4) da Carta da ONU. De acordo com o Artigo 39 da

²⁹ Jacques deLisle, "Humanitarian Intervention: Legality, Morality, and the Good Samaritan." *Orbis*. Outono 2001. p. 535-556. p. 548.

³⁰ Simon Chesterman, "Legality Versus Legitimacy: Humanitarian Intervention, the Security Council, and the Rule of Law." *Security Dialogue*. v. 33, n. 3. 2002. p. 293-307. p. 301.

³¹ James Gow, "A Revolution in International Affairs?" *Security Dialogue*. v. 31, n. 3. 2000. p. 293-306. p. 296.

mesma Carta, somente o Conselho é responsável por identificar ameaças à paz e à segurança mundial. Mas o mesmo Conselho alegou que, não obstante ilegal, o ataque contra a Iugoslávia era legítimo. Lembremos que caso ocorram violações de direitos humanos em um país, mas nenhum membro manifeste interesse no assunto, deve o Conselho manter-se em silêncio, posto que ações humanitárias não lhe dizem respeito.

Para burlar o veto do Conselho em 1999, os EUA e a OTAN apelaram às leis consuetudinárias; passando a votação para a Assembléia Geral da ONU. A medida, chamada “Uniting for Peace”, agora necessitava de aprovação por dois terços da Assembléia, que raramente se reúne, e cujas decisões, ao contrário da flexibilidade comparativa do Conselho, são finais³².

O Artigo 51 da Carta proíbe o uso da força contra um estado, mas o Conselho pode autorizar respostas militares ou não-militares a ameaças, à luz dos Artigos 41 e 42³³. O Capítulo VII foi adicionado para permitir a intervenção política e militar da ONU, que foi utilizada, por exemplo, para processar líderes da Iugoslávia e Ruanda. O Artigo 51 permite o uso da força por um país em autodefesa, até que o Conselho de Segurança declare a decisão pertinente ao conflito e exija o retorno à paz.

Países mais fortes conseguem impor, ou modificar, as leis internacionais para validar suas intervenções ou agressões precipitadas. Chamar essas medidas de decisões internacionais, tomadas através do consenso, busca apenas legitimá-las. Mais uma vez, a hierarquia política triunfa sobre o institucionalismo.

1.9 A superioridade ideológica dos estados racionais

O estudo das escolas dominantes das relações internacionais, publicado em jornais e periódicos, afirma que o estado democrático transcendeu a guerra. Os interesses nacionais de

³² Simon Chesterman, “Legality Versus Legitimacy: Humanitarian Intervention, the Security Council, and the Rule of Law.” *Security Dialogue*. v. 33, n. 3. 2002. p. 293-307. p. 298.

³³ James Gow, “A Revolution in International Affairs?” *Security Dialogue*. v. 31, n. 3. 2000. p. 293-306. p. 297.

um país não utilizam mais o belicismo para impor-se. Uma autora dessa corrente, Mary Kaldor, distingue as guerras “antigas” das “novas.” K. J. Holsti propôs que as guerras novas são causadas pela proliferação de estados fracos, produtos da descolonização e da queda do sistema comunista³⁴. Holsti identifica as guerras novas com os conflitos étnicos e de identidade, nos quais grupos lutam sob contextos de nacionalidade, religião ou língua. De acordo com a teoria de Kaldor, as antigas guerras eram lutas entre estados soberanos por interesses econômicos, enquanto as novas são expressões da erosão do monopólio da violência, que forçam a desintegração do estado existente. As guerras novas ocorreriam dentro do próprio estado, entre grupos à procura da acumulação de poder, inclusive milícias, gangues, forças militares e policiais. Suas lutas seriam financiadas por métodos para-legais, como o mercado negro, e sua violência seria direcionada contra a população civil.

Podem-se inferir vários princípios de comportamento estatal a partir das teorias de Holsti e Kaldor. A de Kaldor alude a que as guerras antigas eram manifestações legítimas na evolução de estados em formação, enquanto as novas são produtos infelizes de estados abandonados por seus colonizadores, ainda não aparelhados para conduzir uma entidade estatal. As guerras novas seriam, assim, produtos de estados que não conseguiram completar seu crescimento ao padrão de um país estável, racional e bem sucedido. Isso não significa que estados evoluídos não participem em guerras. As suas guerras, porém, representam um ato necessário, para preservar a estabilidade e a ordem internacional. Vamos chamá-las de “guerra moderna”, conduzida por estados evoluídos, que já ultrapassaram as suas guerras antigas, mas ainda convivem com um mundo poluído pela hostilidade política.

Já que Kaldor diz que estados fracos, envolvidos em lutas internas, têm nos civis os seus alvos principais, podemos inferir que a guerra moderna não produz vítimas. Se houver perdas civis, o estado moderno não é responsabilizável; sua ação bélica foi uma ação pura e necessária, por não existir qualquer intenção de realizar interesses próprios através do ataque. Se a intenção estatal for libertar o mundo, ou um povo, de uma presença instável e perigosa, a perda de vidas no conflito é apenas lamentável, uma condição que a situação impôs. A guerra, para o estado evoluído, é um meio de manter a ordem, não um fim para exercer o poder

³⁴ Hidemi Suganami, “Explaining War: Some Critical Observations.” *International Relations*. v. 16, n. 3. 2002. p. 307-326. p. 320.

ilegítimo. O estado moderno já transcendeu a sua fase bélica, tendo se tornado uma nação iluminada. E essas nações iluminadas, universalistas e humanitárias, seriam incapazes de cometer crimes de lesa-humanidade. A morte de civis, portanto, é sempre atribuída à situação em si mesma, nunca a uma escolha pelo estado moderno.

As teorias da paz democrática e de guerras novas legitimam a chamada intervenção humanitária. Por sua via, estados fortes podem violar a soberania de outro país, exercendo uma declarada missão para a preservação da paz e da decência³⁵.

1.10 O Islã e a alegada incompatibilidade com a democracia

Apesar das contínuas guerras democráticas, teóricos das relações internacionais dizem ter descoberto uma formulação política verdadeiramente incapaz de aderir ao sistema normalizado de alianças, cooperação, ou paz: o Islã político. Ao contrário do sistema europeu, autodeclarado iluminista e racional, os países muçulmanos do Oriente Médio, disfarçados em estados independentes, são vistos como uma rejeição ideológica dos avanços ocidentais, frágeis tentativas de resgate de um passado exemplar.

O Islã político, ao contrário das afirmações teóricas, não se inclui entre os rivais tradicionais da paz democrática. Essa representação foi construída quando se formulou a conscientização política de líderes e populações muçulmanas subjugadas ao domínio ocidental desde o início da descolonização, na segunda metade do Século XX³⁶. O Islã político, portando, nasceu e sofisticou-se durante os movimentos internos de resistência contra os poderes dominadores. O medo de um Islã fundamentalista, pouco coincidentemente, foi identificado quando os colonizadores estrangeiros reconheceram a vulnerabilidade de seu domínio na região.

³⁵ Karl K. Schonberg, "Paradigm Regained: The New Consensus in Foreign Policy." *Security Dialogue*. v. 32, n. 4. 2001. p. 439-452. p. 440.

³⁶ Rachel Bronson, "More than Targets or Markets: Recasting America's Relationships with its Partners." *Middle East Policy*. v. IX, n. 4. 12/2002. p. 52-60. p. 54.

Para afirmar a necessidade de permanência no Oriente Médio, era imperativo construir uma ideologia ocidental convincente, na região e internacionalmente. O método foi inverter a culpa e o culpável: forças ocupadoras estrangeiras viraram vítimas do extremismo e do ódio muçulmano. Agora, o ocidente seria alvo de ataques de grupos e estados fundamentalistas ressentidos com o sucesso e a liderança ocidental. Devido à sua natureza rancorosa, sistemas islâmicos de política seriam incompatíveis com a democracia, a mais nobre característica do governo ocidental. Segundo alguns teóricos e estrategistas políticos, o Islã político existiria apenas para destruir a democracia.

Na verdade, esse fenômeno da reconstrução histórica para fins ideológicos não é recente. Predominantemente, a história é uma representação construída pelas forças dominantes. Assim, as ações bélicas e destrutivas dessas mesmas são justificadas a partir da necessidade e inevitabilidade do movimento histórico. O estado dominante é assim a entidade escolhida, a correta, a infalível dentro da política internacional. Ele é responsável pela identificação e correção dos males mundiais. A resistência, portanto, é tentativa de impor um obstáculo a uma função libertadora.

Para conter o perigo muçulmano, países dominantes procuraram deter e conter os seus seguidores, impondo instituições internacionais e medidas repressoras contra estados recalcitrantes. Os países islâmicos que aceitassem a presença estrangeira seriam recompensados e encorajados a enfraquecer seus vizinhos pouco cooperativos, acusados de serem instáveis.

As relações internacionais separaram a análise dos estados de suas tendências bélicas na busca pelo poder. Essa separação é uma forma de violência cultural, que silencia e oculta as agressões estatais. Se o estudo dos eventos históricos que informam a política não aparece junto às análises igualmente políticas, as ações estatais podem ser descartadas como meras decisões, e não como um padrão maior de comportamento. A procura pelo poder, tão discutida nas relações internacionais, não é considerada aplicável diante da participação de potências dominantes em áreas contestadas do mundo. Os agressores são inocentados, sendo a resposta regional denominada um comportamento instável e perigoso. Novamente, o estado

democrático recebe a permissão, e o dever, de atuar em nome da democracia, derrubando o regime teimoso.

O Islã é representado como uma manifestação violenta da intolerância e do ressentimento contra o sistema secular ocidental³⁷. Frequentemente, os jornais ocidentais comparam o Islã à modernidade, como representações de opostos extremos. Enquanto alguns autores mais corajosos rejeitam essa noção do ressentimento muçulmano, ainda assim reforçam o estereótipo da violência que seria autorizada por aquela religião.

Alguns estados muçulmanos adotaram o chamado Islã reformista, pensamento político que apóia noções democráticas e liberais. Teóricos apresentam esse movimento como uma esperança, brotada entre muçulmanos moderados e racionais, sendo talvez uma espécie de Islã mais brando, portanto, mais dócil e aceitável aos sistemas políticos ocidentais. Mesmo assim, a imagem geral do Islã não foi dissociada da violência ou do ressentimento, ainda que essa reforma facilite a presença do sistema ocidental na região. Modalidades não-reformistas são consideradas fundamentalistas e altamente belicosas.

Qualquer perda de espaço pelo fundamentalismo é atribuída às mudanças do mundo e às percepções, pelas populações muçulmanas, das vantagens do sistema ocidental em contraste com as quedas de regimes antiquados e repressores, como o da URSS. Os princípios de identidade, autenticidade, representação e pluralismo seriam conceitos exclusivamente ocidentais.

De acordo com os teóricos, a questão agora é os muçulmanos conseguirem erguer-se até os padrões ocidentais, apesar de suas culturas atrasadas ou mal-adaptadas. O autor Ray Takeyh avisa que um sistema político islâmico nunca alcançará o nível de liberdade individual dos governos ocidentais, mas qualquer mudança já é considerada um começo³⁸. Para melhor reformar o Islã, Takeyh insiste na aceitação ocidental das diferenças entre as duas culturas, o

³⁷ Ray Takeyh, "Faith-Based Initiatives: Can Islam Bring Democracy to the Middle East?" *Foreign Policy*. n. 127. 11-12/2001. p. 68-70. p. 62.

³⁸ Ray, Takeyh, "Faith-Based Initiatives: Can Islam Bring Democracy to the Middle East?" *Foreign Policy*. n. 127. 11-12/2001. p. 68-70. p. 68.

que gradualmente poderia promover reformas e, implicitamente, regimes menos islâmicos. Isto porque o desejo de toda a população islâmica seria o de ocidentalizar-se mais. O dever do ocidente, portanto, seria civilizatório: criar governos muçulmanos à sua própria imagem. A aparente neutralidade dos estudos de relações internacionais, e a evolução do estado democrático, permitem que teóricos discutam sistemas de governos islâmicos sob uma ótica de erro, atraso e eventual aprendizagem.

2. A FORMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

2. 1 Os interesses políticos e a economia nacional

A política externa norte-americana procura validar-se através de uma pretensão de superioridade cultural. O Cardeal Richelieu, considerando a política européia, explicou que a *raison d'État* justificava que todo estado utilizasse os meios necessários para atingir seus interesses. Deus absolveria qualquer ação, inclusive crimes, cometida por um estado³⁹. Tal afirmação de poder arbitrário repugna aos EUA, que preferem justificar sua expansão internacional por “princípios”; nunca por “interesses”. O dever dos EUA não era colonizar, mas sim iluminar as nações e salvá-las da ignorância de seus estados. Os estadistas dos EUA revestiram a sua política externa de moralismo, com o direito de impor sua visão ao mundo. Claro que havia uma condição vital ao seu *status* de país iluminado: os EUA, a partir de então, passariam, por sua obrigação moral, a controlar todas as relações políticas e econômicas mundiais.

Durante a sua história, a política externa dos EUA foi liderada ou por seu comércio ou por sua política interna, ambos disfarçados de valores universalistas. Certos períodos dessa história combinaram, de forma harmoniosa, a política externa e o comércio, construindo uma coesão interna que promovesse a política econômica do país. Mas, freqüentemente, as duas ambições demonstraram-se forças antagônicas, contrariando uma a outra e enfraquecendo sua capacidade dominadora. Um comércio verdadeiramente forte depende do apoio da política externa, e esta somente obtém sucesso se imposta através de um impetuoso programa econômico. Juntos, os dois conceitos permitem a formulação de uma ideologia universalista, que legitima a maior intervenção e propagação dos interesses chamados nacionais. A história dos EUA, como líder mundial dos princípios democráticos, comércio livre e direitos individuais diante da lei, é a negociação entre as diferentes facções de política, economia, recursos estratégicos e ideologia legitimadora.

³⁹ John P. McKay, Bennett D. Hill e John Buckler, “A History of Western Society.” Houghton Mifflin Company. Boston, 1999. p. 536.

2.2 O Destino Manifesto e a expansão política dos EUA

Durante o século XIX, o governo norte-americano advogava o Destino Manifesto, doutrina baseado na “religião civil”. Essa doutrina atribuiu aos EUA uma natureza superior: o governo e seu povo foram divinamente escolhidos para comandar as terras da América do Norte. Ao mesmo tempo em que os EUA aceleravam o seu processo de expansão interna e a violência estatal contra as populações não anglo-saxônicas no continente, seu governo promovia uma política externa de não-intervenção. As guerras entre as nações européias, ou em suas colônias, eram jurisdição exclusiva dos países bélicos e “pouco sensatos”.

Os EUA advogavam o seu isolamento político. A partir de 1845, os presidentes norte-americanos adicionaram oitocentos milhões de hectares ao território nacional, roubados do México, através da guerra e do confisco. O Presidente William McKinley seguiria essa política expansionista no âmbito internacional, anexando as Filipinas, Porto Rico, Cuba, Havaí e parte de Samoa em 1898⁴⁰. O termo “Destino Manifesto” caiu em desuso devido à sua associação ao imperialismo e racismo. Mas, enquanto o contexto político pudesse ser removido dessa doutrina, a sua imagem mística permaneceu⁴¹. Tal doutrina ainda é a política externa norte-americana, derivada da tradição de “religião civil” do país, que justifica a sua contínua intervenção internacional.

Na época de McKinley, a política externa obtinha pouco interesse, abrindo caminho para a autonomia política dos capitalistas diante dos estadistas profissionais. McKinley foi eleito através do apoio da comunidade comercial e do sistema do *disenfranchisement* sistemático das populações não-brancas dos EUA.

A prioridade da política externa norte-americana continuou sendo a preservação de sua segurança interna, envolvendo-se relativamente pouco em assuntos políticos no exterior. Domesticamente, o governo ocupava-se em expandir o território, lutando contra a resistência

⁴⁰ Walter Russell Mead, “The American Foreign Policy Legacy.” *Foreign Affairs*. v. 81. n. 1. 01-02/2002. p. 163-176. p. 163.

⁴¹ Roberta L. Coles, “Manifest Destiny Adapted for 1990s War Discourse: Mission and Destiny Intertwined.” *Sociology of Religion*. v. 63, n. 4. Inverno de 2002. p. 403-426. p. 405.

armada de índios, mexicanos, franceses e canadenses. Sua declaração de neutralidade em assuntos estrangeiros, como durante a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas, demonstrou aguçada percepção política, cercando os EUA com uma aura de transcendência estatal. O isolamento geográfico e a política do país permitiram sua distância dos conflitos e guerras intraestatais, típicos da Europa. Seu governo foi elogiado pela relativa paz e direitos individuais mantidos diante do estado⁴². Aproveitando as comparações, os estadistas norte-americanos acusaram as formas de governo européias de reprimirem os valores de liberdade e dignidade humanas. Agora, os EUA tinham algo a ensinar a seus vizinhos, antes tão distantes.

Para influenciar na política externa, os principais capitalistas norte-americanos formaram o Conselho de Relações Internacionais de Nova Iorque, como contrapeso ao Congresso e suas demandas pela ratificação da Liga das Nações. Assim, os referidos capitalistas ocuparam um espaço na política externa, sob protestos do Congresso.

O período entre as guerras e a derrota da institucionalização da segurança internacional afastaram qualquer pretensão de supremacia da ideologia política dos EUA. A noção da benevolência democrática havia perdido o encanto. Os EUA, para não ficarem sem a apenas recém-adquirida participação internacional, substituíram a credibilidade de sua bondade política pela força da intimidação estatal e vantagens no balanço de poder, antes considerada uma tática européia vulgar. O seu modelo exemplar de estado tornar-se-ia pouco interessante se não ajudasse o país a alcançar objetivos políticos e econômicos.

2.3 A Doutrina Monroe

Em 1823, cientes tanto da capacidade de impor sua política externa ao mundo quanto da provável resistência internacional, os EUA anunciaram a Doutrina Monroe. Essa Doutrina iniciou a carreira unilateral norte-americana e a utilização da força preventiva. O governo proibiu o envolvimento europeu em assuntos do continente americano inteiro, agora declarado

⁴² Walter LaFeber, "The Tension between Democracy and Capitalism During the American Century." *Diplomatic History*. v. 23, n. 2. Primavera 1999. p. 263-284. p. 267.

jurisdição exclusiva dos EUA. Caso desrespeitassem essa disposição, os EUA declarariam guerra aos invasores⁴³. Sem obter previamente qualquer consenso no próprio continente, os EUA impuseram sua dominância sobre o território, agora propriedade jurídica norte-americana. Gradualmente, a Doutrina veio a representar mais que uma mera demarcação de influência; cem anos depois, ela passaria a justificar a intervenção dos EUA em qualquer região onde eles percebessem uma ameaça ao seu poder.

2.4 O realismo de Roosevelt contra o idealismo de Wilson

Em 1902, o Presidente Theodore Roosevelt declarou ao Congresso que a interdependência das relações internacionais tornava necessário que as nações civilizadas policiassem o mundo⁴⁴. O Presidente concretizou o balanço de poder como sendo a política externa dos EUA no melhor interesse nacional, rompendo com a crença anterior, da importância do isolamento. Roosevelt percebeu que, potencialmente, os EUA poderiam tornar-se o maior poder do mundo.

Ele reconheceu que a política mundial representava conflito, e que os acordos internacionais de segurança eram menos eficazes que políticas externas fortes e autônomas, aliadas sempre ao próprio potencial bélico, não a outros estados. De acordo com a sua teoria, os poderes relativos de cada país, em cada região, eram mais importantes que qualquer tratado ou as constantes alterações no balanço de poder. Apenas o poder real de cada país permitiria um equilíbrio natural entre todas as forças. Esse equilíbrio revelaria os poderes lógicos de cada região e estabilizaria a política mundial, facilitando as tarefas de policiamento norte-americano. Assim, os EUA passaram a intervir na política externa, em regiões que o executivo julgava politicamente possíveis e o comércio supunha financeiramente interessantes. Para promover o equilíbrio do poder nas diversas regiões mundiais, Roosevelt apoiou a invasão japonesa da Coreia em 1908, mas não envolveu os EUA nos conflitos europeus.

⁴³ Henry Kissinger, "Diplomacy." Simon & Schuster. Nova Iorque, 1994. p. 35.

⁴⁴ Henry Kissinger, "Diplomacy." Simon & Schuster. Nova Iorque, 1994. p. 36.

As verdadeiras preocupações do Presidente eram os seus rivais econômicos, como a Alemanha e o Japão, países junto aos quais os EUA poderiam influenciar politicamente, mas sem precisar controlar a política regional. Os próprios países dentro de cada região serviriam de moderados rivais mútuos. Apenas os países de interesse dos norte-americanos receberiam recursos políticos e econômicos. Assim, Roosevelt alterou a política externa e limitou a presença dos EUA no exterior, abandonando países anteriormente importantes aos EUA, como as Filipinas⁴⁵. O Presidente havia formado uma coalizão entre o governo e o setor privado, no que Wilson, posteriormente, não conseguiria imitá-lo. A união entre a política e o comércio apoiou a internacionalização do sistema econômico norte-americano, formando um equilíbrio que censurasse, internamente, qualquer impulso democratizante voltado ao exterior.

Estrategistas norte-americanos chamaram os EUA de “uma autoridade flexível e benevolente⁴⁶”. O Presidente Woodrow Wilson, ao contrário de Roosevelt, assegurava que os EUA tinham o dever de propagar seus valores democráticos pelo mundo. A paz mundial dependia da democracia, já que os estados obedeceriam aos mesmos princípios que os indivíduos. Cidadãos, titulares de direitos legais diante de seu governo, seriam indivíduos satisfeitos e pacíficos. Wilson advogou a Liga das Nações, acreditando que as instituições internacionais eram mais confiáveis do que as limitadas alianças de segurança entre estados. Seu idealismo transformou a política externa, sendo também utilizado para justificar as invasões norte-americanas e seus ataques a países estrangeiros.

Uma diferença fundamental entre as noções de Wilson e de Roosevelt estava nas forças persuasivas: Roosevelt combinou o poder econômico e político para maximizar os recursos nacionais, enquanto Wilson conseguiu elevar a política externa à condição de uma campanha transcendental, permanente e universal. Através dessas duas afirmações, os EUA autoconcederam-se o poder, e o dever, de disseminar a sua democracia no mundo. Enquanto a diplomacia européia marcava passo em intermináveis diálogos e ajustes constantes, a nação norte-americana permanecia infensa às limitações políticas. Os EUA acreditavam-se uma

⁴⁵ Walter LaFeber, “The Tension between Democracy and Capitalism During the American Century.” *Diplomatic History*. v. 23, n. 2. Primavera 1999. p. 263-284. p. 267.

⁴⁶ Michael C. Hudson, “Imperial Headches: Managing Unruly Regions in an Age of Globalization.” *Middle East Policy*. v. IX, n. 4. 12/2002. p. 61-74. p. 64.

nação excepcional, e que a natureza de seus ideais triunfaria sobre o isolamento egoísta. O equilíbrio do poder seria substituído pela lei universal. Wilson havia rejeitado o autocontrole da política de Roosevelt, considerada limitada e pouca ambiciosa, explicando à Europa que o desinteresse norte-americano pela política externa mundial tornava-os o mediador nato nas disputas entre outros países. Graças ao seu idealismo, ele acreditava que os EUA, finalmente, poderiam expandir sua esfera de influência; o país não estaria apenas exercendo seus interesses longe de suas fronteiras, porém, mais importante, estaria intervindo diretamente nos assuntos internos de todos os países do mundo. Os norte-americanos rotularam essa postura como resultado da Providência Divina, “*Providence of God*”. A ideologia havia triunfado no discurso norte-americano.

Wilson formulou o pensamento intervencionista norte-americano, afirmando que a segurança doméstica era inseparável da segurança internacional. Os EUA haviam aceito o dever de enfrentar agressões em qualquer região do mundo. Esse é o início da política de *containment*, pela qual ameaças ao domínio norte-americano seriam reprimidas e contidas até que os infratores se submetessem. Iniciou-se o intervencionismo maciço, nunca mais abandonado pelo crescente domínio norte-americano. Atualmente, a presença dos EUA no mundo justifica-se através da combinação da política externa de Roosevelt, realista e bélica, com a de Wilson, idealista e intervencionista por direito divino.

Autor dos *Fourteen Points*, Wilson exigiu a expansão da política de “*open doors*” como alternativa à doutrina revolucionária dos Bolchevistas e seu governo provisório em 1918. O Presidente apoiou grupos conservadores na Europa, em resposta à popularidade dos partidos esquerdistas no período de eleições. Os EUA exportavam os seus valores democráticos apenas quando conviesse aos seus interesses.

A queda do Dólar durante a depressão da década de 1930, e as revoluções no México, URSS e Nicarágua, encorajaram os políticos norte-americanos a novamente expandir o seu domínio no mundo. Os EUA constituíram instituições monetárias em Bretton Woods, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, não apenas para controlar a especulação financeira de banqueiros e investidores, mas, em especial, para impor o Dólar norte-americano

como a moeda-padrão mundial. O Congresso, devido à influência dos empresários, teve participação marginal durante as negociações. Novamente, o Congresso foi excluído em 1947, durante a criação da Organização Mundial do Comércio. Essas medidas foram tomadas durante uma época na qual a democracia fora censurada como plano da política externa, em favor do fortalecimento da economia nacional.

A falta de consenso entre a política externa e o comércio norte-americano após a depressão causou a retração da participação política, favorecendo os comerciantes. Entre 1935 e 1937, os EUA aderiram ao *Neutrality Act*, prometendo isolar-se de qualquer envolvimento político ou militar na Europa ou Ásia. O *Neutrality Act* proibiu a mobilização de forças contra países em estado de paz junto aos EUA. O *Good Neighbor Policy*, escrito para promover os interesses norte-americanos na América Latina, não advogava promover a democracia. Nessa época, a política externa não angariou apoio suficiente para defender ou implantar a democracia internacionalmente. A administração Franklin Roosevelt resolveu tornar o mundo mais seguro para o poderio norte-americano, não para a democracia.

Os governos do Japão e da Alemanha, centros industriais da Europa e da Ásia, estavam economicamente arruinados e a política ameaçava flertar com grupos esquerdistas e progressistas. Isso significaria um possível impasse para o domínio econômico pelo sistema norte-americano, que procurava construir centros capitalistas para conter a expansão de influência da URSS. Os norte-americanos iniciaram programas de rápido desenvolvimento econômico para esses países, em paralelo à repressão interna, sistemática, de seus movimentos sociais. Os EUA não permitiram que a França impusesse novas limitações e repatriações à Alemanha após o fim da Guerra. Já ao governo japonês, que comandava o único partido político reconhecido no país, foi permitido utilizar métodos colonialistas para extrair matéria prima da Coreia e da China na promoção das suas próprias exportações. Os interesses bélicos japoneses no sudeste asiático foram protegidos pelos EUA⁴⁷. E, ao contrário do abandono prévio da Liga das Nações, o Congresso concordou em ratificar a Organização das Nações Unidas. Cientes de sua capacidade de expansão e controle do mundo, a política e o comércio

⁴⁷ Walter LaFeber, "The Tension between Democracy and Capitalism During the American Century." *Diplomatic History*. v. 23, n. 2. Primavera de 1999. p. 263-284. p. 274.

dos EUA passaram a encorajar maiores medidas internacionais de institucionalismo para submeter governos estrangeiros, de forma voluntária, ao domínio norte-americano.

2.5 A Doutrina Truman

O Presidente Harry Truman redirecionou a política externa para o expansionismo. Ele culpava os regimes não-liberais e autocráticos pelas duas grandes guerras. Em 12 de março de 1947, revelou-se a Doutrina Truman, e a promessa norte-americana de proteger todos os povos do mundo contra a opressão, contanto que externa – leia-se, União Soviética. Mais importante, a Doutrina jurava intervir em qualquer país onde houvesse pressão externa contra a soberania territorial ou os direitos democráticos. Essa promessa era um aviso à URSS, cuja expansão os EUA pretendiam conter. Sem declarar guerra, Truman conseguiu aliar as diferentes facções políticas e econômicas dos EUA aos seus planos de política externa para o longo prazo. Em 1947 e 1948, sua administração lançou o Plano Marshall para reconstruir as economias da Europa Ocidental. Mesmo que o Leste Europeu não fosse incluído na reconstrução devido aos seus princípios políticos, países não-democráticos foram convidados a participar do programa, inclusive o Portugal de Salazar e a Iugoslávia do Marechal Tito.

Mais importante que a formação da ONU foram os acordos de Ialta em 1949, junto à Inglaterra e a URSS. O poder de veto concedido a cinco países no Conselho de Segurança diminuiu consideravelmente o domínio norte-americano, mas Ialta garantiu, de modo informal, o domínio dos EUA sobre as regiões mundiais fora da esfera da influência soviética. O *status quo* de seu poder global não seria contestado pelo único rival do seu próprio porte. Os programas de reconstrução econômica da Europa e do Japão reconheceriam a economia dos EUA como o seu pilar e maior parceiro, assim assegurando a sua conformação aos padrões econômicos norte-americanos e mantendo o Dólar como a moeda dominante em seus crescentes mercados.

A queda das reservas de ouro e a recessão econômica dos EUA diminuíram o seu controle, sendo agora necessário competir com os diversos países industrializados⁴⁸. Movimentos antiimperialistas passaram a criticar o Acordo de Ialta e a ordem global estabelecida. Os programas de adaptação de ex-colônias à condição de estados soberanos foram progressivamente sendo criticados e rejeitados, pois causaram a dependência econômica dos países recém-criados. Eles ficaram nas mãos de empréstimos externos, caindo vítimas da inflação e desemprego, com o conseqüente declínio no padrão de vida e desordem interna. As instituições políticas e econômicas mundiais estavam sendo criticadas, e sua existência ameaçada.

Nessa mesma época, os EUA criaram a CIA, a Central Intelligence Agency. Sua primeira tarefa internacional foi remover o primeiro-ministro iraniano Mossadeq, democraticamente eleito, e substituí-lo por um ditador, Xá Reza Pahlavi. Truman não quis intervir no Irã, apesar dos pedidos da Inglaterra. Mas o Presidente Dwight Eisenhower concordou em apoiar o Xá em troca de 40% da produção de petróleo do seu país⁴⁹. Assim, os EUA oficialmente substituíram a Inglaterra como o poder dominante no Oriente Médio. A CIA apoiou diversas operações desestabilizadoras no mundo, inclusive golpes de estado, ou fazendo oposição a movimentos esquerdistas em El Salvador, Guatemala, Haiti e Vietnã, entre outros. Sua ideologia política fora rejeitada, contestada por novas formulações de identidades políticas, nacionalistas e igualitárias, inclusive em Cuba.

Em 1961, o Presidente John Kennedy assinou o *Alliance for Progress* oficialmente para promover a democracia na América do Sul e evitar que outros países seguissem o exemplo revolucionário de Cuba. Os EUA desejavam manter esses países estáveis e tolerantes, para proteger as normas e negócios norte-americanos. Mas essas normas causaram o enriquecimento das elites locais e a opressão das classes populares, resultando em golpes militares na Nicarágua, Brasil e Chile. Os EUA intervieram no Vietnã para manter a área sob a influência japonesa e sob o controle francês. Mas essa guerra extensa passou a corromper a coesão da sua política interna, o que, por sua vez, ameaçou deteriorar o poder autônomo do

⁴⁸ Immanuel Wallerstein, "The Eagle Has Crash Landed." *Foreign Policy*. 07-08/2002. p. 60-68. p. 63.

⁴⁹ Mary Ann Heiss, "Stolen Oil? The International Boycott of Iranian Petroleum and the Government of Mohammad Mossadeq." *The Iranian Journal of International Affairs*. v. II, n. 2. Verão 2000.

Executivo, que se viu monitorado e reprimido pelo Legislativo⁵⁰. O Congresso, anteriormente marginalizado das decisões políticas, acusou a democracia universal de ser ingovernável, e exigiu o retorno ao isolamento político como proteção contra um mundo selvagem e anárquico. Essa universalização, promovida pela economia, ameaçava os interesses nacionais. Assim, a facção política cortou as medidas de expansão do país.

O Executivo e os empresários, porém, quiseram manter a sua influência sobre o chamado Terceiro Mundo. Os vietnamitas também mostraram a sua convicção e capacidade de deter e expulsar as forças invasoras, fossem francesas, japonesas ou norte-americanas. Se os vietnamitas pudessem combater os estrangeiros, sem uma possibilidade plausível de vitória, e arriscando uma população inteira, os demais países submissos poderiam contestar o domínio externo, também. Para vencer a resistência internacional, a política externa dos EUA teria de, novamente, reinventar a si mesma para apelar aos governos regentes e legitimar o seu controle. A democracia precisava voltar para proteger os interesses econômicos.

2.6 A Trilateral Commission

A política durante a Guerra Fria considerou a democracia secundária ao desenvolvimento militar, político e econômico nacional. O historiador Walter Lippman chamou a democracia de perigosa, porque encorajava países a construírem uma política externa inerentemente conflitante e bélica.

A partir de 1971, a produção de petróleo norte-americana entrou em declínio e o país passou a importar maiores quantidades⁵¹. Os EUA já haviam percebido o seu potencial no mundo e sua própria dependência dele. O Presidente Richard Nixon, Henry Kissinger e Jean Kirkpatrick formularam o Trilateral Commission em 1975, para promover a amizade com países estrangeiros, até países autocráticos, contanto que favoráveis aos interesses norte-

⁵⁰ Immanuel Wallerstein, "The Eagle Has Crash Landed." *Foreign Policy*. 07-08/2002. p. 60-68. p. 63.

⁵¹ Mahmood Monshipouri, "The Paradoxes of US Policy in the Middle East." *Middle East Policy*. v. IX, n. 3. 09/2002. p. 65-84. p. 69.

americanos⁵². Kissinger criticou os conceitos de Wilson, rejeitando a política externa de valores democráticos, os quais requisitavam aventuras intervencionistas que não necessariamente promoviam os interesses nacionais⁵³. Washington procurava construir um sistema global que protegesse seus conceitos capitalistas, de propriedade privada e de mercados livres, assim exportando os valores norte-americanos.

2.7 Os métodos de deterrence e containment

A política externa dos EUA durante a Guerra Fria expressa-se em um artigo de 1947, da autoria de George F. Kennan, *“The Sources of Soviet Conduct”*. Originalmente assinado por “X”, descobriu-se que o autor liderava a formulação de políticas no Departamento de Estado⁵⁴. Kennan atribuiu à política interna soviética a necessidade de controlar a política mundial, seguindo o exemplo de seu próprio modelo estatal centralizado, ao qual desejava subordinar o mundo. Para anular o expansionismo soviético, Kennan sugeriu que os EUA adotassem uma política de *containment*. Kennan descartou a necessidade de elaborar uma meta diplomática específica, mas apoiou a ideologia norte-americana, prometendo que a gradual conversão política de diferentes sistemas asseguraria a paz. A periferia mundial, na Ásia, Oriente Médio e Europa, serviria de campo para os inevitáveis confrontos entre os EUA e a URSS. Os conflitos constantes entre os dois países iriam eventualmente enfraquecer o governo soviético, que acabaria derrubado por sua própria população insatisfeita.

De acordo com Kennan, o objetivo da política externa norte-americana era preservar o *status quo* até causar a eventual queda da URSS, através de uma série de conflitos não-resolvidos. Seu relatório demonstrava a confiança no sistema norte-americano e no mérito dos EUA como líder exclusivo no mundo. Kennan havia proposto a guerra perpétua, norte-

⁵² Walter LaFeber, “The Tension between Democracy and Capitalism During the American Century.” *Diplomatic History*. v. 23, n. 2. Primavera 1999. p. 263-284. p. 264.

⁵³ G. John Ikenberry, “Why Export Democracy?: The ‘Hidden Grand Strategy’ of American Foreign Policy.” *The Wilson Quarterly*. v. 23, n. 2. Primavera 1999.

⁵⁴ Henry Kissinger, “Diplomacy.” Simon & Schuster. Nova Iorque, 1994. p. 454.

americana e não Kantiana, e a certeza da vitória ideológica. A tática de *containment* era limitar o alcance soviético e fortalecer os aliados dos EUA⁵⁵.

A construção da identidade norte-americana exigiu a sua liderança mundial, como guia moral e ideológico dos demais países. Seu isolamento político anterior, politicamente conveniente na época, não mais faria sentido, consideradas sua capacidade e força. De certa forma, a liderança unilateral dos EUA substituiu o universalismo europeu. Para evitar a anarquia internacional que Morgenthau havia descrito, era necessário que um país tomasse a responsabilidade de liderar a política mundial. Nunca houve uma intervenção norte-americana que não fosse atribuída a um dever moral.

O Presidente James Carter fez um novo apelo à democracia, chamando a atenção para a intervenção humanitária. O envolvimento dos EUA iria continuar em países estrangeiros, mas sob uma ótica menos dominadora. Carter queria remover a retórica da Guerra Fria, para promover uma diplomacia de nação intermediária. Suas táticas falharam, com as erupções de protestos na América Latina e a Revolução Islâmica do Irã em 1979, eventos que afrontavam o domínio norte-americano.

A administração de Ronald Reagan rejeitou as noções humanitárias de Carter, preferindo voltar à Doutrina de Truman e à defesa nacional anticomunista. Aos poucos, as capacidades militares e ideologias norte-americanas e soviéticas equilibravam-se⁵⁶. A nova administração aderiu à política de Jean Kirkpatrick, que aconselhava remover regimes totalitários, mas apoiar os autoritários. Estes defendiam os interesses econômicos norte-americanos, enquanto os totalitários, como a URSS, protegiam suas elites tradicionais e seu acesso às matérias primas. Após um vexame internacional, o Congresso mandou Reagan abandonar seu apoio a Marcos nas Filipinas e ao *apartheid* na África do Sul. Em 1983, as tropas de Reagan invadiram o Líbano. Ele também ordenou a invasão de Granada, um país desarmado, e apoiou milícias na Nicarágua contra o governo, aventando a possibilidade de um

⁵⁵ Andrew J. Bacevich, "American Empire: The Realities and Consequences of US Diplomacy." Harvard University Press. Cambridge, 2002. p. 53.

⁵⁶ Kenneth M. Waltz, "The Emerging Structure of International Politics." International Security. v. 18, n. 2. Outono 1993. p. 44-79. p. 47.

grande exército esquerdista nicaragüense atacar o estado de Texas. A década de 1980 também viu o crescimento da participação conservadora em instituições financeiras, como o FMI e o Banco Mundial.

O Presidente G. H. Bush invadiu o Panamá, outro país sem forças armadas próprias. Após a queda da URSS e o fim do Acordo de Ialta, os EUA precisavam de um novo inimigo e de uma nova razão para intervir no mundo. O bombardeio aliado contra o Iraque, e o empate técnico resultante, enfureceu os políticos conservadores. Mais uma vez, a intervenção em nome da democracia havia falhado e a ideologia não arrecadava apoio suficiente para promover os interesses expansionistas do governo.

Percebe-se que a influência dos EUA aumenta durante os momentos nos quais o sistema global aceita o seu modelo político e econômico, e não quando a democracia norte-americana é imposta. Desde a Guerra do Vietnã, porém, os EUA não conseguiram restabelecer completamente seu domínio político-econômico. A partir daí, os governos norte-americanos procuraram combinar diferentes níveis de idealismo político à expansão intervencionista. As administrações de Clinton e Bush demonstram as discrepâncias entre os setores políticos e econômicos nacionais e a alternância entre o multilateralismo internacional e o unilateralismo, na tentativa de retornar ao domínio total dos EUA em um mundo gradualmente favorável a um sistema de vários blocos de poder.

2.8 O Presidente da Guerra: as dificuldades na institucionalização da segurança

Harmonizar os interesses domésticos conflitantes dos EUA garante o sucesso da coesão, assim promovendo a política externa. O Presidente William Clinton, incapaz de obter um consenso interno, desafiou o império da lei em seu país, incorporado no Congresso, e instigou intervenções armadas dos EUA sem o aval do Legislativo. Ele ignorou tanto a lei internacional quanto o controle legislativo interno para promover suas campanhas junto às instituições internacionais de segurança, com financiamento e recursos norte-americanos, mas sem a aprovação do Congresso. O Presidente excluiu o órgão de censura do Executivo do

processo da guerra, atuando de forma quase autônoma para promover a intervenção bélica pelos EUA.

Clinton imitou o comportamento de Wilson e promoveu o “multilateralismo assertivo”⁵⁷. Após o fim da Guerra Fria, houve menos apoio do Congresso a intervenções. Como resposta às restrições do Congresso, surgiu a Doutrina Clinton em 22 de junho de 1999. Possivelmente inspirada na visão mundialista de Wilson, essa doutrina mais parecia uma promessa humanitária que uma política externa. Justificando essa diplomacia preventiva, Clinton jurou que os EUA iriam eliminar o genocídio, a qualquer custo, inclusive o da soberania alheia⁵⁸. A suspeita de desrespeito aos direitos humanos agora permitia, e exigia, a intervenção norte-americana.

A Cláusula de Guerra na Constituição dos EUA reconhece em apenas duas entidades o poder de declarar guerras que envolvam os EUA: ao Congresso e ao inimigo. Ao Presidente, na qualidade de Comandante-em-Chefe, controlando as forças armadas e a política externa, não se confere o poder de iniciar conflitos armados⁵⁹. Essa Cláusula foi escrita especificamente para limitar os poderes do Executivo, por ser ele mais suscetível ao impulso bélico que o legislativo, racional e representativo. Clinton, porém, iniciou diversos ataques unilaterais, desobedecendo às limitações constitucionais.

Em julho de 1993, o Presidente autorizou o ataque com mísseis Tomahawk a Bagdá em retaliação ao atentado a George Bush no Kuwait. No mesmo mês, vinte e três soldados paquistaneses a serviço da ONU foram mortos na Somália. Clinton ordenou o bombardeio da estação de rádio de Mogadíscio, além de quatro locais onde armas eram estocadas⁶⁰. Em ambos os casos, Clinton autorizou as medidas sem consulta ao Congresso. Em outubro de 1993, o Presidente enviou seiscentos soldados ao Haiti para restaurar a presidência de Jean-Bertrand

⁵⁷ Karl K. Schonberg, “Paradigm Regained: The New Consensus in Foreign Policy.” *Security Dialogue*. v. 32, n. 4. 2001. p. 439-452. p. 440.

⁵⁸ Adam Garkinkle, “Humanitarian Intervention: Strategy and Preventive Diplomacy.” *Orbis*. Outono 2001. p. 503-517. p. 508.

⁵⁹ David Mervin, “Demise of the War Clause.” *Presidential Studies Quarterly*. v. 30, n. 4. 12/2000. p. 770-6. p. 770.

⁶⁰ David Gray Adler, “The Law: the Clinton Theory of the War Power.” *Presidential Studies Quarterly*. v. 30, n.1. 03/2000. p. 155-68. p. 159.

Aristide. Em fevereiro de 1994, a OTAN iniciou uma campanha aérea sobre a Bósnia-Herzegovina, repetida em abril, agosto e novembro, e novamente em agosto e setembro de 1995. Em agosto de 1994, o Presidente informou ao Congresso que não necessitava de autorização, já que seu posto exigia a proteção da segurança nacional. Clinton afirmou que o apoio da ONU e da OTAN eram-lhe suficientes.

Ele substituiu a autorização congressional pelo apoio da Inglaterra e da França na OTAN, e da Rússia e China no Conselho de Segurança. Ambas ONU e OTAN, porém, exigem a aprovação dos órgãos legislativos de todos os países envolvidos em ataques aliados. Em 1945, o Congresso havia passado o UN Participation Act, cuja Seção 6 estipula que decisões do Conselho de Segurança e intervenções militares dos EUA sejam previamente aprovadas pelo Legislativo. O Tratado da OTAN de 1949, ratificado pelo Congresso, exige a aprovação prévia de qualquer ataque aliado e estipula que a adesão dos EUA à OTAN não impõe a sua participação automática nos conflitos em que se envolva aquela Organização⁶¹. Diversas advertências do Congresso foram ignoradas e Clinton continuou a promover novos ataques. Sua agressão ao Iraque em fevereiro de 1998, porém, foi cancelada a pedido do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, mas Clinton prometeu retomar as hostilidades caso o Iraque desobedecesse às exigências dos inspetores enviados ao país.

A Secretária de Estado, Madeleine Albright, eufemisticamente tentou estabelecer a distinção entre a declaração de guerra e o uso da força militar. O Congresso, ciente dos abusos de poder por Clinton, rejeitou essa diferença. Em dezembro, Bagdá foi bombardeado por quatro dias por ordem do Presidente. Em agosto de 1998, ele ordenou ataques a uma indústria farmacêutica no Sudão e a um campo de treinamento terrorista no Afeganistão, suspeito de estar sob o comando de Osama bin Laden⁶². Clinton justificou as suas ordens citando o Artigo 51 da Carta da ONU, que autoriza ataques preventivos, desde que caracterizados como legítima defesa, mas o Congresso refutou o argumento. Preocupava ao Legislativo a possibilidade de Clinton convencer a população de que ele era mais capaz de conduzir a

⁶¹ David Gray Adler, "The Law: the Clinton Theory of the War Power." *Presidential Studies Quarterly*. v. 30, n.1. 03/2000. p. 155-68. p. 160.

⁶² David Gray Adler, "The Law: the Clinton Theory of the War Power." *Presidential Studies Quarterly*. v. 30, n.1. 03/2000. p. 155-68. p. 160.

segurança nacional que o próprio Congresso, encarregado de avaliar riscos e declarar guerra. A cautela do Congresso, e seus próprios esquemas de *lobby* e interesses, eram ameaçados pela usurpação presidencial.

Em 24 de março de 1999, Clinton anunciou que os EUA, junto com dezoito membros da OTAN, haviam iniciado uma campanha aérea contra as forças armadas da Iugoslávia. Um mês depois do anúncio, o Congresso vetou a guerra norte-americana contra a Iugoslávia e proibiu que recursos do Departamento de Estado fossem utilizados para tais fins. Mas, até o início de maio, os EUA já haviam despachado 800 aviões à região e utilizado 9.000 cargas de munição sobre 1.900 alvos iugoslavos⁶³. O legislativo não autorizou, nem tampouco conseguiu impedir, o uso desses recursos. Enquanto Clinton desobedecia às leis limitadoras do seu poder, o Congresso não se manifestou para reprimir o Presidente ou mobilizou sua força política para impedir a continuação dos ataques⁶⁴. De certa forma, o Congresso, passivo, abdicou do poder exclusivo de declarar a guerra⁶⁵.

A promessa dos EUA, de eliminar o genocídio, revelou-se seletiva. Após o Secretário-Geral, Boutros Boutros Ghali, exigir que a ONU reconhecesse o conflito em Ruanda como genocídio - assim requisitando a intervenção internacional - Clinton vetou a sua reeleição ao posto em novembro de 1996. Ghali, contra protestos da França, não fora reeleito para um segundo mandato. Para impor aos demais países eleitores a decisão norte-americana contra Ghali, os EUA ameaçaram reter os seus pagamentos atrasados, devidos à Organização⁶⁶. Kofi Annan foi nomeado pessoalmente por Clinton e eleito Secretário-Geral por prudente unanimidade⁶⁷.

⁶³ David Gray Adler, "The Law: the Clinton Theory of the War Power." *Presidential Studies Quarterly*. v. 30, n.1. 03/2000. p. 155-68. p. 162.

⁶⁴ David Gray Adler, "Virtue of the War Clause." *Presidential Studies Quarterly*. v. 30 n. 4. 12/2000. p. 777-782. p. 781.

⁶⁵ Brandon C. Prins e Bryan W. Marshall, "Congressional Support of the President: A Comparison of Foreign, Defense, and Domestic Policy Decision Making During and After the Cold War." *Presidential Studies Quarterly*. v. 31, n. 4. 12/2001. p. 660-678. p. 660.

⁶⁶ Paul Lewis, "Boutros-Ghali's Book Says Albright and Clinton Betrayed Him." *The New York Times*. 24/09/1999. p. A6.

⁶⁷ Barbara Crossette, "Ghanaian Chosen To Head The UN, Ending Standoff." *The New York Times*. 14/12/1999. p. 1.

Apesar das críticas dos líderes conservadores em Washington, o Presidente, na verdade, obteve um êxito sem precedente entre os seus antecessores. Além de aumentar o arsenal e a pesquisa militar, a administração Clinton também interveio em um número maior de conflitos mundiais, e com uma particularidade importante: sem envolver mais de 40.000 soldados em total. As intervenções durante a administração Clinton especializaram-se na guerra de alta tecnologia, sempre contra inimigos com poucos recursos comparáveis. Uma nova tendência de guerra, de pouco risco e grandes investimentos, definia-se, sofisticando-se durante a era de Clinton.

Enquanto advogava uma postura multilateral dos EUA, Clinton não impunha preferências por instituições internacionais particulares. Após o veto do Conselho de Segurança à intervenção no Kosovo em 1999, ele ofereceu à OTAN a oportunidade de endossá-la. França e Inglaterra declararam-se contra o ataque, e a Rússia não quis apoiar publicamente agressões contra administrações eslavas. A ONU, mesmo opondo-se ao ataque, seria útil após os bombardeios, durante o processo de reconstrução nacional e na repressão legal aos líderes derrubados. Antes de atacar os alvos de solo, as forças aliadas eliminaram as defesas aéreas sérvias⁶⁸. Em seguida, destruíram as infraestruturas de transporte, eletricidade, hospitalares e a habilidade de refinar petróleo, obstruindo o uso governamental de tecnologias avançadas ou qualquer apoio industrial ao exército. A campanha de Clinton junto à OTAN venceu a “guerra” após meros 90 dias de bombardeio. Esta intervenção de Clinton mostrou-se econômica e rápida, servindo de exemplo ao Congresso e às forças armadas norte-americanas: os EUA poderiam intervir mundialmente, mesmo em casos de interesses nacionais marginais, porque o custo era baixíssimo.

A guerra no Kosovo demonstrou também a obsessão nacional por confrontos altamente destrutivos, sem a perda de vidas norte-americanas. Já que os EUA destruíram a defesa aérea sérvia previamente aos bombardeios, nenhum soldado norte-americano morreu durante o conflito. Essa tática agradou Washington, mesmo que a intervenção de Clinton não cessasse o genocídio na região⁶⁹.

⁶⁸ Martin C. Libicki, “A Ten-Year Rule for Defense Planning.” *Orbis*. Verão 2001. p. 387-399. p. 394.

⁶⁹ Martin C. Libicki, “A Ten-Year Rule for Defense Planning.” *Orbis*. Verão 2001. p. 387-399. p. 394.

2.9 A Doutrina Bush

O chamado espírito intervencionista de Clinton, e sua procura por uma maior participação expansionista dos EUA, foi interrompido após a nomeação de George H. W. Bush como Presidente em 2000. No início de seu mandato, Bush resgatou o método de dissuasão e prudência, reconhecendo os poderes dos demais países e as boas maneiras nas relações internacionais. A intervenção em assuntos externos fora limitada, e o discurso da intervenção humanitária abandonado. Em 2001, quando a China derrubou um avião militar norte-americano que sobrevoava seu território, e recusou-se a devolvê-lo, a administração Bush pouco fez além de criticar a China publicamente e esperar a devolução de cada peça, analisada, da aeronave completamente desmontada.

Em vista dos protestos internacionais e do isolamento político, a administração Bush alternou-se entre o unilateralismo e o multilateralismo, conforme a conveniência política de cada momento. Após a vitória da maioria republicana em 1994, em ambos o Senado e o Congresso, Bush pôde fazer os EUA recuar de seus compromissos e acordos em instituições internacionais. No mesmo ano, os republicanos apresentaram a proposta “Contract with America,” para cortar o apoio financeiro norte-americano à ONU e direcionar tais fundos ao Strategic Defense Initiative. Em 1995, apenas 963, dentre os 97.000 soldados da ONU em missão, eram norte-americanos⁷⁰.

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 forneceram o ímpeto de que Bush necessitava para reinventar a política externa de expansionismo. Na verdade, ele pouco inovou na ideologia da Doutrina Truman. Os EUA puderam voltar a impor os seus alegados dever e direito, de proteger a segurança internacional através da intervenção armada. As ações bélicas de Bush, porém, mostrar-se-iam mais frágeis que as das administrações anteriores. Sob descrédito internacional, mas ainda sem verdadeiros impedimentos, Bush promoveria campanhas unilaterais e ocupações mal sucedidas, acarretando crescente prejuízo ao controle norte-americano sobre a ideologia internacional. Suas guerras revelariam o desgaste da

⁷⁰ Karl K. Schonberg, “Paradigm Regained: The New Consensus in Foreign Policy.” *Security Dialogue*. v. 32, n. 4. 2001. p. 439-452. p. 441.

legitimidade do uso da força pelos EUA, favorecendo a consolidação de blocos de poder menores em diversas regiões. Ainda que os EUA possuam as forças armadas mais poderosas do mundo, e generosamente equipem seus aliados, seu domínio sobre a política e a economia internacional vem sendo crescentemente corroído e rejeitado.

2.10 O unilateralismo agressivo

Em seu State of the Union Address, de 29 de janeiro de 2002, Bush teceu conceitos ambíguos de intervenção bélica, justificando sua guerra abstrata ao terrorismo mundial. Durante o discurso, anunciou que os EUA deveriam antecipar-se às possíveis ações de regimes terroristas que ameaçam o mundo através de armas químicas, biológicas ou nucleares⁷¹.

O Presidente apontou três países como líderes do terrorismo mundial, agrupando-os em uma coletânea no “eixo do mal.” Em 1º. de junho de 2002, Bush explicou a mudança na política externa do país: os métodos anteriores não mais eram eficazes porque as regras do jogo haviam sido alteradas. Não existiam mais os países e as ameaças convencionais. A segurança nacional dos EUA passava a ser alvo de uma nova espécie de guerra, movida por um inimigo irreconhecível e imprevisível, que se representava no terrorismo internacional.

O relatório “National Security Strategy”, de 2002, apresentou a nova política externa dos EUA, conhecida como a Doutrina Bush⁷², que preserva as noções wilsonianas da expansão democrática, combinadas com o aumento da presença e do alcance militar dos EUA, alegadamente em resposta ao terrorismo. O documento inova ao abandonar os conceitos tradicionais de *deterrence* e *containment*⁷³. Requer-se de todas as administrações que apresentem a sua própria versão desse documento, que, uma vez publicado, em geral revela-se mera formalidade, ignorada tanto pelo Congresso quanto pelos diferentes ministérios. O

⁷¹ Francois Heisbourg, The Center for Strategic and International Studies Massachusetts Institute of Technology. “Is Preemption Necessary?” The Washington Quarterly. Primavera 2003. v. 26, n. 2. p. 75.

⁷² National Security Strategy. White House, Washington. 2002.

⁷³ Tom Mashberg, “War in Iraq. Experts: Invasion is Critical Test of ‘Bush Doctrine.’” The Boston Herald. 30/03/2003. p. 12.

“Strategy” de Bush, porém, obteve atenção devido ao seu componente central: a política externa dos EUA passaria a ser a força *preemptive*, declarada ilegal pela ONU. Bush assegurou que os EUA precisavam adaptar o conceito de “ataque iminente”, definido pela ONU, às capacidades e objetivos dos inimigos atuais. A inércia apenas ampliaria a eficácia dos ataques⁷⁴. A resposta norte-americana seria necessária, mesmo diante da incerteza quanto ao local e data do possível ataque futuro, garantindo a destruição das organizações terroristas antes que elas alcançassem os EUA. Bush exigiu que os EUA “competissem na paz ao invés de continuamente se prepararem para a guerra”⁷⁵.

As instituições internacionais e os acordos, promovidos por Clinton como uma forma de controle e monitoramento geral, foram dispensados por Bush. A escolha e destruição de um alvo necessitavam apenas das capacidades e do objetivo norte-americano. A criação da Doutrina Bush descartou todas as políticas externas anteriores, abandonando a jurisprudência isolacionista e o intervencionismo benevolente. Os EUA opuseram-se à participação dos demais países e das instituições internacionais na política mundial, oficializando as suas intenções de poder hegemônico.

Uma característica preocupante dessa Doutrina é sua combinação de planejamento de futuras estratégias bélicas e interesses políticos. Os dois elementos foram fundidos em sua proposta, para dar-lhe uma aparência de resposta à realidade atual, conforme vista e temida pelos norte-americanos. Dessa forma, o governo pode responsabilizar os países apontados como “perigosos” pela sua própria expansão armamentista, ainda que tais países não tenham feito qualquer ameaça.

2.11 O ataque ao Afeganistão

O governo Bush afirma que, não obstante a desproporção entre os arsenais, as operações antiterror constituem uma guerra equilibrada, já que os terroristas causam muito

⁷⁴ Anthony Clark Arend, “International Law and the Preemptive Use of Military Force.” *The Washington Quarterly*. v. 26, n. 2. 2003. p. 89-103. p. 89.

⁷⁵ George W. Bush, “National Strategy to Combat Weapons of Mass Destruction.” White House, Washington. 12/2002. p. 6.

dano comparativo às suas modestas armas. Essa grande capacidade destrutiva por parte do inimigo moralmente autorizaria o uso da força devastadora dos EUA contra regiões menos fortes, mas que potencialmente abrigam terroristas. O bode expiatório do terrorismo, a Al-Qaeda, foi declarado o maior alvo norte-americano, mas outros grandes favoritos permanecem na lista, como o Hezbollah e movimentos libertários no Líbano e na Palestina⁷⁶.

A legislação internacional trata atentados terroristas como crime. Os atentados são julgados em cortes internacionais, exigindo-se que cada estado investigue os crimes cometidos por seus cidadãos, extraditando os acusados para os países nos quais perpetraram os ataques. Atualmente, existem doze convenções mundiais para reprimir o terrorismo⁷⁷.

A Resolução 2625 (1970) da Assembléia Geral da ONU estabelece que os estados são responsáveis pelo controle dos seus cidadãos, cabendo-lhes inibir a prática do terrorismo⁷⁸. Essa lei, chamada “Friendly Relations”, visa impedir que territórios, sob a alegação da soberania nacional, sejam utilizados para mobilizar forças terroristas. A Resolução 49/60, “Measures to Eliminate International Terrorism”, de 1994, proíbe a preparação de ataque terrorista a um outro país⁷⁹. A Resolução 1269 (1999), do Conselho de Segurança, pede – mas não obriga – a cooperação internacional no combate ao terrorismo⁸⁰. Todas esses acordos foram medidas meramente simbólicas, reconhecendo a existência do terrorismo e a responsabilidade estatal pela sua prevenção.

Bush acusa a legislação internacional de ser ultrapassada e incapaz de avançar rápido o suficiente para alcançar a realidade em suas constantes mudanças. Isso justifica a necessidade de os EUA atuarem sozinhos. Em 8 de agosto de 2001, pouco antes dos ataques aos EUA, o International Law Commission da ONU definiu o que seja um estado terrorista. Para um país ser considerado um apoiador de atentados, ele precisa “instruir”, “direcionar” ou “controlar” organizações terroristas. De acordo com o Artigo 4 (2) da Carta da ONU, pode-se

⁷⁶ Michael C. Hudson, “Imperial Headches: Managing Unruly Regions in na Age of Globalization.” *Middle East Policy*. v. IX, n. 4. 12/2002. p. 61-74. p. 64.

⁷⁷ Geir Ulfstein, “Terrorism and the Use of Force.” *Security Dialogue*. v. 34, n.2. 2003. p. 153-167. p. 154.

⁷⁸ A/RES/2625. 24/10/1970.

⁷⁹ A/RES/49/60. 09/12/1994.

⁸⁰ S/RES/1269. 19/10/1999.

responsabilizar estados por atos cometidos por grupos que agem em seu nome. Essa lei animou a administração Bush, mas faltaram provas concretas para atribuir a participação do Afeganistão nos ataques de 11 de setembro. O Artigo 11 da mesma Carta exige, cumulativamente, que o estado acusado aceite sua responsabilidade na perpetração do ato terrorista.

Os EUA redefiniram as leis internacionais referentes ao terrorismo. O país argumentou que não existem apenas terroristas individuais, mas estados inteiros que apóiam esses grupos. Já que estados soberanos apóiam o terrorismo, aos EUA é permitido utilizar a força militar contra qualquer país que eles considerem terrorista. A condenação pelo Conselho de Segurança aos ataques de 11 de setembro de 2001, na medida em que denominavam o acontecido como “ato terrorista”, não autorizava a resposta bélica norte-americana. O Capítulo VII da Carta da ONU permite a autodefesa estatal quando existe uma ameaça à segurança internacional ou à soberania de um país. Anteriormente ao 11 de setembro, o Conselho permitia a imposição de sanções contra países infratores, mas nunca o uso da força. Os EUA argumentam que a Resolução 1368 (2001) do Conselho, assinada apenas um dia após os atentados, qualificou os ataques como uma ameaça internacional, assim autorizando, portanto, a retaliação armada⁸¹. Mas os EUA não mencionaram o fato de que apenas o Artigo 51 da Carta da ONU, e não as resoluções do Conselho de Segurança, permite a declaração de guerra. A Resolução 1368 não se referiu ao Capítulo VII, e tampouco permitiu o uso da força.

Ao contrário da Resolução 1368, a Resolução 678 (1990) concedeu permissão específica e expressa para a remoção das forças iraquianas do Kuwait⁸². As tropas aliadas puderam utilizar todos os “métodos disponíveis” para restaurar a paz e a segurança⁸³. A Resolução 1368 apenas condenou os ataques nos EUA, e não atribuiu culpa a qualquer país ou organização pelos mesmos. Os EUA adaptaram a sua leitura da Resolução para legitimar a invasão do Afeganistão, concedendo-se autoridade para intervir em qualquer país que eles culpassem por terrorismo. A Resolução 1373 responsabiliza os estados-membros a que

⁸¹ S/RES/1368. 12/09/2001.

⁸² S/RES/678. 29/11/1990.

⁸³ Geir Ulfstein, “Terrorism and the Use of Force.” *Security Dialogue*. v. 34, n. 2. 2003. p. 153-167. p. 155.

impeçam a existência de apoio financeiro a organizações terroristas em seus territórios, mas a infração dessa resolução não permite uma retaliação armada⁸⁴.

O governo norte-americano afirmou a necessidade de um novo vocabulário para definir a guerra contra o terrorismo. Os EUA argumentam que agora lutam contra um inimigo indefinido, fluído e amorfo. A insistência aqui é antecipar ataques que possam ocorrer, e nunca mais esperar serem vítimas para depois retaliar. Buscam a legitimação internacional, se não a autorização legal, para atuar unilateralmente contra seus inimigos, ainda que meros suspeitos. A tática norte-americana é a de apagar a linha divisória entre grupos terroristas e os estados nos quais eles possivelmente se encontrem, assim justificando o uso da força contra a soberania de um estado que, legalmente, não tenha cometido qualquer infração.

A administração Bush explicou que não havia distinção possível entre grupos terroristas e os países que os mantivessem. Em 2001, os EUA e a Inglaterra mandaram cartas ao Conselho de Segurança, informando que iriam atuar contra o Afeganistão, de acordo com o Artigo 51. O Presidente do Conselho agradeceu pelas cartas, mas não consultou os demais membros, nem tampouco concedeu permissão para o ataque. Outra Resolução, de número 1378, foi aprovada, exigindo o combate global ao terrorismo, novamente sem autorizar o uso da força e sem incluí-la no Capítulo VII. Desta forma, o Conselho declarou-se contra o terrorismo, mas não se responsabilizou por derrotá-lo⁸⁵. Tal combate deveria ser um esforço da comunidade internacional, não um caso isolado de autodefesa nacional. É uma lástima que a Resolução 1373 apenas fosse implementada após o início da invasão norte-americana no Afeganistão. Talvez a Resolução referida representasse as intenções, se não as ações, do Conselho na repressão de infrações cometidas por estados dominantes. Lembremos que o terrorismo não é reconhecido pela legislação internacional como atos cometidos por estados. É legalmente impossível, portanto, utilizar o Artigo 51, que autoriza o uso da força contra outro estado na proteção da própria soberania, em resposta a ataques terroristas.

Bush, ao contrário de Clinton, não precisou burlar o Congresso para iniciar conflitos armados. Após o 11 de setembro, ele pôde impor ao Legislativo a sua intenção de intervir. O

⁸⁴ S/RES/1373. 28/09/2001.

⁸⁵ S/RES/1378. 14/11/2001.

Congresso por pouco não aprovou por unanimidade a invasão do Afeganistão: apenas uma senadora rejeitou a guerra de Bush. A ameaça da estigmatização permanente, e acusações de falta de patriotismo, assustaram quase todos os políticos do país. Criticar as medidas de Bush era entregar os EUA às redes terroristas do mundo. Com a aprovação em alta e o controle republicano do Senado e do Congresso, mesmo os democratas e os republicanos mais conscientes decidiram não contrariar a campanha do Presidente.

2.12 A invasão do Iraque

Os inspetores da UNSCOM que passaram sete anos desmantelando as usinas nucleares iraquianas, entre 1991 e 1998, declararam a inexistência de armas de destruição em massa no país. A preocupação norte-americana com os perigos iraquianos foi pouco mencionada em 1980, quando aquele país invadiu o Irã, o mesmo ocorrendo em 1990 quando os iraquianos ocuparam o Kuwait ou quando houve ataques com armas químicas contra os curdos da província iraniana de Halabja, em 1988. Suspeita-se que esses ataques não receberam protestos dos EUA porque Hussein trabalhava dentro dos parâmetros impostos por seus então aliados norte-americanos.

Em 1998, os inspetores da UNSCOM, que o governo iraquiano acusava de serem espiões norte-americanos, saíram do Iraque por ordens da ONU e do Presidente Clinton. Tais inspetores haviam exigido acesso a locais demasiado pequenos para produzir ou guardar armas de destruição em massa, como os escritórios do partido do Presidente Hussein e a casa presidencial. Durante as inspeções, os estrangeiros utilizaram rádios, grampos para telefone e equipamento das forças de segurança norte-americanas⁸⁶. Após a sua retirada, os EUA iniciaram um bombardeio de quatro dias sobre Bagdá, o que fez com que Hussein proibisse a volta dos inspetores. O maior obstáculo que os EUA encontravam para iniciar a guerra eram as inspeções da AIEA, agora canceladas por ordem do próprio Hussein.

⁸⁶ Ronald Bleier, "Invading Iraq: the Road to Perpetual War." *Middle East Policy*. v. IX, n. 4. 12/2002. p. 35-42. p. 37.

Para a declaração de guerra entre estados, a ONU exige a aprovação do Conselho de Segurança, que os EUA não obtiveram. Os norte-americanos ainda estavam envolvidos no Afeganistão e não apresentaram provas suficientemente convincentes para invadir o Iraque e depor o Presidente Hussein. Até Israel declarou a guerra desnecessária, devido à sua própria superioridade militar comparativa às forças iraquianas⁸⁷. Mas Bush afirmou que “*we will not live in fear*”, não viveremos sob o medo, e anunciou que os EUA agiriam unilateralmente⁸⁸.

Em 10 de outubro de 2002, o Congresso autorizou Bush a declarar a guerra. Em discursos à ONU e à televisão nacional, nos dias 12 de setembro e 7 de outubro, o Presidente reiterou a existência de armas de destruição em massa no Iraque e a disposição de Hussein em utilizá-las⁸⁹. Bush especificou que preferia resolver o problema por métodos diplomáticos, e somente após a contínua resistência de Hussein os EUA participariam de um esforço multilateral para defender as estipulações da ONU; entretanto, afirmou que agiria unilateralmente caso o Conselho de Segurança não se manifestasse em favor das medidas⁹⁰. A 10 de outubro, ele propôs a intervenção ao Congresso, com um detalhe importante: Bush não pediu que o Congresso declarasse a guerra, mas que transferisse a ele essa prerrogativa.

Durante o período de eleições para o Congresso em 2002, Bush denunciou ao público norte-americano a hesitação do partido democrata em defender seus cidadãos e a segurança nacional⁹¹. A possível estigmatização levou os membros do Congresso, republicanos e democratas, mesmo aqueles contrários à guerra, a votar pela Resolução SJ 46, que garantia a Bush o poder de declarar a guerra *preemptive* contra o Iraque⁹². Ao mesmo tempo em que os senadores autorizaram o Presidente a iniciar o conflito, todos afirmaram à mídia que declarar a guerra era direito exclusivo do Congresso. O acordo final estabeleceu que “o Presidente está

⁸⁷ Ronald Bleier, “Invading Iraq: the Road to Perpetual War.” *Middle East Policy*. v. IX, n. 4. 12/2002. p. 35-42. p. 36.

⁸⁸ Robert L. Jervis, “The Confrontation between Iraq and the US: Implications for the Practise and Theory of Deterrence.” *European Journal of International Relations*. v. 9, n. 2. 2003. p. 315-337. p. 317.

⁸⁹ Ronald Bleier, “Invading Iraq: The Road to Perpetual War.” *Middle East Policy*. v. IX, n. 4. 12/2002. p. 35-42. p. 35.

⁹⁰ Winslow T. Wheeler, “Week of Shame: Congress Wilts as the President Demands an Unclogged Road to War.” Center for Defense Information. Washington. 01/2003. p. 2.

⁹¹ Winslow T. Wheeler, “Week of Shame: Congress Wilts as the President Demands an Unclogged Road to War.” Center for Defense Information. Washington. 01/2003. p. 3.

⁹² “After the Attack: the War on Terrorism.” *Monthly Review*. v. 53, n. 6. 11/2001. p. 1-9. p. 2.

autorizado a utilizar as Forças Armadas”, mas não que o Congresso reconhecesse a autoridade do mesmo na matéria. Mais uma vez, o Executivo ignorava as limitações legais sobre o seu uso da força.

Para apoiar suas intervenções no exterior, Bush conseguiu a imprescindível coesão da política interna. Assim, pôde informar aos demais países que ou eles eram a favor dos EUA, ou eram contra. Os aliados estrangeiros, mesmo desaprovando suas declarações e ações, não retiraram seu apoio aos EUA ou questionaram a sua condição de liderança mundial.

Anteriormente, o conceito da ação *preventive* era uma garantia de segurança e soberania para um estado diante de uma situação grave. Enquanto a ONU reconhece o direito da autodefesa, dentro de parâmetros de necessidade e proporção, não encoraja a total arbitrariedade na utilização do Artigo 51. Um pequeno incremento no uso dessa agressão poderá enfraquecer a credibilidade da Carta e banalizar o seu uso. Quando o Artigo 51 deixar de ser uma espécie de salvaguarda, legítima e excepcional, passará a servir de justificativa para infrações das leis dentro da comunidade internacional. Se a censura por seu uso incorreto não for convincente bastante para deter ataques estratégicos futuros, o sistema corre o risco de perder a sua legitimidade. Há alegações de que o Artigo 51 seja apenas mais um método para apoiar a repressão sistemática dos países menos fortes por poderes dominantes.

2.13 A reconstrução do Iraque

A administração Bush propôs um plano de reconstrução. As grandes reformas previstas para o Iraque, porém, beneficiam não os nacionais, mas os empresários estrangeiros. A guerra norte-americana não favorece apenas as indústrias de defesa ou a moeda nacional, mas uma abrangente e sofisticada coalizão de firmas e multinacionais do mundo inteiro.

Bush impôs maiores cortes em gastos militares, em paralelo com seus investimentos em tecnologia avançada. O Pentágono reduziu os efetivos militares de 2.1 milhões em 1990

para 1.4 milhões em 2002⁹³. Sob a direção do Secretário da Defesa, Donald M. Rumsfeld, o governo aumentou a dependência militar da terceirização de serviços. Dessa forma, a ampliação das intervenções norte-americanas não seria prejudicada pelos cortes no orçamento. Esses contratos particulares garantem serviços de construção, inteligência e segurança, e não apenas atuam nas áreas anteriormente reservadas às tropas norte-americanas, mas também substituem os soldados nas tarefas não-combativas. Estes, então, podem restringir-se às atividades armadas, como patrulhar ou guerrear. Durante a Guerra do Golfo em 1991, havia no Iraque um contratado particular para cada cem soldados aliados. Em 2003, esse número passou a ser de um contratado para cada dez soldados. O número de civis sob contratos particulares atinge, nessa invasão, a casa dos 15.000. A companhia Global Risk Strategies colocou 1.100 contratados no Iraque, todos recém removidos do Nepal ou Fiji.

Contratos particulares substituem soldados profissionais, mascarando os verdadeiros custos da guerra, assim beneficiando o Executivo, os setores de defesa e as empresas envolvidas. O *status* civil do contrato remove o requisito de controle e inspeção pelo Congresso, pois as atividades são agora controladas exclusivamente pelo Pentágono, pelo Departamento de Defesa ou pela CIA⁹⁴. Assim, não existe a necessidade de revelar custos, deveres no campo de batalha, ou lucro recebido pelas empresas fornecedoras⁹⁵. Havendo pouco controle dentro do Iraque, a fiscalização do comportamento e ética norte-americanos no país são mínimas.

Perdas humanas não-militares também são tidas como uma economia governamental, não sendo necessária a sua divulgação, por se tratar de civis e não de combatentes oficiais. Mesmo que não estejam envolvidos em combate, a Convenção de Genebra reconhece indivíduos presentes em batalha como alvos legítimos de guerra⁹⁶.

⁹³ Jim Krane, "The Business of War: Installing Hired Help Behind Front Lines Mutually Beneficial for Private Sector, U.S. Military." *The Halifax Daily News*. 30/10/2003. p. 16.

⁹⁴ Jim Krane, "The Business of War: Installing Hired Help Behind Front Lines Mutually Beneficial for Private Sector, U.S. Military." *The Halifax Daily News*. 30/10/2003. p. 16.

⁹⁵ Jim Krane, "The Business of War: Installing Hired Help Behind Front Lines Mutually Beneficial for Private Sector, U.S. Military." *The Halifax Daily News*. 30/10/2003. p. 16.

⁹⁶ Linda Robinson, "America's Secret Armies." *U.S. News & World Report*. v. 133, n. 17. 04/11/2002. p. 38-43. p. 40.

Enquanto a campanha militar contra o Iraque em 1991 resultou em um empate e na permanência de Hussein, a segunda campanha obteve um êxito comercial enorme. O Congresso norte-americano atualmente planeja investir quase US\$100 bilhões na reconstrução do Iraque, e o Banco Mundial iniciou um comitê junto à ONU para coordenar um fundo internacional que complemente os esforços dos EUA, na esperança de que mais países venham integrar-se ao projeto⁹⁷.

A US-Iraq Business Alliance, formada oito meses antes da invasão norte-americana, foi renomeada “Coalition Provisional Authority”, sob aprovação do Departamento de Tesouro. Essa autoridade implementou leis favoráveis a empresas estrangeiras dentro do Iraque, alegadamente para encorajar o desenvolvimento econômico de um país destruído pela guerra. Até o fim de 2003, ainda esperava-se agregar um total de 150 companhias norte-americanas à Alliance. Países como a Rússia, Japão e Coréia do Sul já iniciaram instalações de comércio e infraestrutura no Iraque. Todas as companhias que receberam parte dos US\$ 8 bilhões do Congresso para a reconstrução do Iraque contribuíram para a campanha eleitoral de George W. Bush em 2000, e desde 1990 já haviam doado US\$49 milhões para campanhas políticas de ambos os partidos⁹⁸. Assim, empresas particulares continuam a lucrar com intervenções norte-americanas, em nome da democracia.

2.14 A Corte Internacional

Não é incomum os EUA adotarem medidas unilaterais após exigirem um esforço multilateral em torno de um assunto. Em 2001, o Congresso declarou-se contrário à Corte Internacional de Justiça, não ratificando o acordo que a estabelece⁹⁹. Seu protesto baseou-se no fato de que soldados norte-americanos seriam julgados pela mesma por crimes cometidos em países estrangeiros. Os EUA anunciaram preferir processar seus soldados em suas próprias cortes militares, longe da observação internacional.

⁹⁷ “Campaign Money and Contracts.” Hartford Courant. 02/11/2003. p. C2.

⁹⁸ “Campaign Money and Contracts.” Hartford Courant. 02/11/2003. p. C2.

⁹⁹ “International Law Scholar: Helms Amendment on International Court Shows 'Utter Contempt' for Safety of U.S. Soldiers” Ascribe Newswire. 13/12/2001.

Os alegados direito e dever de intervenção norte-americanos em conflitos internacionais, de acordo com a sua ideologia, associa os EUA a uma aura de infalibilidade. Frequentemente, a política externa norte-americana procura incorporar essa ideologia discriminatória à legislação internacional. Essa licença de isenção contra restrições legais também oculta violações de comportamento durante o combate e a ocupação. Os EUA iniciaram uma campanha para arrecadar assinaturas de líderes mundiais, garantindo a imunidade legal para tropas norte-americanas estacionadas em seus territórios, e prometendo a sua extradição caso cometessem alguma infração¹⁰⁰. Assim, soldados norte-americanos são isentos de punição através dos sistemas judiciários nacionais. Já assinaram essa exceção o Afeganistão, Albânia, Colômbia, Romênia, Israel e Índia. Suspeita-se que diversas dessas assinaturas foram asseguradas através da pressão militar e financeira, sob ameaças de cortes em ambas se os países não acatassem as exigências norte-americanas. Todos os países da União Européia recusaram-se a assinar¹⁰¹.

Após a negação da Corte e seus signatários em isentar os EUA, o país ameaçou cancelar as suas missões junto à ONU no mundo¹⁰². O Conselho cedeu às pressões, parcialmente, concedendo o adiamento de um ano no julgamento de todos os casos envolvendo norte-americanos e prometendo renovar tais adiamentos por novos períodos, enquanto necessário. Assim, a habilidade da Corte em processar crimes de guerra e contra os direitos humanos é limitada, devido à imunidade garantida aos países que não a reconhecem. Enquanto 139 líderes mundiais assinaram o acordo, inclusive o Presidente Clinton, apenas 90 países ratificaram a Corte, pelo Tratado de Roma de 1998. O Presidente Bush mandou uma carta a Kofi Annan em 2001, declarando que os EUA “não tinham nenhuma obrigação legal devido à assinatura do Presidente que o antecederam¹⁰³”.

¹⁰⁰ Colum Lynch, “U.S. Presses U.N. to Extend War Crimes Court Exemption.” The Washington Post. 07/06/2003. p. A16.

¹⁰¹ Barry James, “U.S. and Albanians Sign Accord on Court; Powell Thanks Tirana for Aid on Iraq.” The International Herald Tribune. 05/04/2003. p. 4.

¹⁰² “International Law Scholar: Helms Amendment on International Court Shows 'Utter Contempt' for Safety of U.S. Soldiers.” Ascribe Newswire. 13/12/2001.

¹⁰³ Colum Lynch, “U.S. Presses U.N. to Extend War Crimes Court Exemption.” The Washington Post. 07/06/2003. p. A16.

O país continua a exigir uma imunidade permanente, alegando que o mero adiamento dos processos é insuficiente. A Corte decidiu que um veto do Conselho de Segurança, ou quatro aprovações dentro do grupo maior de quinze membros, serviria para cancelar o adiamento e prosseguir com os processos contra norte-americanos. Temendo a chamada “perseguição política” de seus cidadãos em serviço à comunidade internacional, o país ameaçou “consequências sérias” caso qualquer norte-americano fosse preso pela Corte¹⁰⁴. Em resposta, o Congresso aprovou a Emenda Helms, proibindo a cooperação do país com a Corte e concedendo poderes ao Presidente para utilizar-se de “todos os recursos necessários e apropriados” para libertar norte-americanos detidos internacionalmente por ordem da mesma Corte¹⁰⁵.

2.15 A exportação da democracia ao Oriente Médio

Bush prometeu levar a democracia ao Oriente Médio, removendo os chamados regimes islâmicos autocráticos, mesmo aqueles eleitos democraticamente. Enquanto os EUA prometem remover as autocracias e instalar governos democráticos, como dita sua ideologia universalista, os incentivos visíveis causam dúvidas quanto a suas verdadeiras intenções. Os EUA dissuadem a Europa de intervir demasiadamente no Oriente Médio, mas insistem em que os europeus apóiem medidas norte-americanas de controle da proliferação armamentista na região. Se os EUA concedessem aos europeus um papel maior em suas campanhas mundiais, talvez estes resistissem menos ao domínio político norte-americano, e a Europa fosse mais complacente para com o seu armamentismo e intervencionismo.

O Presidente implantaria a “democracia” no Oriente Médio com o apoio, inclusive, de regimes autoritários como o do Bahrein, Catar e Kuwait, que concederam o uso de suas bases militares aos norte-americanos para combater o ditador iraquiano em 2004¹⁰⁶. Isso se explica

¹⁰⁴ Edith M. Lederer, “Security Council Battle Between U.S. and Court Supporters Is Over , but not the War.” The Associated Press. 13/07/2003.

¹⁰⁵ Alan Fram, “Senate Votes Overwhelmingly to Bar U.S. Participation in New International Criminal Court.” The Associated Press. 07/12/2001.

¹⁰⁶ Lawrence Korb, “Rumsfeld's Folly: the Radical Bush Doctrine for America's Military Was Cooked up Long Before 9-11.” The American Prospect. 11/2002. p. 49.

porque Bush garantiu não pretender promover uma democratização generalizada, mas apenas controles caso a caso, em países considerados perigosos e que necessitem de intervenção¹⁰⁷. Haverá resistência, talvez, por parte de certos países marginalizados, alvos dessa “campanha democratizante”. Por isso, o governo Bush procura construir essa política externa sob a sombra da ideologia da democracia mundial¹⁰⁸.

Os países árabes costumam suspeitar de poderes estrangeiros e suas tentativas de dominar a política regional. As ondas nacionalistas e islâmicas prometem poucos adeptos às imposições norte-americanas de “liberalização” e “democratização”, ambas mundialmente suspeitas de promover interesses econômicos e estratégicos dos EUA. Em diversos países do Oriente Médio, inclusive a Arábia Saudita, Catar e Kuwait, os regimes são mantidos no poder sem o apoio popular, fazendo concessões politicamente arriscadas aos EUA para manter-se.

A meta política de Bush no Oriente Médio é a secularização. A política internacional advoga que os estados seculares naturalmente adotem reformas liberais e, assim, caminhem para a democracia¹⁰⁹. Mas os aliados dos EUA, incluindo a Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã são regimes comandados por famílias reais. Essas famílias sobrevivem através do controle estatal e a liberalização mínima de reformas econômicas. Advogar a democracia e o secularismo no Oriente Médio, para remover regimes autocráticos, contradiz o apoio norte-americano a seus aliados na região. Em 2002 e 2003, os EUA conseguiram impor os seus projetos de democratização no Afeganistão e no Iraque. Mas os EUA têm sido moderadamente cautelosos em não arriscar um distanciamento de seus aliados árabes.

Os EUA não podem arriscar perder para líderes religiosos os regimes que lhes dão apoio. Para reduzir esse risco, promovem iniciativas, também limitadas, de democratização, de sorte que o apelo dos grupos religiosos seja menos forte. A sugestão de Bush, de construir “autocracias liberais”, sugere que os EUA desejam manter no poder os regimes autocráticos

¹⁰⁷ Sonya Ross, “Bush Clarifies ‘Terror Doctrine.’” Associated Press Online. 22/04/2002.

¹⁰⁸ Ray Takeyh e Nikolas K. Gvosdev, “Democratic Impulses versus Imperial Interests: America’s New Mid-East Conundrum. Orbis. Verão 2003. p. 415-431. p. 419.

¹⁰⁹ David Smock, “Islam and Democracy.” United States Institute of Peace. Washington. Special Report n. 93. 09/2002.

que lhes sejam favoráveis e substituir apenas governos inimigos. Outro método considerado pelos EUA é impor reformas políticas, na promessa de o país receber um maior apoio financeiro, em uma espécie de Plano Marshall para o Oriente Médio¹¹⁰. Em tais países serão implantados modelos liberais, com o Estado de Direito, instituições democráticas e imprensa livre, todos sob o comando do Executivo, suscetível às demandas dos EUA¹¹¹. Este é um movimento intencional para a integração de sistemas islâmicos favoráveis à política externa norte-americana.

Diversos estrategistas menos conservadores afirmam que não a secularização, mas sim reformas políticas, sociais e econômicas, resolverão as dificuldades no Oriente Médio¹¹². Essas discussões, entretanto, são apenas formas mais delicadas de impor a reconstrução do estado islâmico pelo ocidente. Atribuir a falta de liberalismo na região à resistência islâmica ao progresso continua sendo uma legitimação para o envolvimento externo. Esse raciocínio, novamente, oculta a história da participação e domínio pelo ocidente e, agora, pelos EUA, sobre os países do Oriente Médio. Uma meta ideológica de seus governos é silenciar a história e atribuir conotações negativas a países repentinamente sem passado, submersos apenas em paixões agressivas.

2.16 A redução de seu domínio

O autor Immanuel Wallerstein chamou o 11 de setembro de “o início da queda do imperialismo norte-americano¹¹³”. O domínio dos EUA precisaria reduzir as influências dos potenciais poderes regionais, que eventualmente ameaçarão esse domínio¹¹⁴. Wallerstein argumentou que a maior ferramenta dos EUA são as suas forças armadas, devido às quedas

¹¹⁰ Mahmood Monshipouri, “The Paradoxes of US Policy in the Middle East.” *Middle East Policy*. v. IX, n. 3. 09/2002. p. 65-84. p. 78.

¹¹¹ Ray Takeyh e Nikolas K. Gvosdev, “Democratic Impulses versus Imperial Interests: America’s New Middle East Conundrum.” *Orbis*. Verão 2003. p. 415-431. p. 427.

¹¹² Henry Munson, “Islam, Nationalism, and Resentment of Foreign Domination.” *Middle East Policy*. v. X, n. 2. Verão 2003. p. 40-53. p. 42.

¹¹³ Immanuel Wallerstein, “The Eagle Has Crash Landed.” *Foreign Policy*. 07-08/2002. p. 60-68. p. 60.

¹¹⁴ James A. Bill, “The Politics of Hegemony: The United States and Iran.” *Middle East Policy*. v. VIII, n. 3. 09/2001. p. 89-100. p. 92.

relativas de seus outros poderes, inclusive o econômico e o político. A sua autoridade não é mais inabalável e, aos poucos, aumentam as contestações mundiais contra a sua liderança.

A maior proliferação de armas convencionais e de destruição em massa, e o retorno às múltiplas alianças de segurança regionais, poderão reduzir a capacidade dos EUA em dominar as diversas políticas mundiais. Porém, enquanto os EUA procuram manter, ou recuperar, o seu domínio internacional, a história de suas intervenções prévias serve como mapa de estudo de sua ideologia legitimadora e do processo de resposta dos países ocupados.

3. A HIERARQUIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

3.1 O Tratado de Não-Proliferação

Em 1957, a Organização das Nações Unidas criou a Agência Internacional de Energia Atômica, AIEA, para promover o uso pacífico da energia nuclear, de recente e trágica memória. No seu início, ela teve como única atividade a verificação desse uso pacífico. Com o tempo, ampliou-se na direção de um organismo que acompanhava e promovia propostas de acordos de relevância armamentista. Em paralelo, constatou-se o desencadeamento de capacidades nucleares em diversos pontos do mundo, bem como a aceleração tecnológica do setor, tornando mais visíveis as limitações operacionais da Agência. Ela não poderia seguir funcionando sozinha, nem representar os interesses internacionais pela não-proliferação, baseada somente na difusão de tecnologia pacífica e enquanto não tivesse poderes definidos e aceitos, ou legitimidade de ação.

Após o risco iminente de ataque nuclear e o pânico mundial no episódio Krushev/Kennedy, dos Mísseis cubanos em 1962, EUA, URSS e Reino Unido assinaram o Partial Test Ban Treaty¹¹⁵. Permitindo testes nucleares atmosféricos por seus membros e fechado ao seu grupo original de partícipes, o PTBT foi produzido por um grupo de 18 países, conhecido como o Eighteen Nation Disarmament Commission, ENDC. Pela primeira vez especificava-se um tipo de teste permitido e se designava um grupo limitado de países como titulares exclusivos do direito ao armamento nuclear. As limitações rapidamente apareceram quando, dois anos depois, a China fez seu primeiro teste, motivando as potências nucleares a procurar um acordo multilateral para controlar, ou ao menos acompanhar, a crescente proliferação de armas atômicas. A Guerra Fria e diversos acordos fracos, menores, de não-proliferação, levaram EUA e URSS a disseminar armas nucleares nos territórios por eles controlados, inclusive na Europa Oriental, na Coreia do Sul e junto aos aliados da OTAN, que ilegalmente transportavam armas nucleares norte americanas no âmbito da Europa Ocidental.

¹¹⁵ G. Matthew Bonham, Victor M. Sergeev e Pavel B. Parshin, "The Limited Test-Ban Agreement: Emergence of New Knowledge Structures in International Negotiation." *International Studies Quarterly*. n. 41. 1997. p. 215-240. p. 220.

Houve um reconhecimento dos perigos potenciais aos países não-nucleares e do risco de transferir-se tecnologia a países considerados perigosos.

As negociações por um tratado multilateral para a não-proliferação nuclear começaram em 1965, quando a Resolução 2028 da Assembleia Geral da ONU fez as seguintes estipulações:

1. Tanto os países já nucleares quanto os não-nucleares não promoveriam a proliferação;
2. as obrigações entre os dois grupos seriam não-discriminatórias e “appropriate” (*apropriado, adequado, sensato*). Ou seja, antes de redigir o acordo, as partes impuseram-se o óbvio: ele não deveria contemplar a insensatez. A preocupação, liminarmente suspeita, provou-se justificada, pois o texto final revelou-se eivado de incongruências, e suas metas, quando não indefinidas, irrealizáveis. As obrigações estipuladas permitem diversas formas de evasão;
3. deveria servir como um passo para o completo desarmamento nuclear (mas não estabelece metas, nem datas);
4. a criação de áreas livres de armas nucleares, nos quais elas nunca estariam presentes e onde nunca poderiam ser usadas (os EUA já violaram esse dispositivo na Nova Zelândia e no Oceano Pacífico: a França, Atol de Mururoa).

Após diversas negociações e rejeições de propostas de tratado, EUA e URSS apresentaram juntos o TNP ao ENDC. Algumas modificações foram feitas e o TNP foi aprovado na ONU em junho de 1968, pela Resolução 2372, com 62 países membros assinando¹¹⁶. O ENDC ficava, assim, substituído pelo TNP, com suas funções transferidas para a ONU e a AIEA. Em 1969 o Iraque aderiu. O TNP, assinando por Johnson em 1968, foi ratificado por Nixon em 1970¹¹⁷.

¹¹⁶ S/RES/2372. 1968.

¹¹⁷ Jack Mendelsohn e David Graham, “Arms Control Chronology.” Center for Defense Information. Inverno 2002. p. 1.

O tratado estabelecia que, para promover o apoio e a segurança dos países declarados não-nucleares, os nucleares concordavam em que qualquer agressão seria objeto de intervenção pelo Conselho de Segurança da ONU. Tampouco poderiam usar armas nucleares contra os referidos países não-nucleares exceto quando estes estivessem em aliança ou cooperação com países nucleares agressivos. Em março de 1970, o TNP foi ratificado pelos mesmos três países nucleares e 62 países declarados não-nucleares. A França, também potência nuclear, não assinou, mas comprometeu-se a agir como se signatária fosse.

A natureza do Tratado contém diversas discrepâncias que ainda não foram vencidas. Sua proposta é genérica e, como apontamos, não especifica metas ou datas para o efetivo desarmamento. O TNP é apoiado por diversos outros tratados, que vão surgindo ao sabor das mudanças tecnológicas e políticas. Continua sendo, porém, o acordo central, quase uma entidade espiritual de boas intenções. Os outros tratados, específicos e raramente multilaterais, não prevêem sanções políticas e freqüentemente contradizem o que dispõe o TNP. Casos particulares serão discutidos cronologicamente.

Durante o intervalo entre esta e a próxima reunião, os Estados Unidos criaram o míssil Minuteman III, capaz de atingir diversas cidades programadas como alvos, por todo o mundo. Em 1974, após o primeiro teste indiano, Nixon prometeu transferir tecnologia para o Egito e Israel¹¹⁸. Em 1978 as duas potências assinaram o SALT-II, Strategic Arms Limitation Talks, prometendo não aumentar, mas tampouco diminuir, seus arsenais nucleares, assim violando o espírito do TNP.

O ano de 1995 celebrava o 25º. aniversário do Tratado. Naquele mesmo ano, a Resolução 984 do Conselho de Segurança aprovou o Artigo X parágrafo 2, que declara o Tratado como válido indefinidamente. Os países não-nucleares, porém, entenderam esse parágrafo como um compromisso, pelos países nucleares, de se desarmarem, por mais lento que fosse o processo. Não conseguiram estabelecer um *Final Decision*, mas foi considerado positivo o fato de ter-se estendido o Tratado indefinidamente.

¹¹⁸ Michael J. Martinez, "The Carter Administration and the Evolution of American Nuclear Proliferation Policy, 1977-1981." *Journal of Political History*. v. 14, n. 3. 2002. p. 261-292. p. 262.

Em 1997, a AIEA teve mudanças importantes, podendo inspecionar quaisquer locais suspeitos de produção nuclear ainda que sem permissão do governo interessado ou aviso prévio, contanto que em países-membros do acordo (Israel, por exemplo, não reconhece a agência; logo, não receberia inspetores). Aspectos internos dos tratados dificultam a sua autoridade moral ou eficácia como legislação. Por ser multilateral e válido por tempo indefinido, o tratado sofreu várias limitações, invalidando sua eficácia.

3.2 A desobediência ao espírito da antiproliferação

A negociação do CTBT, Comprehensive Test Ban Treaty, de certa forma representa um começo do abandono simbólico do TNP. As discussões acerca de testes permissíveis sob este novo tratado demonstraram as capacidades, interesses e sinceridade dos países em termos de negociação de desarmamento. Boa parte da dificuldade em assinar o acordo veio da falta de consenso quanto ao que seria considerado um teste nuclear “aceitável”. O presidente Bill Clinton propôs limitar testes nucleares ao *zero yield*, sistema que utiliza simulações pelo computador, em vez dos chamados *subcritical*, que não sustentam uma reação em cadeia, mas utilizam explosivos com material de fissão. Como, porém a tecnologia envolvida no *zero yield* é excessivamente cara e ainda detida apenas pelos EUA, a China e a Rússia não aceitaram a proposta. Os americanos propuseram-se a realizar seus testes e abrir os resultados para outros países. Ambas as propostas permitem *stockpile* de dados de armamento nuclear, indo, portanto, contra os princípios do TNP, de desarmamento progressivo das potências. Enquanto membros não-nucleares permanecem como tais, as potências continuam pesquisando tecnologia nuclear e negociando em conjunto tratados paralelos que infringem o acordo central. Em decorrência, o CTBT, que não se submete à AIEA, conflita com o TNP, pois outorgaria a países como Índia, Paquistão e Israel, por exemplo, o status de países nucleares. O CTBT precisaria de 44 ratificações, inclusive das 5 potências nucleares. Com o veto da China e da Rússia, não passou.

Prevendo que ele não passaria, os países interessados no CTBT, liderados por EUA e França, conceberam uma solução alternativa. Trata-se de um novo Partial Test Ban Treaty –

PTBT, sem qualquer conexão com a mesma sigla fundada nos anos sessenta. A rigor, trata-se do CTBT sem o seu controverso Artigo XIV. Na sua redação original, o Artigo referido exigia que todos os estados nucleares assinassem, enquanto a nova redação proposta contentava-se com a maioria desses estados. Países suspeitos de deterem tecnologia nuclear, como Paquistão e Índia, estariam, portanto, dispensados da assinatura para que o Artigo prevalecesse. Considerada a “ovelha negra” da família nuclear, por sua posição heterodoxa, a Índia declarou que só assinaria se todos os países nucleares se comprometessem ao desmonte completo dos seus arsenais¹¹⁹. O país vetou o CTBT em 1996. Por coincidência bastante suspeita, na mesma época perdeu, para o Japão, o assento a que se candidatara no Conselho de Segurança.

A França voltou a fazer testes nucleares em 1995 e 1996, dentro do limite de 100-300 toneladas sugerido pelo CTBT original. Não houve censura internacional aos seus testes.

Os Estados Unidos não quiseram que a Índia fosse recompensada com o título de potência nuclear ou como membro nuclear do TNP. A atitude levantou a denúncia: a questão do TNP está em que os países nucleares não **precisam** desarmar-se, enquanto os não-nucleares não **podem** armar-se. A Índia acusou o tratado de ser estático, divorciado, portanto, da realidade dinâmica, com o favorecimento dos países membros nucleares e a falta de diálogo com potências recém-formadas. Em 1998, os EUA impuseram sanções econômicas e militares à Índia por seus cinco testes nucleares. Todas foram canceladas em 1999, quando começou uma aliança militar entre os dois países¹²⁰.

Em 2000, o TNP contava 187 membros que, após quinze anos de desencontros, conseguiram assinar um *Final Document*. Cuba e Palestina compareceram à reunião como observadores. Em boa forma protocolar, a reunião introdutória começou com um discurso por cada dos 157 países representados. Os ensaios importantes foram os New Coalition Agenda, Non-Aligned Movement e o Joint Statement das cinco potências nucleares. Na New Coalition Agenda, aliados como Egito, Brasil, México, África do Sul e Suécia apresentaram demandas de cooperação aos países nucleares, no sentido de os mesmos se desarmarem, eliminando seus

¹¹⁹ Gaurav Kampani, “In Praise of Indifference toward India’s Bomb.” *Orbis*. Primavera 2001. p. 241- 257. p. 243.

¹²⁰ Joel E. Star, “Can US and India be Steadfast Friends?” *Orbis*. 2001. p. 111-121. p. 112.

arsenais. Ao mesmo tempo, que tais países defendessem os membros não-nucleares. No corpo do Documento Final, o Comitê de Revisão solicitou que EUA e Rússia ratificassem o START II, III, Strategic Arms Reduction Talks, e o TAB, Tratado Anti-Balístico, o que não ocorreu¹²¹.

Surpreendentemente, quase todos os países do mundo assinaram o TNP, alguns como convidados, motivados por incentivos financeiros, alguns como voluntários para barganhar concessões políticas. O Brasil, por exemplo, em troca da sua assinatura, pleiteou uma vaga no Conselho de Segurança, sem sucesso. Quatro países cuja assinatura o TNP reputa importantes não ratificaram o tratado: Índia, Paquistão, Israel e Cuba.

Israel declarara Índia e Paquistão como inimigos de longo alcance. Também acusara o Irã de poder usar armas nucleares a partir de 2002, o que os Estados Unidos desmentiram, sugerindo que tal não ocorreria antes de 2020. O Egito está pressionando Israel para que assine e colabore na construção da “paz coerente” na área¹²². O Egito lembra que Israel é o único país no Oriente Médio que ainda não aderiu ao TNP. Por seu lado, Israel já tem vendido tecnologia norte-americana para a China, o que viola o Artigo II do TNP.

A administração George W. Bush tem publicamente declarado a intenção de abandonar diversos tratados e não ratificar alguns outros que ainda aguardam ser votados. Os Estados Unidos anunciaram que acordos com a Rússia, inclusive START I, SALT II, TAB e o Tratado de Moscou não os impedirão de pesquisar e produzir armas nucleares. A ONU promoveu uma votação para decidir se o CTBT voltaria a ser negociado e votado. A pergunta foi respondida por 140 votos afirmativos e um único negativo, o dos EUA.

A Rússia também anunciou a continuação dos testes de mísseis para seu próprio sistema de defesa, o National Missile Defense. O governo Bush anunciou que somente assinará o START III após Rússia e França se desarmarem, apesar de o Tratado pedir

¹²¹ Jack Mendelsohn e David Graham, “Arms Control Chronology.” Center for Defense Information. Inverno 2002. p. 2.

¹²² Yoram Peri, “The Israeli Military and Israel’s Palestinian Policy: From Oslo to the Al Aqsa Intifada.” United States Institute of Peace. Peaceworks n. 47. 11/2002. p. 16.

desarmamento multilateral. O TAB está em perigo de ser invalidado, fato contra o qual a China protesta porque, se os EUA abandonarem o TAB, seus mísseis poderão ser usados para proteger Taiwan contra os interesses chineses.

A administração Bush aceitou o Tratado de Moscou, com a promessa de reduzir seu arsenal nuclear pela metade até 2012, assim buscando incentivar a Rússia a apoiar a posição americana no Iraque. Agora se discute o START III, mais modesto, e a Rússia poderá armar mais mísseis menores, porém com maior número de ogivas, aumentando o risco de ataques acidentais. A Rússia se retira e ameaça recomeçar a corrida armamentista. Mesmo sem apoio internacional ou institucional, os Estados Unidos agiram contra o acordo do TNP e os protocolos da ONU, atacando o Iraque em março de 2003. Para tanto, alegaram a existência de armas nucleares e biológicas no Iraque, que até então tinha passado nas inspeções da AIEA¹²³. O ataque contra um país-membro não nuclear estava em violação do Tratado, mas não houve repressão além do discursivo.

O Paquistão não apóia o abandono do TAB pelos EUA, enquanto a Índia é a favor desse movimento. As sanções impostas pela ONU à Índia por seus testes nucleares foram ignoradas pelos Estados Unidos, que entraram em acordo com o governo indiano para a cooperação militar e econômica. As sanções sobre o Paquistão foram removidas após seu apoio aos EUA durante o ataque ao Afeganistão, em 2001¹²⁴.

Agora o CTBTO conta 66 membros e 98 ratificações, metade do necessário para efetivar-se. A organização anunciou que 43% de seus sistemas de monitoramento já estão em uso, para início das atividades em 2003. Os EUA recusaram-se a ratificar o tratado, mas insistiram em que Índia e Paquistão o assinassem¹²⁵.

¹²³ Pamela Mills, "Preventing Chemical Warfare and Terrorism: the CWC and the Middle East." *Disarmament Diplomacy*. n. 73. 10-11/2003.

¹²⁴ Jack Mendelsohn, "The US Nuclear Posture Review: Plus ça Change, Plus c'est la Même Chose." *Disarmament Diplomacy*. n. 64. 05-06/2002.

¹²⁵ Jack Mendelsohn e David Graham, "Arms Control Chronology." Center for Defense Information. Inverno 2002. p. 4.

A dificuldade em estabelecer regras ou normas de comportamento dentro da legislação ocorre quando países membros não reconhecem seu status como lei. As limitações impostas não passam do papel e são desobedecidas com frequência. Os EUA lideraram a negociação do CTBT, mas não o ratificaram¹²⁶. O país também impôs limitações ao Chemical Weapons Convention (CWC), enfraquecendo sua autoridade e habilidade de inspecionar. Retirou-se do Anti-Ballistic Missile Treaty (ABM), e pediu a suspensão do Biological Weapons Convention Verification Protocol Ad Hoc (BWC)¹²⁷. Os EUA são vistos como filtro e influência sobre o sistema, enfraquecendo-o e deslegitimando-o, enquanto impõem suas regras e exigem a participação dos demais países.

Ao mesmo tempo em que ratificar tratados de não-proliferação significa uma perda de autonomia armamentista, as medidas prometem também uma habilidade de monitorar e controlar os arsenais mundiais de forma legítima e estável¹²⁸. Um acordo requer o acompanhamento constante pelos países mais fracos, e ocasionalmente dos mais fortes, ajudando os dominantes a planejar seus arsenais e táticas conforme informação coletada, voluntariamente fornecida pelos mais fracos.

Notam-se diversas discrepâncias inerentes aos acordos multilaterais, por não corresponderem à realidade. Estados não se sentem obrigados a seguir o Tratado, mas o utilizam para promover seus próprios interesses em relação à política internacional. Enquanto os países dominantes não se desarmam, apelam ao desarmamento das chamadas “áreas desestabilizadas”, em especial o Oriente Médio¹²⁹.

Em 1981, Israel destruiu uma usina nuclear iraquiana em Osiraq por bombardeio aéreo, sob a alegação de que ela produzia tecnologia bélica, apesar de o Iraque ser um membro da TNP e de o local ter sido aprovado pelos inspetores da AIEA¹³⁰. Os Estados Unidos proibiram retaliação ou repressão da ONU contra Israel. Acredita-se que após esse

¹²⁶ CTBT, Art.XIV/2003/5. 11/09/2003.

¹²⁷ Deborah A. Ozga, “The Reluctant Giant of Arms Control.” *Security Dialogue*. v. 34 (1), p. 87-102. p. 90.

¹²⁸ Alexander Kelle, “Business as Usual in Implementing the CWC? Not Quite Yet!” *Disarmament Diplomacy*. n. 32. 11/1998.

¹²⁹ Stephen Blank, “Russia as a Rogue Proliferator.” *Orbis*. Inverno 2000. p. 91-107. p. 92.

¹³⁰ Yoram Peri, “The Israeli Military and Israel’s Palestinian Policy: from Oslo to the Al Aqsa Intifada.” *United States Institute of Peace. Peaceworks* n. 47. 11/2002. p. 14.

ataque o Iraque passou a desenvolver um programa de enriquecimento de urânio para produzir armas nucleares em usinas espalhadas pelo país, difíceis de inspecionar ou de identificar.

Em 1986, um técnico do reator Dimona, em Israel, declarou à imprensa que o País tinha um arsenal de 100 a 200 ogivas nucleares. O técnico foi apanhado por agentes israelenses em Roma e posto em aprisionamento solitário. Após o acidente de Chernobyl, em 1986, também ocorreu pressão internacional para ampliarem-se as condições de intervenção e de alcance da AIEA. Desde então, ocorreram centenas de falhas em usinas nucleares, mas nunca outra tão severa. O alcance da AIEA continua limitado, e seus projetos direcionados a países politicamente controversos.

3.3 O seu controle diferenciado

Acordos multilaterais, por natureza genéricos e ambíguos, controlam pouco o comportamento político ou armamentista dos países nucleares, mas são fontes muito importantes para o controle de países não nucleares. Países escolhidos como inimigos dos dominantes, atualmente Iraque, Irã, Coreia do Norte e outros, são facilmente identificados, através de órgãos internacionais de não-proliferação, como desviantes e perigosos, atuando em má fé apesar do tratado que assinaram¹³¹. Uma vez formado um consenso ideológico contra esses países, torna-se mais fácil exigir sua maior censura e controle armamentista através de formas legalmente reconhecidas e com aparência de movimento multilateral.

O país inimigo tem de ser visto como um membro *non grato*, tendo desobedecido as normas internacionais, assim necessitando ser punido legalmente e podendo ser reprimido pelos demais membros. Portanto, sua expulsão do tratado não é uma opção politicamente interessante para os poderes nucleares. A censura vem de outra forma: de domínio territorial e controle produtivo sobre seus arsenais nacionais por outro país, em quebra da soberania e contra o espírito cooperativo do TNP. Um país, portanto, é mantido sob controle externo,

¹³¹ Eric Arnett, "Reassurance vs. Deterrence: Iranian Confidence-Building Measures." Disarmament Diplomacy. n. 27. 06/1998.

ficando legalmente permitido impor-lhe medidas desiguais. O Artigo 93+2 da AIEA foi criado após a primeira Guerra do Golfo, para a ONU poder impor maiores inspeções sobre o Iraque, permitindo a presença permanente de inspetores, com acesso ilimitado a todos os locais que eles considerassem potencialmente perigoso¹³². Isso inclui a sede do governo Ba'ath em Bagdá, acusado de estar armazenando armas nucleares dentro da casa presidencial. Atualmente, a Rússia faz pressão sobre o Irã, junto com os EUA e a Europa, pela aceitação do mesmo protocolo adicional.

3.4 A comercialização das armas

A superioridade militar e os visíveis interesses estratégicos dos EUA inibem uma cooperação eficaz de segurança junto a seus aliados. A solução freqüentemente proposta por seus políticos é no sentido de uma ação unilateral, mesmo em face de críticas e da absorção de todos os custos, e da necessária produção de armas. Durante a campanha do Kosovo, os EUA pilotaram 60% dos aviões de combate e forneceram 83% das munições utilizadas¹³³. Não se deve esquecer que, do financiamento aliado à guerra no Golfo Pérsico em 1991, os EUA pagaram apenas 10% do custo total.

Entre os aliados norte-americanos no terceiro mundo, quase todas as forças armadas dependem de equipamento ultrapassado. Seus arsenais, inclusive, são equivalentes àqueles dos países inimigos dos norte-americanos, podendo ser confundidos por radares e satélites dos EUA durante o combate. Os EUA participaram em intervenções junto com seus aliados regionais, mas atualmente ações bilaterais atrasam as capacidades norte-americanas, prejudicando sua eficácia e segurança. Os EUA acusam os europeus de limitarem a sua própria segurança. Este raciocínio acusa a Europa de ser estagnada, em termos armamentistas, e dependente da intervenção norte-americana em outras regiões do globo. Sugerem também

¹³² Judith Yaphe, "Reinventing Iraq: The Regional Impact of US Military Action." *Middle East Policy*. v. IX, n. 4. 12/2002. p. 25-34. p. 29.

¹³³ Phillip S. Meilinger, "Force Divider: How Military Technology Makes the United States Even More Unilateral." *Foreign Policy*, n. 128, 01-02/2002. p. 76-7.

que suas constantes inovações e investimentos armamentistas não incentivam os europeus a promoverem suas próprias produções.

A indústria de defesa tem um enorme peso de *lobby* nos EUA. Ela cresceu após a queda do bloco soviético e com a gradual redução do orçamento dedicado ao armamento norte-americano. Em 2000, os EUA venderam US\$18.6 bilhões, dominando 50% dos acordos mundiais de transferência de armas¹³⁴. As forças armadas tiveram apenas seu financiamento estatal reduzido, enquanto o governo federal passou a permitir contratos de defesa com companhias particulares e a terceirização dos serviços. O incrível custo de pesquisa, desenvolvimento e produção de armas e suas vendas limitadas ao governo criaram um conflito interno, não sendo funcional. As mesmas empresas das quais as forças armadas norte-americanas dependem passaram a exportar armas convencionais, furiosamente.

Companhias particulares de tecnologia bélica iniciaram uma corrida armamentista com firmas européias, russas e asiáticas. Essas armas e tecnologia são vendidas abaixo do preço de margem, para que, na impossibilidade do lucro, ao menos minimizem-se as perdas. O custo da unidade diminui com o aumento da produção, tornando as exportações muito interessantes para todos os países produtores, considerando os recursos limitados das forças armadas nacionais. A maior venda de tecnologias competitivas e avançadas pode causar maior proliferação e conflitos, determinando o aumento dos gastos militares internos para combater agressões. Existe uma cooperação e reconhecimento do problema, com o mercado de armas convencionais já saturado, e buscam-se soluções para assegurar a manutenção das indústrias. O *grey threat* propagou o rápido desenvolvimento do F-22, em competição com aviões europeus, como o Eurofighter, o Rafale, e o Gripen, quase comparáveis aos padrões de qualidade norte-americana, causando preocupação quanto à necessidade de exportarem-se armas cada vez mais avançadas e destruidoras¹³⁵. Haverá pressões pela venda de mais equipamento, a preços menores, e com maior transferência de tecnologia, para poder competir com produtos europeus e baixar custos internos.

¹³⁴ US Congressional Research Service, “RL 31083: Conventional Arms Transfer to Developing Nations, 1993-2000.” US Government Printing Office. Washington. 16/08/2001.

¹³⁵ Sibylle Bauer, “Can European Defense Industrial Cooperation be Made Accountable?” European Security Review. n. 7. 07/2001. p. 1-3. p. 2.

O lobby das companhias armamentista dificulta a padronização de controles, como também o faz a contraditória legislação internacional. Para melhor controlar as exportações, a lei norte-americana impõe monitoramento das exportações através do órgão End-Use Monitoring, responsável pelo acompanhamento das vendas, identificação dos receptores, e a utilização intencionada das armas¹³⁶. Países que infringirem os acordos de End-Use serão banidos de vendas futuras e poderão sofrer sanções, dependendo da severidade das infrações. Considerando as variáveis envolvidas nas vendas de armas, três departamentos, de Estado, de Defesa e do Comércio, têm por missão analisar cada venda individual. Os critérios são a paz, a segurança internacional, os perigos ao EUA e seus aliados, o auxílio não intencional ao possível desenvolvimento de armas de destruição em massa, o aumento de conflitos regionais, a corrida armamentista e o apoio ao terrorismo¹³⁷.

Mas os critérios políticos são fluidos; os departamentos conflitantes, e nem sempre os EUA agem coerentemente com a legislação internacional. A linguagem genérica dificulta a consistência política em muitos casos, enquanto diplomatas recebem incentivos dos fornecedores para a promoção dos produtos em países estrangeiros, convencendo-os a comprar armas que previamente não teriam considerado. Sendo as leis ambíguas e de pouca eficácia no controle das exportações, não representam censura ou punição dos compradores que infringem as leis de conduta norte-americanas ou internacionais, casos da Turquia, Paquistão e Israel, que utilizam suas armas contra populações civis, ou até as vendem para terceiros. Os EUA sofreram uma perda de credibilidade em 1986, quando a OTAN queixou-se da falta de eficácia das leis de exportação norte-americana; ela havia descoberto que os israelenses revendiam suas importações ao Irã, com o conhecimento dos EUA e com remarcação de 400% acima do preço pago.

O US Export Act e o End-Use Monitoring ditam que exportações de armas não podem ser efetuadas em casos além daqueles de defesa, mas diversos países constantemente desobedecem essas imposições. A falta de monitoramento e acompanhamento das armas após

¹³⁶ Fleur A. Burke, "How Little is Enough? US End-Use Monitoring and Oversight of the Weapons Trade." Center for Defense Information. Washington. 2001. p. 111.

¹³⁷ US Code, Title 22: "Foreign Relations and Intercourse, Chapter 39, Arms Export Control, Section 2778: Control of Arms Exports and Imports".

sua saída do país fornecedor impossibilita seu controle. Famoso por utilizar importações norte-americanas, como F-15, F-16, helicópteros Apache e Cobra contra as intifadas palestinas e em áreas urbanas densamente populosas, Israel é o país com mais acusações pendentes no Congresso¹³⁸. Esses ataques freqüentes, em direta violação do Arms Export Control Act, seção 2754, e visivelmente fora de situações de autodefesa, complicam o controle norte-americano e sua credibilidade como líder da não-proliferação armamentista. Os EUA defendem as vendas, citando que “determinações legais complicam as decisões políticas”, mantendo que ataques contra o terrorismo são legítimos¹³⁹.

Existe o visível aumento nos potenciais destruidores de países, propiciados por empresas particulares. Essas vendas promovem o armamentismo e a desestabilização, provocando uma corrida militar que deixa os países vizinhos preocupados e também dispostos a armar-se¹⁴⁰. Em uma declaração ao Senate Committee on Foreign Relations, o antigo subsecretário do comércio William Reinsch pediu que as barreiras legais fossem diminuídas para permitir que o mercado internacional compensasse a diminuição da atividade militar norte-americana, assim promovendo a competição entre as produtoras de tecnologia.

A Europa encontra-se em um processo semelhante, chamado Framework Agreement, unindo um banco de dados de fornecedores e recipientes de exportações das maiores produtoras da região, como Alemanha, França, Itália, Espanha, Suíça e Inglaterra¹⁴¹. A intenção é retirar as leis mais restritivas de exportações das armas, facilitar transferências dentro da União Européia e minimizar atrasos nas entregas devidos a complicações burocráticas. Esses países desejam suprir as necessidades internas, inclusive em caso de crise, além de aumentar seu potencial no mercado internacional de armas, pretendendo inclusive um acordo de produção cooperativa, dividindo tarefas e especializações por país¹⁴².

¹³⁸ Fleur A. Burke, “How Little is Enough? US End-Use Monitoring and Oversight of the Weapons Trade.” Center for Defense Information. Washington. 2001. p. 113.

¹³⁹ Richard Boucher, Declaração por Department of State Spokesman, Daily Press Briefing. White House. 08/08/2001.

¹⁴⁰ Henri Sokolski, “Mission Impossible.” Bulletin of the Atomic Scientist, Education Foundation for Nuclear Science. Chicago. 03-04/2001. p. 66.

¹⁴¹ Sibylle Bauer, “Can European Defense Industrial Cooperation be Made Accountable?” European Security Review. n. 7, 07/2001. p. 1-3. p. 3.

¹⁴² Eric H. Arnett, “Self-Reliance or Self-Inflicted Wound?” Business Standard. 10/1995.

Atualmente isso tem sido difícil coordenar, consideradas as diferenças entre as legislações sobre segurança, desenvolvimento, ordem mundial e direitos humanos. Mas a proposta principal é garantir uma indústria de defesa mais robusta e competitiva no mercado global. A transparência pedida por organizações não-governamentais e parlamentos já foi rejeitada; os governos avisaram que as “listas brancas” dos compradores e os destinos das armas não serão divulgadas para avaliação ou aprovação. Critérios ou licenciamentos suspeitos não poderão ser inspecionados, assim impedindo a censura de compradores por organizações de fora da própria indústria e dos governos envolvidos.

Desde o 11 de setembro, os EUA retiraram embargos de armas contra o Paquistão, Índia, Azerbaijão e Tadjiquistão. A Casa Branca permitiu a venda, a contra-gosto do Congresso, para Emirados Árabes Unidos, Egito, Omã, e Turquia. A assistência militar também irá ao Iêmen e Jordânia. Esses países passaram a rotular os movimentos de oposição internos como terroristas, assim arrecadando apoio externo para reprimir seus opositores. Também diminuiu-se o controle de exportação de armas pela redução da eficácia do Code of Conduct on Arms Exports da UE, com a França voltando a contratos anteriores com o Paquistão, e a Alemanha com o Usbequistão, e aplicando-se menos restrições a países membros da OTAN, como a Turquia¹⁴³. A indústria armamentista européia está sofrendo a competição dos norte-americanos, o que encoraja maiores cortes nos regulamentos atinentes à exportação. O aumento atual dos gastos norte-americanos, porém, tem beneficiado empresas européias. As organizações monitoras, entretanto, encontram barreiras políticas no acesso a documentos que identifiquem vendas e países importadores. Reportagens sobre a comercialização e trocas de armas sempre chegam aos órgãos incompletas ou atrasadas, dificultando até o controle parlamentar da indústria européia. Negociações podem ser estabelecidas meramente como uma troca entre governos, assim havendo menos controle e acompanhamento.

¹⁴³ Sibylle Bauer, “Arms Exports Post 9/11- and the Flood Gates Open?” *European Security Review*. n. 11, 03/2002. p 6-9.

3.5 O controle unilateral

O governo norte-americano impôs uma proibição de importações de produtos exportados pela companhia chinesa China North Industries Group, a Norinco, acusada de transferir tecnologia de *dual-use* ao Irã e ajudar seu programa de mísseis balísticos. Notamos que tais itens não estão incluídos na lista chinesa de controle de exportações, adotada em agosto de 2002, ou na lista de controles do CTBT¹⁴⁴. As sanções representavam, para a companhia, a perda de US\$100 milhões em vendas. Os EUA passaram a punir empresas particulares, e não seus governos, como era costume, para burlar a demora e os limites das estipulações internacionais. Nesse caso, a ordem executiva utilizada pelo Presidente Bush em 2002 permitiu a censura de infrações menores através de penas maiores, garantindo o maior livre-arbítrio para o Congresso na responsabilização de firmas estrangeiras¹⁴⁵.

Sanções norte-americanas são aplicáveis a qualquer transferência de “material” utilizável para um país desenvolver, produzir, armazenar, vender, ou utilizar armas de destruição em massa. As condições mínimas para provocar sanções foram reduzidas e a requisição de provas contra um produtor tornadas supérfluas. Essas ordens executivas também dispensaram a necessidade de aprovação das medidas repressoras pelo Congresso, limitando sua participação no controle da proliferação externa. Qualquer limite jurídico do Congresso sob a proliferação norte-americana garante um maior poder de arbítrio armamentista ao Executivo. Este, menos limitado por controles políticos que o Legislativo, demonstrou-se mais disposto e capaz de autorizar vendas que desobedecem as leis nacionais.

As ideologias incorporadas aos tratados atinentes a armas e ao uso da força são suscetíveis ao movimento histórico, sofrendo alterações e contradições de acordo com intercâmbios políticos entre os estados. Países dominantes utilizam a conveniência política das instituições internacionais para impor condições aos mais fracos e, caso não estes obedeçam, para legitimar a intervenção armada.

¹⁴⁴ Phillip C. Saunders e Stephanie C. Lieggi, “What’s Behind US Non-Proliferation Sanctions Against Norinco?” Carnegie Endowment for Peace. 05/2003.

¹⁴⁵ Executive Order 12938 foi assinado em novembro de 1994. Executive Order 13094, uma extensão de Executive Order 12938, foi assinado em julho de 1998, todos por Presidente Clinton.

4. A HISTÓRIA MODERNA DO IRÃ

4.1 Introdução ao país

A imagem da República Islâmica do Irã é repleta de conotações contrastantes dentro da política internacional dominante; a Europa a considera um país em importante evolução democrática dentro do Golfo Pérsico islâmico, enquanto os EUA alertam-nos acerca de suas capacidades destrutivas e ideologia antiocidental. O Irã, na esfera política, representaria ambos os conceitos. Trata-se de uma democracia teocrática, que publicamente rejeitou os princípios e a participação de países estrangeiros. Veremos que, contrariamente às queixas norte-americanas acerca da natureza agressiva e ressentida do Irã, a história moderna daquele país é a luta contra o domínio externo para a compreensão e formulação de sua identidade nacional.

Para a comunidade externa é fácil identificar o Irã como um país problemático, devido aos ataques políticos e ideológicos, constantes e sistemáticos, que lhe foram dirigidos desde sua Revolução Islâmica de 1979. Na época, sua resposta ao extenso domínio estrangeiro foi a expulsão dos ocupantes e a transformação do Estado em um contexto islâmico, de resistência e misticismo. Após a Revolução, o Irã enfatizou a presença religiosa no Estado e o isolamento político, exceto pela solidariedade para com o mundo muçulmano. Essas bases fundamentais da República Islâmica preocuparam gravemente os EUA, a maior presença estrangeira no país.

Atualmente, porém, os EUA não revelam ou comentam o seu papel na subjugação do Irã. Enquanto oculta essa história importante, o governo norte-americano mantém uma política externa de repressão e punição ao país, acusando o Irã de ser instável e um perigo à região e ao mundo ocidental. Ainda existem diversas camadas de interação e reação entre os dois países, demonstrando a vontade e a capacidade do Irã de fazer evoluir seu estado teocrático contra a constante pressão dominadora da política norte-americana.

Sua associação ao terrorismo e ao fundamentalismo não resultou dos atentados de 11 de setembro de 2001 — tais eventos reforçaram o argumento ideológico utilizado contra o Irã desde 1979, quando foi expulso o Xá, que era apoiado pelos EUA, e teve início o processo de formação do Estado Islâmico. Consistentemente, a comunidade internacional e a imprensa comparam o Irã a organizações terroristas, identificando-o com o abuso dos direitos humanos e a proliferação de armas de destruição em massa. Essas comparações não são apenas produtos possíveis da realidade do comportamento do Irã; são também agressões ideológicas por estados interessados em puni-lo e reocupá-lo, após a expulsão dos poderes externos e o exercício de algum grau de autonomia política. Desde essa época, o Irã procura expressar-se como um estado oficial, reconhecido, e os EUA lideram a campanha contra a legitimação internacional da República Islâmica. A representação do Irã é facilmente manipulável, devido às comparáveis diferenças culturais com o mundo ocidental e nossa ignorância quanto àquele País, sua identidade ou experiências históricas.

A história da Revolução iraniana revela as diferentes faces do domínio estrangeiro, sob a ótica da ideologia democrática e da paz internacional, e todas as ferramentas políticas de acusações contra um país que seria instável, perigoso e contrário à natureza dos estados iluminados. Para legitimar-se a ocupação de um país, é necessário, primeiro, desprovê-lo de qualquer credibilidade; representá-lo como uma ameaça ao resto do mundo sadio, e também evitar uma demonstração aberta de colonialismo. Uma vez apresentado o estado-alvo como uma representação da violência e da arbitrariedade, torna-se dever dos países dominantes “colocá-lo nos eixos”.

4.2 O início do século XX e o domínio estrangeiro no Irã

Localizado entre o Golfo Pérsico e a Ásia Central, o Irã faz fronteiras com o Iraque, Afeganistão, Armênia, Azerbaijão, Paquistão, Turquemenistão e Turquia. O país sempre atraiu atenção por razões estratégicas e territoriais, mas, sobretudo, pelos seus recursos, sendo objeto colonial para a União Soviética, Inglaterra e EUA. Até a Revolução Islâmica, esses três poderes externos competiram para controlar sua política e organização interna. A política do

país tornou-se a luta entre esses poderes estrangeiros por maiores concessões. Nada, claro, ocorre sem suas consequências, permitindo assim a transformação da identidade política iraniana.

As freqüentes invasões ao Irã causaram uma profunda xenofobia. Havia poderes do norte, leste e o oeste impondo suas exigências. A partir do fim do século XIX, ingleses e russos iniciaram uma interferência constante e sistemática sobre o país, dominando e modificando a política e economia internas, subjugando a autoridade local aos interesses externos. O século XX cristalizou a disposição estrangeira em ocupar o Irã, sem preservar sequer uma aparência de poder nacional. Em 1907, o Acordo Anglo-Russo separou o Irã em três partes: russa, inglesa e neutra.

A partir da ocupação estrangeira, os governos iranianos alternavam-se entre sistemas constitucionais caóticos ou regimes autoritários arbitrários. As rotações dependiam do grau de apoio externo aos governos, mas o controle governamental sobre o país diminuía quando crescia a rejeição interna contra a influência dos estrangeiros. Ambas as fases do ciclo eram altamente instáveis e de relativamente pouca duração. Quando não havia a possibilidade de um governo constitucional, estabelecia-se o poder arbitrário¹⁴⁶.

Esse tipo de regime concentrava a riqueza e a burocracia estatal, mas sem centralizar o poder. Tais regimes tampouco reconheciam direitos de propriedade - apenas concediam privilégios nesse sentido, porém a título precário, pois o confisco sempre podia ocorrer, sem aviso prévio. Como a propriedade, as classes sociais iranianas também eram maleáveis e inconstantes, não havendo a proteção ou segurança da titulação. O poder arbitrário do estado tornou a política doméstica imprevisível, instável e inconsistente. Apesar da existência de instituições reguladoras e regras públicas, não havia o domínio da lei e, por extensão, não havia direitos individuais diante do aparelho do estado.

¹⁴⁶ Homa Katouzian, "Problems of Political Development in Iran: Democracy, Dictatorship, or Arbitrary Government?" *British Journal of Middle Eastern Studies*. v. 22(1/2), 1995. p. 5-20. p. 5.

A sociedade iraniana encontrava-se em uma situação pré-lei, pré-constitucional e pré-política. Essa imprevisibilidade impediu a formação do feudalismo no país, bem como criou barreiras institucionais contra a propriedade, a agricultura latifundiária, o desenvolvimento de uma indústria nacional e o acúmulo de capital. Medo, insegurança, ressentimento, frustração e alienação impediam que os indivíduos se dispusessem aos riscos da atividade empresarial. De outro lado, o estado, não tendo obrigações para com a população, tampouco podia exigir sua lealdade.

As insatisfações e as ameaças do uso da força às vezes provocavam irrupções de rebeliões e desordens, novamente dominadas pelo controle estatal. As revoltas eram cíclicas, sendo sempre manifestações contra um governo em particular, e nunca contra o poder arbitrário. Assim, no Irã, as tentativas frustradas de constitucionalismo alternavam-se com períodos de arbitrariedade.

Entre 1905 e 1909, o governo implantou a Revolução Constitucional, uma imitação dos preceitos europeus do domínio da lei. Essas reformas também faliram; sua implementação era pouco ordenada e suas instituições nada democráticas. Mas o movimento, mesmo mal-sucedido, não deixou de ser importante. A Revolução Constitucional foi uma declaração iraniana contra a arbitrariedade no país. O Regime Constitucional, inaugurado em 1908, removido em 1909, reposto em 1910 e novamente retirado em 1911, foi representativo das cíclicas alterações políticas. Seu sistema era altamente instável e suscetível a ocupações estrangeiras. Devido à pressão externa, não havia uma fórmula ou momento histórico para institucionalizar-se o poder e legitimar sua autoridade.

A constante hostilidade estrangeira, combinada com a desordem interna, tornou o país e sua política nacional alvos fáceis. Para burlar o domínio externo, a elite xiita quis formar uma aliança com a classe média e os burocratas, ambos tradicionalmente constitucionalistas. A divisão do clero enfraqueceu o movimento das reformas, enquanto os russos e os ingleses

participaram diretamente para esmagar o governo constitucional¹⁴⁷. A sofisticação política do Irã fora intencionalmente impedida pelos poderes estrangeiros.

Continuamente, as forças estrangeiras procuraram aumentar seu controle exclusivo sobre o país. O caos e a desintegração constantes tornaram a sociedade suscetível a teorias paranóicas acerca de conspirações políticas como parte de sua retórica interna. Aos poucos, os iranianos mostravam-se cansados e desgostosos do instável e interminável domínio externo. Cientes de que a situação apenas pioraria, movimentos nacionalistas começaram a brotar, ainda que muito timidamente.

Em 1921, um grupo de iranianos orquestrou um golpe de estado e anulou aquele acordo de 1915, que dividira o país em três partes. No início, houve apoio urbano ao golpe, mas em pouco tempo surgiram suspeitas de que ele fora organizado por militares e diplomatas ingleses. Ao final, foram postos no poder dois agentes do imperialismo inglês: Reza Khan e Sayyed Ziya. Khan governaria através do retorno do poder arbitrário e do apoio estrangeiro, frustrando as classes iranianas e causando o crescimento da resistência política.

4.3 Interesses petrolíferos e a remoção do Xá Khan

Apesar de os EUA estarem à época consumindo as suas próprias reservas internas de petróleo, no início da década de 1930 companhias norte-americanas procuraram garantir as primeiras concessões petrolíferas no Oriente Médio. Em 1928, a Standard Oil of New Jersey e a Standard Oil of New York, depois renomeadas Exxon e Mobil, compraram ações da Iraq Petroleum Company. Ao mesmo tempo, a também norte-americana Gulf tornou-se proprietária de 50% da Kuwait Oil Company. A Texaco e a Standard Oil Company of California, Socal, fundaram o Bahrain Petroleum Company. Em 1933, a Socal, e em 1936, a Texaco, adquiriram o controle quase total do petróleo da Arábia Saudita¹⁴⁸. Aos poucos,

¹⁴⁷ Daniel Brumberg, "Reinventing Khomeini: The Struggle for Reform in Iran." The University of Chicago Press. Chicago, 2001. p. 45.

¹⁴⁸ Stephen D. Krasner, "A Statist Interpretation of American Oil Policy Towards the Mid-East." Political Science Quarterly. v. 94, n. 1. Primavera 1979. p. 77-96. p. 82.

empresários norte-americanos aumentavam sua presença e participação por todo o Golfo Pérsico. Até a Segunda Guerra Mundial, porém, apenas o petróleo iraniano, sob domínio inglês, era importante para o mercado internacional, por tratar-se de óleo refinado, em comparação ao cru, disponível nos outros países da região.

Devido à pressão inglesa, o Irã assinou o Acordo de Petróleo em 1933, legalizando importantes concessões à Inglaterra, em troca de apoio ao governo Reza Khan. Esse tipo de acordo era visto internamente como o arranjo, ou, melhor, como a imposição imperialista que, de fato, era. Ocasionalmente, facções políticas questionavam essas medidas, sendo rapidamente suprimidas.

Os ingleses, porém, ficaram insatisfeitos com a incapacidade do Xá em manter a ordem interna e a exclusividade dos benefícios petrolíferos. Em 1941, exigindo o término do governo, passaram o poder ao filho de Khan, Mohamed Reza Pahlavi, dependente da presença inglesa e a ela submisso¹⁴⁹. Assim, ao fim da guerra, os ingleses puderam confiscar a atividade de exportação de petróleo, declarando-a sua propriedade.

Havendo obtido o controle do maior recurso iraniano e do seu governo centralizado, fraco e dependente, a Inglaterra pôde fazer maiores imposições ao Irã. Mas, entre 1941 e 1953, o domínio inglês na região entrou em declínio, permitindo o crescimento da consciência política e antiimperialista entre as classes dirigentes e o clero. Para complicar a situação inglesa, em 1941 os EUA enviaram tropas ao Irã. Mesmo havendo-se declarado neutros nos primeiros anos da II Guerra, os EUA insistiram que estavam impedindo a invasão nazista no país e, convenientemente, aproveitaram a oportunidade para expulsar as tropas soviéticas recém-chegadas. De forma pouco sutil, os EUA gradualmente afirmavam o Irã como parte de sua esfera de influência. Aos poucos, o domínio tradicional inglês estava cedendo espaço aos norte-americanos.

¹⁴⁹ Elaine Sciolino, "Eccentric Nationalist Begets Strange History." The New York Times. 16/04/2000.

4.4 O Xá Pahlavi e a contínua dominação estrangeira

Talvez o entusiasmo inglês e norte-americano em apoiar o Xá resultou do visível processo de democratização e institucionalização gradual. Anteriormente ao comando por Pahlavi, os anos entre 1941 e 1946 haviam garantido mais poder ao gabinete parlamentar e ao Primeiro-Ministro. O parlamento, chamado Majlis, em sua décima-quarta sessão, exigiu a transparência e responsabilidades do executivo face às normas políticas. Os Majlis, eleitos por voto popular, logo, não-nomeados pelo Xá, passaram a seguir suas próprias agendas e aquelas de seus constituintes das classes média e baixa de Teerã. Encontrou-se nos Majlis um fórum legítimo para apresentar queixas contra os poderes do executivo e das forças armadas. Junto com essas mudanças, vieram também maiores liberdades para a imprensa, que acompanhava as decisões dos Majlis, denunciava os abusos governamentais e debatia o processo das eleições.

A Constituição da época impunha o Reino do Xá, mas não o seu poder. Percebendo-se fraco, ele procurou arrecadar e concentrar autoridade maior, assim transformando seu Reinado em uma monarquia constitucional e revertendo o movimento político iniciado após a remoção de seu pai. Os estrangeiros apoiaram tais medidas. Devido às desconfianças inglesa e norte-americana para com o Estado iraniano, bem como sua disposição em proteger os próprios interesses, aquelas potências aceitaram progressivamente tornar o Xá a figura central do país, política e legalmente¹⁵⁰. Um Irã dominado por um único líder, simpatizante e dependente do ocidente, melhor protegeria os benefícios políticos e econômicos dos estrangeiros que qualquer sistema parlamentar democrático.

Durante o conflito mundial, os esforços de guerra e a demanda por recursos naturais preocuparam o governo norte-americano. Cientes de sua dependência por petróleo e de suas reservas nacionais limitadas, os EUA alteraram a sua política externa no Oriente Médio. Seu governo comprou concessões de exportação de petróleo da Arábia Saudita, construiu um sistema de oleodutos através da Península Árabe e assinou acordos petrolíferos com a

¹⁵⁰ Habib Ladjevardi, "The Origins of U.S. Support for an Autocratic Iran." *International Journal of Middle East Studies*. v. 15, n. 2. 05/1983. p. 225-239. p 231.

Inglaterra. A Texaco e a Socal, empresas particulares, preocuparam-se com que seus investimentos no Oriente Médio pudessem ser atacados pelo Eixo. Além disso, os ingleses começaram a expandir seu domínio sobre a região e a ameaçar as companhias norte-americanas. O domínio do Rei saudita, Ibn Saud, estava inseguro, e exigiu maiores concessões dos norte-americanos para poder manter a população sob seu controle¹⁵¹. O Presidente Roosevelt hesitou em financiar, com fundos arrecadados em nome da democracia, o apoio do empresariado norte-americano a monarquias. Mas o Presidente aceitou apoiar os ingleses nos seus esforços em controlar monarcas regionais. Essa medida não satisfaz as empresas dos EUA, cientes do gradual aumento do domínio inglês sobre seus interesses econômicos. Ainda assim, o governo norte-americano recusou-se a promover os interesses comerciais, faltando uma coesão interna entre os setores político e econômico.

Em novembro de 1943, o Irã assinou um acordo com os EUA, permitindo que conselheiros militares norte-americanos, subordinados ao Departamento de Guerra dos EUA, tivessem acesso total a “todos e quaisquer documentos, correspondências e planos relacionados à Administração da Guerra do Irã, considerados necessários por tais Conselheiros.” Os EUA também receberam autonomia para investigar e interrogar qualquer membro das forças armadas iranianas e a opção de sugerir ao Xá a nomeação, transferência ou demissão de oficiais militares. Pahlavi passou a favorecer o domínio norte-americano para receber apoio externo e assim concentrar o seu poder interno, em contraponto à diminuição do controle inglês. Os EUA estavam substituindo os ingleses na política do Oriente Médio.

Através de cartas oficiais, representantes norte-americanos no Irã afirmaram-no como central aos interesses estratégicos do seu próprio país. Os interesses soviéticos nos campos de petróleo no norte do Irã eram claros, o que reforçou a crença dos EUA na necessidade de sua presença militar e na importância de fortalecer o Xá. Este, por sua vez, favorecia a política norte-americana, ao contrário dos representantes populares nos Majlis, impacientes e desconfiados com a influência dos EUA. Era vital, portanto, manter no poder um líder único, previsível e dependente, para promover os interesses norte-americanos.

¹⁵¹ Stephen D. Krasner, “A Statist Interpretation of American Oil Policy Towards the Mid-East.” *Political Science Quarterly*. v. 94, n. 1. Primavera 1979. p. 77-96. p. 83.

Assim, protegida pelas forças estrangeiras, a monarquia pôde ameaçar os Majlis com medidas repressoras. O Xá, que oficialmente não detinha poderes, procurava favorecer a imagem do setor Executivo na tentativa de parecer uma parte legítima do governo. A remoção do Primeiro-Ministro em outubro de 1946, porém, a pedido da Inglaterra e dos EUA, causou uma enorme queda de credibilidade para Pahlavi. Entre as medidas para arrecadar poder e tornar a monarquia impermeável às constrições legais, foi incluído o espantoso Artigo 44 nas Leis Fundamentais, protegendo Pahlavi das conseqüências de suas próprias decisões, afirmando que o Monarca “é isento de toda responsabilidade.” Seu poder arbitrário crescia, apesar dos esforços dos Majlis.

A partir do verão de 1946, e devido aos eventos internos no Irã, a Inglaterra e os EUA passaram a controlar mais a política através do Xá. Os EUA passaram a condenar o sistema constitucional. O monarca, preocupado com que sua função como Rei fosse considerada dispensável, pediu ajuda aos EUA para aumentar seus poderes internos, em troca de maiores concessões petrolíferas.

Diplomatas norte-americanos passaram a acusar o Primeiro-Ministro Qavam de ser incapaz de remover os soviéticos ou minimizar a influência do partido esquerdista Tudeh. Um aumento na representação daquele partido no governo significaria uma maior presença soviética na política doméstica, o que os EUA não poderiam permitir. Para evitar uma participação mais expressiva do Tudeh no legislativo, Qavam adiou a décima-quinta eleição dos Majlis. Em março de 1946, o Irã encontrou-se roubado de um parlamento. O Congresso recém fechado, que lentamente vinha ampliando sua influência e capacidade legislativa, não pôde impedir que o Xá dominasse o executivo.

Em abril de 1949, Pahlavi conseguiu que a constituição fosse alterada através de um parlamento nomeado, não-eleito e não-democrático, assim finalmente incrementando sua posição absolutista. Com o apoio norte-americano, ele alcançou seu objetivo de impedir o movimento democrático em favor de seu mando quase exclusivo. Sem a presença soviética, e com os poderes concentrados ao redor do Xá, os EUA poderiam diminuir a influência inglesa no país e impor seus interesses, exclusivamente.

Aos poucos, Pahlavi foi minando os poderes ou esvaziando a força do Parlamento, do Judiciário, dos partidos políticos, da imprensa, dos sindicatos, do comércio, da comunidade acadêmica e das associações profissionais. As grandes organizações representativas do país foram sistematicamente reprimidas, freqüentemente desaparecendo junto com seu simbolismo de direitos adquiridos contra o domínio arbitrário. Com o apoio norte-americano, o movimento democrático iraniano fora destruído.

4.5 Mossadeq e a expulsão dos estrangeiros

Mesmo que os EUA dominassem a política interna iraniana, os ingleses dominavam as exportações petrolíferas. A refinaria Abadan, da Anglo-Iranian Oil Company (AOIC), era a maior do mundo, e a mais valiosa propriedade inglesa no exterior. A Inglaterra contava com o petróleo iraniano para a sua própria recuperação pós-guerra¹⁵². Enquanto para os ingleses Abadan representava sua riqueza, eficácia e poder industrial, para os iranianos a refinaria era apenas o símbolo do imperialismo e da subjugação de seu país.

Em abril de 1951, os Majlis aprovaram a nacionalização da AOIC¹⁵³. A medida indignou os ingleses, que argumentaram terem sido os seus esforços e investimentos que descobriram, construíram, exploraram e exportaram o petróleo iraniano, o que os tornava credores da gratidão do Irã. A perda foi considerada uma catástrofe, abalando a imagem dos ingleses na área do Golfo. Sua expulsão do Irã causou preocupações de que as demais colônias também viessem a nacionalizar seus recursos e bens estratégicos, como as refinarias no Kuwait ou o Canal de Suez no Egito.

A Inglaterra apontou Mossadeq como a causa de suas queixas, e rompeu relações econômicas e diplomáticas com o país¹⁵⁴. A reação internacional comprovou o receio inglês: diversos países em desenvolvimento passaram a ver em Mossadeq um herói antiimperialista.

¹⁵² Roger Lewis, "Mossadeq, Oil, and the Dilemmas of British Imperialism." *The Iranian Journal International of Affairs*. v. II, n. 2. Verão 2000.

¹⁵³ Elaine Sciolino, "Eccentric Nationalist Begets Strange History." *The New York Times*. 16/04/2000.

¹⁵⁴ James Risen, "How a Plot Convulsed Iran in '53 (and in '79)." *The New York Times*. 18/06/2000.

O acesso dos EUA ao petróleo, ao contrário dos ingleses, não seria afetado pela nacionalização iraniana. Mas os norte-americanos preocupavam-se com o potencial do novo movimento esquerdista dentro do Irã e, por extensão, no Oriente Médio.

A partir de setembro de 1951, o Irã procurou compradores para seu petróleo recém-nacionalizado. A Inglaterra respondeu, confiante, que “nenhuma companhia de reputação iria participar, de forma direta ou indireta, nas atividades ilegais do governo persa”. Ao contrário, qualquer compra potencial seria respondida com “todos os recursos disponíveis para proteger seus interesses em qualquer país¹⁵⁵”. Os EUA apoiaram o boicote inglês, reduzindo as vendas iranianas a uma mera fração de seu potencial. Mas o apoio norte-americano à Inglaterra era apenas parcial, e em decorrência da expulsão dos ingleses, os EUA trataram de incrementar a sua própria presença militar na região¹⁵⁶.

Os proprietários ingleses da AIOC denunciaram a nacionalização como um roubo de seu investimento. Os ingleses, alegando sua generosidade e ajuda ao conhecimento científico iraniano, previram que a inabilidade local na venda do petróleo forçaria o Irã a implorar o seu retorno. Para dissuadir compradores potenciais, a Inglaterra estacionou navios militares no Golfo Pérsico, em proteção da sua declarada propriedade. Tais ameaças e limitações prejudicaram a indústria petrolífera iraniana, dependente da cooperação mundial. Quase todos os trabalhadores especializados da AIOC eram ingleses, sendo difícil substituí-los por outros estrangeiros, devido à intimidação dos respectivos governos pelas ameaças inglesas. Transportar o produto iraniano também se tornou um problema, sendo que 73% dos petroleiros mundiais pertenciam à AIOC ou a grandes empresas que mantinham contratos e acordos com a corporação inglesa. As empresas mundiais já tinham seus próprios fornecedores de petróleo e estavam pouco interessadas em arriscar suas relações com a AIOC para favorecer o Irã.

¹⁵⁵ Mary Ann Heiss, “Stolen Oil? The International Boycott of Iranian Petroleum and the Government of Mohammad Mossadeq.” *The Iranian Journal of International Affairs*. v. II, n. 2. Verão 2000.

¹⁵⁶ Russell Watson, “US Abandons Balancing Act to Keep Iran, Iraq in Check.” *The Buffalo News*. 11/07/1993. p. 6.

Apesar da declaração norte-americana de neutralidade no caso, os EUA apoiaram a repressão inglesa e prometeram servir de intermediário entre os dois países. A esperança ocidental era de que Mossadeq cedesse às pressões externas à medida em que seu governo enfraquecesse devido à falta de recursos e ao isolamento internacional. Entre 1952 e 1953, o Irã conseguiu exportar apenas 118.000 toneladas, o equivalente a um dia de produção sob a AIOC, que exportou um total de 30 milhões de barris em 1950.

Ao mesmo tempo em que os EUA haviam concordado em apoiar a repressão inglesa ao Irã, os norte-americanos preocuparam-se, ou ao menos se diziam preocupados, com as conseqüências potenciais do boicote econômico. A economia nacional iraniana poderia desabar e ameaçar o retorno da influencia comunista sobre o país. Na época do boicote, porém, o Irã continuava sendo um país predominantemente agrário; ademais, os lucros de sua indústria petrolífera tinham pertencido aos ingleses até recentemente – logo, nada de especialmente novo na indisponibilidade desses ingressos. Mesmo assim, a restrição sobre as exportações iranianas e a situação politicamente instável serviram de pretexto a que os EUA organizassem um golpe de estado contra Mossadeq. A Inglaterra participou do “coup”, mesmo de forma subordinada, financiando os projetos e fornecendo informações à CIA¹⁵⁷. É pouco provável que os britânicos esperassem tornar-se secundários à influência norte-americana.

Simultaneamente às lutas de Mossadeq contra o domínio do Xá e contra a pressão externa, as empresas petrolíferas dos EUA tornaram-se mais fortes em Washington¹⁵⁸. Das sete companhias internacionais que controlavam o petróleo mundial, cinco eram norte-americanas. Além disso, a Exxon, Mobil, Texaco, Gulf e a Standard of California estavam entre as quinze empresas que lideravam o comércio nacional¹⁵⁹. O governo norte-americano reconhecia não apenas a segurança geral da região, mas também a importância dos tipos de regimes nela instalados. Um único governo nacionalista prometia resistência ao domínio norte-americano e ameaçava a sua presença na área.

¹⁵⁷ Mark Gasiorowski, “What’s New on the 1953 Iran Coup in the New York Times Article and the Documents Posted on the Web.” 19/04/2000.

¹⁵⁸ Elaine Sciolino, “Eccentric Nationalist Begets Strange History.” The New York Times. 16/04/2000.

¹⁵⁹ Stephen D. Krasner, “A Statist Interpretation of American Oil Policy Towards the Mid-East.” Political Science Quarterly. v. 94, n. 1. Primavera 1979. p. 77-96. p. 81.

Em 1953, o Presidente Dwight Eisenhower, preocupado com o comunismo no Irã e com o acesso dos EUA ao petróleo da região, aceitou a proposta inglesa de remover Mossadeq. Mas a ajuda norte-americana aos ingleses era limitada, havendo seus próprios interesses nacionais em questão. Os agentes norte-americanos assumiram a liderança da operação, mentindo freqüentemente aos seus contactos ingleses. Também acreditavam na “incapacidade iraniana de raciocinar” (a afirmação consta de documento oficial, da época) o que facilitava – e justificava - o controle dos EUA sobre o governo local¹⁶⁰.

A remoção de Mossadeq foi chamada de Operação TPAjax, constituindo o primeiro golpe de estado coordenado pela CIA¹⁶¹. Mossadeq havia tentado legalizar o Partido Comunista Iraniano e, pior ainda, nacionalizou a Companhia de Petróleo. A nacionalização significava o fim do domínio inglês sobre a companhia, bem como dos preços reduzidos concedidos aos EUA.

O governo de Mossadeq mostrou-se dividido e desorganizado, e o Primeiro-Ministro não conseguiu formar uma coesão política que sobrevivesse às pressões estrangeiras estacionadas no país¹⁶². O sucesso do golpe, posteriormente constatado, serviu de base para sucessivas atividades posteriores da CIA, inclusive os golpes na Guatemala em 1954 e a tentativa desastrosa em Cuba, a Baía de Porcos, em 1961.

4.6 O Xá sob o controle dos EUA

O Irã, novamente sob o domínio real, voltou a garantir concessões de petróleo a companhias estrangeiras¹⁶³. Em fevereiro de 1955, os EUA assinaram o Pacto de Bagdá, com

¹⁶⁰ Donald N. Wilber, “Overthrow of Premier Mossadeq of Iran: November 1952- August 1953.” Clandestine History Service. 03/1969. p. iii.

¹⁶¹ David E. Sanger, “US Ending a Few of the Sanctions Imposed on Iran.” The New York Times. 18/03/2000. p. A1.

¹⁶² James Risen, “C.I.A. Tried, With Little Success, to Use U.S. Press in Coup.” The New York Times. 16/04/2000.

¹⁶³ Stephen D. Krasner, “A Statist Interpretation of American Oil Policy Towards the Mid-East.” Political Science Quarterly. v. 94, n. 1. Primavera 1979. p. 77-96. p. 89.

a Inglaterra, Irã, Iraque, Paquistão e Turquia¹⁶⁴. O acordo impôs a cooperação de paz e segurança mútua entre os países, a não-intervenção em assuntos internos e proibiu a adesão dos signatários a outros acordos que infringissem os seus artigos. Os EUA e, de certa forma, a Inglaterra, estavam finalmente legalizando e legitimando a sua presença econômica e militar na região.

As quedas de preço do petróleo reduziram o padrão de vida no Irã, resultando em protestos e novas demandas por um governo constitucional. Preocupados com a possível volta dos soviéticos na área, em 1963 os EUA voltaram a apoiar Pahlavi, que reprimiu as rebeliões com o uso da força, novamente procurando concentrar seu poder e voltar ao sistema arbitrário. A conselho dos norte-americanos, e para acalmar as rebeliões, o Xá foi induzido a promover reformas sociais e políticas limitadas, chamadas “Revolução Branca”, em 1973. Essa Revolução, uma iniciativa interna e restrita, perceptivelmente sem verdadeiras mudanças, não satisfaz a população, que continuou com suas reclamações e sua procura por líderes nacionais contra o governo do Xá.

O Aiatolá Khomeini, líder xiita ainda menor, impôs aos seus seguidores que ignorassem a celebração do ano novo pré-islâmico. Tal comemoração era de interesse para o Xá, que buscava simbolizar, através de seu reino, a reconquista da grandeza persa. Para punir Khomeini, Pahlavi mandou agentes atacarem o seminário de Fayziyah, que o Aiatolá dirigia, resultando na morte de vários de seus estudantes. Quando Khomeini protestou, a monarquia organizou uma campanha pública condenando o clero, assim provocando ainda maiores protestos.

Infelizmente para o Xá, as manifestações a favor de Khomeini ocorreram a 3 de junho, o dia santo de Ashura, aniversário do martírio do Imam Hussain nas mãos do califa Yazid. Nesse dia, celebra-se o festival de Muharram, representativo desse sacrifício. Ocorre que de Hussain derivou-se o grupo islâmico xiita, e de Yazid o grupo sunita. Ocorre, também, que a maioria esmagadora dos iranianos, inclusive Khomeini, era xiita. Sem perceber, o Xá

¹⁶⁴ “Pact of Mutual Cooperation Between the Kingdom of Iraq, the Republic of Turkey, the United Kingdom, the Dominion of Pakistan, and the Kingdom of Iran (Baghdad Pact), 24/02/1955”. American Foreign Policy 1950-1955. Department of State. Publicação 6446. 1957.

cristalizou a sua própria imagem como a de um tirano histórico (Yazid), entregando a Khomeini a sua representação como o líder islâmico verdadeiro e, aos iranianos, seu destino como mártires sob a opressão. Assim, Khomeini pôde adicionar o moralismo e a emoção ao movimento revolucionário, através da mistificação da questão iraniana. A luta de Khomeini e, por extensão, do Irã, contra o Xá, foi comparada à batalha histórica entre Hussain, neto de Profeta Maomé, e seu oponente, Yazid, em 680 DC.

Os protestos anti-Xá, nacionalistas, seculares e esquerdistas, vestiram roupas religiosas, desempenhando os rituais comemorativos da morte de Hussain¹⁶⁵. As cerimônias tradicionais xiitas passaram a ser utilizadas pelo movimento islâmico na forma de protesto. Essa catarse elaborava cenas de dor e sofrimento, causados pela injustiça, com rituais que glorificavam o martírio individual. O Irã anti-Xá incorporou o apelo religioso desses rituais, centrais à facção xiita desde o século XVI, aos seus próprios objetivos políticos.

Se a injustiça secular e estrangeira causava dor e sofrimento, Khomeini e seus seguidores advogavam a adesão iraniana a um sistema islâmico, justo e puro, para proteger o povo xiita da opressão imoral. Enquanto o Xá impunha seu controle, juntamente com reformas modernizadoras e civilizatórias, seculares e ocidentalizadas, o movimento islâmico resgatava a tradição muçulmana para construir uma nova identidade iraniana. O modernismo representava a repressão da cultura islâmica, devendo ser combatido antes que ele destruísse a essência do povo iraniano. Ao contrário da passividade e fatalismo embutidos no ritual, Khomeini exigiu a ação e o sacrifício como os únicos métodos de combate ao domínio pelo inimigo, glorificando a *jihad* (“guerra santa”) e o martírio. O islã “autêntico” passou a ser a coragem individual, e não mais os rituais tradicionais, isolados e intimistas, como a prece e o jejum. Esse islã era coletivo, visível e altamente politizado. As reformas modernizadoras de Pahlavi, claro, proibiram o Muharram, e censuraram os protestos que acompanhavam o ritual. Pahlavi reforçava as afirmações da resistência: ser um verdadeiro muçulmano significava confrontar a autoridade do Xá secular.

¹⁶⁵ Janet Afary, “Shi’i Narratives of Karbalâ and Christian Rites of Penance: Michel Foucault and the Culture of the Iranian Revolution, 1978-1979.” *Radical History Review*. v. 35. 2003. p. 7-35. p. 7.

4.7 O martírio do Califa Hussain e os rituais de Muharram

Após a morte de Profeta Maomé, em 632 DC, seus seguidores questionaram quem deveria dispor sobre o Islã e sua fé. Uma facção exigiu que o primo, e filho adotivo de Maomé, Califa Ali Ibn Abu Talib, tinha o direito divino de liderar. Essa facção veio a constituir os xiitas. O grupo rival, que veio a constituir os sunitas, protestou, argumentando que qualquer membro da tribo poderia ser o líder espiritual. A divisão entre xiitas e sunitas ocorreu sob o seguinte dilema: se Maomé liderou o Islã devido a um poder divino, ou se qualquer humano poderia também alcançar essa glória¹⁶⁶. A liderança acabou sendo confiada ao amigo e sogro de Maomé, Abu Bakr, em vez de ao Califa Ali, que o mesmo Bakr assassinara. Todo ano, o Califa, a um tempo líder político e religioso, era eleito pela tribo. Na quarta rodada, Bakr voltou a ser o líder após os sucessivos assassinatos do segundo e terceiro califas eleitos, Umar e Uthman. Após o assassinato do próprio Bakr, assumiu a liderança o guerreiro Mu'awiyah, que havia se oposto a Maomé até a conversão da população de Meca ao Islã. O segundo filho de Ali, Hussain, exigiu o seu direito divino como califa e contestou a nomeação de Yazid, filho de Mu'awiyah.

Hussain comandava a região de Kufah, onde Ali havia sido líder. Um exército do califa Yazid expulsou Hussain e seus seguidores de Kufah. Estes fugiram para o deserto de Karbala, atual Iraque. Em Karbala, Hussain e seu povo foram cercados e mantidos presos por dez dias, sem acesso à água. No décimo dia, o exército de Yazid assassinou Hussain e todos seus seguidores. Hoje, a facção xiita reconhece apenas Ali e seus descendentes como os verdadeiros califas, e não o clã de Yazid, os quais se tornaram líderes da comunidade sunita. Eles defendem que os primeiros onze califas foram assassinados pelos sunitas, mas o décimo segundo conseguiu sobreviver e ocultou-se, em 874 DC. Quando o mundo acabasse, o décimo segundo Imam, o Líder Religioso, retornaria como o Messias, para anunciar o julgamento divino e reinstaurar a justiça. Durante a dinastia Safavid, entre 1501 e 1722, a facção xiita tornou-se a religião predominante do Irã. Os rituais de Muharram, foram elaborados nos

¹⁶⁶ Janet Afary, "Shi'i Narratives of Karbalâ and Christian Rites of Penance: Michel Foucault and the Culture of the Iranian Revolution, 1978-1979." *Radical History Review*. v. 35. 2003. p. 7-35. p. 10.

séculos XVI até XVII, como grandes festivais públicos de automutilação e lutas entre rivais dentro das comunidades¹⁶⁷.

Devido à sua tradição no Muharram, as noções de *jihad* e martírio são mais fortes na facção xiita que na sunita. O Muharram condena o roubo injusto de poderes divinos por mortais, exigindo seja ele combatido através do auto-sacrifício e da luta em nome da religião. A comunidade de Kufah, não tendo fé suficiente em Ali, morreu nas mãos de Yazid. Durante as representações do martírio, a platéia aceita a morte de Hussain como o seu próprio sacrifício. O apelo a Hussain e a coletivização do processo de sofrimento e de expiação da culpa conecta os mortais a Deus, permitindo que os participantes do Muharram se purifiquem e alcancem o perdão.

Participar do Muharram é uma forma de superar o medo da morte e aceitar o próprio martírio. Através do ritual, os fiéis tornam-se entidades supernaturais, perfeitas, felizes e puras, podendo finalmente transcender suas angústias. Assim, a lenda de 1.300 anos atrás torna-se a realidade dos participantes no ritual¹⁶⁸. Esses participantes comparam suas próprias perdas às de Hussain, para perceber que elas são menores e superáveis, enviadas por Deus como destino e peso a carregar. O pecado individual é visível, como também a penitência e a transcendência. Hussain e seus seguidores transcendem o domínio injusto. A autoridade religiosa e o patriarcado são reverenciados no Muharram, quando os xiitas oferecem suas vidas, e as de seus filhos, em nome do martírio e da defesa do islã xiita.

Eles acreditam-se os escolhidos, os justos, os corretos. Foucault escreveu que os rituais do Muharram serviram como fundação da conscientização e participação política¹⁶⁹. Reuniões políticas eram feitas dentro do maior cemitério de Teerã, o Behesht-e Zahra, revelando os princípios iranianos sobre a morte, que seria apenas mais um passo na vida. Os mortos, e sua celebração, conectam os vivos à vida. Essa relação serve de lembrança aos vivos quanto aos seus deveres permanentes de justiça, e ao direito de sofrer para triunfar. Movimentos políticos

¹⁶⁷ Daniel Brumberg, "Reinventing Khomeini: The Struggle for Reform in Iran." The University of Chicago Press. Chicago, 2001. p. 74.

¹⁶⁸ Janet Afary, "Shi'i Narratives of Karbalâ and Christian Rites of Penance: Michel Foucault and the Culture of the Iranian Revolution, 1978-1979." *Radical History Review*. v. 35. 2003. p. 7-35. p. 15.

¹⁶⁹ Janet Afary, "Shi'i Narratives of Karbalâ and Christian Rites of Penance: Michel Foucault and the Culture of the Iranian Revolution, 1978-1979." *Radical History Review*. v. 35. 2003. p. 7-35. p. 16.

muçulmanos classificaram o Muharram como a única representação autêntica do Islã, sendo as demais simples infusões da cultura local com influências estrangeiras. Assim, a capacidade de todo iraniano em vencer o Yazid moderno, o Xá, através da *jihad* e do martírio, definiria a sua identidade como um verdadeiro xiita.

Os confrontos entre Khomeini e Pahlavi popularizaram o Aiatolá entre os estudantes e nacionalistas esquerdistas, que passaram a considerá-lo o novo Hussain. O Xá prolongaria a luta ideológica entre o seu domínio absoluto e a autoridade moral de Khomeini pelos próximos dezesseis anos, até ser deposto pela Revolução Islâmica. Durante os eventos, os diferentes movimentos de resistência fundiram suas teorias libertárias. O crescimento do movimento islâmico combinou princípios do existencialismo, marxismo ortodoxo e uma leitura militante da facção xiita.

4.8 A formulação do Islã político

A partir de 1963, o Aiatolá Ruhollah Khomeini e vários radicais islâmicos começaram a planejar uma revolução iraniana para depor a monarquia e expulsar os estrangeiros. Khomeini tornou-se prolífico em declarações contra o regime e os estrangeiros ocupadores, enfurecendo o Xá.

Este garantiu aos EUA, em 1964, o poder jurídico exclusivo sobre os soldados norte-americanos estacionados no Irã. Em troca de US\$ 200 milhões, Pahlavi concedeu imunidade diplomática a todos os militares e trabalhadores norte-americanos no país¹⁷⁰. Khomeini chamou a essa medida o “documento de escravidão do Irã”, pois ela “representava a ascendência dos privilégios norte-americanos sobre os interesses nacionais”. O Xá havia burlado a Convenção de Viena e “entregue os recursos da população oprimida aos

¹⁷⁰ Henry Munson, “Islam, Nationalism, and Resentment of Foreign Domination.” *Middle East Policy*. v. X, n. 2. Verão 2003. p. 40-53. p. 45.

estrangeiros, com ambas as mãos¹⁷¹”. Devido às suas constantes denúncias, e à paciência esgotada do Xá, Khomeini foi expulso do Irã em novembro de 1964.

A partir de 1963, a esquerda islâmica cedeu a Khomeini e seus seguidores entre o clero politizado, a classe média-baixa do bazar, os estudantes e as favelas do sul de Teerã, a sua liderança na resistência. As declarações de Khomeini, ao mesmo tempo políticas e religiosas, exaltavam a sede iraniana por liberdade e o moralismo islâmico. O Aiatolá protestou contra as noções nacionalistas seculares, acusando-as de serem métodos ocidentais para dividir o povo muçulmano¹⁷². Assim, a resistência ao Xá e ao domínio norte-americano foi elaborada sob uma ótica religiosa¹⁷³. Khomeini explicou que o Irã, poluído por valores e desejos ocidentais, havia se desviado dos princípios de Deus, e por isso estava infeliz. O retorno à vida justa expulsaria o abuso secular trazido pelas mãos do domínio inglês e norte-americano. Dessa forma, o retorno aos conceitos islâmicos era, para o Irã, o único caminho correto, legítimo e, mais importante, transcendental.

Enquanto o Xá emulava a ascendência dos Reis persas, os movimentos anti-monárquicos exaltavam e exultavam os heróis islâmicos e o sofrimento do povo iraniano sob a tirania¹⁷⁴. Em 1971, durante a celebração estatal dos duzentos anos da monarquia persa, Khomeini levantou o protesto nacional contra um Rei que “dominava sobre um povo de acordo com seus desejos carnis e bestiais, que nada produziram a não ser o desastre¹⁷⁵”. Ele advertiu os iranianos de que um “futuro escuro e perigoso os aguardava. Seu dever era resistir e servir o Islã e os povos muçulmanos¹⁷⁶”. O Xá, Rei secular, fora declarado oposto aos ideais iranianos, à humildade, à justiça e ao Islã. Para que esses valores voltassem a triunfar, era necessário removê-lo. Khomeini exigiu que os estudantes se dedicassem a

¹⁷¹ Ruhollah Khomeini, “Islam and Revolution: Writings and Declarations of Imam Khomeini.” v. 1. Mizan Press. Washington, 1981. p. 28.

¹⁷² Henry Munson, “Islam, Nationalism, and Resentment of Foreign Domination.” Middle East Policy. v. X, n. 2. Verão 2003. p. 40-53. p. 45.

¹⁷³ Henry Munson, “Islam, Nationalism, and Resentment of Foreign Domination.” Middle East Policy. v. X, n. 2. Verão 2003. p. 40-53. p. 42.

¹⁷⁴ Abdolkarim Soroush, “Reason, Freedom, and Democracy in Islam.” Oxford University Press. New York, 2000. p. 158.

¹⁷⁵ Ruhollah Khomeini, “Islam and Revolution: Writings and Declarations of Imam Khomeini.” v. 1. Mizan Press. Washington, 1981. p. 201.

¹⁷⁶ Ruhollah Khomeini, “Islam and Revolution: Writings and Declarations of Imam Khomeini.” v. 1. Mizan Press. Washington, 1981. p. 207.

“propagar o Islã aos não-muçulmanos para levar adiante as grandes metas do Islã... Cultivar o preparo para o sacrifício... Demonstrar ao mundo as vozes de seus irmãos muçulmanos torturados no Irã... protestar contra a selvageria, o assassinio, o desrespeito à lei e todos os demais crimes cometidos constantemente no Irã. Com a ajuda de Deus, será possível criar a fundação para a independência e liberdade do Irã e terminar a opressão pelo regime tirânico e pelos servidores do imperialismo, para que os perigos hoje ameaçando o islã e os muçulmanos sejam removidos¹⁷⁷”.

4.9 O início do maior movimento anti-Xá

A 5 de junho de 1975, em comemoração aos protestos anti-Xá de 1963, estudantes do seminário Fayziah, de Qum, fizeram demonstrações em favor de Khomeini¹⁷⁸. A polícia do Xá, previamente notificada sobre as manifestações, barrou os estudantes dentro do seminário, para impedir que seu protesto alcançasse as ruas. A 7 de junho, a cidade de Qum entrou em greve solidária com o seminário cercado. O Xá acusou a ocupação do prédio de ter sido orquestrado por forças anarquistas e comunistas. Naquela noite, reforços militares invadiram o prédio e prenderam duzentos alunos. Apesar da violência estatal e da indignação local, houve relativamente pouca reação pública às ações repressivas da polícia. Vários seminários, agora temidos como potenciais centros políticos, foram fechados por ordem do Xá. Mil seguidores de Khomeini, inclusive estudantes e simpatizantes, foram exilados em 1975. Empolgado com o rumo dos acontecimentos, Khomeini declarou-se confiante na gradual conscientização dos iranianos acerca da sua situação sob o domínio do Xá. Mas logo após os protestos e a indignação moderada, os iranianos aquietaram-se.

A partir de 1977, diversos políticos da extinta oposição voltaram à carga e começaram a divulgar cartas públicas contestando o domínio do Xá. Durante o verão, ocorreram novas demonstrações e, em resposta, voltou a repressão governamental. Novamente, diversos líderes religiosos foram exilados por ordem do Xá. Em novembro, Khomeini elogiou as cartas e encorajou os demais iranianos a imitarem a iniciativa. O Aiatolá prometeu aproveitar as

¹⁷⁷ Ruhollah Khomeini, “Islam and Revolution: Writings and Declarations of Imam Khomeini.” v. 1. Mizan Press. Washington, 1981. p. 211.

¹⁷⁸ Charles Kurzman, “The Qum Protests and the Coming of the Iranian Revolution, 1975 and 1978.” *Social Science History*. v. 27, n. 3. Outono 2003. p. 287-225. p. 289.

medidas limitadas de liberalização interna para enviar cartas a instituições e governos estrangeiros, inclusive ao Presidente Carter.

A pressão internacional poderia ter aumentado o nível de liberalização dentro do Irã, mas as cartas nunca foram mandadas. Carter havia convidado Pahlavi para uma reunião em Washington no mesmo mês. O presidente norte-americano não mencionou direitos humanos ao Xá, que voltou ao Irã confiante no apoio dos EUA ao seu regime¹⁷⁹. O presidente norte-americano explicou à imprensa que não havia questões de direitos humanos em países nos quais os EUA mantinham bases militares¹⁸⁰. Mais uma vez, o Irã viu-se abandonado pela comunidade internacional. A repressão total retornou, como a principal ferramenta do governo¹⁸¹.

Diante das crescentes manifestações contra seu regime e o descontentamento nacional quanto ao controle norte-americano sobre o país e seus recursos, o Xá viu seu poder enfraquecer a partir de 1977. Seu governo arbitrário não permitiu a construção de uma política evolutiva e sustentável. Não houve o estabelecimento de instituições democráticas ou governamentais. Diante do gradual enfraquecimento do Xá e da crescente oposição, movimentos nacionalistas procuraram conciliar os conceitos revolucionários do país entre o islã fundamentalista e os pedidos de secularidade democrática, considerados compatíveis.

Em 1977, o crescimento da adesão nacional a Khomeini demonstrou a incapacidade do Xá em garantir o apoio da elite que ele ajudara a criar. Aos poucos, as bases de sustentação da monarquia foram corroídas. A presença maciça de estrangeiros no Irã, inclusive 50.000 residentes norte-americanos e 600.000 turistas ao ano, fez parecer que o país continuara a ser dividido e ocupado pelo exterior, com suas armas, materiais, produtos e cultura, todos consumidos e impostos pela monarquia¹⁸². O regime do Xá e a fonte de seu poder, os EUA,

¹⁷⁹ Charles Kurzman, "The Qum Protests and the Coming of the Iranian Revolution, 1975 and 1978." *Social Science History*. v. 27, n. 3. Outono 2003. p. 287-225. p. 303.

¹⁸⁰ Ruhollah Khomeini, "Islam and Revolution: Writings and Declarations of Imam Khomeini." v. 1. Mizan Press. Washington, 1981. p. 224.

¹⁸¹ *Washington Post*. 22/11/1978. p. A14.

¹⁸² Daniel Brumberg, "Reinventing Khomeini: The Struggle for Reform in Iran." The University of Chicago Press. Chicago, 2001. p. 91.

havia sido substituídos por uma autoridade legítima, moral, iraniana e islâmica, na pessoa de Khomeini.

4.10 A queda do Xá

Em 1º. de janeiro de 1978, Carter visitou Teerã e aclamou o Xá como um estadista sábio, amado pelo seu povo. Uma semana depois, o jornal “Ittila-at” publicou um artigo acusando o Aiatolá Khomeini de ser apenas mais um agente colonialista, disposto a enganar o povo. A cidade de Qum protestou contra a difamação do Aiatolá, e os estudantes marcaram uma reunião no seminário Khan. Os estudantes concordaram em visitar os Aiatolás mais influentes de Qum e pedir conselhos sobre como proceder¹⁸³. Centenas deles marcharam de casa em casa, procurando conversar com os Aiatolás locais e confrontando a polícia local. O clero de Qum, porém, não concedeu o apoio solicitado. Os Aiatolás, temendo repressão estatal e o descrédito público, decidiram impor uma greve de um dia, e exigiram que os protestos se mantivessem pacíficos.

Ocorreu uma reação maior que os estudantes esperavam. As greves foram estendidas, com os bazares e seminários fechando as portas. Em 9 de janeiro, os alunos continuaram a marchar, em silêncio, às casas dos Aiatolás, para arrecadar apoio. No caminho, a polícia bloqueou as ruas, passando a atirar na multidão quando os estudantes reagiram. Rapidamente rumores espalharam-se pelas cidades afirmando que as forças policiais tinham matado entre cem e trezentos dos defensores de Khomeini¹⁸⁴. Em contraste com a não-reação quando da invasão do seminário Fayziyah em Qum em 1975, em 1978 o país revoltou-se contra a repressão. Oito cidades iniciaram protestos e três impuseram greves gerais. No mês seguinte, várias cidades comemoraram os mártires de Qum de 1975 com grandes demonstrações. A frustração interna, a queda da economia e a crescente mobilização política no Irã romperam em contestações abertas à autoridade do Xá.

¹⁸³ Charles Kurzman, “The Qum Protests and the Coming of the Iranian Revolution, 1975 and 1978.” *Social Science History*. v. 27, n. 3. Outono 2003. p. 287-225. p. 290.

¹⁸⁴ Charles Kurzman, “The Qum Protests and the Coming of the Iranian Revolution, 1975 and 1978.” *Social Science History*. v. 27, n. 3. Outono 2003. p. 287-225. p. 292.

Diversos novos grupos opositores começaram a aparecer. A oposição islâmica radical também apareceu em 1977¹⁸⁵. Apenas uma fração mínima da população iraniana acabou participando dos protestos de 1978. O fato é que, aos dissidentes, naquele momento, o simples aspecto de uma grande revolta já servia aos seus propósitos. Em uma entrevista, o Xá assegurou que os protestos não ameaçavam seu regime, declarando que os opositores teriam que removê-lo do poder se quisessem o término da “democratização do Irã”¹⁸⁶.

Em novembro, face ao inegável descrédito de Pahlavi, Carter responsabilizou a CIA e a inteligência norte-americana por não prever a crise política que ocorria no Irã¹⁸⁷. A 2 de dezembro, durante uma demonstração pró-Khomeini, a polícia atirou contra uma multidão, sem conseguir interromper o protesto. Aos poucos, as demonstrações deixaram de ser genéricas e passaram a abordar exigências específicas, como o fim do domínio do Monarca sobre o governo. Ao mesmo tempo, Khomeini anunciou a formação do Conselho da Revolução Islâmica, para iniciar planos de um novo governo iraniano¹⁸⁸. O Xá negou seu conhecimento do Conselho, mas, reconhecendo a perda do controle sobre o país, iniciou os planos para a fuga.

Diante da situação permanente de protestos, ele acabou fugindo em 16 de janeiro de 1979, e a Revolução tomou o país oficialmente nos dias 10 e 11 de fevereiro. A força aérea e parte da polícia haviam abandonado a monarquia. Para cristalizar seu retorno ao Irã como a vinda do décimo segundo califa xiita, Khomeini tinha visitado o cemitério de Behesht-e Zahra, onde residiam as almas dos mártires revolucionários. A visita deu-se logo após a sua volta do exílio, em 31 de janeiro. A Revolução de Khomeini tivera sucesso, e o infalível *Imam* havia retornado para liderar os fiéis.

4.11 A República Islâmica

¹⁸⁵ Charles Kurzman, “The Qum Protests and the Coming of the Iranian Revolution, 1975 and 1978.” *Social Science History*. v. 27, n. 3. Outono 2003. p. 287-225. p. 306.

¹⁸⁶ The New York Times. 12/09/1978. p. 97.

¹⁸⁷ Richard Burt. The New York Times. 23/11/1978. p. 1.

¹⁸⁸ The New York Times. 15/01/1979. p. 1.

O pensamento ideológico de Khomeini, coerente no início de sua caminhada, perdeu-se ao esbarrar com as dificuldades de coesão e com a realidade política. Para vencer essas limitações, ele adaptava sua doutrina de acordo com a necessidade e conveniência do momento. Assim, a política doméstica tornou-se dependente de sua liderança na resolução de conflitos internos, não havendo regras definidas para o exercício do seu discernimento. A institucionalização e consolidação de sua figura como o Líder Supremo garantiu-lhe o controle sobre a jovem Revolução.

Khomeini e mais nove clérigos fundaram então o primeiro partido do Irã revolucionário, o Partido da Revolução Islâmica (IRP). Formou-se também o Conselho Revolucionário e a Corte Suprema. O Tudeh, partido tradicional da esquerda iraniana, nunca se recuperou de sua desorganização anterior, e não pôde construir uma união com a esquerda nacionalista ou a secular, em contrapeso ao clero. As minorias étnicas esforçaram-se em receber maior autonomia política, mas pouco foi concedido.

Os princípios islâmicos da Revolução foram embutidos na nova Constituição. Khomeini, agora visto como o fundador do país, acreditava que a verdadeira fé islâmica seguia um caminho de auto-sacrifício e participação política em sua demanda por justiça e responsabilidade individual. Ele advogava que a construção de um novo Irã reclamava uma coesão islâmica maior, tecida a partir de uma compreensão didática. O clero ajudaria a demonstrar à população que as necessidades individuais eram substituíveis pelos ideais coletivos. Essa ideologia estendeu-se da política doméstica à política externa do Irã. A exportação da Revolução tornou-se requisito para a realização nacional, além de constituir dever religioso.

Para formatar o novo governo de acordo com essas normas, Khomeini e os líderes consultaram textos clássicos de autores islâmicos e iranianos, buscando compor um novo sistema político autêntico. A política externa adotou uma aura religiosa ortodoxa. O Irã passou a considerar-se a Pátria-Mãe do Islã, sendo responsável perante o povo muçulmano. Assim, os demais países muçulmanos deveriam ser leais ao Irã, que, por sua vez, era responsável por

eles¹⁸⁹. O dever iraniano não era apenas proteger as comunidades muçulmanas, mas também, e mais especificamente, manter afastados os países que haviam previamente ocupado e roubado as nações islâmicas.

Khomeini rejeitou a idéia de formar um estado democrático islâmico. Os modelos de governo ocidentais e orientais seriam rejeitados em favor de um estado inspirado pelos textos sagrados e princípios puramente iranianos. A rejeição da democracia baseava-se no argumento de que ela era uma invenção especificamente estrangeira, disfarçadamente dominada por uma ideologia universalista. Os princípios islâmicos, em contraponto, trariam a igualdade, fraternidade e justiça para toda a sociedade. Em especial, afirmava-se que a coesão da sociedade islâmica viria apenas através da atitude espiritual dos justos, nunca pelas vantagens materiais. O acúmulo de bens, valor ocidental, foi descartado em favor do auto-sacrifício e do sofrimento para alcançar-se a transcendência individual.

A concentração de poderes estatais no clero cristalizou-se durante a formulação da Constituição. Originalmente, os Majlis nomeados para compor a Assembléia Constituinte tinham sido encarregados de escrever a nova Constituição. Mas Khomeini retirou deles essa responsabilidade, que transferiu para a Assembléia dos Sábios, todos clérigos, assim removendo as chances de um estado secular¹⁹⁰. Surgiram protestos contra a suposta representação da população através de um corpo legislativo que não fora eleito democraticamente. Apesar dos protestos, a nova Constituição, repleta de contradições entre religião e estado, foi aprovada a 19 de novembro e ratificada dias 2 e 3 de dezembro. A esquerda nacionalista, fundamental à implementação da Revolução, fora descartada do governo em benefício do clero radical. A Constituição determinou o domínio da religião xiita em todas as camadas políticas, burocráticas e profissionais, causando a completa alienação de outros grupos e sua exclusão política, social, econômica e educacional. A criação do Estado Iraniano seria uma vitória xiita, visível ao mundo todo.

¹⁸⁹ Mohammed-Reza Dehshiri, "The Cycle of Idealism and Realism in the FoReign Policy of the Islamic Republic of Iran." *The Iranian Journal of International Affairs*. v. II, n. 2. Verão 2000.

¹⁹⁰ Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor, "Iran: Country Reports on Human Rights Practices 2002". 31/03/2003.

Entre 1979 e 1981, o país praticou o idealismo político, envolvendo-se em confrontos diretos com a ONU, os EUA, Israel e seus aliados, declarando sua superioridade cultural. O governo cancelou contratos com os norte-americanos, referentes ao exército e a bases de observação. Ademais, retirou a imunidade dos militares dos EUA no país e cancelou as negociações para futuras compras de armas. A Embaixada Israelense em Teerã foi transformada em escritórios para a Organização da Libertação da Palestina¹⁹¹. O governo cortou relações diplomáticas com o Egito após sua participação como intermediário em Camp David. De acordo com o Aiatolá, todos os países muçulmanos eram responsáveis pela defesa das demais populações islâmicas, e a não-aderência a esse padrão por parte de qualquer governo acarretava perda de credibilidade.

Teerã, o centro político, comercial e religioso do país, mantém a exclusividade da fé xiita, proibindo a construção de mesquitas por outras facções. A população nacional é 99% muçulmana, sendo 89% xiita e 10% sunita. As demais confissões representavam, portanto, meros 1% do total. A facção xiita foi protegida pela Constituição, que excluía politicamente as demais religiões e etnias. Enquanto existe o reconhecimento constitucional do cristianismo, judaísmo, zoroastrismo e religiões pré-islâmicas, diversas outras religiões não receberam *status* legal e, por extensão, proteção sob as leis nacionais. Membros de religiões não-reconhecidas não podem freqüentar universidades públicas, devido aos requisitos de fé e conhecimento islâmico nelas prevalentes. Religiões não-reconhecidas são identificadas como organizações políticas ilegais.

4.12 A Separação dos poderes

O governo iraniano foi dividido em Executivo, Legislativo e Judiciário. A Constituição, escrita por líderes religiosos, concedeu os maiores poderes e responsabilidades estatais às facções islâmicas, inclusive ao Líder Supremo e ao Conselho de Guardiões. O Líder Supremo é escolhido em caráter vitalício, nomeado pelo Assembléia dos Sábios. Esse

¹⁹¹ Mohammad-Reza Dehshiri, "The Cycle of Idealism and Realism in the Foreign Policy of the Islamic Republic of Iran." *The Iranian Journal of International Affairs*. v. II, n. 2. Verão 2000.

corpo docente é constituído por clérigos, com mandatos de oito anos, sendo em parte nomeados e em parte eleitos pelo voto popular.

O Executivo inclui a Presidência e o Parlamento. Candidatos a esses poderes são aprovados pelo Conselho de Guardiões e eleitos por voto popular. O Parlamento Majlis, a Assembléia Consultiva Islâmica, é um corpo de 290 membros, eleitos por voto popular para períodos de quatro anos, tendo o encargo de compor e aprovar a legislação. Uma facção do Legislativo, o conservador Conselho de Guardiões, freqüentemente impede a aprovação de medidas liberais dos Majlis, barrando tais propostas legislativas sob o argumento de serem pouco islâmicas ou contrárias aos princípios da Revolução.

A inclusão do Líder Supremo como uma posição política na Constituição fora contestada em 1979. Aquela primeira versão da Constituição, mais secular, não incluía essa figura religiosa pairando sobre a política nacional. A versão aprovada, porém, consagrou o *velayat-e faqih*, representando o décimo segundo *Imam*, o Califa Xiita Oculto, ou, na sua ausência, o seu representante. A figura do *velayat-e faqih* é controversa, com as diferentes facções políticas iranianas debatendo se o Líder Absoluto deveria reter poderes de estado ou ser apenas um representante simbólico e cerimonial¹⁹². Seus poderes incluem nomear os juizes da Corte Suprema e chefes das forças armadas e da Guarda Revolucionária, os juristas do Conselho de Guardiões e, finalmente, declarar guerra e mobilizar tropas.

Diversos artigos daquela Constituição assustaram a comunidade internacional. Cientes da nova rejeição iraniana à subjugação pelo domínio externo, muitos países preocuparam-se com a inclusão do conceito da exportação da Revolução. A identidade central do Irã revolucionário, o Islã político, exigia a atuação no mundo inteiro para libertar todos os povos muçulmanos da opressão ou domínio externo, semelhante à Doutrina Truman. O Artigo 3 da Constituição menciona a obrigação do país de utilizar “todos os seus recursos” para diversos objetivos, inclusive o compromisso em apoiar movimentos de resistência muçulmanos no mundo inteiro¹⁹³. A exportação da Revolução iraniana fora interpretada como o financiamento

¹⁹² Mehran Kamrava, “Iranian Shiism Under Debate.” *Middle East Policy*. v. X, n. 2. Verão 2003. p. 102-112. p. 105.

¹⁹³ “Artigo 3, Número 16: Metas do Estado.” Constituição da República Islâmica do Irã. Adotada 24/10/1979.

do terrorismo e a cassação de interesses estrangeiros em todo o mundo islâmico. Mais uma vez, a existência do Irã foi vista exclusivamente como o confronto ao ocidente, não como a rejeição ao domínio externo.

Mas o ocidente desconhece que o Islã condena o uso da força, salvo quando povos muçulmanos são oprimidos, têm negado o direito de seguir sua fé ou suas terras são ocupadas¹⁹⁴. A força, assim, é permitido aos muçulmanos estritamente em casos de auto-defesa, não podendo ser utilizada contra civis ou pessoas inocentes. Mas, de acordo com a religião, todo muçulmano tem a obrigação de proteger os seguidores da mesma fé, princípio que o governo iraniano incluiu em sua Constituição. Alguns estados islâmicos que oprimem povos muçulmanos são Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Kuwait e Turquia, todos aliados dos EUA e importadores de armas norte-americanas. Uma meta, uma razão de ser, da República Islâmica, é proteger e enviar apoio a grupos muçulmanos envolvidos em movimentos de resistência. Os EUA e seus aliados árabes, regimes autocráticos que se mantêm no poder graças a essa aliança, opõem-se à Revolução iraniana e à exportação de seus princípios pan-islâmicos.

Certos setores do governo iraniano foram fundados especificamente para promover a Revolução. O Ministério de Inteligência e Segurança, o Ministério do Interior e a Guarda Revolucionária também são produtos da Revolução, altamente conflitantes entre si e fontes de preocupação no exterior. Os Basijis, os para-militares voluntários, e o Ansar-e Hezbollah operam de forma não-oficial, atuando como vigilantes voluntários. Este último é acusado de intimidar iranianos, como políticos, jornalistas e estudantes, suspeitos de atividades ou lealdade anti-revolucionárias. São esses grupos isolados que os EUA acusam de violar os direitos humanos no Irã, generalizando-os em suas declarações públicas como sendo “atos iranianos”, o que equivaleria a afirmar-se que a Ku-Klux-Klan pratica “atos americanos”.

Nessa época da formulação inicial do governo, o realismo político dominou a percepção iraniana, promovendo o crescimento econômico e a queda de ideais e paixões

¹⁹⁴ David Smock, “Islamic Perspectives on Peace and Violence.” United States Institute of Peace, Special Report. Washington. 24/01/2002.

revolucionários. As dificuldades pós-Revolução e o embargo norte-americano foram aliviados pelos altos preços mundiais do petróleo, permitindo que Khomeini moldasse o novo governo com pouca contestação interna.

Khomeini acusou a opressão do Xá contra a Revolução de ter sido orquestrada pelos EUA. Os norte-americanos, portanto, mereceriam a desconfiança nacional, e sua presença apenas punha em risco o processo da Revolução. Assim, 43.000 norte-americanos, 32.000 dos quais associados às forças armadas, foram expulsos do Irã¹⁹⁵. O Aiatolá e seus seguidores também expulsaram líderes políticos iranianos que contestavam o seu domínio, e o do Islã, sobre a política interna, inclusive aqueles que tinham apoiado a ascensão de Khomeini ao poder. Aos poucos, ele passou a concentrar recursos e poderes carismáticos exclusivos e a corroer as bases políticas da oposição.

4.13 Os EUA também moldam um novo Irã

A ocupação da Embaixada norte-americana iniciou uma nova onda de fervor revolucionário dentro do país, assustando o mundo externo e marcando o Irã como representante do Islã fundamentalista, extremista e vingativo. Estudantes iranianos ocuparam a Chancelaria, declarando ter nela descoberto uma “teia de espiões”, que havia subjugado o Irã durante décadas¹⁹⁶. Esse período promoveu o elemento radical da Revolução, permitindo maiores repressões. Khomeini declarou em março que a ONU obteria permissão para visitar os reféns caso a organização também reportasse os crimes do Xá em associação com os EUA. O Presidente Carter propôs cancelar as sanções impostas após a remoção do Xá caso os reféns fossem libertados. Súbito, o Irã conseguia ameaçar e forçar negociações com a potência mundial que o controlara até recentemente. Khomeini declara que o Islã resgatava o orgulho nacional e que, pela primeira vez, o país pôde exercer a sua própria política externa, por mais discutível que fosse. Agora com poder de barganha para contrabalançar forças com os EUA, o Irã, um estado novo e ainda inseguro, arriscava conflitos e lutas para além de suas

¹⁹⁵ A. A. Saeidi, “Dislocation of the State and the Emergence of Factional Politics in Post-Revolutionary Iran.” *Political Geography*. v. 21. 2002. p. 525-546. p. 529.

¹⁹⁶ James Risen, “How a Plot Convulsed Iran in '53 (and in '79).” *The New York Times*. 18/06/2000.

capacidades. De certa forma, o Irã finalmente era reconhecido como um país. E o seu estado era uma ameaça.

No dia 7 de abril, dentro do espírito da Revolução, o líder anunciou que os reféns norte-americanos seriam mantidos até a eleição dos Majlis. Carter rompeu relações diplomáticas com o Irã no mesmo dia, proibindo exportações dos EUA para aquele país, exceto alimentos e remédios. Todos os bens iranianos em território norte-americano foram confiscados e todos os vistos de entrada de iranianos aos EUA, pendentes ou já existentes, foram cancelados. Para o vexame de Carter, posteriormente descobriu-se que ele havia negociado trocar os reféns norte-americanos por armas, contrariando sua promessa de não negociar ou cooperar com terroristas. O governo norte-americano fora humilhado diante do mundo ao não conseguir controlar a crise.

A existência de facções divididas dentro do governo xiita, ao mesmo tempo em que dificultava uma política interna coesa, garantia a exclusividade do poder a Khomeini. A primeira eleição dos Majlis, o parlamento, revelou-se uma busca pelos poderes que Khomeini não cedia a grupo algum, sequer ao clero – ele não confiava em seus pares, menos ainda nos políticos seculares que ele mesmo havia nomeado. Ele temia a falibilidade humana, e a Revolução Islâmica dependia do caráter inabalável de seus seguidores. Khomeini passou a conceder favores aos políticos caso a caso, mantendo-os divididos e dependentes de seu humor. Manter a política iraniana fragmentada assegurava o controle incontestável do Aiatolá sobre a Revolução.

Dois partidos, prometendo ganhar a maioria nas eleições parlamentares, eram problemáticos porque seus líderes moderados advogavam a normalização das relações diplomáticas com o exterior e a estabilização da economia através de reformas liberais. Khomeini temia que a jovem Revolução já estivesse ameaçada, face à popularidade dos moderados. Sua tática seria retirar legitimidade aos moderados e exacerbar as metas da Revolução. Decidiu o Aiatolá que uma Revolução poderosa e unificadora tinha de ser uma Revolução ameaçadora ao mundo externo. Para isolar os moderados, Khomeini tinha de

associar a imagem deles aos norte-americanos e, simultaneamente, praticar atos que enfurecessem os EUA.

Em retaliação à não libertação dos reféns, Carter assinou a Ordem Executiva 12170, anunciando um estado de emergência contra o Irã, para poder lidar com a “estranha e extraordinária ameaça à segurança internacional, política externa e econômica dos EUA, causada pela situação no Irã¹⁹⁷”. Até 2004, a Ordem ainda não havia sido revogada. O boicote econômico dos EUA também causou o aumento de 25% ao custo das importações iranianas¹⁹⁸. Novamente, como no golpe de estado em 1953, os EUA tentavam afundar a economia iraniana para remover o poder atuante. O governo iraniano prometeu manter os reféns norte-americanos em retaliação ao comportamento abusivo da polícia dos EUA contra cidadãos iranianos que, ao protestarem em Washington contra a retaliação americana, foram presos e depois espancados pela polícia¹⁹⁹.

Esses eventos contribuíram para a recusa do Irã em negociar com países estrangeiros. Sua ideologia de solidariedade islâmica e desconfiança do sistema ocidental reforçou a crença na sua própria superidade política, isolando-o mundialmente. Sua hostilidade dificultou uma maior aceitação do país e de suas metas políticas pela comunidade mundial. Identificar a República Islâmica como perigosa e instável agora se tornava muito fácil aos EUA, recém expulsos de seu protetorado e desprovidos de suas concessões territoriais e estratégicas. Por causa da República Islâmica e da ameaça de exportar a revolução, os EUA encontravam motivos para promover uma política externa agressiva contra o Irã; agora era seu dever avisar e proteger o sistema internacional desse perigo fundamentalista. Carter não conseguiria libertar os reféns nos quatorze meses restantes do seu mandato, e a imagem do Irã seria permanentemente associada ao terrorismo. Após a libertação dos últimos reféns, durante a presidência de Ronald Reagan, o Irã continuou adotando medidas para provocar e irritar o governo norte-americano. Até o terreno da Embaixada dos EUA em Teerã foi transformado em um campo de treinamento para a Guarda Revolucionária²⁰⁰.

¹⁹⁷ Bill Samii, RFE/RL: Iran Report, v. 6, n. 46. 17/11/2003.

¹⁹⁸ Reuters, “Iran Is Angered by Reports US Harms Prisoners.” The New York Times. 04/08/1980. p. A1.

¹⁹⁹ Reuters, “Iran, Angry at US, Is Delaying Debate on Hostage Issue.” 05/08/1980. p. A1.

²⁰⁰ Elaine Sciolino, “In World Flux, a Constant: US and Iran Still Foes.” The New York Times. 29/12/1996. p. 1.

4. 14 O risco da difusão da Revolução Islâmica

Já havia hostilidade política entre o Irã e a Arábia Saudita durante o regime do Xá. Os dois países cooperavam apenas para manter o preço do petróleo estável e ambos pretendiam liderar o Oriente Médio. Após a Revolução, o Rei saudita Al Saud temeu a influência xiita no seu próprio país, ao perceber a presença iraniana na província do oeste. A política do Irã, revolucionária e xiita, iniciou ondas de intromissão em diversos países do Oriente Médio, instigando demonstrações públicas e acusando como ilegítimos os regimes no poder. Em 1979, o iraniano Juhaiman Utaibi e seus seguidores tomaram a Grande Mesquita em Meca, enquanto protestos maciços manifestaram-se no oeste²⁰¹. Os dois países iniciaram uma política mutuamente hostil. Para não arriscar a perda de credibilidade, Al Saud afirmou seu Reinado como baseado no direito divino islâmico, combinando conceitos muçulmanos à sua figura pessoal. O país também apoiou medidas repressoras internacionais contra o Irã para conter sua Revolução. O Irã havia-se tornado uma inconveniência política até para os vizinhos.

Assim, enquanto os aiatolás redefiniam sua participação internacional, o país também recebia, da comunidade internacional, um rótulo e um estigma. O mundo acusou o Irã de representar a derrocada de conceitos políticos ocidentais, como o capitalismo e a democracia. O Irã, acusavam, iria destruir esses princípios através do terrorismo, de armas de destruição em massa e das tentativas de formar uma coalizão pan-árabe. De repente, o mundo, inclusive o Oriente Médio, precisava conter o perigo iraniano. O seu universalismo muçulmano isolou-o, e os EUA puderam fortalecer seu controle sobre a política da região, sob o pretexto de evitar o perigo revolucionário.

O Presidente Reagan, apesar de suas declarações públicas contra o governo iraniano, repetiu os erros de Carter e manteve negociações secretas com o mesmo. Enquanto os EUA negavam ao Irã o *status* de estado, a comunidade internacional não respondeu com hostilidade comparável. Na verdade, a Europa agora encontrava uma oportunidade para relacionar-se com

²⁰¹ Gwenn Okruhlik, "Saudi Arabian-Iranian Relations: External Rapprochement and Internal Consolidation". Middle East Policy. v. X, n. 2. Verão de 2003. p. 113-125. p. 116.

um país de extrema importância estratégica no Oriente Médio, sem a concorrência norte-americana.

4.15 O fracionamento interno

A eleição dos Majlis garantiu poderes a três grupos políticos: esquerdistas, clero conservador e membros do Mujahidin-i Khalq²⁰². O embargo comercial sobre o Irã e o controle externo do preço do petróleo enfraqueceram o radicalismo da Revolução, impondo uma desesperada política de crescimento econômico. Os Majlis favoreceram um sistema financeiro igualitário, resultando na nacionalização das indústrias e no confisco de propriedade privada. A esquerda dominaria os Majlis por três sessões sucessivas, entre 1980 e 1992. A direita tradicional obteria a maioria apenas após a morte de Khomeini em 1988, herdando sua autoridade religiosa e moral²⁰³. Os esforços da direita em diminuir a influência esquerdista impossibilitaram uma maior coesão política interna.

Em 1986, três reféns norte-americanos foram detidos no Líbano. Os EUA enviaram o Assessor de Segurança Nacional, Robert C. MacFarlane, em uma missão secreta para pedir a ajuda dos iranianos no resgate. MacFarlane carregava um bolo em forma de chave e uma Bíblia, mas seu pedido foi rejeitado pelo governo xiita²⁰⁴. Reagan, como fizera Carter, passou a negociar o resgate em troca de armas, que realmente vendeu, desviando o lucro da operação para grupos anti-revolucionários na Nicarágua.

4.16 A Guerra Irã - Iraque

Em 1973, o exército do Xá apoiou as rebeliões curdas no Iraque contra Saddam Hussein. Este ameaçou retaliar caso o Xá não recuasse, e os dois países assinaram o Acordo

²⁰² A. A. Saeidi, "Dislocation of the State and the Emergence of Factional Politics in Post-Revolutionary Iran." *Political Geography*. v. 21. 2002. p. 525-546. p. 531.

²⁰³ Fawaz A. Gerges, "Israel's Retreat from South Lebanon: Internal and External Implications." *Middle East Policy*. v. XIII. n. 1. 03/2001. p. 106-116. p. 109.

²⁰⁴ David E. Sanger, "US Ending a Few of the Sanctions Imposed on Iran." *The New York Times*. 18/03/2000. p. A1.

de Argel em 1975. O Xá comprometeu-se a fechar suas fronteiras aos curdos iraquianos, e o Iraque aceitou compartilhar a hidrovia Shatt-al Arab, anteriormente declarada seu território exclusivo²⁰⁵. Ambas essas disputas retornariam durante a Guerra Irã-Iraque em 1980.

Após a Revolução, o Irã voltou a financiar rebeliões curdas e a apoiar grupos xiitas no Iraque. Os dois países passaram a desenvolver hostilidades e missões secretas um contra o outro. Procurando exercer a liderança árabe na região, Hussein, sunita, calculou a seu favor uma coesão internacional contra o Irã estigmatizado. Conter a Revolução do vizinho também era importante, já que desencorajava a própria população xiita iraquiana. Hussein procurou aliar vizinhos regionais, como Egito e Síria, contra o Irã. Este havia rompido relações diplomáticas com ambos os países, sob a acusação de terem colaborado com Israel durante as décadas de 1960 e 1970. Hussein avisou-os do perigo que a exportação da Revolução iraniana impunha a todas as populações da região²⁰⁶.

A 22 de setembro de 1980, o Iraque invadiu o território vizinho. Hussein acreditava que conseguiria impor condições ao Irã e assim derrubar seu governo, considerado fraco. O Iraque justificou suas medidas alegando que o Irã havia desobedecido o Acordo de Argel com seu apoio a grupos subversivos. O Conselho de Segurança respondeu de forma tímida, através da Resolução 479, exigindo que ambos os estados interrompessem o uso da força e aceitassem a mediação internacional²⁰⁷. Os EUA imediatamente declararam-se neutros²⁰⁸. O Conselho, ciente da invasão iraquiana, censurou o Iraque, mas também o Irã, talvez como gesto de desaprovação pela ocupação da Embaixada norte-americana em Teerã. A Guerra revelou ao Irã o seu isolamento político e a arbitrariedade da legislação internacional.

O clero iraniano, porém, não cedeu às pressões das forças iraquianas, superiores às suas, ou ao cessar-fogo determinado pelo Conselho e conseguiu expulsar as tropas iraquianas do sul do país. Novamente, a Resolução 514, de 12 de julho de 1982, exigiu que ambos os países adotassem um cessar-fogo e retornassem às demarcações internacionais. No dia

²⁰⁵ A. Mark Weisburd, "Use of Force: The Practise of States Since WWII." Penn State Press. Pennsylvania, 1997. p. 47.

²⁰⁶ Pirouz-Mojtahed Zadeh, "Territorial Disputes and Security of West Asia: Is the New Heartland Stretching from the Persian Gulf to the Caspian Sea?" The Iranian Journal for International Affairs. v. II, n. 2. Verão 2000.

²⁰⁷ S/RES/479. 28/09/1980.

²⁰⁸ A. Mark Weisburd, "Use of Force: The Practise of States Since WWII." Penn State Press. Pennsylvania, 1997. p. 49.

seguinte, o Irã inverteu os papéis e invadiu o Iraque²⁰⁹. Em 22 de outubro do mesmo ano, a Assembléia Geral aprovou uma resolução pedindo o fim do conflito, mas seu texto não declarava nenhum país responsável pelo mesmo. Durante os próximos cinco anos, o Irã faria sucessivas tentativas de ocupar território iraquiano, sofrendo enormes perdas e ocupando relativamente pouca terra do vizinho²¹⁰. Diz-se que o governo iraniano prolongou a guerra para unir o próprio país, recém-formado e apresentando sinais de fragmentação.

O Departamento de Estado dos EUA preocupava-se com que uma derrota iraquiana causasse um impacto demasiado ao Iraque e ao “Presidente Hussein²¹¹”. Especularam que, caso o porto iraniano de 150.000 habitantes, tomado pelo Iraque em 1981, fosse reconquistado, os iranianos poderiam invadir o Iraque e derrubar o governo. A Casa Branca pediu ajuda à Argélia, Indonésia, Malásia, Paquistão e Turquia para impedir que o conflito se ampliasse e que o Irã derrubasse o “Senhor Hussein”. Avisaram também que a queda do governo iraquiano seria perigosa para os países árabes moderados, como Arábia Saudita, Jordânia e Omã. Os EUA aceitavam que o Iraque, rival tradicional do Irã, se tornasse o poder regional, em vez de correr os riscos de uma expansão da Revolução iraniana. Os EUA avisaram que o Irã iria engolir o Iraque, predominantemente xiita, desestabilizando a região e os demais governos.

Para convencer o Congresso da importância estratégica do Iraque, o Departamento de Estado relatou que o governo de Hussein mantinha boas relações diplomáticas com a Europa, que não apoiava mais grupos marxistas no Afeganistão e tampouco apoiava o terrorismo internacional²¹². Duas semanas antes, o Congresso havia vetado uma medida pedindo a retirada do Iraque da lista de países que apoiavam o terrorismo. O pedido foi feito para liberar a venda de aviões civis ao Iraque.

Entre 1980 e 1984, o Irã procurou suavizar sua retórica anti-estrangeira. O governo reduziu seus acordos com a URSS, fonte de preocupação para o mundo ocidental, cancelando,

²⁰⁹ S/RES/514. 12/07/1982.

²¹⁰ A. Mark Weisburd, “Use of Force: The Practise of States Since WWII.” Penn State Press. Pennsylvania, 1997. p. 48.

²¹¹ Bernard Weinraub, “US Asking Arabs to Press Iran to End War.” The New York Times. 23/05/1982. p. 1.

²¹² Bernard Weinraub, “US Asking Arabs to Press Iran to End War.” The New York Times. 23/05/1982. p. 1.

inclusive, o acordo Teerã-Moscú de exportação de petróleo. Mas os iranianos mantiveram-se fiéis aos seus princípios islâmicos, censurando Israel pela invasão do Líbano. Gradualmente, e cientes das consequências, o Irã aumentava seu isolamento político em nome da justiça revolucionária. Desde o início da Guerra, o PIB iraniano caíra de US\$30 bilhões para US\$ 5 bilhões²¹³.

Em 1984, Iraque e Irã começaram a atacar, um do outro, os navios que transportavam petróleo, fonte financiadora da guerra, para ambos. O Iraque iniciou o conflito dentro do Golfo, atacando navios iranianos e de outros países, para cortar o comércio regional. O Irã passou a atacar navios de interesse iraquiano, inclusive embarcações kuwaitianas e sauditas, que transportavam petróleo iraquiano para o exterior e traziam materiais e equipamento militar ao país. Para proteger os interesses internacionais no Golfo, o Conselho adotou a Resolução 552. Esta Resolução, de 1º de junho de 1984, foi escrita na linguagem mais forte da Guerra, afirmando o direito da navegação internacional no Golfo, exigindo que os ataques a navios sauditas ou kuwaitianos cessassem e condenando os ataques anteriores. Existe uma contradição interna nessa Resolução; ela exige apenas o respeito aos navios sauditas e kuwaitianos, ambos aliados iraquianos, mas não faz menção aos ataques iraquianos sofridos por navios iranianos.

Após o pedido da Assembléia por um cessar-fogo, as subseqüentes Resoluções do Conselho tampouco indicaram um culpado pelo início do conflito. As Resoluções 540, 582 e 588, de outubro de 1983, fevereiro de 1986 e outubro de 1986, mantiveram o tom imposto pela Assembléia²¹⁴. A Resolução 582 demonstrou um pequeno esforço a mais, citando que a ONU “deplorava” os atos que iniciaram o conflito. Mesmo assim, nenhum país foi responsabilizado e nenhuma proposta para o fim do conflito foi incluída na Resolução.

Apesar da promessa de neutralidade, feita à ONU por vários estados, muitos deles participaram diretamente na Guerra Irã-Iraque. Os EUA e países europeus apoiaram ou o Iraque ou o Irã, ou, às vezes, ambos simultaneamente. A URSS cessou a venda de armas aos dois países, mas continuou a dar manutenção aos tanques iranianos. Já quando o Irã invadiu o

²¹³ Bernard Weinraub, “US Asking Arabs to Press Iran to End War.” The New York Times. 23/05/1982. p. 1.

²¹⁴ A. Mark Weisburd, “Use of Force: The Practise of States Since WWII.” Penn State Press. Pennsylvania, 1997. p. 49.

Iraque, os soviéticos passaram a vender equipamento aos iraquianos. Os EUA, declaradamente neutros, mas de fato aliados ao Iraque, entregaram ao Irã armas previamente encomendadas; além disso, autorizaram a venda de material bélico por terceiros ao Irã, assim rompendo o embargo por eles mesmos imposto. A Itália exportou navios de guerra ao Irã, enquanto a França vendeu aviões militares tanto ao Iraque quanto ao Irã. O Brasil forneceu equipamentos de artilharia aos dois países e a Turquia autorizou a utilização de seus portos para entregar as vendas internacionais a ambos, Iraque e Irã²¹⁵. Em 1987, a URSS tornou a exportar mísseis Scud ao Irã, e a Coréia do Norte vendeu-lhe mísseis Silkworm. Em 1984, os EUA repassaram inteligência militar ao Iraque e prometeram ampliar, mundialmente, o embargo de armas contra os iranianos. Mas, ao mesmo tempo em que os EUA pediram apoio internacional para cortar o acesso iraniano a material bélico, também contrabandearam armas ilegalmente para o governo xiita, no caso que ficou conhecido como “Irã-Contra”.

A Embaixada dos EUA em Beirute havia sido atingida em 1983 por um ataque suicida, causando a morte de dezessete norte-americanos²¹⁶. O grupo libanês Jihad Islâmico responsabilizou-se pelo atentado, mas os jornais norte-americanos insistiram em atribuí-lo ao Irã²¹⁷. No mesmo ano, um caminhão-bomba atingiu uma base norte-americana nos arredores de Beirute, matando duzentos e quarenta e um fuzileiros. Para legitimar a sua participação na Guerra Irã-Iraque, e enraizar a estigmatização mundial contra o Irã, o governo dos EUA e a imprensa norte-americana atribuíram todos os atos terroristas no Oriente Médio ao governo iraniano e à sua impulsão desestabilizadora. Em dezembro de 1983 também ocorreram atentados com carros-bomba contra as embaixadas dos EUA e da França na Cidade de Kuwait. O regime kuwaitiano responsabilizou o grupo Al Daawa, “O Chamado”, e prendeu dezessete xiitas, suspeitos de serem membros do referido grupo. A imagem do Irã e dos xiitas em geral ficava ainda mais facilmente associável a atos terroristas.

Em 1984, grupos terroristas no Líbano seqüestraram seis norte-americanos. Enquanto o governo dos EUA suspeitou de dois grupos libaneses, Reagan ameaçou retaliar contra o Irã

²¹⁵ A. Mark Weisburd, “Use of Force: The Practise of States Since WWII.” Penn State Press. Pennsylvania, 1997. p. 50.

²¹⁶ Eric Rosenberg, “Anti-US Violence Finds Source in ’79 Iran.” The New York Times. 13/01/2000. p. A8.

²¹⁷ Thomas L. Friedman, “US Beirut Embassy Bombed: 33 Reported Killed, 80 Wounded. Pro-Iran Sect Admits Action.” The New York Times. 19/04/1983. p. A1.

caso os reféns fossem mortos²¹⁸. Os prisioneiros eram mantidos em Baalbek, uma área de Beirute, onde se encontravam oitocentos membros da Guarda Revolucionária iraniana. Os EUA prometeram responder com qualquer ação considerada necessária, inclusive um ataque *preemptive*. A administração Reagan alegou que provas concretas eram desnecessárias, devido ao conhecimento geral de que os iranianos incitavam os xiitas extremistas da região, sendo assim os responsáveis. No mês anterior, os EUA haviam vetado uma decisão da ONU para condenar os atos israelenses no sul do Líbano, território ilegalmente ocupado.

O regime da Arábia Saudita, ainda perseguido por movimentos de resistência xiita interna, continuou a censurar o Irã. A Guerra Irã-Iraque ofereceu-lhe uma oportunidade única para combater o governo islâmico durante aquele seu momento de extrema vulnerabilidade, denunciando o Irã como a maior ameaça à estabilidade no Oriente Médio²¹⁹.

Em retaliação ao apoio da Arábia Saudita ao Iraque, o Irã atacou o porto saudita de Fao em 1985. Os sauditas responderam inundando o mercado mundial com petróleo entre 1985-1986, causando uma queda de preços, prejudicando as exportações iranianas e seu esforço de guerra²²⁰. Enquanto a política iraniana impunha a exportação máxima de três milhões de barris por dia, a guerra e a recessão econômica forçaram-no a aumentar sua produção²²¹. Mesmo assim, os ingressos oriundos do petróleo, de US\$ 438.8 milhões ao ano nos tempos do Xá, foram reduzidos para apenas US\$ 86 milhões em 1986²²².

Khomeini passou a exigir que a peregrinação a Meca fosse politizada, como método de debate e protesto entre muçulmanos. O Rei saudita Al Saud protestou contra a sugestão, impondo que Meca fosse um momento apenas para a reflexão interior de cada indivíduo. Em 1986, a polícia saudita descobriu armas e explosivos carregados por peregrinos iranianos, e passou a reprimir xiitas e iranianos no país. Em 1987, uma demonstração pró-Irã e anti-Reino

²¹⁸ Bernard Gwertzman, "US Cautions Iran on the Americans Seized in Lebanon." The New York Times. 02/04/1985. p. A1.

²¹⁹ Gwenn Okruhlik, "Saudi Arabian-Iranian Relations: External Rapprochement and Internal Consolidation." Middle East Policy. v. X, n. 2. Verão 2003. p. 113-125. p. 116.

²²⁰ Gwenn Okruhlik, "Saudi Arabian-Iranian Relations: External Rapprochement and Internal Consolidation." Middle East Policy. v. X, n. 2. Verão 2003. p. 113-125. p. 116.

²²¹ Gawdat Bahgat, "US-Iran Relations: Sanctions and the Caspian Sea." Security Dialogue. v. 32, n. 2. 2001. p. 231-243. p. 233.

²²² Anthony H. Cordesman, "The One True US Strategic Interest in the Middle East: Energy." Middle East Policy. v. VIII, n. 1. 03/2000. p. 117-127. p. 121.

irrompeu em Meca e os agentes de segurança responderam abrindo fogo contra a multidão, matando quatrocentos e cinqüenta peregrinos. O Iraque vingou as mortes dos seus nacionais atacando o território saudita com mísseis. Para apaziguar seus atacantes, os sauditas romperam relações diplomáticas com o Irã em 1988, e o Irã passou a boicotar a peregrinação a Meca.

4.17 A neutralidade internacional na Guerra

A ONU continuou a condenar os ataques regionais contra navios de países não-combatentes, tática de guerra adotada pelos dois beligerantes mesmo após as Resoluções do Conselho de Segurança. A partir de 1987, países estrangeiros declarados neutros enviaram esquadras para proteger seus interesses petrolíferos. A Bélgica, França, Inglaterra, Itália, EUA e URSS passaram a escoltar navios de terceiros que não portassem contrabando, e os EUA concederam sua bandeira nacional aos navios kuwaitianos. Essas medidas repressoras foram direcionadas especificamente contra o Irã. As potências não prometeram retaliar caso navios iranianos fossem atacados pelo Iraque, mas qualquer ataque iraniano aos navios ligados a interesses internacionais seria punido²²³.

Os EUA, mesmo havendo declarado sua neutralidade no conflito, participaram diretamente dos confrontos armados, em nome da defesa de propriedade privada. Além de seu apoio armamentista ao Iraque, forças norte-americanas entraram em combate contra o Irã e atacaram diversos alvos estratégicos do país.

A pedido do Kuwait, EUA e URSS aceitaram proteger os petroleiros daquela bandeira. Uma hipótese ocidental sugere que o governo do Kuwait acreditava que a participação internacional controlaria o conflito entre o Iraque e Irã²²⁴. O navio kuwaitiano al-Faiha fora atacado por forças iranianas, determinando o envolvimento externo para evitar a continuidade dos danos a países não-combatentes. Um relatório de 1984, porém, revela que apenas oito dos noventa e três navios atingidos eram kuwaitianos, navegando os demais oitenta e cinco sob as

²²³ A. Mark Weisburd, "Use of Force: The Practise of States Since WWII." Penn State Press. Pennsylvania, 1997. p. 51.

²²⁴ John Kifner, "Fleet in the Gulf: Outcome of Furor Over Iran, or a Move to Draw the US into War." The New York Times. 04/06/1987. p. A8.

bandeiras beligerantes. É de questionar-se, portanto, que o Iraque ou o Irã tenham de fato procurado afundar tonelagem de bandeiras alheias ao conflito, o que deslegitimaria a necessidade da intervenção internacional. Mesmo assim, navios kuwaitianos passaram a portar bandeiras das Bahamas, Grécia, Libéria, Panamá e Cingapura. Um quinto do petróleo internacional era exportado através do Estreito de Hormuz. A comunidade internacional exigiu participar na Guerra Irã-Iraque em nome da defesa do comércio mundial.

O regime kuwaitiano culpou o Irã pelas agressões contra seus navios e declarou-se a favor do Iraque no conflito. Quase 40% da população do Kuwait é xiita, e o regime temia a influência da Revolução Iraniana sobre sua política interna. Seguindo o exemplo de outros países, Reagan iniciou a Operação Earnest Will e todos os navios kuwaitianos puderam portar a bandeira norte-americana²²⁵. Uma agressão a um navio kuwaitiano, portanto, seria considerada ataque aos EUA. Apesar de seu embargo e censuras ao Irã, a administração Reagan continuou a enviar armas para aquele país.

4.18 O caso Irã-Contra

Em 1981, Reagan apoiou uma operação secreta da CIA na Nicarágua em favor dos Contras, grupo indígena que se opunha ao governo local. Após descobrir o envolvimento norte-americano, o Congresso aprovou a Emenda Boland, em 1982, proibindo o uso de fundos federais para remover o governo nicaraguense²²⁶. Poucos anos depois, entretanto, a administração Reagan encontraria uma solução extra-legal para apoiar os Contras.

A partir de 1985, o poder Executivo norte-americano organizou a compra ilegal de armas, através de fundos particulares e secretos. Israel sugeriu ao Assessor de Segurança Nacional dos EUA, Robert MacFarlane, que elas fossem vendidas ao Irã, como contrapeso ao poderoso Iraque e início de um “diálogo” político²²⁷. Em troca de sete reféns mantidos no

²²⁵ Mark S. Haskins, “Iran and the Arabian Gulf: Threat Assessment and Response.” Maxwell Air Force Base, Alabama. 04/1998.

²²⁶ “After 13 Years of Hide and Seek, a Bitter Chapter of US History Ends.” The New York Times. 19/01/1994. p. A8.

²²⁷ Stephen Engelberg, “MacFarlane Admits US Intelligence on Iran Was Poor.” The New York Times. 27/01/1987. p. 1.

Líbano, os EUA venderiam armas secretamente ao Irã. Isso ocorria enquanto os EUA chamavam o governo iraniano de terrorista diante da imprensa internacional, e juravam não cooperar com o terrorismo. Em julho de 1985, o refém Reverendo Benjamin Weir, ministro presbiteriano, foi solto.

Em novembro de 1985, MacFarlane autorizou o Coronel Oliver North a vender aviões antimísseis Hawk ao Irã. Em 4 de abril de 1986, North enviou um memorando ao sucessor de MacFarlane, John Poindexter, propondo desviar os US\$12 milhões obtidos com as vendas iranianas para os Contra, na Nicarágua. Durante seu depoimento ao Congresso em 1994, North jurou haver mandado o memorando ao Presidente, não a Poindexter. Para despistar o envolvimento norte-americano, parte das armas foram transportadas por navios noruegueses e entregues aos iranianos por intermediários israelenses²²⁸.

Em outubro de 1986, os EUA acusaram a China de exportar mísseis anti-navios C-801 e Silkworm para o Irã, e exigiram que o fornecimento cessasse. Ambos os mísseis tinham sido utilizados contra navios kuwaitianos, inclusive aqueles protegidos pela bandeira norte-americana²²⁹. Em protesto contra as vendas, Reagan cancelou um envio de equipamentos de alta tecnologia para a China, como gesto simbólico contra países armamentistas. Não houve, entretanto, contestação dos EUA contra as exportações chinesas de mísseis C-801 ao Iraque, utilizados contra navios iranianos. Enquanto os EUA censuravam publicamente as vendas chinesas, não poderiam ameaçar um embargo de armas através do Conselho de Segurança, devido ao poder de veto da própria China. Em 1986, quase 70% das armas iranianas foram compradas da China ou da Coreia do Norte. O Secretário de Estado Gaspar Weinberger viajou à China para pedir o cessamento das vendas em litígio.

Em 1986, o Assessor MacFarlane foi transferido para o setor de Serviços Especiais da Casa Branca, e viajava secretamente ao Irã, junto com North, para entregar armas. Dia 6 de maio, Reagan declarou que os EUA “não fazem concessões a terroristas,” e que não “pagaria resgate, libertaria prisioneiros, mudaria de política ou práticas, as quais encorajariam mais

²²⁸ Bernard Gwertzman, “Dealing with Iran Said to Undercut US Credibility.” *The New York Times*. 09/11/1986. p. 1.

²²⁹ Elaine Sciolino, “China Is Still Arming Iran, US Says.” *The New York Times*. 28/10/1987. p. A3.

ataques ainda²³⁰”. As novas negociações conseguiram a libertação de um padre católico. Após o Secretário de Estado, Schultz, pedir ao Presidente que as vendas de armas fossem canceladas, as operações foram transferidas para outro departamento. Reagan ignorou as advertências de Schultz, que passou a evitar qualquer envolvimento com o projeto. O fornecimento tornou-se responsabilidade do Conselho de Segurança Nacional, e North foi nomeado Diretor. Os estrategistas da política externa norte-americana e os oficiais militares estavam encarregados de continuar a venda de armas, ainda de forma secreta.

North foi questionado a 6 de agosto de 1986, mas negou qualquer apoio ou treino oferecido aos Contra. Poindexter admitiu ter aprovado a transferência dos recursos aos Contra²³¹. Em 5 de outubro, um avião norte-americano carregando armas foi derrubado pelas forças militares nicaragüenses. A 1º. de outubro de 1986, em reunião com líderes árabes, os EUA haviam prometido impedir a entrega de armas ao Irã.

A Guerra continuara simultaneamente às negociações de armas. Em nome da autodefesa contra hipotéticos ataques iminentes, os EUA engajaram-se em combates apesar de sua declarada neutralidade, e sem terem sido alvos da ofensiva iraniana. Em 23 de abril, durante um discurso, Reagan declarou que seu país reservava-se o direito de atacar qualquer país suspeito de atividades terroristas. O Secretário de Estado, Schultz, garantiu que o país não considerava a possibilidade de atacar o Irã ou a Síria²³².

Ambas as forças armadas iranianas e iraquianas passaram a atacar alvos norte-americanos. Em 17 de maio de 1987, dois mísseis iraquianos atingiram a fragata USS Stark, matando trinta e sete marinheiros²³³. Os EUA declaram que o governo iraniano pretendia atacar alvos norte-americanos adicionais, militares e civis, no Golfo e no exterior. Reagan mandou seus navios protegerem a tonelagem kuwaitiana contra a presença iraniana e soviética. Os EUA finalmente aceitavam ajudar o regime kuwaitiano após seu pedido à URSS,

²³⁰ Bernard Gwertzman, “Dealing with Iran Said to Undercut US Credibility.” The New York Times. 09/11/1986. p. 1.

²³¹ Philip Shenon, “US Judge Orders Separate Trials For 4 on Iran-Contra Conspiracy.” The New York Times. 09/07/1988. p. A1.

²³² Associated Press, “Schultz Says US Plans no Attack on Syria or Iran.” The New York Times. 25/04/1986. p. A7.

²³³ Eric Rosenberg, “Anti-US Violence Finds Source in ’79 Iran.” The New York Times. 13/01/2000. p. A8.

feito depois da primeira recusa norte-americana²³⁴. Agora, o governo dos EUA poderia participar do conflito, em nome da segurança internacional, sem contradizer sua declaração de neutralidade.

Para dissuadir a participação norte-americana na região, o Irã espalhou minas aquáticas no Golfo. Os EUA passaram a atacar os lança-minas iranianos, explicando à ONU que protegiam onze navios kuwaitianos sob a sua bandeira²³⁵. Um navio registrado sob proteção norte-americana, o Bridgeton, havia atingido uma mina aquática. Os EUA prometeram proteger seus aliados e seus interesses na região, mas sem serem abertamente agressivos contra o Irã. Essa declaração pareceu estranha, considerando as interações hostis entre o Irã e os EUA desde a Revolução e o envolvimento histórico norte-americano no país anteriormente à sua expulsão. O Irã não se convenceu, respondendo que a simples presença dos EUA já era uma agressão à região e que suas atividades bélicas no Golfo deviam cessar. Após declarado o apoio norte-americano ao Iraque, o governo iraniano disse que os EUA haviam escalado o conflito e desobedecido ao cessar-fogo da ONU.

Os EUA destruíram as plataformas de Nasr e Sassan, da Companhia Nacional Iraniana de Petróleo em outubro de 1987 e abril de 1988, em retaliação às minas aquáticas espalhadas no Golfo Pérsico²³⁶. A decisão legal responsabilizando os norte-americanos pelos ataques às plataformas foi finalmente resolvida a 6 de novembro de 2003, quando a Corte Internacional de Justiça decidiu que não houve infração por parte dos EUA, não havendo, portanto, requisitos de compensação ao Irã. A Corte justificou sua decisão baseada no estado físico das plataformas, à época inoperantes e sob reparos, não tendo havido, portanto, perda de lucros devido ao ataque²³⁷. A Corte, entretanto, recusou-se a reconhecer que os EUA tivessem atacado as plataformas no interesse da segurança nacional. As forças armadas norte-americanas tinham uma lista de “alvos de ataques prontos” e observavam a atividade militar iraniana, que podia servir de pretexto para uma retaliação futura.

²³⁴ John Kifner, “Fleet in the Gulf: Outcome of Furor Over Iran, or a Move to Draw the US into War.” *The New York Times*. 04/06/1987. p. A8.

²³⁵ Elaine Sciolino, “US Asserts Iran Rebuffed Offers of Direct Talks.” *The New York Times*. 02/11/1987. p. A1.

²³⁶ George Lardner Jr. e Joe Pichirallo, “US Judge Rebukes Defense in Iran-Contra Case.” *The Washington Post*. 26/04/1988. p. A14.

²³⁷ Bill Samii, “RFE/RL: Iran Report”. v. 6, n. 46. 17/11/2003.

As minas aquáticas foram o maior perigo aos EUA na Guerra. Seis navios caça-minas norte-americanas e vários outros estrangeiros procuravam pelos artefatos no Golfo, com pouco sucesso, enquanto os iranianos instalavam novas minas, dia e noite. Para conter a capacidade bélica do Irã, os EUA instalaram vinte e nove navios na região e no Mar Árábico, inclusive o USS Enterprise, com cem aviões de combate²³⁸.

Em maio de 1988, o USS Samuel Roberts atingiu uma mina, ferindo dez pessoas a bordo²³⁹. Em retaliação, os EUA iniciaram uma batalha naval direta contra o Irã. O mesmo USS Samuel Roberts utilizou mísseis e bombas guiadas a laser, afundando seis navios iranianos, inclusive duas fragatas²⁴⁰. O Pentágono havia autorizado a autonomia da marinha no Golfo, permitindo que ela atacasse qualquer alvo iraniano considerado perigoso aos seus interesses ou objetivos. Não houve condenação internacional aos ataques norte-americanos.

Os EUA tampouco hesitaram em utilizar a força preventiva contra civis iranianos durante a guerra. Em 3 de julho de 1988, o navio USS Vincennes derrubou um avião civil da Iran Air, voo 655, matando as 290 pessoas a bordo. Os EUA insistiram que foi um acidente e condecoraram o comandante do navio, Almirante William J. Crowe Jr., por conduta excepcional. Uma investigação revelou que os radares do Vincennes estavam operacionais, e atribuíram o erro à tensão dos tripulantes, ainda aflitos com a exposição ao combate²⁴¹. Disseram-se assustados com a possibilidade de serem alvos de um ataque por parte do voo da Iran Air. A aeronave civil foi atingida por dois mísseis supersônicos mar-ar, logo após decolar do aeroporto de Bandar Abbas.

Ocorre que, pouco antes, o Vincennes, cruzador de 9.600 toneladas, equipado com radares avançados, havia se engajado em combate com forças iranianas em barcos de alta velocidade. O Vincennes e o Montgomery, fragata de 4.200 toneladas, afundaram duas das embarcações inimigas, usando mísseis. Alegou-se que a aeronave da Iran Air, um Airbus 300,

²³⁸ George Lardner Jr. e Joe Pichirallo, "US Judge Rebukes Defense in Iran-Contra Case." The Washington Post. 26/04/1988. p. A14.

²³⁹ Eric Rosenberg, "Anti-US Violence Finds Source in '79 Iran." The New York Times. 13/01/2000. p. A8.

²⁴⁰ Bernard E. Trainor, "US- Iran Gulf Battle: Powerful Lesson in How Naval Warfare Has Changed." The New York Times. 24/04/1988. p. 1.

²⁴¹ Bernard E. Trainor, "Errors by a Tense US Crew Lead to Downing of Iran Jet." The New York Times. 03/08/1988. p. A1.

foi confundida com um F-14, avião militar de pequeno porte²⁴². Na década de 1970, oitenta F-14 tinham sido cedidos ao Irã pelos EUA, que acreditavam estar uma dúzia deles ainda operacionais. Crowe disse que o avião caiu em águas iranianas, razão pelo qual os navios norte-americanos não foram ao local procurar por sobreviventes.

O Presidente Bush culpou o Irã por permitir que um avião civil sobrevoasse um navio militar durante uma guerra. Informado pela sua belonave de que ela era sobrevoada por um avião que se deslocava a uma velocidade de 450 nós por hora e à altitude de 7.500 pés, o Pentágono retornou ao Vincenne com a informação que, sim, tratava-se de uma ameaça²⁴³. Um relatório do Contra-Almirante William Fogarty, porém, contestou a informação enviada ao capitão do navio pelo Pentágono. Esse relatório veio de uma fragata próxima ao Vincennes, a John H. Sides, e documentou que todos os seus radares indicavam a altitude do avião civil em 12.000 pés, e sem estimativa de sua velocidade, reduzindo o risco de ser uma ameaça. A Organização Civil Iraniana de Aviação assegurou que um Airbus 300, a 12.000 pés, é visível a olho nu, dispensando-se o uso de radares²⁴⁴. Os EUA declararam que a queda da aeronave da Iran Air não afetaria sua decisão de defender a cabotagem civil no Golfo Pérsico. Sugere-se que o ataque ao vôo civil foi retaliação ao ataque iraquiano à fragata Stark em 1987. O governo iraniano avisou às embaixadas norte-americanas no Golfo que se protegessem contra retaliações espontâneas, as quais iriam “vingar o sangue dos mártires muçulmanos mortos no avião”.

Por influência dos EUA, o Conselho de Segurança impôs sanções à Líbia em 1996, após a acusação de que seu governo havia participado do ataque ao vôo Pan Am 103, em território escocês²⁴⁵. O ataque ocorreu no mesmo ano em que os EUA derrubaram a aeronave da Iran Air. O Congresso norte-americano insistiu nas sanções após a queda da aeronave da Trans World 800, sobre o estado de Nova Iorque, sob suspeitas que também fora uma orquestração terrorista.

²⁴² Richard Halloran, “The Downing of Flight 655: US Down Iran Airliner Mistaken for F-14; 290 Reported Dead: A Tragedy, Reagan Says; Action is Defended.” *The New York Times*. 04/07/1988. p. 1.

²⁴³ Youssef M. Ibrahim, “Iran Calls US Action a ‘Barbaric Massacre.’” *The New York Times*. 04/07/1988. p. 1.

²⁴⁴ Valerie Strauss, “Iran Says US Action Deliberate, Threatens Unspecified Retaliation; Chants of ‘Death to America’ Broadcast on Radio.” *The New York Times*. 04/07/1988. p. A1.

²⁴⁵ Jerry Gray, “Foreigners Investing in Libya or Iran Face US Sanctions.” *The New York Times*, 24/07/1996. p. A1.

O chefe do Parlamento iraniano, Hojatolislam Rafsanjani, lamentou o isolamento político do seu país. Classificando o afastamento como um erro da Revolução, anunciou que o Irã desejava a amizade de outros estados, excluindo os EUA²⁴⁶. Seu governo prometeu à Inglaterra ajudar a resgatar os reféns ingleses presos no Líbano. Disse também que aceitaria o cessar-fogo da ONU caso o Iraque admitisse que iniciou o conflito. De certa forma, a aceitação do cessar-fogo pode ser atribuído à compreensão de que os EUA estavam dispostos a atacar qualquer alvo iraniano, o que ficara bem claro com a queda da aeronave da Iran Air.

Os EUA também encontrara uma dificuldade política doméstica. Em novembro, o Departamento de Justiça conduziu uma investigação e descobriu no escritório de North documentos mencionando o desvio de verbas. Poindexter pediu demissão e Reagan despediu North. Uma comissão especial do Congresso foi formada em janeiro de 1987 para investigar o caso. Em fevereiro, a Comissão culpou as vendas ao ambiente caótico entre os superiores do executivo, sem responsabilizar Reagan.

O Congresso acusou North e Poindexter, Albert A. Hakim e outros de proporcionar a grupos rebeldes nicaragüenses fundos provenientes da venda de armas ao Irã. Mas o Juiz Federal Gerhard A. Gesell autorizou o julgamento separado dos acusados, assim permitindo que os testemunhos dos demais fossem utilizados em suas próprias defesas²⁴⁷. North e Poindexter tiveram garantia de imunidade caso testemunhassem. A acusação protestou contra a decisão, alegando que pessoas sob julgamento não serviriam como testemunhas confiáveis. A separação dos casos significava o quádruplo do trabalho desperdiçado na mesma investigação, enquanto a imunidade concedida obrigava a acusação a provar em corte que não utilizaria as testemunhas dos demais para incriminar cada acusado.

Durante seu depoimento, North explicou que não sabia se Reagan havia sido informado das negociações, mas que William J. Casey, dirigente da CIA, havia aprovado as vendas. Casey morreu anteriormente às investigações. Em 18 de novembro, o Congresso decidiu que Reagan era responsável pelo incidente por estar ciente dos acontecimentos, além de não ter tomado as medidas necessárias para evitar a venda de armas a um país terrorista.

²⁴⁶ Youssef M. Ibrahim, "Iran Calls US Action a 'Barbaric Massacre.'" The New York Times. 04/07/1988. p. 1.

²⁴⁷ Philip Shenon, "US Judge Orders Separate Trials For 4 on Iran-Contra Conspiracy." The New York Times. 09/07/1988. p. A1.

Reagan chamou o caso Irã-Contra de uma operação iraniana para prejudicar sua imagem²⁴⁸. O Congresso também declarou culpados os Secretário de Defesa, o Secretário Adjunto de Estado e o Chefe de Operações da CIA por retenção de informações e perjúrio.

Durante a investigação, o Congresso conseguiu a cooperação de vários bancos suíços, que entregaram milhares de páginas relacionadas ao caso dos Contra. Os documentos revelaram as transferências entre contas pertinentes a vinte companhias e indivíduos, inclusive North²⁴⁹.

A 4 de março de 1987, quando os resultados da investigação foram declarados, Reagan anunciou que as vendas de armas ao Irã haviam sido orquestradas para libertar os reféns presos no Líbano. Enquanto ele admitiu responsabilidade pelas decisões de sua administração, o Presidente negou conhecer os detalhes dos planos. Reagan sugeriu que os EUA foram enganados por iranianos moderados, que na verdade trabalhavam secretamente em nome do Aiatolá Khomeini para receber armas.

A vitória do Congresso contra a operação sigilosa do executivo durou pouco. A 24 de dezembro, o Presidente George Bush perdoou todos os culpados, menos North. Mesmo assim, os resultados da investigação causaram uma humilhação à administração Reagan e a perda de credibilidade de sua política externa na região. O Departamento de Estado, responsável por essa política, culpou o Departamento de Defesa por sua participação²⁵⁰.

4.19 O fim da Guerra

No começo de 1988, o Iraque invadiu novamente o Irã, ocupando uma porção significativa da província do sul. O Conselho da ONU respondeu com a Resolução 598, em 20 de julho de 1988, quando finalmente assumiu uma posição mais autoritária e menos

²⁴⁸ Associated Press, “Reagan Speculates that Iran May Have Duped US in Arms Deal.” The New York Times. 19/10/1988. p. B16.

²⁴⁹ Philip Shenon, “Swiss Bank Records in Iran-Contra Case Are Related to US.” The New York Times. 04/11/1987. p. A1.

²⁵⁰ Bernard Gwertzman, “Dealing with Iran Said to Undercut US Credibility.” The New York Times. 09/11/1986. p. 1.

intermediária. Reconhecia a existência da quebra da paz e citava o Capítulo VII da Carta da ONU, que autorizava a intervenção em conflitos considerados desestabilizadores à paz. Mais uma vez, a Resolução 598 exigiu o cessar-fogo e o retorno às demarcações internacionais.

A Guerra fora acompanhada pela complacência internacional. Enquanto o Secretário-Geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, pessoalmente declarou a invasão original do Iraque uma violação da Carta, a comunidade internacional resolveu não identificar um infrator, logo não impondo sanções a qualquer dos países envolvidos. Diversos estados forneceram armas ao Iraque e ao Irã durante a Guerra, enquanto ambos invadiam território soberano um do outro. Durante toda a disputa havia ao menos um país em violação da Carta, se não diversos.

A complacência internacional, chamada neutralidade, foi incompatível com o sistema legal da ONU. Os autores Louis Henkin e Mark Janis explicam que declarar neutralidade equivale a permitir a violação generalizada da Carta da ONU por seus países membros, não defendendo o Artigo 2 (4) e o direito exclusivo da ONU sobre o uso da força. Devido às Resoluções genéricas referentes à Guerra, que não apontavam um estado responsável, legalmente não havia quem punir. Um conflito sem responsável impossibilitava distinguir culpados de inocentes, assim permitindo que os países não-envolvidos se declarassem neutros.

O Irã, mesmo com seu território ocupado, recusou-se a assinar a Resolução 598 caso o Iraque não pagasse uma compensação de US\$150 milhões, a ONU não julgasse Hussein criminoso de guerra e não removesse o Partido Ba'ath do governo iraquiano. Essas duas últimas exigências tornaram-se duas promessas da administração Bush, justificando a invasão do Iraque em 2003. Na época, porém, a ONU refutou as exigências iranianas contra o Iraque. Em 1988, entretanto, o Irã reconheceu o fim da Guerra, devido ao seu PIB estagnado pela queda nos preços do petróleo, que, em tempos melhores, iniciara e prolongara o conflito²⁵¹. Durante o último ano da guerra, o governo iraniano arrecadou apenas 40% do valor de petróleo de 1978-1979, dos quais 52% foram gastos com as forças armadas. Um milhão de pessoas já haviam morrido devido à Guerra. O Irã encontrou-se isolado, econômica e politicamente enfraquecido.

²⁵¹ A. A. Saeidi, "Dislocation of the State and the Emergence of Factional Politics in Post-Revolutionary Iran." *Political Geography*. v. 21. 2002. p. 525-546. p. 533.

Derrotada, a República Islâmica aceitou a Resolução 598 do Conselho de Segurança, inclusive os termos de cessar-fogo e o retorno às demarcações internacionais. Em julho, o Iraque também aceitou o cessar-fogo e negociar diretamente com o governo iraniano. Durante a Guerra Irã-Iraque, a ONU não protegeu a segurança internacional ou os países alvos de ataques ilegais; a Organização limitou-se a atuar simbolicamente em favor da paz e a defender os interesses comerciais de países alheios ao conflito.

Para o governo iraniano, a Guerra criou oportunidades de unir a política interna contra a oposição. Mais uma vez, o martírio iraniano tornou-se um dever e uma honra nacional. As heranças do Xá, o Iraque sunita, o mundo exterior em geral e as instituições internacionais de paz eram meras representações seculares, que se mostraram moralmente menos fortes que o islã e o povo iraniano.

4. 20 A reconstrução nacional

Após oito anos de guerra, o Líder Supremo Khomeini anunciou que o Irã seria reconstruído sem o apoio norte-americano ou soviético. Pediu também que os soldados iranianos mantivessem seu rancor contra a “criminososa” URSS e o “devorador do mundo”, os EUA. Prometeu ainda que, enquanto vivesse, proibiria a cooperação iraniana com o oeste ou o leste. O Irã, porém, já havia iniciado um processo discreto de reaproximação com outros países para reduzir o seu isolamento e as conseqüências de sua fácil marginalização. O país prometeu aderir a mais acordos junto a instituições internacionais caso os demais estados fizessem o mesmo, em especial os EUA²⁵².

Khomeini foi acusado pela esquerda iraniana de intencionalmente prolongar a Guerra, permitindo que forças paramilitares dominassem a política militar iraniana²⁵³. Membros da Guarda Revolucionária passaram a ocupar postos políticos importantes, inclusive o Conselho Supremo de Defesa, assim influenciando a política interna e externa. A Revolução e seus

²⁵² M. Javad Zarif, “A Neighbor’s View of the New Iraq.” The New York Times. 10/05/2003.

²⁵³ A. A. Saeidi, “Dislocation of the State and the Emergence of Factional Politics in Post-Revolutionary Iran.” Political Geography. v. 21. 2002. p. 525-546. p. 530.

propagadores receberam poderes para inserir seus princípios agressivos e agenda política em todas as camadas do governo. Assim, a Revolução vigiaria todo o processo iraniano.

Em 14 de agosto de 1990, o Iraque assinou a contragosto um novo tratado, reconhecendo as demarcações de território delineadas no Acordo de Argel de 1975²⁵⁴. Até hoje, muitos dos itens de Resolução 598 não foram cumpridos, como o retorno dos prisioneiros de guerra. O Irã ainda mantém 20.000 prisioneiros iraquianos e existem 5.000 iranianos presos no Iraque. Hussein recusou-se a acatar a exigência da Resolução 598, de compartilhar a hidrovia Shatt-al Arab, e retornou ao acordo de 1937, decretando que o Iraque possuía direito exclusivo sobre a mesma. A ONU continua a não impor suas Resoluções.

A morte de Khomeini em 1990 encerrou a era dinâmica da Revolução, sem resolver suas incoerências internas. A imagem do Aiatolá como o Líder espiritual do país conseguiu ser preservada, deixando a impressão de que ele fora o único líder verdadeiro do Irã e de sua Revolução. Os Majlis esperavam que sua morte trairia um Líder menos autoritário sobre a política iraniana²⁵⁵.

As diferentes facções políticas ainda batalham para representar o Irã e o verdadeiro Islã. Enquanto o Islã político foi criado como uma resposta aos abusos seculares do governo, conseguiu isolar a população, tornando-a politicamente alienada e desconfiada de qualquer promessa de reforma ou avanço interno. A dominação da Revolução pelo clero tornou-a estagnada, elitista e intocável. A população jovem iraniana, que não participou da Revolução e não lutou contra as forças externas, talvez acredite que a retórica de combate ao imperialismo seja irrealista.

O Irã pós-guerra demonstra essas mudanças e diferenças, procurando resgatar o passado e garantir seu futuro através de promessas de mudança. A década de 1990 mostrou o início de uma República Islâmica mais sofisticada, articulada e envolvida. Enquanto os EUA propagam a imagem de um Irã bélico e terrorista, o governo iraniano procura assegurar o

²⁵⁴ Elaine Sciolino, "Iran Will Not Rely on US or Soviets, Khomeini Declares." The New York Times. 05/10/1988. p. A1.

²⁵⁵ Fawaz A. Gerges, "Israel's Retreat from South Lebanon: Internal and External Implications." Middle East Policy. v. XIII. n. 1. 03/2001. p. 106-116. p. 109.

mundo da legitimidade de sua liderança. A partir de 1996, a direita moderna, incluindo intelectuais, industriais e burocratas, promoveu reformas econômicas e iniciou acordos com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial²⁵⁶. Sua intenção era tornar o Irã um intermediário comercial entre a Europa e a Ásia Central. Para combater a marginalização e evitar futuros ataques à sua soberania, o país está construindo uma participação maior na economia e na política regionais.

²⁵⁶ A. A. Saeidi, "Dislocation of the State and the Emergence of Factional Politics in Post-Revolutionary Iran." *Political Geography*. v. 21. 2002. p. 525-546. p. 537.

5. A ATUAL REALIDADE IRANIANA DIANTE DO MUNDO

5.1 A contenção pelos EUA

Os EUA convidam o Irã a um diálogo restrito às questões de direitos humanos, armas de destruição em massa e terrorismo²⁵⁷, pauta que demonstra a permanência do conflito entre os dois países e, sobretudo, a unilateralidade na relação. Dependente da situação internacional, a comunidade mundial tem sido pouco receptiva e, às vezes, completamente avessa, às políticas dos EUA. Em vista da falta de consenso internacional a respeito, a liderança iraniana procura manter uma boa imagem diante dos países europeus e asiáticos, para contrabalançar o tratamento norte-americano. Nesse capítulo, examinaremos os caminhos que o governo norte-americano utilizou para isolar o Irã, como o país tem reagido, e qual a resposta internacional.

Desde a Revolução Islâmica, o governo norte-americano procura cortar empréstimos, investimentos estrangeiros e vendas de armas por qualquer país ao Irã, acusado de ainda manter bases de treinamento terrorista, inclusive no Líbano e no Sudão, com o propósito de derrubar os governos da Argélia, Egito e Tunísia²⁵⁸. Os norte-americanos procuraram persuadir a Alemanha, Inglaterra e Japão a cancelarem seu comércio junto ao Irã, e convencer a China e Rússia a cessar suas vendas de tecnologias armamentistas ao mesmo. Enquanto nações européias afirmam que a maior cooperação com o estado muçulmano servirá de incentivo para o seu bom comportamento, os EUA afirmam que essas mesmas crenças foram desmentidas após o país provar-se antiocidental e fundamentalista. O próprio comércio norte-americano foi impedido de negociar com a nação. Em 1995, o Congresso vetou o pedido de venda de vinte aviões Boeing 737 ao Irã, no valor total de US\$750 milhões.

As administrações, desde Carter, atribuíram a falta de diálogo à teimosia iraniana e suas exigências inadmissíveis, dentre elas a entrega de armas compradas anteriormente à Revolução, detidas por ordem de Carter, mas pelas quais o Irã continua a pagar US\$100.000

²⁵⁷ R. K. Ramazani, "The Role of Iran in the New Millenium: A View from the Outside." *Middle East Policy*. v. VIII, n. 1. 03/2001. p. 43-47. p. 45.

²⁵⁸ Douglas Jehl, "US Seeks to Isolate Iran; Descirbe Leaders as Dangerous." *The New York Times*. 27/05/1993. p. A1.

por mês para mantê-las em estoque²⁵⁹. Sob a alegação de conter o terrorismo e o fundamentalismo, os EUA inibem a política e a economia iraniana, exigindo que a comunidade internacional faça o mesmo.

Mas o isolamento iraniano não é tão completo assim. Em 1992, os Emirados Árabes Unidos exigiram as ilhas Tunbs e Abu Musa, que a Inglaterra havia devolvido ao Irã em 1971. O governo iraniano acusou os Emirados de aproveitarem-se da política de contenção imposta pelos EUA. Os Emirados, então, pediram apoio aos demais países árabes através do Conselho de Cooperação do Golfo, de Damasco (6+2) e da Liga Árabe. Apenas o Iraque manifestou-se a favor da devolução²⁶⁰. Atualmente, percebe-se a crescente reaproximação do Irã com o mundo árabe e a comunidade internacional. A Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Kuwait e Omã já iniciaram os processos de reaproximação.

A partir de 1993, companhias estrangeiras manifestaram seu interesse nas fontes de gás natural do Mar Cáspio. O Departamento de Estado norte-americano estimou, na época, uma capacidade entre 15.3 e 31.8 bilhões de m³ disponíveis na região²⁶¹. O maior desenvolvimento da área representaria uma potencial colaboração internacional ao Irã. Aos poucos, a importância do país como exportador de petróleo e de gás natural aumenta a sua exposição comercial, enquanto seus confrontos com os EUA agradam os blocos europeu, russo e chinês.

O governo norte-americano ameaçou manter-se hostil até a libertação do último refém no Líbano, o que ocorreu apenas em 1993²⁶². Representantes de Teerã lideraram as negociações entre os EUA e os grupos libaneses para libertar os reféns, talvez na esperança de maior aceitação de seu governo pela comunidade internacional. Os norte-americanos, entretanto, insistiram que o Irã não era confiável, atribuindo os males iranianos à própria incapacidade de construir um Estado racional e equilibrado.

²⁵⁹ Elaine Sciolino, "US Asserts Iran Rebuffed Offers of Direct Talks." *The New York Times*. 02/11/1987. p. A1.

²⁶⁰ Pirouz-Mojtahed Zadeh, "Territorial Disputes and Security of West Ásia: Is the New Heartland Stretching from the Persian Gulf to the Caspian Sea?" *The Iranian Journal for International Affairs*. v. II, n. 2. Verão 2000.

²⁶¹ Gawdat Bahgat, "US-Iran Relations: Sanctions and the Caspian Sea." *Security Dialogue*. v. 32, n. 2. 2001. p. 231-243. p. 237.

²⁶² Elaine Sciolino, "The Last US Hostage: From Iran to US, a Hint of Good Will." *The New York Times*. 05/12/1993. p. A1.

As dificuldades econômicas limitam a habilidade do Irã em consolidar-se, sendo suscetível às pressões externas e às demandas domésticas. Em 1995, o governo anunciou o Segundo Plano Social, Cultural e de Desenvolvimento para combater a alta inflação, desemprego, moeda enfraquecida, diferença de renda entre as classes e o baixo nível de crescimento econômico²⁶³. O PIB era jurisdição exclusiva do setor público, havendo pouca disciplina burocrática ou orçamentária. O governo determinava as vendas das empresas públicas, medidas de subsídios industriais, ajustes de preço-custo e a reorganização dos bancos.

O preço elevado do petróleo após a Guerra ajudou o país, que atingiu um crescimento econômico de 7% ao ano²⁶⁴. Seus planos econômicos, porém, não alcançaram os propósitos desejados, resultando na queda do valor da moeda, em mais inflação, redução de reservas de moeda estrangeira, dependência de financiamento junto a bancos nacionais e de empréstimos a curto prazo. O sistema bancário, baseado em princípios islâmicos, não pode cobrar ou pagar juros. Assim, os depósitos disponíveis são classificados como lucro, podendo ser emprestados ao setor público, com prioridade sobre os empreendimentos particulares. O crescimento rápido da população pesou sobre os extensos programas sociais de saúde, moradia e educação. Subsídios sobre serviços como água, eletricidade, gasolina e telefone foram reduzidos.

O país encorajou o estabelecimento de instituições financeiras e bancos estrangeiros em seu território, assim podendo renegociar sua dívida externa junto ao Japão e países europeus. Aos poucos, o Irã ajustava suas medidas econômicas para preservar a Revolução e defender-se de crises ou ameaças externas. Sua prioridade era manter-se estável, previsível e fiscalmente responsável. De acordo com a ideologia democrática, não se pode agredir um país soberano quando em fase de crescimento e cuja população esteja satisfeita.

Participar do mercado mundial também se tornou uma meta para o Irã. Parte das reformas da década de 1990 incluiu o aumento das exportações de petróleo para arrecadar

²⁶³ Jahangir Amuzegar, "Iran's Post-Revolution Plan: The Second-Try." *Middle East Policy*. v. VIII, n. 1. 03/2001. p. 25-42. p. 26.

²⁶⁴ Jahangir Amuzegar, "Iran's Post-Revolution Plan: The Second-Try." *Middle East Policy*. v. VIII, n. 1. 03/2001. p. 25-42. p. 28.

capital estrangeiro e incentivar investimentos no país. O governo planejou aumentar sua produção de três para sete milhões de barris por dia, mas a modernização almejada necessitava de mais de US\$30 bilhões²⁶⁵. O Estado autorizou o financiamento externo, desde que suficiente ao pagamento de todos os custos das obras planejadas, sem a contrapartida de títulos de propriedade, e tendo apenas o petróleo como pagamento. Dessa forma, o Irã garantiria o capital necessário, sem, entretanto, entregar seu setor público a estrangeiros. Entre 1995 e 2000, sete acordos de energia foram assinados junto a companhias francesas, holandesas e italianas, no valor total de US\$8.6 bilhões.

Nesse período, o orçamento estatal aumentou 37% e a inflação atingiu 25%²⁶⁶. Em 2000, o desemprego nacional alcançou 16%, representando um total de 3 milhões de pessoas, na sua maioria homens com menos de vinte e cinco anos de idade. O sistema bancário, por privilegiar o setor público ao privado, fez com que 3.000 companhias particulares iranianas se registrassem nos EUA entre 1998 e 1999, causando uma perda de US\$ 2 bilhões aos cofres nacionais. O governo prometeu um investimento de US\$ 720 milhões no setor de energia, mas apenas US\$ 40 milhões foram efetivamente aplicados. O país, centralmente dependente do seu petróleo, dificultou o desenvolvimento dos demais setores.

Suas dificuldades econômicas eram prontamente percebidas, tornando o descontentamento nacional uma fácil arma ideológica. Os EUA, cientes da fragilidade da economia iraniana, passaram a mover-lhe políticas de repressão e limitação econômica. O governo norte-americano alterou sua tática, afirmando que o anterior balanço de poder na região não obtivera sucesso e, assim, abandonando a política de contenção²⁶⁷. Acusaram os iranianos inclusive de transferir tecnologia armamentista ao seu mais tradicional inimigo, o Iraque, por causa do ódio comum ao ocidente. Para conter os dois países, Clinton expandiu as sanções da ONU sobre o Iraque e impôs um embargo total ao Irã.

²⁶⁵ Gawdat Bahgat, "US-Iran Relations: Sanctions and the Caspian Sea." *Security Dialogue*. v. 32, n. 2. 2001. p. 231-243. p. 234.

²⁶⁶ Jahangir Amuzegar, "Iran's Post-Revolution Plan: The Second-Try." *Middle East Policy*. v. VIII, n. 1. 03/2001. p. 25-42. p. 37.

²⁶⁷ Russell Watson, "US Abandons Balancing Act to Keep Iran, Iraq in Check." *The Buffalo News*. 11/07/1993. p. 6.

O governo Clinton chamou o Irã de um “fora-da-lei internacional”, mas o Departamento de Estado negou que houvesse uma mudança no seu tratamento com relação ao país. Apesar dessa afirmação, percebe-se uma alteração drástica no relatório de Nuclear Posture Review após o 11 de setembro. Em 1999, havia poucas páginas referentes ao programa nuclear iraniano. Em 2002, o relatório exigiu uma resposta imediata à possibilidade do Irã produzir ogivas nucleares em menos de cinco anos. Não incluíram novas provas justificando esse aviso; apenas o contexto político fora alterado.

O Foreign Sovereign Immunities Act de 1976, FSIA, permitiu que pessoas processassem estados por atos terroristas cometidos contra seus familiares. Em 1996, essa lei foi complementada com o Anti-Terrorism and Effective Death Penalty Act, uma emenda à FSIA, permitindo que esses processos fossem promovidos pelo Secretário de Estado sem prévio requisito de familiares²⁶⁸. Essa lei foi utilizada para responsabilizar o Irã em nome de uma norte-americana morta na Faixa de Gaza por um homem-bomba em 1995. A sentença foi a de indenização à família da vítima em US\$247.5 milhões. A corte também culpou o país pelo seqüestro de três norte-americanos no Líbano em 1980 e impôs o pagamento de US\$65 milhões em danos morais. Um juiz decretou a indenização de US\$324 milhões a serem pagos ao último refém libertado do Líbano, mais US\$10 milhões à sua esposa e US\$6.7 milhões para sua filha. A administração Clinton hesitou em utilizar os bens iranianos congelados no exterior para pagar essas famílias, devido às obrigações legais impostos pelo Tribunal Civil Irã-EUA, e à possível retaliação internacional contra a decisão²⁶⁹.

A Comissão de Assuntos Públicos Americanos-Israelenses, AIPAC, organizou um *lobby* para incentivar Clinton a autorizar um embargo total ao Irã. Seu governo procurava restringir o comércio iraniano para implodir economicamente o país, como fez em Cuba e no Iraque. Em 1996, Clinton e o Congresso aprovaram por unanimidade o Iran-Libya Sanctions Act, permitindo que o Presidente impusesse sanções econômicas a qualquer empresa mundial que investisse mais que US\$40 milhões em um daqueles dois países. A lei impõe ao infrator o

²⁶⁸ Gary Clyde Hufbauer e Barbara Oegg, “Beyond the Nation-State: Privatization of Economic Sanctions.” *Middle East Policy*. v. X, n. 2. Verão 2003. p. 126-134. p. 130.

²⁶⁹ Gary Clyde Hufbauer e Barbara Oegg, “Beyond the Nation-State: Privatization of Economic Sanctions.” *Middle East Policy*. v. X, n. 2. Verão 2003. p. 126-134. p. 132.

corte completo de crédito, de contratos públicos e a perda do direito de exportar para os EUA. As sanções representavam um prejuízo de US\$4 bilhões por ano ao Irã, que já sofria de inflação e depressão econômica²⁷⁰. O Senador Alfonse D'Amato, autor da lei, declarou que era “hora dos países saberem que têm de manter seu comércio ou com o inimigo ou com os EUA²⁷¹”. Comerciantes como Dick Cheney, Vice-Presidente da Halliburton, protestaram contra a ILSA²⁷². Na época, os maiores compradores do petróleo iraniano eram empreendimentos norte-americanos²⁷³.

A Alemanha, França e Itália anunciaram que não cessariam seus negócios, devido à pouca eficácia das sanções contra o terrorismo²⁷⁴. Na época, o petróleo líbio e iraniano correspondiam a um quarto das importações européias, e a proibição significaria um aumento do preço mundial. A Itália acusou as sanções de serem “simbólicas”, convenientes no período de reeleição de Clinton²⁷⁵.

Pouco antes da ILSA, a indústria petrolífera iraniana havia assinado um contrato no valor de US\$2 bilhões junto à companhia francesa Total Oil Company, com o apoio do Presidente Lionel Jospin. Os EUA tentaram barrar o acordo, alertando o governo francês sobre a existência de armas de destruição em massa no Irã e sugerindo que qualquer investimento no país seria utilizado para a expansão desse arsenal²⁷⁶. Quando a França ignorou os avisos, os EUA ameaçaram impor o Iran-Libya Sanctions Act. A União Européia declarou que qualquer retaliação seria ilegal e interpretada como tentativa de domínio econômico. Países com menos poder político, como a Rússia e a Malásia, foram advertidos quanto à negociação de gás

²⁷⁰ Youssef M. Ibrahim, “Trade Boycott of Iran by US Appears Unlikely to Succeed.” *The New York Times*. 05/05/1995. p. D5.

²⁷¹ Jerry Gray, “Foreigners Investing in Libya or Iran Face US Sanctions.” *The New York Times*. 24/07/1996. p. A1.

²⁷² Gawdat Bahgat, “US-Iran Relations: Sanctions and the Caspian Sea.” *Security Dialogue*. v. 32, n. 2. 2001. p. 231-243. p. 233.

²⁷³ Elaine Sciolino, “Calling Iran ‘Outlaw State’, Christopher Defends US Trade Ban.” *The New York Times*. 02/05/1995. p. A6.

²⁷⁴ Alan Cowell, “Political Savvy Tempers European Furor Over US Bill Aimed at Libya and Iran.” *The New York Times*. 07/08/1996. p. A6.

²⁷⁵ William Samii, “Iran and Chechnya: Realpolitik at Work.” *Middle East Policy*. v. VII, n. 1. 03/2001. p. 48-57. p. 56.

²⁷⁶ Roger Cohen, “France Scoffs at US Protest over Iran Deal.” *The New York Times*. 30/09/1997. p. A1.

natural na região de Pars-e Janubi²⁷⁷. O governo norte-americano, enquanto procurava limitar o comércio iraniano, protestou contra acordos árabes em prol do boicote de empresas que cooperassem com Israel²⁷⁸.

A participação do Japão era necessária para legitimar as sanções. Caso o Japão cancelasse suas importações diárias de 400.000 barris de petróleo iraniano, 10% da produção nacional, as sanções deixariam de ser meramente simbólicas. O governo japonês, porém, ignorou a ameaça dos EUA de impor tarifas de importação de 100% sobre carros de luxo japoneses e manteve suas importações do Irã²⁷⁹.

Em resposta ao fracasso mundial de suas sanções, o governo dos EUA expandiu as limitações sobre companhias nacionais, que foram proibidas de comprar petróleo iraniano para revendê-lo a outros países, como fazem as corporações japonesas²⁸⁰. Os EUA baniram o consumo nacional do petróleo iraniano em 1987, por conta das disputas entre os dois países, e não devido à ocupação da Embaixada em 1979. A partir de 1996, toda compra para a refinação e venda da *commodity* a terceiros também foi declarada ilegal²⁸¹. Em 1997, o Congresso agravou as condições da ILSA, reduzindo a quantia de investimento penalizável de US\$40 milhões para US\$20 milhões²⁸².

Empresas norte-americanas tiveram de abandonar seus contratos junto ao Irã. A Conoco cancelou uma operação de US\$550 milhões para desenvolver plataformas em Sirri A e E²⁸³. O afastamento da competição norte-americana criou oportunidades para outros países, como a China, e as sanções restringiram o acesso norte-americano ao petróleo do Oriente Médio, causando um aumento nos preços mundiais. Em 1986, os EUA haviam proibido a

²⁷⁷ Irvin Molotsky, "US Ends its Opposition to Iran Gas Pipeline." The New York Times. 27/07/2000. p. 1.

²⁷⁸ Steven Erlanger, "Turkey-Iran Gas Deal: A Test of US Law on Terror?" The New York Times. 13/08/1996. p. A7.

²⁷⁹ David E. Sanger, "Japan Tells US it Will Not Join Embargo on Iran." The New York Times. 10/06/1995. p. 1.

²⁸⁰ David E. Sanger, "Japan Tells US it Will Not Join Embargo on Iran." The New York Times. 10/06/1995. p. 1.

²⁸¹ Youssef M. Ibrahim, "Trade Boycott of Iran by US Appears Unlikely to Succeed." The New York Times. 05/05/1995. p. D5.

²⁸² Gawdat Bahgat, "US-Iran Relations: Sanctions and the Caspian Sea." Security Dialogue. v. 32, n. 2. 2001. p. 231-243. p. 232.

²⁸³ Gawdat Bahgat, "US-Iran Relations: Sanctions and the Caspian Sea." Security Dialogue. v. 32, n. 2. 2001. p. 231-243. p. 232.

compra do petróleo líbio. Em 1990, também o petróleo iraquiano foi vetado. Finalmente, em 1997, chegou a vez do iraniano. Assim restrito, o acesso ao petróleo do Oriente Médio tornou-se uma das mais importantes preocupações dos EUA.

A Europa ainda concede ao Irã o chamado “diálogo condicional”. A Inglaterra retomou relações diplomáticas em 1998²⁸⁴. A comunidade européia permitiu que o país participasse em sua esfera política, mas sob advertências e olhares desconfiados. As relações diplomáticas iranianas dependem de seu comportamento exemplar, incluindo a aderência aos protocolos adicionais de antiproliferação e maior cooperação para com instituições internacionais. A Europa pediu à Rússia que também pressionasse os iranianos. O Japão optou por não pressionar, para não perder o projeto de desenvolvimento do campo de petróleo no Azadegão.

Durante a reunião do G-8 em Halifax, no mesmo ano, os países participantes recusaram-se a conceder o pedido norte-americano de cancelar o crédito de exportação ao Irã. O representante dos EUA explicou que empresas norte-americanas estavam fazendo um sacrifício em nome da segurança internacional e que as demais nações deveriam seguir seu exemplo²⁸⁵. Em 1996, a UE aprovou a Resolução 2271, revogando a ILSA em seu âmbito²⁸⁶.

Em 1993, incapaz de impedir um empréstimo de US\$165 milhões do Banco Mundial ao Irã, o governo norte-americano advertiu que o governo xiita não honraria a dívida, devido ao seu orçamento militar exorbitante e irresponsável²⁸⁷. Os EUA tampouco conseguiram barrar a aprovação de um novo empréstimo do mesmo Banco Mundial ao país em maio de 2000²⁸⁸. Os norte-americanos justificaram seus protestos contra o acesso iraniano a financiamentos externos, alegando o seu engajamento na produção de armas de destruição em massa e a sua obstrução ao processo de paz em Israel. Apercebendo-se da falta de coesão internacional, os EUA adotaram mais uma mudança de tática, anunciando a disposição de

²⁸⁴ Nazila Fathi, “Iran Softens Tone Against the United States.” *The New York Times*. 21/09/2001. p. B2.

²⁸⁵ Elaine Sciolino, “Calling Iran ‘Outlaw State’, Christopher Defends US Trade Ban.” *The New York Times*. 02/05/1995. p. A6.

²⁸⁶ Gawdat Bahgat, “US-Iran Relations: Sanctions and the Caspian Sea.” *Security Dialogue*. v. 32, n. 2. 2001. p. 231-243. p. 235.

²⁸⁷ Douglas Jehl, “US Seeks to Isolate Iran; Describe Leaders as Dangerous.” *The New York Times*. 27/05/1993. p. A1.

²⁸⁸ “Easing of US-Iran Sanctions.” *The American Journal of International Law*. v. 94, n. 4. 10/2000. p. 699-700. p. 699.

iniciar “relações normativas” junto ao Irã, caso ele se submetesse às exigências norte-americanas. Os iranianos recusaram a proposta.

A nova medida dos EUA era aumentar a identificação do Irã com o conceito de um país perigoso. Em 1996, culpavam a República Islâmica por quatro atentados em Israel, nos quais sessenta e uma pessoas foram mortas em nove dias²⁸⁹. Apesar do grupo palestino Hamas ter-se responsabilizado, os EUA insistiram que o Irã havia orquestrado e financiado os atentados. Com maior frequência, os EUA apontariam o governo xiita como o principal suspeito de ataques terroristas cometidos no mundo. Mesmo assim, as políticas norte-americanas de marginalização e isolamento ao Irã foram rejeitadas pela Europa e pela Ásia, causando uma certa perda de credibilidade às iniciativas dos EUA.

A administração Clinton cancelou as sanções contra a empresa francesa Totale, prometendo analisar caso a caso todos os processos pendentes sob a ILSA²⁹⁰, considerando a cooperação europeia quanto à repressão comercial a Cuba²⁹¹. Essa concessão levantou suspeitas de que a política de sanções dos EUA era relativa e não haveria retaliação verdadeira, assim encorajando os europeus a manter seus contratos econômicos com o Irã.

Em 1999, a Elf Aquitaine, da França, e a italiana ENI, concordaram em investir US\$540 milhões para aumentar a produção da plataforma de Doroud. A norueguesa Norsk Hydro assinou acordo para desenvolver uma plataforma próxima à fronteira do Iraque. A Noric recebeu permissão para conduzir pesquisas sísmicas no Golfo. A Royal Dutch/Shell Oil Group assinou vários contratos, inclusive junto à empresa inglesa Lasmo, para explorar campos de petróleo em Sorosuh, Nowruz e no Mar Cáspio. A inglesa BG International concordou em desenvolver tecnologia para que o Irã exportasse gás natural liquidificado. A Enterprise, também inglesa, obteve um contrato para desenvolver a exploração do campo em Pars do Sul, enquanto a ENI concordou em investir US\$3.8 bilhões no projeto de Pars do

²⁸⁹ “US Says Iran Played Role in Israel Bombings.” *The Buffalo News*. 06/03/1996. p. 5A.

²⁹⁰ Gawdat Bahgat, “US-Iran Relations: Sanctions and the Caspian Sea.” *Security Dialogue*. v. 32, n. 2. 2001. p. 231-243. p. 235.

²⁹¹ Elaine Sciolino, “Criticized over Iran, US Struggles to Alter Gulf Policy.” *The New York Times*. 20/04/1997. p. 1.

Norte. Nove empresas estrangeiras participarão de um projeto de vinte e cinco anos para o desenvolvimento da extração de gás natural de Pars do Sul.

Na esperança do futuro cancelamento das sanções, empresas norte-americanas mantiveram seus contratos com o Irã, incluindo a Exxon, Mobil, Chevron e Conoco. Uma subsidiária da Conoco manteve sua pesquisa sísmica no Azadegão, alegando que, como não houve investimentos, as sanções não seriam aplicáveis²⁹². O Japão hesitou em manter seus negócios e perdeu a renegociação do contrato, que já durava quarenta anos, com a Companhia de Petróleo Árabe, na zona neutra entre a Arábia Saudita e o Kuwait. Para não diminuir sua presença no Oriente Médio ou perder contratos para os chineses, o Japão aceitou desenvolver a plataforma do Azadegão. O Irã utiliza táticas comerciais para arrecadar apoio político contra a repressão norte-americana.

Estrategistas advertiram que essa política norte-americana apenas servira para aproximar Rússia e Irã. Desconfiada da lealdade saudita e turca, a administração Clinton tomou medidas, mesmo modestas, de reaproximação com o governo iraniano. A 17 de março de 2000, durante o Conselho Americano-Iraniano, a Secretária de Estado Madeleine Albright defendeu as sanções, que rotulou como um meio eficiente para cortar o apoio iraniano ao terrorismo, inclusive o seqüestro de cidadãos norte-americanos. Como gesto de boa vontade, os EUA cancelaram o embargo sobre suas exportações não-militares ao Irã, como as de milho, trigo e componentes de aviões civis²⁹³. Em contrapartida, liberaram também importações do Irã, mas limitadas a apenas três produtos: tapetes, pistache e caviar.

Mais importante, Albright reconheceu publicamente a participação norte-americana no golpe de estado iraniano em 1953, e o apoio de seu país ao Iraque durante a Guerra de 1980 a 1988. O mesmo Conselho sugeriu a promoção de intercâmbios intelectuais, estudantis, atléticos e de organizações não-governamentais. O Irã recusou a vinda de organizações não-governamentais, alegando que poderiam conter grupos subversivos para exportar a cultura dos

²⁹² Gawdat Bahgat, "US-Iran Relations: Sanctions and the Caspian Sea." *Security Dialogue*. v. 32, n. 2. 2001. p. 231-243. p. 236.

²⁹³ David E. Sanger, "US Ending a Few of the Sanctions Imposed on Iran." *The New York Times*. 18/03/2000. p. A1.

EUA, em detrimento da imagem do governo iraniano. O esforço tímido de Clinton realizou poucos projetos.

Os bens iranianos mantidos nos EUA continuam sendo um impedimento à diplomacia normativa. O governo norte-americano assegura que congelou toda a propriedade e contas bancárias de Pahlavi e de sua família em seu país. O governo iraniano, porém, tomou as medidas judiciais cabíveis, sob a alegação de que a retenção desses bens violava o Acordo de Algiers, de 1981, que justamente dispunha sobre a sua devolução. O Tribunal julgou em favor do Irã, declarando que os EUA não haviam cumprido a sua obrigação de congelar propriedades registradas em nome da esposa do Xá ou de mais de cinquenta e nove membros da família Pahlavi²⁹⁴. Apesar de reconhecer a não-cooperação norte-americana no caso, a corte não exigiu que os bens fossem devolvidos. Os EUA argumentaram que nunca haviam feito uma declaração formal dos bens do monarca e que, portanto, não existia um conjunto de valores identificáveis que poderiam ser devolvidos ao Irã.

Vários processos legais entre o Irã e os EUA foram resolvidos perante tribunais em Haia, mas alguns casos importantes ainda estão pendentes. Antes da Revolução, o Irã pagou por um carregamento de equipamento militar que não foi entregue, mas a quantia não foi reembolsada. Outra disputa exige a devolução dos bens de diplomatas residindo nos EUA quando ocorreram a Revolução e a tomada da Embaixada em Teerã²⁹⁵. O Irã ainda não detém credibilidade suficiente para confrontar os EUA em cortes internacionais.

5.2 A associação ao terrorismo

Outra arma utilizada contra o Irã é associá-lo a estados denominados terroristas, como o Iraque ou o Afeganistão. Enquanto os governos desses países alcançaram o poder, ou nele mantiveram-se, através do apoio norte-americano, o Irã procurou ativamente derrubar o

²⁹⁴ “Iran-US Claims Tribunal Decision on Shah’s Assets.” *The American Journal of International Law*. v. 94, n. 4. 10/2000. p. 703-705. p. 704.

²⁹⁵ David E. Sanger, “US Ending a few of the Sanctions Imposed on Iran.” *The New York Times*, 18/03/2000. p. A1.

regime Ba'ath no Iraque e o Talibã no Afeganistão, tradicionalmente hostis ao governo xiita. Em 1998, o Talibã matou um jornalista e dez diplomatas iranianos no consulado de Mazar-i Sharif²⁹⁶. O estado iraniano também patrulha a sua fronteira de 560 milhas com o Afeganistão, para afastar a presença do Talibã.

O Irã hospeda ainda entre 450.000 e 510.000 refugiados curdos iraquianos, 83% dos quais são xiitas. Parte desse grupo refugiou-se durante a Guerra Iraque-Irã, acusados pela autoridade iraquiana de serem iranianos. Já que o Iraque não os reconhece como cidadãos, os refugiados permaneceram no Irã, sem cidadania e sem condição de oficializar sua presença em país algum. Uma minoria desse grupo fugiu para o Irã após a invasão iraquiana do Kuwait.

Em 1999, o Departamento de Estado norte-americano acusou o Irã de ser o país que mais financiava o terrorismo internacional, e vários estrategistas advogaram atacá-lo para acabar com a *jihad*²⁹⁷. Na lista norte-americana dos terroristas mais procurados do mundo, porém, apenas uma pessoa tinha cidadania iraniana, e não residia no país²⁹⁸. O Irã atualmente é acusado pelos EUA de apoiar os novos “jogadores de rede” do terrorismo, grupos fluidos mobilizados em diversos países. O Irã argumenta que, enquanto não promove o terrorismo, tampouco consegue controlar por completo os deslocamentos próximos às suas fronteiras. A intervenção norte-americana no Afeganistão na década de 1980 e seu apoio ao Talibã aumentaram as atividades terroristas e de narcotráfico entre as províncias vizinhas. Desde então, o Irã tem apoiado a Aliança do Norte e seus esforços para retirar o Talibã do poder²⁹⁹.

Entre 1998 e 2001, houve pouca menção do Irã nos jornais norte-americanos. Após o 11 de setembro, porém, ele voltou a ser mencionado quase diariamente, e sempre em conexão com o terrorismo. Os EUA afirmaram que as autoridades iranianas enviam armas e Dólares à guerrilha de Yassir Arafat na Palestina³⁰⁰. O Irã negou as acusações, declarando que financiava apenas o Hezbollah, movimento de resistência que combate a ocupação israelense

²⁹⁶ Nazila Fathi, “On the Sly, Iran Weighs Closer Ties with US.” The New York Times. 09/11/2001. p. A11.

²⁹⁷ Scott Holleran, “Iran Poses Strongest Threat to US.” Buffalo News. 03/03/2002. p. G5.

²⁹⁸ Nazila Fathi, “On the Sly, Iran Weighs Closer Ties with US.” The New York Times. 09/11/2001. p. A11.

²⁹⁹ Michael Siebert, “European Perspectives on the Gulf: Similarities and Differences with the US.” Middle East Policy. v. IX, n. 3. 09/2002. p. 94-97. p. 96.

³⁰⁰ Douglas Frantz e James Risen, “Arafat Allegedly Arranged Secret Alliance with Iran.” The Times Union. 24/03/2002. p. A1.

no Líbano desde 1986³⁰¹. Em 2001, Israel interceptou o navio *Karine-A*, que carregava armamentos iranianos, supostamente destinados à autoridade palestina³⁰². Os EUA acusaram o Irã de doar US\$100 milhões por ano ao Hezbollah³⁰³. O governo xiita explica que suas doações, bem menores, destinam-se a cobrir apenas as necessidades básicas do grupo, como a construção de infraestrutura, e nunca de armas. No início de 2002, Israel interceptou um caminhão carregando cinquenta toneladas de armas iranianas, inclusive armamento antitanque e foguetes de curto alcance, alegadamente também destinados à Palestina. A inteligência norte-americana acusou o Irã de apoiar grupos subversivos para sabotar o processo de paz entre Israel e a OLP³⁰⁴.

A determinação da Constituição iraniana em defender povos muçulmanos oprimidos continua a levantar suspeitas internacionais. Durante o conflito na Chechênia, o governo russo acusou o Irã de enviar armas e mísseis antitanques à resistência através do Daghestão e da Geórgia, assim burlando a vigilância russa³⁰⁵. Os EUA suspeitam da existência de treinamento por iranianos na África do Sul, prestado a recrutas terroristas da Argélia, Egito, Jordânia e Líbano³⁰⁶. Além disso, eles são acusados de treinar terroristas em bases no Sudão para organizar operações no Oriente Médio e na África do Norte. Dentro desse espírito de suspeita generalizada, os EUA avisaram que monitoram a comunidade de 100.000 xiitas habitando as fronteiras entre Argentina, Brasil e Paraguai.

Em 2003, após apenas dois dias de julgamento, uma corte norte-americana responsabilizou o Irã pelo atentado de 1983 em Beirute, que matou duzentos e quarenta e um fuzileiros norte-americanos³⁰⁷. A decisão exigiu que o Estado xiita indenizasse as vítimas e

³⁰¹ Barry Schweid, "Bush Administration Has No Clear Evidence to Link to a Bombing in Argentina." The Associated Press. 22/07/2003.

³⁰² Bahman Baktiari, "The Impact of 9/11 on the Middle East." Middle East Policy. v. IX, n. 4. 12/2002. p. 75-101. p. 80.

³⁰³ Douglas Jehl, "Tehran Says US and Israel Seek to Make Iran a Scapegoat." The New York Times. 25/05/1996. p. A14.

³⁰⁴ Tim Weiner, "US Lists Threats of Terrorism, Mainly from Iran." The New York Times. 12/05/1995. p. A3.

³⁰⁵ William Samii, "Iran and Chechnya: Realpolitik at Work." Middle East Policy. v. VII, n. 1. 03/2001. p. 48-57. p. 54.

³⁰⁶ William Samii, "Iran and Chechnya: Realpolitik at Work." Middle East Policy. v. VII, n. 1. 03/2001. p. 48-57. p. 55.

³⁰⁷ AP Source, "US Court Blames Iran for Beirut Bombing." The New York Times. 31/05/2003. p. A5.

suas famílias³⁰⁸. O caminhão-bomba utilizado nos ataques foi ligado ao Hezbollah e ao governo iraniano.

Ataques contra alvos norte-americanos em países árabes também são freqüentemente atribuídos ao Irã. Em 2003, autoridades iranianas prenderam diversos membros da rede Al-Qaeda, mas recusaram-se a enviar os presos à Arábia Saudita para serem investigados em relação a atentados em Riad³⁰⁹. Em 2001, uma investigação norte-americana dos ataques ao complexo de edifícios Al Khobar Towers, na Arábia Saudita em 1996, indicou quarenta vezes a participação iraniana³¹⁰. Mais de cem pessoas morreram, inclusive dezenove militares norte-americanos. A investigação não revelou provas ou nomes específicos. As acusações eram contra uma entidade abrangente, denominada “o terrorismo iraniano”.

Os EUA acusam o Irã de comprar mísseis Stinger, doados ao Talibã pela CIA a partir de 1986 para combater forças soviéticas e usados no Afeganistão em 1994, para doá-los às bases de Hezbollah no Líbano³¹¹. Em 1989, quando as tropas norte-americanas retiraram-se do Afeganistão, não conseguiram recuperar todos os Stinger. Estima-se que o país ainda possua 200 deles, procurados novamente durante a invasão norte-americana em 2001. A Guarda Revolucionária do Irã é suspeita de haver comprado vários em julho de 1994, mas o relatório dos EUA não conseguiu confirmar se algum desses mísseis ainda funcionava. Os artefatos adquiridos eram defeituosos e foram devolvidos ao Talibã. Devido ao conhecimento norte-americano, a reposição pelo fornecedor nunca ocorreu.

Os EUA anunciaram que os esforços iranianos de combate ao terrorismo têm sido insuficientes, acusando o país de abrigar terroristas em seu território, inclusive nas montanhas do Baluquistão, fronteira com o Paquistão. Os norte-americanos alegam ter provas de que várias redes de terrorismo atuam a partir do Irã, sob os auspícios do clero local. Centenas de

³⁰⁸ “US Blames Iran for Beirut Bombing.” Reuters. 31/05/2003.

³⁰⁹ Steven R. Weisman, “US Still Critical of Iran Despite Al-Qaida Arrests.” The New York Times. 28/05/2003. p. A14.

³¹⁰ Bill Samii, “US Court Hears Testimony on Iranian Role in Khobar Towers Bombing.” RFEL. 08/12/2003.

³¹¹ James Risen, “Report Says Iran Gave Terrorists Arms.” The New York Times. 12/01/2002. p. A7.

membros do grupo Ansar-al Islam, associados ao Al-Qaida, fugiram para o Irã após o bombardeio norte-americano no Iraque³¹².

Um ato terrorista é identificado através da sua conveniência política. A administração Bush declarou que estados que apóiam o terrorismo são, eles mesmos, terroristas. Ao fim da década de 1970, campos de refugiados palestinos foram atacados pela milícia cristã em Sabra e Shatila, no Líbano, com o apoio do Ministro da Guerra israelense, Ariel Sharon, que nunca foi formalmente responsabilizado pelo atentado³¹³. Apesar do conhecimento mundial de sua participação, ele foi eleito Primeiro Ministro de Israel. Em fevereiro de 2004, forças israelenses ocuparam dois bancos jordanianos na Palestina e confiscaram um total de US\$ 9 milhões em depósitos³¹⁴. O governo israelense justificou a medida alegando que esses fundos financiariam ataques terroristas. Todas as contas foram confiscadas: institucionais, pessoais e familiares.

Existem casos nos quais até o governo norte-americano financiou grupos com credenciais suspeitas, como, por exemplo, o Mujaheddin-e Khalq, iraniano e antixiita, anteriormente considerado terrorista pela CIA. O Khalq declarou-se contra o governo clérigo do Irã e refugiou-se no Iraque, sob os auspícios de Saddam Hussein. Após a invasão do Iraque em 2003, as forças norte-americanas assinaram um acordo de cessar-fogo com o grupo, permitindo que mantivessem suas armas e continuassem suas atividades, contanto que não atacassem soldados dos EUA³¹⁵. Nota-se que alguns casos de terrorismo são punidos, enquanto outros são chamados atos de defesa.

5.3 O movimento reformista

³¹² Douglas Jehl e Eric Schmidt, "US Suggests a Qaeda Cell in Iran Directed Saudi Bombings." The New York Times. 21/05/2003. p. A18.

³¹³ Elaine Sciolino, "'You Expect US to Help You?' Iran Gets its Two Cents Worth." The New York Times. 30/09/2001. p. 4.

³¹⁴ James Bennet, "Israelis, in Raid on Arab Banks, Seize Reputed Terrorist Funds." The New York Times. 26/02/2004.

³¹⁵ Douglas Jehl e David E. Sanger, "US Tells Iran not to Interfere with Iraq Efforts." The New York Times. 24/04/2003. p. A1.

A chamada grande vitória reformista no Irã, a eleição do Presidente Mohamed Khatami em 1997, causou novas alterações na tática do governo norte-americano, que baixou de tom para um discurso paternalista, afirmando-se otimista de que o movimento iria resgatar o Estado islâmico de seu passado terrorista. O Presidente Khatami, por sua vez, acusa a comunidade mundial de ser antiislâmica. Ao mesmo tempo, utiliza o apoio internacional que detém pessoalmente, para reduzir o domínio do clero conservador. A eleição de Khatami prometeu aumentar a transparência na luta de poder entre os reformistas, considerados esquerdistas, e a direita conservadora, que domina a política³¹⁶.

O Irã ainda não estabeleceu um consenso no qual possa apoiar-se para formular a sua política externa. Na Conferência da Organização Islâmica em 1997, Khatami e o Líder Supremo Khamene'i declararam duas políticas internacionais distintas. Khamene'i protestou contra os ataques estrangeiros à fé islâmica e o desdém internacional pela ética e a religião, que resultariam na autodestruição do mundo ocidental. Khatami, porém, ofereceu uma promessa de diálogo através da tolerância e de medidas de confiança mútua³¹⁷. Essa luta interna é politicamente conveniente ao governo norte-americano. Se o clero, considerado fanático e irracional, derrotar os reformistas, moderados e mais pacíficos, os EUA poderiam justificar uma intervenção em um Irã dito instável e à beira de um conflito civil.

Khamene'i definiu qualquer diálogo com os EUA como a rendição de seu país ao inimigo. Já Khatami, para diminuir a marginalização do Irã, procura associar o país ao modernismo e à civilização, chamando a democracia a "alma da revolução islâmica"³¹⁸. Em oposição ao clero, os reformistas divulgam o seu seguimento fiel aos padrões políticos ocidentais, prometendo construir um estado racional e liberal, que coopere com a comunidade internacional.

³¹⁶ Daniel Brumberg, "Reinventing Khomeini: The Struggle for Reform in Iran." The University of Chicago Press. Chicago, 2001. p. 2.

³¹⁷ Daniel Brumberg, "Reinventing Khomeini: The Struggle for Reform in Iran." The University of Chicago Press. Chicago, 2001. p. 4.

³¹⁸ Mohamed Khatami, "Islam, Liberty, and Development." Institute of Global Cultural Studies. Binghamton, 1998. p. 56.

A 13 de março de 2001, o Presidente Bush assinou a Ordem Executiva 12957, referindo-se às “ações e políticas do governo do Irã”, que continuariam a “ameaçar a segurança nacional, política externa e economia dos EUA.” Na época, Paul Wolfowitz, Secretário da Defesa, havia insistido que Bush precisava “acabar com estados que apóiam o terrorismo³¹⁹”.

A luta entre o clero e os reformistas dificilmente reforçará a liderança dos EUA na região. As invasões do Afeganistão em 2001 e do Iraque em 2003 mobilizaram tropas norte-americanas em duas fronteiras iranianas, cercando o país. A presença e o histórico de apoio dos EUA a grupos subversivos no Irã preocupa o governo xiita. Khamene'i pediu que cessassem os ataques aéreos sobre o Afeganistão, por estarem causando uma catástrofe. Khatami, a esperança do ocidente, chamou a ocupação de um insulto ao povo afegão, acusando o governo norte-americano de ser ele próprio extremista e de promover noções fundamentalistas, punindo os países que não sucumbirem ao seu poder.

5.4 Afeganistão e Iraque

Surpreendentemente, o Irã cooperou com os EUA durante os ataques ao Iraque, permitindo a utilização, ou pelo menos ignorando o uso, de seu espaço aéreo junto à fronteira iraquiana durante a primeira guerra no Golfo Pérsico. Aviões norte-americanos receberam permissão para decolar de bases aéreas iranianas para entregar ao Afeganistão carregamentos humanitários da ONU durante a invasão do país em 2001³²⁰. O governo iraniano prometeu resgatar pilotos norte-americanos eventualmente caídos dentro de suas fronteiras. Apesar do apoio iraniano, os EUA queixaram-se à imprensa sobre a hostilidade do país. A cooperação durante as guerras contra o Iraque e o Afeganistão foram rapidamente esquecidas e substituídas por acusações de terrorismo e proliferação armamentista.

³¹⁹ Sonya Ross, “Bush Clarifies ‘Terror Doctrine.’” Associated Press Online. 22/04/2002.

³²⁰ Elaine Sciolino e Neil A. Lewis, “Iran Dances a Ballet with US.” The New York Times. 16/01/2001. p. B1.

Em 23 de maio de 2002, o Departamento de Estado voltou a acusar o Irã de ser o maior patrocinador mundial de grupos terroristas³²¹. A reiterada declaração veio após a ocupação norte-americana do Afeganistão e sua campanha para arrecadar apoio internacional à invasão do Iraque. Bush avisou que não desejava esperar mais pelo movimento reformista, alegando que ele se provara incapaz de conter o clero fundamentalista.

Junto às acusações de terrorismo, os EUA também barraram a participação do Irã na reconstrução dos países invadidos. O governo xiita prometeu doar US\$ 547 milhões aos esforços de reconstrução no Afeganistão, mas receberam ordens dos EUA de não se envolverem na política interna afegã³²². Os norte-americanos temiam a capacidade iraniana de inspirar um governo teocrata afegão, enquanto os EUA desejavam implantar um governo secular e favorável ao ocidente, não aos seus vizinhos regionais. A Casa Branca anunciou que esperava moldar também o governo iraquiano de acordo com o modelo turco, e que não queria o envolvimento de “países terroristas, como o Irã e a Síria³²³”. O governo norte-americano garantia, assim, tanto a sua influência local quanto a estigmatização de seus inimigos regionais. Os EUA ameaçaram retaliação contra o Irã caso o país fosse apanhado no processo de reconstrução afegã ou iraquiana, apesar da participação iraniana ser aplaudida pela comunidade européia³²⁴.

O Presidente Khatami culpou o governo dos EUA pelo fortalecimento do clero conservador e pelos obstáculos às reformas nacionais. Alega o líder secular que a política externa iraniana é dominada pela exportação da Revolução e declarações anti-imperialistas, promovidas pelo discurso paranóico da direita e estimuladas pelas constantes ameaças dos EUA. Khatami esperava que a ajuda nacional na reconstrução do Afeganistão melhorasse as relações diplomáticas com os EUA, mas Bush seguiu incluindo o Irã entre os três membros do “eixo do mal.”

³²¹ Bahman Baktiari, “The Impact of 9/11 on the Middle East.” *Middle East Policy*. v. IX, n. 4. 12/2002. p. 75-101. p. 82.

³²² Mahmood Monshipouri, “The Paradoxes of US Policy in the Middle East.” *Middle East Policy*. v. IX, n. 3. 09/2002. p. 65-84. p. 75.

³²³ David E. Sanger, “US Says Russia Helped Iran in Nuclear Efforts, Adding to Concerns about Allies.” *The New York Times*. 16/12/2002. p. A16.

³²⁴ “Berlin Stresses Continued Interest in Iran’s ‘Positive Engagement.’” *IRNA*. 26/02/2004.

O governo iraniano atribuiu qualquer preocupação norte-americana no Iraque às falhas militares e políticas dos próprios EUA. O Irã também exigiu que os EUA se retirassem do Iraque, dizendo-se preocupados com que fossem as próximas vítimas da “patologia” de Bush³²⁵. Enquanto os EUA acusam a República Islâmica de instigar uma revolução xiita no Iraque, o Irã argumenta que os EUA não têm intenções de libertar a população iraquiana. De acordo com o governo xiita, a campanha norte-americana para combater o terrorismo não é séria e mantém diferentes padrões para cada país³²⁶.

Para garantir que grupos iranianos não se envolvessem no Iraque, os EUA bloquearam as estradas entre os dois países³²⁷. Bush advertiu os iranianos de que não se aproveitassem do “vácuo” político existente no território vizinho. Estrategistas norte-americanos suspeitaram que os iranianos não desejavam influenciar na política interna do Iraque. Sua intenção seria apenas sabotar o projeto dos EUA, na esperança de que os norte-americanos se retirassem do país invadido, e que o Estado iraquiano não conseguisse fortalecer-se novamente contra o Irã.

5.5 As derrotas jurídicas

Em novembro de 2003, o Irã fez o seu 16º pedido para ingressar na Organização Mundial de Comércio, a OMC. A UE aprovou a candidatura, afirmando que qualquer nação deveria ser admitida inobstante de considerações políticas, e afirmando que o país já era reconhecido como um membro “exemplar” da ONU³²⁸. Os EUA haviam recém advogado o *status* de observador ao Iraque em janeiro de 2004. Durante os últimos anos, os EUA e Israel barraram os candidatos Síria e Líbia e negaram o *status* de observador à Liga Árabe. Enquanto o Irã procura aumentar a sua credibilidade como um participante e político intermediário, os EUA procuram impedir seu acesso a organizações internacionais.

³²⁵ Neil MacFaquhar, “Iran Disputes US on Actions in Iraq.” The New York Times. 31/05/2003.

³²⁶ “Iran on Wednesday of Double Standards in the War on Terror.” Syria Times. 29/05/2003.

³²⁷ Michael R. Gordon, “US Acts to Limit Influence of Iran in Iraq’s Politics.” The New York Times. 01/05/2003. p. A14.

³²⁸ “Iran Gets Support to Join WTO.” Tehran Times. 14/02/2004.

Em 12 de novembro do mesmo ano, o Presidente Bush renovou a Ordem Executiva 12170, originalmente assinada por Carter. A Ordem visava conter o perigo potencial iraniano, e Bush alegou as relações não-normalizadas entre os dois países para revigorar o alerta³²⁹. Diante da relutância européia em censurar a República Islâmica, os EUA mantiveram suas limitações jurídicas ao país.

Também em novembro de 2003, um diplomata iraniano foi preso na Inglaterra, com o pedido de sua extradição pela Argentina. O diplomata, Embaixador em Londres, havia sido acusado de participar dos atentados contra o Centro da Comunidade Judia em Buenos Aires, em 1994. A Inglaterra decidiu que as provas eram insuficientes para que se concedesse a extradição.

Os ataques contra a sede da Associação Mútua Argentina-Israelense em 1992 e à Embaixada israelense em 1994 foram atribuídos pelos EUA ao grupo Hezbollah, sob orquestração do Irã³³⁰. Um ex-membro da inteligência iraniana afirmou que o Presidente argentino, Carlos Menem, teria aceito um suborno de US\$10 milhões do governo xiita para impedir a efetiva investigação do caso. A Comissão Judia Americana, um forte *lobby* em Washington, anunciou que existiam contas bancárias na Suíça em nome de Menem³³¹. Um banco confirmou o depósito, mas sem poder revelar a data ou o depositante³³². Os investigadores argentinos pediram ao órgão judeu que divulgasse suas provas relacionadas aos atentados, mas o órgão recusou-se a cooperar³³³. O governo argentino garantiu que não era uma cassação política contra o estado xiita, mas mera investigação contra indivíduos infratores³³⁴. Poucas testemunhas foram encontradas, e não apareceram novas provas para ajudar na investigação.

³²⁹ Bill Samii, RFE/RL: Iran Report. v. 6, n. 46. 17/11/2003.

³³⁰ Owen Moritz, "Argentina Ex-Prez in Bribe Flap." The Daily News. 22/07/2002. p. 22.

³³¹ Owen Moritz, "Argentina Blasts Have Link to Iran." The Daily News. 23/07/2002. p. 22.

³³² Barry Schweid, "Bush Administration Has No Clear Evidence to Link to a Bombing in Argentina." The Associated Press. 22/07/2003.

³³³ "Argentina Calls on Israel to Hand Over Evidence Against Iran on Attacks." Agence France Presse. 19/03/2003.

³³⁴ "Unsolved 1994 Jewish Center Bombing 'National Disgrace': Argentine President." Agence France Presse. 19/06/2003.

5.6 Uma crescente coesão árabe diante dos EUA

A Arábia Saudita e o Irã são os maiores produtores de petróleo dentro da OPEC, Organização de Países Exportadores de Petróleo. Ambos procuram legitimar-se como líderes regionais. A Arábia Saudita, regida pela família real, é árabe, enquanto o Irã, persa, tem um governo xiita, facção islâmica predominante entre as populações do Oriente Médio. Ambas as nações estão passando por declínios em suas economias nacionais devido à dependência das exportações de petróleo e à queda dos preços mundiais do mesmo³³⁵. As exportações da OPEC desvalorizaram 37% desde 1980 e as populações crescentes dos dois países agravam a situação fiscal³³⁶. Arábia Saudita e Irã passam por dificuldades políticas, econômicas e sociais.

Essa realidade econômica regional e a política expansionista dos EUA são responsáveis pelo aumento dos receios antiocidentais no Oriente Médio³³⁷. Face às promessas norte-americanas de exportar a democracia para a região, podemos identificar a remoção do governo iraquiano em 2003 como o primeiro passo para a substituição dos demais regimes árabes³³⁸. Essa política intervencionista poderá aumentar o extremismo e o terrorismo. Mais importante, o maior controle dos EUA sobre a região encorajará os regimes árabes na formação de alianças de segurança interna, como contraponto de poder às forças norte-americanas. Países do Golfo com relações diplomáticas anteriormente antagônicas já iniciaram movimentos de maior cooperação militar e política, reduzindo o domínio da presença ou da ideologia dos EUA.

Atualmente, a teoria internacional considera pouco importante, ou provável, a capacidade árabe em construir uma coalizão regional para proteger seus interesses políticos. Esse processo, de qualquer forma, tem sido dificultado pela dependência, ou repressão, que cada país do Golfo encontra diante do poder norte-americano. Mas as promessas das

³³⁵ Gwenn Okruhlik, "Saudi Arabian- Iranian Relations: External Rapprochement and Internal Consolidation". *Middle East Policy*. v. X, n. 2. Verão 2003. p. 113-125. p. 115.

³³⁶ Anthony H. Cordesman, "The One True US Strategic Interest in the Middle East: Energy." *Middle East Policy*. v. VIII, n. 1. 03/2000. p. 117-127. p. 121.

³³⁷ "Iran Isn't Iraq: US Shouldn't Push for Regime Change." *Newsday*. 29/05/2003. p. A30.

³³⁸ Joseph Cirincione, "Shape of the Post-Cold War World." *Proliferation Brief*. v. 6, n. 6. Carnegie Institution of Peace, Washington. 06/03/2003.

sucessivas administrações dos EUA em democratizar e liberalizar a região fornecerá impulso suficiente para que se criem essas alianças. A presença dos EUA poderá aproximar até inimigos, como Arábia Saudita e Irã.

A mais tradicional coalizão militar do Oriente Médio é o Conselho de Cooperação do Golfo, o GCC. Seus membros são Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã. Esses países enfrentam dívidas externas consideráveis, populações crescentes, desemprego maciço, uma extensa força de trabalho estrangeira, dependendo quase exclusivamente do instável mercado petrolífero. As populações são contra a presença norte-americana, que apóia os regimes autocráticos e corruptos do Golfo³³⁹. A população da Arábia Saudita também protestou contra a complacência de seus líderes diante das condições de vida dos palestinos, considerada prova da aderência estatal à agenda política norte-americana³⁴⁰.

Os membros do GCC preocupam-se com a possibilidade da influência da Revolução Islâmica sobre suas populações, acusando o Irã de financiar grupos de resistência xiita na Arábia Saudita, Bahrein, Catar, e Kuwait. Para manterem-se no poder, os regimes toleram o domínio norte-americano sobre suas políticas externas e, às vezes, até em assuntos internos. O Irã acusa acordos do GCC com os EUA de desestabilizar a região, forçando o preparo bélico iraniano como resposta à presença norte-americana. Mesmo assim, aliar-se aos EUA não deixa de ser compensador aos regimes árabes. Após a participação egípcia na primeira Guerra do Golfo, metade da dívida externa do país foi perdoada ou renegociada³⁴¹. O GCC e sua aliança com os EUA oferecem inúmeras vantagens políticas e militares aos regimes autocráticos.

A permanência dos EUA na região depende em parte do apoio dos regimes árabes. A Arábia Saudita hospeda o exército e a força aérea norte-americana, enquanto Bahrein acolheu a marinha e seu comando central no Golfo. Em Catar está localizada a maior área mundial de pré-posicionamento de aviões norte-americanos, e o governo negocia a construção de uma

³³⁹ Rachel Bronson, "Beyond Containment in the Persian Gulf." *Orbis*. Primavera 2001. p. 193-209. p. 195.

³⁴⁰ Rachel Bronson, "More than Targets or Markets: Recasting America's Relationships with its Arab Partners." *Middle East Policy*. v. IX, n. 4. 12/2002. p. 52-60. p. 58.

³⁴¹ Rachel Bronson, "More than Targets or Markets: Recasting America's Relationships with its Arab Partners." *Middle East Policy*. v. IX, n. 4. 12/2002. p. 52-60. p. 57.

pista de pouso, da qual aviões dos EUA poderiam decolar para atacar alvos no Golfo. Os Emirados Árabes Unidos possuem o único porto da região com capacidade para recarregar um porta-aviões. O país permite também a total liberdade de imigração aos soldados norte-americanos³⁴². No Oriente Médio, estão estacionadas 11.000 tropas permanentes dos EUA, com uma circulação total de 15.000 na região.

As forças armadas do GCC, como as norte-americanas, são superiores às iranianas. Enquanto o Irã depende dos F-14 adquiridos na época do Xá, e dos mais recentes MiG-19, MiG-21, MiG-29 russos e Su-24 chineses, o GCC possui aviões novos e mais avançados, como o F-15, F-16, F/A-18, Tornado e o Mirage 2000³⁴³. O Irã perdeu 20% de seus pilotos na Guerra contra o Iraque. Suas forças armadas continuam pouco treinadas e sem conhecimento prático do equipamento recém importado da Rússia ou China.

A situação da marinha é ainda mais precária. A esquadra é restrita a navios de superfície, fabricados em 1972, enquanto a Arábia Saudita possui sete fragatas classe Lafayette, quatro outras da classe Badr corvettes, nove belonaves classe Siddiq e dezenas de navios de abastecimento e caça-minas. Seus mísseis Harpoon e Exocet são mais destrutivos que os C-802 do Irã. A superioridade aérea do GCC restringirá eventuais esforços iranianos em plantar minas aquáticas e atacar navios inimigos. As defesas iranianas podem ser burladas por bombas guiadas a laser, como o Shrike anti-radar, e mísseis de precisão As-30, Exocet, Maverick, e Sea Eagle. É pouco provável que o Irã, ciente da vulnerabilidade de seus pontos estratégicos, como as plataformas de petróleo e usinas nucleares, venha a promover agressões desnecessárias. Os EUA equiparam os seus aliados de forma generosa. Mesmo assim, qualquer acréscimo militar iraniano é publicamente identificado uma ameaça mundial.

Em 1995, o orçamento da defesa iraniana era de US\$ 2.46 bilhões. No mesmo ano, a Arábia Saudita gastou US\$13.3 bilhões em armas, e o GCC um total de US\$30 bilhões³⁴⁴. A manutenção do poderio bélico da República Islâmica tem sido dificultada pelas sanções norte-

³⁴² Rachel Bronson, "Beyond Containment in the Persian Gulf." Orbis. Primavera 2001. p. 193-209. p. 199.

³⁴³ Mark S. Haskins, "Iran and the Arabian Gulf: Threat Assessment and Response." Maxwell Air Force Base. Alabama. 04/1998.

³⁴⁴ Mark S. Haskins, "Iran and the Arabian Gulf: Threat Assessment and Response." Maxwell Air Force Base. Alabama. 04/1998. p. 11.

americanas. Talvez exista um exagero nas preocupações quanto à capacidade iraniana de ataque. Seus planos de inovação militares não prevêm o ataque a alvos regionais, muito menos internacionais. Na verdade, podem ser consideradas respostas defensivas, devido à sua deficiência militar comparativa aos seus vizinhos e aos norte-americanos. A Guerra de 1980 a 1988 não foi esquecida pelo Irã, e sua experiência de guerra total exige o preparo militar, ao mesmo tempo em que desaconselha qualquer aventura bélica desnecessária.

O Irã concentrou suas capacidades na defesa de recursos estratégicos nacionais, equipando o Estreito de Hormuz com mísseis antinavio Sunburn e C802, ambos supersônicos. Esses mísseis foram espalhados em mais três pontos do Golfo, inclusive em Abu Musa, ilha disputada pelos Emirados. As minas iranianas, sua grande defesa, são de tecnologia simples. Elas flutuam junto à corrente, o que as torna facilmente visíveis e desarmáveis. A tática militar iraniana é a própria defesa nacional, e suas forças armadas não representam uma ameaça externa. Mesmo assim, em 2001, Bush anunciou que os EUA iriam construir um sistema de defesa antimíssil para proteger-se de países como o Irã³⁴⁵. Um comportamento apenas suspeito por parte do Irã poderia provocar uma reação dos norte-americanos.

O GCC procura conter a Revolução Islâmica e o seu protesto contra a presença norte-americana na região, já que ambos comprometem a credibilidade de seus regimes autoritários. Por causa do GCC, o potencial da liderança iraniana na região é restringido. Enquanto o país assina acordos unilaterais ou multilaterais com instituições internacionais para poder participar politicamente, não consegue dialogar diretamente com seus vizinhos³⁴⁶. Assim, garante-se a ausência de uma unidade entre os países do Golfo.

Apesar do comportamento excepcional do Irã, inclusive a sua aderência aos mais importantes tratados internacionais, como o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, a Convenção de Armas Biológicas, a Convenção de Armas Químicas, e o registro de todas as suas importações armamentistas dos últimos três anos junto ao Registro de Armas da ONU, o

³⁴⁵ M. Ehsan Ahrari, "Iran, China, and Russia: The Emerging Anti-US Nexus?" *Security Dialogue*. v. 32, n.4. 2001. p. 453-466. p. 456.

³⁴⁶ Anthony H. Cordesman, "US-Arab Strategic Cooperation: A Net Assessment." *Middle East Policy*. v. IX, n. 4. 12/2002. p. 43-51. p. 44.

país continua sendo um dos estados mais suspeitos da região³⁴⁷. Poucos países assinaram a Convenção de Armas Químicas e menos ainda o Registro de Armas. O Irã poderia até ser considerado um líder em acordos internacionais. Talvez a disposição iraniana em aderir aos padrões armamentistas internacionais consiga reprimir, ou ao menos limitar, a disposição bélica dos EUA.

Estrategistas norte-americanos atribuem aos países árabes uma preferência política pelo balanço de poder e, pior ainda, a acomodação. Assim, os membros do GCC não procuram exagerar suas vantagens sobre os vizinhos, para não encorajar uma escalada armamentista local. Esses países tampouco desejam provocar desnecessariamente um conflito maior, possivelmente por não estarem preparados para ele. Enquanto o GCC mantém 8.000 tropas em prontidão, os EUA exigem que haja ao menos 25.000³⁴⁸. Em vez de mobilizar suas próprias forças armadas, a tática do GCC tem sido chamar a ajuda norte-americana nos momentos difíceis.

A tolerância do GCC ao Irã e outros países suspeitos pode ser atribuída à sua desconfiança quanto às promessas políticas dos EUA. O governo norte-americano tem o poder de escolha de aliados, podendo arbitrar quanto às suas próprias decisões e intervenções. A não-admissão do Iraque pós-invasão no GCC e o controle norte-americano sobre os recursos iraquianos pode reduzir a dependência dos EUA do petróleo saudita e, conseqüentemente, diminuir a sua disposição em apoiar os regimes árabes³⁴⁹. A percepção desse fato pelos árabes preocupa os norte-americanos. Frequentemente, decisões repressoras do GCC não são implementadas, devido não somente a uma mínima solidariedade árabe, mas também para reduzir a aparência do domínio dos EUA sobre o Conselho³⁵⁰. Países árabes até exigiram que os EUA retirem as sanções sobre o Irã. O governo norte-americano já considerou impor sua autoridade sobre seus aliados árabes em tempos de pouca cooperação. Em março de 2000, a Comissão de Relações Internacionais do Senado sugeriu aplicar sanções contra a Arábia

³⁴⁷ Eric Arnett, "Iran, Threat Perception, and Military Confidence-Building Measures." SIPRI Study. 30/01/1995.

³⁴⁸ Kenneth Katzman, Richard Murphy, Fraser Cameron e Gary Sick, "The End of Dual Containment: Iraq, Iran, and Smart Sanctions." Middle East Policy. v. VIII, n. 3. 09/2001. p. 71-88. p. 72.

³⁴⁹ Ken Kaztman, discurso, "33rd in the Capitol Hill Series on US Middle East Policy." Washington. 20/06/2003.

³⁵⁰ Rachel Bronson, "Beyond Containment in the Persian Gulf." Orbis. Primavera 2001. p. 193-209. p. 195.

Saudita, Catar, EAU, e Kuwait por aumentarem o preço de petróleo³⁵¹. Essa falta de coesão dificulta uma cooperação maior entre os EUA e os países do GCC, ao mesmo tempo em que abre caminho para a comunicação estratégica entre o Irã e seus vizinhos árabes.

Apesar das diferenças militares e políticas, o Irã conseguiu melhorar as relações econômicas com diversos países árabes. Os Emirados mantiveram o comércio junto à República Islâmica, até mesmo re-exportando produtos norte-americanos ao país³⁵². Apesar dos conflitos tradicionais entre a Arábia Saudita e o Irã, os dois países decidiram normalizar suas relações diplomáticas em 1998, mesmo sob protestos norte-americanos. Primeiro, assinaram acordos bilaterais para o intercâmbio cultural, científico, esportivo, petroquímico e de transporte. Quando o Irã testou seus mísseis Shehab-3, o governo saudita respondeu aos avisos norte-americanos informando que não existia risco algum para o seu país³⁵³. Em 2001, assinaram mais acordos, inclusive da não-intervenção interna ou militar.

As atuais reformas políticas no Irã acalmam e também preocupam a Arábia Saudita. Enquanto o reino deseja a contenção da Revolução, ele ainda teme o possível sucesso da crescente democracia iraniana. Ambos acontecimentos deslegitimam o regime real autocrático. Mesmo assim, para contrabalançar o domínio norte-americano sobre seus assuntos internos, ou o seu eventual abandono político, a Arábia Saudita precisa manter alianças com seus vizinhos.

Essas alianças também encorajam o pan-muçulmanismo, antes reprimido para não preocupar o ocidente. Em 2002, Irã e EAU fizeram uma declaração conjunta, opondo-se aos ataques da imprensa mundial ao islã e aprovando a formação de alianças para a estabilidade regional³⁵⁴. O Irã também tem assinado acordos de segurança com Bahrein, Iêmen, e Omã.

³⁵¹ Rachel Bronson, "Beyond Containment in the Persian Gulf." *Orbis*. Primavera 2001. p. 193-209. p. 205.

³⁵² Kenneth Katzman, Richard Murphy, Fraser Cameron e Gary Sick, "The End of Dual Containment: Iraq, Iran, and Smart Sanctions." *Middle East Policy*. v. VIII, n. 3. 09/2001. p. 71-88. p. 73.

³⁵³ Gwenn Okruhlik, "Saudi Arabian- Iranian Relations: External Rapprochement and Internal Consolidation". *Middle East Policy*. v. X, n. 2. Verão 2003. p. 113-125. p. 119.

³⁵⁴ Gwenn Okruhlik, "Saudi Arabian- Iranian Relations: External Rapprochement and Internal Consolidation". *Middle East Policy*. v. X, n. 2. Verão 2003. p. 113-125. p. 122.

Em 1998, os EUA quiseram formar a Defense Cooperative Initiative, junto com o GCC, o Egito e a Jordânia. Eles perceberam que excluir seus aliados árabes de medidas de segurança acarretava o risco de perder sua lealdade. A proposta garantia acesso dos países árabes à inteligência dos EUA, antes exclusiva a Israel, e o desenvolvimento de um sistema de defesa contra armas de destruição em massa³⁵⁵. A proposta não foi aceita devido a diferenças políticas, mas diversas negociações parecidas continuam. A aliança entre os EUA e os países do Golfo depende da troca de vantagens econômicas e militares para todos os envolvidos.

5.7 A segurança regional coletiva

O Golfo Pérsico contém 60% das reservas mundiais de petróleo e 53% das de gás natural. O desenvolvimento global depende da capacidade da região em dobrar suas exportações nos próximos vinte anos³⁵⁶. Para assegurar o controle sobre esses recursos, os EUA procuram fragmentar qualquer cooperação ou coesão entre os estados árabes. Mas os próprios EUA são prejudicados por essa política. Estima-se que 500.000 empregos norte-americanos novos poderiam ser criados a partir de maiores investimentos comerciais entre os países árabes e os EUA³⁵⁷. Ainda não existe um forte *lobby* pró-árabe na capital norte-americana.

Atualmente, a produção excedente de petróleo diminui, e poucos países estão dispostos a exportar além da quantidade necessária à manutenção dos preços. O petróleo de estados sob sanções, como Irã, Iraque e Líbia, restringe a quantidade presente no mercado internacional e aumenta os preços mundiais. Uma aliança regional maior promoveria o poder de barganha econômico e político dos países produtores diante das grandes potências.

Para garantir o domínio militar e político dos EUA na região, a legitimidade de sua presença é vital. Em qualquer lugar, o domínio estrangeiro é aceito apenas caso exista uma

³⁵⁵ Rachel Bronson, "Beyond Containment in the Persian Gulf." *Orbis*. Primavera 2001. p. 193-209. p. 207.

³⁵⁶ Anthony H. Cordesman, "US-Arab Strategic Cooperation: A Net Assessment." *Middle East Policy*. v. IX, n. 4. 12/2002. p. 43-51. p. 45.

³⁵⁷ Kenneth Katzman, Richard Murphy, Fraser Cameron e Gary Sick, "The End of Dual Containment: Iraq, Iran, and Smart Sanctions." *Middle East Policy*. v. VIII, n. 3. 09/2001. p. 71-88. p. 85.

outra ameaça iminente. Os EUA nomearam o Irã como a ameaça ao Oriente Médio, encorajando medidas políticas que excluem ou marginalizam a República Islâmica dos assuntos regionais. Acreditam que, limitando a participação de seus inimigos, a dependência árabe aos EUA continuará garantindo a sua influência.

5.8 O interesse internacional na Ásia Central

Apesar da campanha ideológica iraniana ser direcionada contra os EUA, a participação de outros países estrangeiros na região também preocupa o governo muçulmano. A Rússia assinou diversos acordos de segurança multilaterais junto a vários países da Ásia Central, contrabalançando o potencial da influência iraniana. Em 1992, a Rússia e alguns estados da região concordaram em construir um programa de segurança coletiva, excluindo o Turcomenistão, que já havia assinado acordo semelhante com os EUA. O governo russo também firmou acordos bilaterais com todos os países membros, caso aquele primeiro tratado fosse descumprido³⁵⁸. A segurança do grupo é liderada pelo Ministério do Interior russo e sua Guarda de Fronteira, grupo militar de patrulha.

Esse acordo não é restrito a ameaças externas, pois também implantou a participação russa em assuntos domésticos. A Guarda de Fronteira já bloqueou a entrada das forças afegãs no Tadjiquistão, evitando que elas se juntassem aos movimentos de resistência. As nações participantes permitiram que tropas não-nacionais servissem em suas forças armadas, aceitando que comandantes russos dominem seus exércitos nacionais, como ocorreu no Turcomenistão. O Usbequistão não permite a presença da Guarda, devido à sua política interna mais nacionalista, mas assinou com os russos um acordo para o patrulhamento de sua fronteira com o Afeganistão em 1998. A guerra civil no Tadjiquistão preocupa os governos usbeque e russo, pois pode incentivar outros movimentos de resistência muçulmana na área.

³⁵⁸ Valeria Piacentini e Riccardo Redaelli, "Central Asia: From Individual to Collective Security." *Iranian Journal of International Relations*. Primavera 2002.

5.9 Os recursos naturais do Mar Cáspio

O Oriente Médio representa um quarto das importações diárias norte-americanas, de 10.6 milhões de barris de petróleo. A produção interna dos EUA situa-se entre 5.8 e 6.2 milhões de barris por dia. Em 1997, o Golfo produziu 30% do petróleo consumido mundialmente e chegará a exportar 70% do total em 2020³⁵⁹.

Sob pretextos de que a área é instável e precisa de segurança, os EUA recentemente instalaram-se na Ásia Central, região que concentra enormes recursos de energia natural e ainda espera desenvolvimento. Durante a década de 1990, diversos países assinaram inúmeros acordos de venda, investimento, desenvolvimento e exploração dos recursos naturais do Mar Cáspio. A Ásia Central é conectada ao Oriente Médio através do Irã, principal país no diálogo da energia regional. Os mais importantes projetos de produção e exportação na área envolvem o território iraniano.

O Irã procura iniciar sua liderança econômica na região através de acordos de exportação de gás natural, de que é o segundo maior produtor mundial e procura assegurar o controle de mercado. Sua localização estratégica garante-lhe uma função de exportador e intermediário importante. Projetos potenciais incluem a venda de gás natural para a Armênia, Turquia, Geórgia e partes da Europa. Os EUA, cientes da vantagem iraniana, têm pressionado companhias mundiais para não desenvolver projetos através do território do Irã³⁶⁰.

Anteriormente à queda da URSS, apenas dois países tinham acesso ao Mar Cáspio: URSS e Irã. Em 1921, Rússia e Irã assinaram o Treaty of Friendship, estabelecendo que o Mar pertencia a eles dois. Finalmente, o Protocolo de *Seafaring*, de 1941, declarou que o Mar era propriedade soviética e iraniana. Entre 1921 e 1940, seguiu-se a regra de “uso comum” do Mar Cáspio entre a URSS e o Irã. Mas o acordo extra-oficial de 1960 não permitia acesso do Irã ao Mar, mesmo tendo ele a sua costa em território iraniano. Havia uma demarcação

³⁵⁹ Anthony H. Cordesman, “The One True US Strategic Interest in the Middle East: Energy.” Middle East Policy. v. VIII, n. 1. 03/2000. p. 117-127. p. 117.

³⁶⁰ Narsi Ghorban, “Iran’s Potential Role in the Development and the Utilization of Oil and Gas in the Caspian Sea.” The Iranian Journal of International Affairs. v. 2, n. 2. Verão 2000.

arbitrária entre o porto Husseinquli, no nordeste do Irã, até o noroeste, em Astara³⁶¹. Dentro desse limite, o Irã era proibido de manter navios ou de explorar petróleo ou gás natural. Seu acesso ao Mar fora bloqueado por uma demarcação extralegal.

Após a separação dos estados da Ásia Central do bloco soviético, o Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão tornaram-se titulares do território compartilhado. Nas negociações atuais, o Irã procura fazer uma ponte territorial entre os recursos naturais do Mar até os países da Ásia Central, inclusive o Afeganistão, Usbequistão e Tadjiquistão. Durante a conferência de Alma Ata em 1991, a Rússia reiterou que as demarcações nos acordos de 1921-1940 permaneciam válidas³⁶². Mas ainda não existem demarcações legais atualizadas do Mar e os novos países de fronteira, dificultando a permissão de companhias estrangeiras tornarem-se proprietárias dos recursos regionais. A Corte Internacional de Justiça reconheceu os acordos de 1921 e 1940 como lei costumeira, através de Artigo 12 da Convenção de Viena de 1978³⁶³. Uma declaração do Departamento de Estado norte-americano protestou contra a medida, insistindo que uma política de “uso comum” do Mar era implausível, e exigiu um acordo de demarcação entre os países regionais.

A maior interação comercial e dependência econômica entre tais países permitirá uma melhor estabilidade e previsibilidade política. Esses projetos promovem a cooperação dos diversos governos, junto com organizações internacionais e o setor privado. Mesmo assim, empresas norte-americanas assinaram acordos com esses países, e seu governo declarou ter interesses “legítimos” na área, além do direito de proteger os investimentos dos seus nacionais³⁶⁴. A base militar norte-americana foi transferida de Enderlik, na Turquia, para Abshuran, no Azerbaijão. Os EUA implantaram novos centros de sua presença militar e política, agora na Ásia Central, preocupando a Rússia, China e países do Golfo Pérsico.

³⁶¹ Pirouz Mojtahed-Zadeh, “The Caspian Sea Legal Regime: A Geographic Perspective of an Obstacle in the Way of Regional Cooperation.” *The Iranian Journal of International Affairs*. v. 2, n. 2. Verão 2000.

³⁶² M. Ehsan Ahrari, “Iran, China, and Russia: The Emerging Anti-US Nexus?” *Security Dialogue*. v. 32, n.4. 2001. p. 453-466. p. 457.

³⁶³ Djamchid Montaz e Saeid Mirzaee Yengejeh, “The Legal Regime of the Caspian Sea: The Iranian Perspective.” *The Iranian Journal of International Affairs*. v. 2, n. 2. Verão 2000.

³⁶⁴ Pirouz Mojtahed-Zadeh, “The Caspian Sea Legal Regime: A Geographic Perspective of an Obstacle in the Way of Regional Cooperation.” *The Iranian Journal of International Affairs*, v. 2, n. 2. Verão 2000.

Como alternativa à participação iraniana, os EUA têm investido em outras rotas de exportação. Todos os caminhos propostos são montanhosos, em áreas de intenso conflito armado e disputas entre movimentos de resistência e governos locais. Os projetos iranianos já foram aprovados pela China, Índia e o Japão.

O Departamento de Estado norte-americano procurou identificar a Ásia ocidental como parte do “Oriente Médio Maior”, unindo geograficamente o Golfo Pérsico e a Ásia Central³⁶⁵. O governo iraniano acusa os norte-americanos de assim incluírem países externos nas políticas regionais do Cáucaso, como Israel e Turquia. Ambos países já haviam assinado acordos de interesse na área, dizendo-se membros regionais, apesar da incongruência geográfica. Os EUA, com apoio turco, têm organizado exercícios militares com os exércitos nacionais de todos os países da Ásia Central, com exceção do Irã. O Azerbaijão, aliado norte-americano, fez seu primeiro pedido de admissão à OTAN em 1999.

5. 10 A democracia iraniana

Apesar do aumento gradual da participação do Irã no mundo, os EUA continuam a ameaçar a sua credibilidade. O Secretário de Estado Colin Powell declarou que o clero xiita deveria estar preocupado com a nomeação da juíza iraniana Shirin Ebadi para o Prêmio Nobel da Paz³⁶⁶. O governo norte-americano procura fazer-se simpático à população iraniana, indispondo-a com o governo teocrático. A Casa Branca exigiu que o clero garantisse a democracia para sua população; caso contrário, correria o risco de perder a legitimidade interna e externa.

Entre 2000 e 2003, leis estritas e altamente vagas sobre material impresso foram impostas por cortes conservadoras no Irã. Nesse período, quase cem jornais foram fechados e dezenas de jornalistas presos³⁶⁷. O governo impõe como as notícias devem ser apresentadas e limita o acesso interno à internet e televisão via satélite. Khamene'i advertiu contra a

³⁶⁵ Pirouz-Mojtahed Zadeh, “Territorial Disputes and Security of West Ásia: Is the New Heartland Stretching from the Persian Gulf to the Caspian Sea?” *The Iranian Journal for International Affairs*. v. II, n. 2. Verão 2000.

³⁶⁶ Bill Samii, RFE/RL: Iran Report. v. 6, n. 46. 17/11/2003.

³⁶⁷ Bill Samii, “The Iranian Media in 2003.” *Iran Report*. v. 6, n. 50. 29/12/2003.

infiltração por inimigos da Revolução na mídia nacional. Fora do Irã, há alegações do controle estatal sobre todas as publicações, distorcendo ou impedindo reportagens confiáveis.

Em outubro de 2002, o Instituto Nacional de Estudos de Pesquisa e Opiniões publicou relatório segundo o qual $\frac{3}{4}$ da população iraniana aceitam um diálogo com os EUA e que metade dos entrevistados considera justo o tratamento recebido dos EUA. O diretor da instituição e o coordenador da pesquisa foram presos sob acusações de espionagem e colaboração com embaixadas estrangeiras. Khatami protestou contra as prisões, dizendo que os projetos foram previamente aprovados pelos Ministérios de Inteligência e de Relações Internacionais.

Os EUA propuseram a secularização do Irã para normalizar o país³⁶⁸, mantendo que as acusações islâmicas contra o imperialismo ocidental são uma fabricação da natureza “má” do Islã³⁶⁹. O Presidente iraniano protestou contra as declarações norte-americanas, alegando que as reformas têm de vir de dentro do país e nunca impostas por forças externas³⁷⁰.

O Irã, devido às dificuldades internas, arrisca sucumbir às pressões norte-americanas. Porém, a presença dos EUA na região também sofre de uma visível erosão política. Seu domínio sobre os assuntos internos dos aliados diminuiu. As medidas de repressão contra o Irã são freqüentemente frustradas pela desobediência européia e asiática. A própria indústria norte-americana expressa-se frustrada com as limitações impostas por Washington. Em fevereiro de 2004, o Ministério de Petróleo retirou as barreiras legais contra o investimento no setor petrolífero por norte-americanos³⁷¹. Todas as restrições nacionais contra companhias dos EUA foram canceladas, e diversas empresas norte-americanas expressaram interesse nos dezesseis blocos de petróleo recém descobertos.

O Conselho Atlântico de Washington, um órgão composto por sessenta políticos, autores e intelectuais, estudou as relações entre os EUA e o Irã, pesquisando estratégias

³⁶⁸ David Smock, “Islam and Democracy.” United States Institute of Peace, Special Report n. 93. Washington. 09/2002.

³⁶⁹ Michael C. Hudson, “Imperial Headaches: Managing Unruly Regions in an Age of Globalization.” Middle East Policy. v. IX, n. 4. 12/2002. p. 61-74. p. 71.

³⁷⁰ M. Javad Zarif, “A Neighbor’s View of the New Iraq.” The New York Times. 10/05/2003.

³⁷¹ “US Firms Can Bid for Iran Oil Tenders.” Tehran Times. 24/02/2004.

geográficas, econômicas e de energia. O grupo divulgou sua análise da política externa norte-americana, informando ao governo dos EUA que o interesse nacional requeria o fim do isolamento iraniano³⁷². Desde 1979, o Irã é alvo de embargos, sanções, operações sigilosas, ataques ideológicos e censura em órgãos internacionais, sem o retorno à diplomacia normalizada entre os dois países. O Conselho argumenta que o Irã é central aos interesses nacionais e, já que a repressão não conseguiu alterar seu comportamento político, os EUA deveriam experimentar remover as sanções e o tratamento hostil para encorajar uma mudança na conduta iraniana³⁷³. A Rússia, procurando uma influência maior na Ásia Central e no Oriente Médio, assinou contratos econômicos, militares e científicos com o governo xiita. Em 1994 e 1996, China e Índia foram os primeiros países não-islâmicos a retomar relações diplomáticas normalizadas com Teerã.

As recomendações do Conselho Atlântico foram ignoradas, assim garantindo a extensão de mais cinco anos à ILSA, que em princípio caducaria em 2001, e estendendo as sanções sobre o Irã até 2006³⁷⁴. Como advogou o Conselho, a hostilidade ao Irã limita a habilidade norte-americana de negociar na região. Por outro lado, se o Irã vier a aumentar sua liderança regional, os EUA arriscam diminuir o seu controle sobre a política do Golfo Pérsico.

O país iraniano encontra-se com a economia em recessão, o desemprego entre 15-20% e uma população predominantemente jovem. Teóricos argumentam que essa população jovem não participou da Revolução de 1979, e ressent-se da falta de oportunidades sob um governo controlador e limitado³⁷⁵. Estrategistas norte-americanos esperam que a reforma interna promova medidas seculares e gradualmente remova o clero do poder.

³⁷² Kenneth Katzman, Richard Murphy, Fraser Cameron e Gary Sick, "The End of Dual Containment: Iraq, Iran, and Smart Sanctions." *Middle East Policy*. v. VIII, n. 3. 09/2001. p. 71-88. p. 74.

³⁷³ James A. Bill, "The Politics of Hegemony: The United States and Iran." *Middle East Policy*. v. VIII, n. 3. 09/2001. p. 89-100. p. 91.

³⁷⁴ James A. Bill, "The Politics of Hegemony: The United States and Iran." *Middle East Policy*. v. VIII, n. 3. 09/2001. p. 89-100. p. 96.

³⁷⁵ Shawn A. Howard, "World Eras, Revolution, and War: Modern to Post-Modern." *Orbis*. v. 46. n. 4. Outono 2002. p. 623-239. p. 631.

Através da persistência e da maior exposição, o Irã poderá alcançar o *status* de um poder regional, com a aprovação da Europa, Rússia e China³⁷⁶. A construção de alianças e o retorno às relações diplomáticas com seus vizinhos legitimarão a participação iraniana no processo político mundial.

³⁷⁶ “Berlin Stresses Continued Interest in Iran’s ‘Positive Engagement.’” IRNA. 26/02/2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das relações internacionais, pretensamente neutro, identifica as disputas políticas entre diferentes estados como um “clash of civilizations”, um embate de civilizações³⁷⁷. Muitos teóricos e estrategistas ocidentais adotaram essa máxima como sendo verdadeira, fundamentando o conceito de que estados interagem a partir de suas bases culturais e ideológicas, e não políticas. O autor da máxima, Samuel Huntington, adverte que o maior perigo à política global seria o confronto inevitável entre as civilizações contrastantes, indicando que o próximo grande conflito resultará das diferenças entre a cultura liberal do ocidente, e a islâmica, inerentemente bélica e agressiva. De acordo com sua teoria, uma ordem internacional, estabelecida e imposta, seria a única forma de proteger o mundo desse conflito. Permanece, assim, no estudo das relações internacionais, alguma aproximação entre o realismo político e formas mais idealistas de análise.

Observando o Islã político através dos conflitos registrados em 1993 e 1994, Ted Robert Gurr afirmou que o interior e as fronteiras das nações muçulmanas estão “ensangüentados”³⁷⁸, devido ao seu repetido envolvimento em conflitos. O teórico atribuiu tal violência às sociedades muçulmanas, altamente propensas à militarização. Ele explica que os gastos nas forças armadas de países cristãos são menores comparados aos estados islâmicos. A partir dessas suposições, o autor James Paine afirma que “claramente, há uma conexão entre o Islã e o militarismo.” Apesar dos saldos científicos e sociais que muitos estados alcançaram, ainda existe, de acordo com Huntington, a continuação de conflitos bárbaros entre culturas. Uma civilização, apercebendo-se da sua inferioridade, ressentir-se-á dos demais países, promovendo-os à condição de alvos.

Essa teoria, implicitamente, supõe que culturas, e não estados, possuem interesses próprios e são predispostas a agir de forma agressiva e desestabilizadora para impor-se. Assim, elas controlariam o monopólio da violência, contrariando todos os princípios racionais do estado ocidental iluminado. A suposta violência islâmica é atribuída a uma incapacidade

³⁷⁷ apud Mahmood Monshipouri, “The Paradoxes of US Policy in the Middle East.” *Middle East Policy*. v. IX, n. 3. 09/2002. p. 65-84. p. 66.

³⁷⁸ apud Samuel P. Huntington, “The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order.” *Touchstone*. New York, 1997. p. 258.

inerente de compartilhar territórios ou recursos com outras culturas, transformando o Islã em propagador da intolerância institucionalizada. Os chamados conflitos étnicos seriam resultados dessa intolerância. Essa violência dominaria seus governos instáveis, sempre prestes a provocar a própria queda. Teóricos como Huntington prevêm que tais estados irão implodir, antes, porém, causando danos irreversíveis ao mundo ocidental, assim justificando que estados racionais intervenham e os removam.

Em 1945, a Carta da ONU reconheceu o direito inabalável da soberania nacional, concedendo o uso da força apenas ao Conselho de Segurança, e exclusivamente para proteger estados sob a mira de agressões externas. Atualmente, baseados em princípios ideológicos semelhantes aos de Huntington, diversos países estão exigindo a modificação dessa limitação. Eles afirmam que ainda existe uma instabilidade mundial, atribuível a estados ou grupos de interesses, que ameaça o sistema de paz e segurança. Países estáveis deveriam ser obrigados e estar dispostos a intervir em estados suspeitos de desobedecer a normas comportamentais. A ordem internacional exige que infratores sejam removidos e substituídos através de instituições globais, encarregadas de definir os procedimentos de governos como estáveis e racionais.

Os estados muçulmanos são os atuais alvos preferenciais do domínio. Essa situação não é recente, havendo inúmeras vítimas do aparelho de violência estatal, incluindo Cuba, Vietnã e Honduras. Os ataques ideológicos, econômicos, políticos e sociais a tais grupos impedem a sua capacidade de atuar em uma realidade competitiva, sendo atrofiados e destruídos em prol de uma agenda estatal. A suposta inconveniência de suas existências, porém, concede ao dominador a realização de seu próprio movimento histórico. Para ser uma potência assustadora, necessita-se de um rival mais fraco. Todo sistema político promove seus interesses através do desequilíbrio de poder.

Os custos associados a esse poder, porém, podem prejudicar também o agressor. O domínio é uma comodidade fugaz. Sua expansão incontrolável encaminha a sua fragilidade, corroendo seu controle sobre a política mundial e encorajando a desobediência pelos demais países. Os EUA conseguiram impedir que a Corte Internacional de Justiça, a maior autoridade

em direitos humanos, pudesse processar militares norte-americanos por crimes cometidos em território estrangeiro. Essa vantagem, porém, não foi estendida aos seus aliados. Países signatários do Tratado de Roma de 2000, ratificando a Corte, serão responsabilizados por seus atos em combate, mesmo atuando em aliança como os EUA. Em 2004, a Inglaterra sentiu a força divisória por seu apoio à invasão do Iraque, criticado pela população inglesa. Seus políticos sofreram uma queda de credibilidade por imporem uma guerra sabidamente ilegal. Ao contrário de seus aliados norte-americanos, a Inglaterra ratificou o Tratado de Roma, estando assim sujeita à autoridade da Corte. Se a ocupação norte-americana do Iraque for juridicamente declarada ilegal, os militares e políticos ingleses serão julgados por crimes contra a humanidade, enquanto seus pares norte-americanos, não. A política de expansão dos EUA, já em processo de declínio, rapidamente perderá as bases de apoio caso um número expressivo de países refutarem seus objetivos e metas.

Atualmente, a institucionalização representa a sofisticação dos métodos de domínio. Qualquer perda de legitimidade inibe a aderência mundial à ideologia e peso político das instituições internacionais. Estas, porém, não devem ser descartadas da política mundial.

O sistema de controle sobre o uso da força estatal é importante, sim, mas apenas quando representativo de um esforço mundial verdadeiramente coletivo e estabilizador. As mais importantes instituições, hoje, mesmo que em princípio válidas e necessárias, revelam suas deficiências por apoiarem o domínio dos países mais fortes e belicosos.

As instituições necessitam ser reconstruídas a partir de um verdadeiro consenso multilateral, que conheça e identifique as agendas políticas de seus estados-membros. O reconhecimento do verdadeiro processo político, através do realismo e do equilíbrio de poder, impede a idealização do sistema internacional, assim inibindo a intervenção em nome de ideologias. Todo ato estatal seria interpretado a partir do conhecimento da agenda política que lhe dá origem, responsabilizando, assim, o país agressor, e não o agredido, pela quebra das normas de comportamento. A dinâmica mundial, e a gradual alteração do poder entre os diferentes blocos, será sempre suspeita de usurpações políticas. O reconhecimento dos

interesses estatais limitará a capacidade de poucos estados fortes em policiar a política mundial em nome de suas agendas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

AFTER 13 Years Of Hide And Seek, A Bitter Chapter Of US History Ends. **The New York Times**. 19/01/1994. p. A8.

AP Source. US Court Blames Iran for Beirut Bombing. **The New York Times**. 31/05/2003. p. A5.

ARGENTINA Calls on Israel to Hand Over Evidence Against Iran on Attacks. **Agence France Presse**. 19/03/2003.

ASLAM, Abid. Study Links US Reconstruction Deals in Iraq, Afghanistan to Bush Backers. **Agence France Presse**. 30/10/2003.

ASSEMBLÉIA Geral da ONU. A/RES/2625. 24/10/1970.
<http://www.un.org/documents/ga/res/25/ares25.htm>

_____. A/RES/49/60. 09/12/1994.
<http://www.un.org/documents/ga/res/49/a49r060.htm>

ASSOCIATED PRESS. Reagan Speculates that Iran May Have Duped US in Arms Deal. **The New York Times**. 19/10/1988. p. B16.

_____. Schultz Says US Plans no Attack on Syria or Iran. **The New York Times**. 25/04/1986. p. A7.

BENNET, James. Israelis, in Raid on Arab Banks, Seize Reputed Terrorist Funds. **The New York Times**. 26/02/2004.

BERLIN Stresses Continued Interest in Iran's 'Positive Engagement.' **IRNA**. 26/02/2004.
<http://www.irna.ir>

BOUCHER, Richard. Declaração por Departamento do Estado, **Daily Press Briefing**. White House. 08/08/2001.

BROAD, William J. Addressing the Unthinkable, US Revives Study of Fallout. **The New York Times**. 19/03/2004.

_____.; Sanger, David E. UN Inspectors Report Evidence that Iran Itself Made Fuel that Could Be Used for A-Bombs. **The New York Times**. 27/02/2004.

BURT, Richard. **The New York Times**. 23/11/1978. p. 1.

BUSH, George W. **Discurso ao National Defense University**, Washington, DC. 11/02/2004.

BUSH, At Auschwitz, Says 'Evil' Must be Resisted. **Reuters**. 31/05/2003.

BUSH'S Hypocrisy on Real and Present Terror. **Tehran Times**. 14/02/2004.
<http://www.tehrantimes.com/default.asp>

CAMPAIGN Money and Contracts. **Hartford Courant**. 02/11/2003. p. C2.

CHAPMAN, Liz. National Business Group's Maine Conference Seeks to Lure Investors into Post-War Iraq's New Economy. **Bangor Daily News**. 01/11/2003. p. 1.

COHEN, Roger. France Scoffs at US Protest over Iran Deal. **The New York Times**. 30/09/1997. p. A1.

COMPREHENSIVE Test Ban Treaty. Artigo XIV/2003/5. 11/09/2003.
http://www.ctbto.org/reference/article_xix/2003/afe2003_report_conference.pdf.

CONSELHO DE SEGURANÇA da ONU. S/RES/1269. 19/10/1999.
<http://ods-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/303/92/PDF/N9930392.pdf?OpenElement>

_____. S/RES/1368. 12/09/2001.
<http://ods-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/533/82/PDF/N0153382.pdf?OpenElement>

_____. S/RES/678. 29/11/1990.
<http://ods-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/575/28/IMG/NR057528.pdf?OpenElement>

_____. S/RES/1373. 28/09/2001.
<http://ods-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/557/43/PDF/N0155743.pdf?OpenElement>

_____. S/RES/1378. 14/11/2001.
<http://ods-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/638/57/PDF/N0163857.pdf?OpenElement>

_____. S/RES/2372. 1968.
<http://www.un.org/documents/ga/res/23/ares23.htm>

_____. S/RES/479. 28/09/1980.

[http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?Open&DS=S/RES/479%20\(1980\)&Lang=E&Area=RESOLUTION](http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?Open&DS=S/RES/479%20(1980)&Lang=E&Area=RESOLUTION)

COWELL, Alan. Political Savvy Tempers European Furor Over US Bill Aimed at Libya and Iran. **The New York Times**. 07/08/1996. p. A6.

CROSSETTE, Barbara. Ghanaian Chosen To Head The UN, Ending Standoff. **The New York Times**. 14/12/1999. p. 1.

DARAGAH, Borzou. Foreign Cellphone Bidders Still in Running in Iran. **The New York Times**. 11/02/2004.

ENGELBERG, Stephen. Iran Broke CIA Spy Ring, US Says. **The New York Times**. 08/08/1989. p. A6.

_____. The Iran-Contra Report: US Aides Say Panama Proposed Sabotage in Nicaragua. **The New York Times**. 19/11/1987. p. A1.

_____. MacFarlane Admits US Intelligence on Iran Was Poor. **The New York Times**. 27/01/1987. p. 1.

_____. Turkey-Iran Gas Deal: A Test of US Law on Terror? **The New York Times**. 13/08/1996. p. A7.

EXECUTIVE Order 12938. Office of the Presidente, White House. 11/1994.

EXECUTIVE Order 13094. Office of the Presidente, White House. 07/1998.

EXECUTIVE Order 12938. Office of the Presidente, White House. 07/1998.

FATHI, Nazila. Iran Softens Tone Against the United States. **The New York Times**. 21/09/2001. p. B2.

_____. Nobel Laureate in Iran Joins Boycott of Elections. **The New York Times**. 18/02/2004.

_____. On the Sly, Iran Weighs Closer Ties with US. **The New York Times**. 09/11/2001. p. A11.

_____. President Khatami Warns Clerics Ruling Iran Against Extremism. **The New York Times**. 12/02/2004.

FRAM, Alan. Senate Votes Overwhelmingly to Bar U.S. Participation in New International Criminal Court. **The Associated Press**. 07/12/2001.

FRANTZ, Douglas.; Risen, James. Arafat Allegedly Arranged Secret Alliance with Iran. **The Times Union**. 24/03/2002. p. A1.

FREEMAN, Chas W. **33rd in the Capitol Hill Series on US Middle East Policy**. Washington. 20/06/2003.

FRIEDMAN, Thomas L. US Beirut Embassy Bombed: 33 Reported Killed, 80 Wounded. Pro-Iran Sect Admits Action. **The New York Times**. 19/04/1983. p. A1.

_____. Wider Split Between US and Europe over Iran. **International Herald Tribune**. 18/11/2003.

GETTLEMAN, Jeffrey. For Iraqis in Harm's Way, \$5,000 and 'I'm Sorry.' **The New York Times**. 17/03/2004.

GRAY, Jerry. Foreigners Investing in Libya or Iran Face US Sanctions. **The New York Times**. 24/07/1996. p. A1.

GWERTZMAN, Bernard. Dealing with Iran Said to Undercut US Credibility. **The New York Times**. 09/11/1986. p. 1.

_____. US Cautions Iran on the Americans Seized in Lebanon. **The New York Times**. 02/04/1985. p. A1.

HALLORAN, Richard. The Downing of Flight 655: US Downs Iran Airliner Mistaken for F-14; 290 Reported Dead: A Tragedy, Reagan Says; Action is Defended. **The New York Times**. 04/07/1988. p. 1.

HOGGE, Warren. Ex-U.N. Inspector Has Harsh Words for Bush. **The New York Times**. 16/03/2004.

HOLLERAN, Scott. Iran Poses Strongest Threat to US. **Buffalo News**. 03/03/2002. p. G5.

GORDON, Michael R. US Acts to Limit Influence of Iran in Iraq's Politics. **The New York Times**. 01/05/2003. p. A14.

IBRAHIM, Youssef M. Iran Calls US Action a 'Barbaric Massacre.' **The New York Times**. 04/07/1988. p. 1.

_____. Trade Boycott of Iran by US Appears Unlikely to Succeed. **The New York Times**. 05/05/1995. p. D5.

INTERNATIONAL Law Scholar: Helms Amendment on International Court Shows 'Utter Contempt' for Safety of U.S. Soldiers. **Ascribe Newswire**. 13/12/2001.

IRAN Gets Support to Join WTO. **Tehran Times**. 14/02/2004.

IRAN Isn't Iraq: US Shouldn't Push for Regime Change. **Newsday**. 29/05/2003. p. A30.

IRAN on Wednesday of Double Standards in the War on Terror. **Syria Times**. 29/05/2003.

IRAN'S NIOC Inks \$2B Pars LNG Deal with Total, Petronas. **Tehran Times**. 26/02/2004.

JAMES, Barry. U.S. and Albanians sign accord on court; Powell thanks Tirana for aid on Iraq. **The International Herald Tribune**. 05/04/2003. p. 4.

JEHL, Douglas. CIA Says Election in Iran Dealt Blow to Reform. **The New York Times**. 26/02/2004.

_____. US Seeks to Isolate Iran; Describe Leaders as Dangerous. **The New York Times**. 27/05/1993. p. A1.

_____.; Sanger, David E. US Tells Iran not to Interfere with Iraq Efforts. **The New York Times**. 24/04/2003. p. A1.

_____.; Schmidt, Eric. US Suggests a Qaeda Cell in Iran Directed Saudi Bombings. **The New York Times**. 21/05/2003. p. A18.

_____. Tehran Says US and Israel Seek to Make Iran a Scapegoat. **The New York Times**. 25/05/1996. p. A14.

KATZMAN, Ken. 33rd in the Capitol Hill Series on US Middle East Policy. Washington. 20/06/2003.

KENNEDY, Al. Our Gift to Iraq. **The Guardian**. 10/07/2004.

KIFNER, John. Fleet in the Gulf: Outcome of Furor Over Iran, or a Move to Draw the US into War. **The New York Times**. 04/06/1987. p. A8.

KRANE, Jim. The Business of War: Installing Hired Help Behind Front Lines Mutually Beneficial for Private Sector, U.S. Military. **The Halifax Daily News**. 30/10/2003. p. 16.

LARDNER Jr., George; Pichirallo, Joe. US Judge Rebukes Defense in Iran-Contra Case. **The Washington Post**. 26/04/1988. p. A14.

LEDERER, Edith M. Security Council Battle Between U.S. and Court Supporters Is Over , but Not the War. **The Associated Press**. 13/07/2003.

LEWIS, Neil A.; Schmitt, Eric. Cuba Detentions May Last Years. **The New York Times**. 13/02/2004.

LEWIS, Paul. Boutros-Ghali's Book Says Albright and Clinton Betrayed Him. **The New York Times**. 24/09/1999. p. A6.

LOZANO, Laurent. Iran Recalls Envoy to Argentina After Arrest Warrants. **Agence France Presse**. 19/03/2003.

LYNCH, Colum. U.S. Presses U.N. to Extend War Crimes Court Exemption. **The Washington Post**. 07/06/2003. p. A16.

MACFAQUHAR, Neil. Iran Disputes US on Actions in Iraq. **The New York Times**. 31/05/2003.

_____. Iranians Go to the Polls with Little Doubt of the Outcome. **The New York Times**. 21/02/2004.

_____. Millions in Iran Rally Against US. **Buffalo News**. 12/02/2002. p. G5.

_____.; Fathi, Nazila. Turnout is Disputed in Iran as Conservatives Lead Vote. **The New York Times**. 22/02/2004.

MASHBERG, Tom. War in Iraq: Experts: Invasion is Critical Test of 'Bush Doctrine.' **The Boston Herald**. 30/03/2003. p. 12.

MOLOTSKY, Irvin. US Ends its Opposition to Iran Gas Pipeline. **The New York Times**. 27/07/2000. p. 1, 3.

MORITZ, Owen. Argentina Ex-Prez in Bribe Flap. **The Daily News**. 22/07/2002. p. 22.

THE NEW YORK TIMES. 12/09/1978. p. 97.

THE NEW YORK TIMES. 15/01/1979. p. 1.

P2 Centrifuge in Research Stage, No Need to Report: Rowhani. **Tehran Times**. 26/02/2004.

PACT of Mutual Cooperation Between the Kingdom of Iraq, the Republic of Turkey, the United Kingdom, the Dominion of Pakistan, and the Kingdom of Iran (Baghdad Pact), 24/02/1955. American Foreign Policy 1950-1955. Department of State. Publicação 6446. 1957. <http://www.yale.edu/lawweb/avalon/mideast/baghdad.htm>.

REUTERS. Iran Is Angered by Reports US Harms Prisoners. **The New York Times**. 04/08/1980. p. A1.

REUTERS. Iran, Angry at US, Is Delaying Debate on Hostage Issue. 05/08/1980. p. A1.

RISEN, James. C.I.A. Tried, With Little Success, to Use U.S. Press in Coup. **The New York Times**. 16/04/2000.

_____. How a Plot Convulsed Iran in '53 (and in '79).” **The New York Times**. 18/06/2000.

_____. Report Says Iran Gave Terrorists Arms. **The New York Times**. 12/01/2002. p. A7.

ROSENBERG, Eric. Anti-US Violence Finds Source in '79 Iran. **The New York Times**. 13/01/2000. p. A8.

ROSS, Sonya. Bush Clarifies 'Terror Doctrine.' **Associated Press Online**. 22/04/2002.

ROBINSON, Linda. America's Secret Armies. **U.S. News & World Report**. v. 133, n. 17. 04/11/2002. p. 38-43.

SAMII, Bill. Iran and Chechnya: Realpolitik at Work. **Middle East Policy**. v. VII, n. 1. 03/2001. p. 48-57. <http://www.rferl.org/iran-report>.

_____. RFE/RL: **Iran Report**. v. 6, n. 46. 17/11/2003.

_____. Iran's President Threatens Halt in Cooperation with UN. **RFL/RL**. 11/03/2004.

_____. Tehran Accepts Additional Protocol as IAEA Submits Report. **RFL/RL**. 11/03/2004.

_____. US Court Hears Testimony on Iranian Role in Khobar Towers Bombing. **RFL/RL**. 08/12/2003.

SANGER, David E. US Said to Seek Iran's Nuclear Details by June. **The New York Times**. 18/03/2004.

_____. Japan Tells US it Will Not Join Embargo on Iran. **The New York Times**. 10/06/1995. p. 1.

_____. US Ending a Few of the Sanctions Imposed on Iran. **The New York Times**. 18/03/2000. p. A1.

_____. US Says Russia Helped Iran in Nuclear Efforts, Adding to Concerns about Allies. **The New York Times**. 16/12/2002. p. A16.

_____.; Board, William J. Pakistani's Nuclear Earnings. **The New York Times**. 16/03/2004.

SCHWEID, Barry. Bush Administration Has No Clear Evidence to Link to a Bombing in Argentina. **The Associated Press**. 22/07/2003.

SCIOLINO, Elaine. Calling Iran 'Outlaw State', Christopher Defends US Trade Ban. **The New York Times**. 02/05/1995. p. A6.

_____. China Is Still Arming Iran, US Says. **The New York Times**. 28/10/1987. p. A3.

_____. Criticized over Iran, US Struggles to Alter Gulf Policy. **The New York Times**. 20/04/1997. p. 1, 10.

_____. Eccentric Nationalist Begets Strange History. **The New York Times**. 16/04/2000.

- _____. Iran Will not Rely on US or Soviets, Khomeini Declares. **The New York Times**. 05/10/1988. p. A1.
- _____. In World Flux, a Constant: US and Iran Still Foes. **The New York Times**. 29/12/1996. p. 1, 3.
- _____. The Last US Hostage: From Iran to US, a Hint of Good Will. **The New York Times**. 05/12/1993. p. A1.
- _____. US Asserts Iran Rebuffed Offers of Direct Talks. **The New York Times**. 02/11/1987. p. A1.
- _____. 'You Expect US to Help You?' Iran Gets its Two Cents Worth. **The New York Times**. 30/09/2001. p. 4, 7.
- _____.; Lewis, Neil A. Iran Dances a Ballet with US. **The New York Times**. 16/01/2001. p. B1.
- SHANKER, Tom. New Top General Tells Legislators U.S. Will Probably Need a Larger Army. **The New York Times**. 30/07/2003.
- SHENON, Philip. Swiss Bank Records in Iran-Contra Case Are Related to US. **The New York Times**. 04/11/1987. p. A1.
- _____. US Judge Orders Separate Trials For 4 on Iran-Contra Conspiracy. **The New York Times**. 09/07/1988. p. A1.
- SMITH, Craig S. Iran Freezes Nuclear Inspections After It Is Censured by the UN. **The New York Times**. 14/03/2004.
- _____. US Softens its Rebuke on Iran Nuclear Issue, Appeasing Allies. **The New York Times**. 10/03/2004.
- STRAUSS, Valerie. Iran Says US Action Deliberate, Threatens Unspecified Retaliation; Chants of 'Death to America' Broadcast on Radio. **The New York Times**. 04/07/1988. p. A1.
- TEATHER, David. Oil Firm Linked to Cheney Gets Iraq Boost. **The Guardian**. 30/10/2003. p. 20.
- THE TEHRAN Conference**, 28/11-01/12/1943. A Decade of American Foreign Policy: Basic Documents, 1941-1949. Department of State. 1950.
<http://www.yale.edu/lawweb/avalon/wwii/tehran.htm>.
- TRAINOR, Bernard E. Errors by a Tense US Crew Lead to Downing of Iran Jet. **The New York Times**. 03/08/1988. p. A1.

_____. US-Iran Gulf Battle: Powerful Lesson in How Naval Warfare Has Changed. **The New York Times**. 24/04/1988. p. 1.

UNILATERAL Commitments will Entail Suspension of Cooperation. **Tehran Times**. 26/02/2004.

UNSOLVED 1994 Jewish Center Bombing 'National Disgrace': Argentine President. **Agence France Presse**. 19/06/2003.

US Blames Iran for Beirut Bombing. **Reuters**. 31/05/2003.

US Code, Title 22: **Foreign Relations and Intercourse, Chapter 39, Arms Export Control, Section 2778: Control of Arms Exports and Imports.**

US Congressional Research Service, RL 31083: Conventional Arms Transfer to Developing Nations, 1993-2000. US Government Printing Office, Washington, 16/08/2001.

US Firms Can Bid for Iran Oil Tenders. **Tehran Times**. 24/02/2004.

US Says Iran Played Role in Israel Bombings. **The Buffalo News**. 06/03/1996. p. 5A.
Washington Post. 22/11/1978. p. A14.

WATSON, Russell. US Abandons Balancing Act to Keep Iran, Iraq in Check. **The Buffalo News**. 11/07/1993. p. 6.

WEINER, Tim. US Lists Threats of Terrorism, Mainly from Iran. **The New York Times**. 12/05/1995. p. A3.

WEINRAUB, Bernard. US Asking Arabs to Press Iran to End War. **The New York Times**. 23/05/1982. p. 1.

WEISMAN, Steven R. US and Allies in New Effort to Get Along. **The New York Times**. 11/02/2004.

_____.; MacFauhar, Neil. US Plans for Mideast Reform Draws Ire of Arab Leaders. **The New York Times**. 27/02/2004.

_____.; Sanger, David E. North Korea May Get Aid if it Pledges Nuclear Curb. **The New York Times**. 25/02/2004.

WEST Bank Barrier Amounts to Annexation: South Africa Tells World Court. **Tehran Times**. 24/02/2004.

WILBER, Donald N. **Overthrow of Premier Mossadeq of Iran: November 1952- August 1953.** Clandestine History Service. 03/1969. p. iii.

ZARIF, M. Javad. A Neighbor's View of the New Iraq. **The New York Times**. 10/05/2003.

Fontes Secundárias

ADLER, David Gray. The Law: the Clinton Theory of the War Power. **Presidential Studies Quarterly**. v. 30, n.1. 03/2000. p. 155-68. p. 159.

_____. Virtue of the War Clause. **Presidential Studies Quarterly**. v. 30 n. 4. 12/2000. p. 777-782. p. 781.

AFTER the Attack: the War on Terrorism. **Monthly Review**. v. 53, n. 6. 11/2001. p. 1-9.

ALBRIGHT, David. An Iranian Bomb? **The Bulletin of American Scientists**. v. 51. 07-08/1995. p. 20-26.

AFARY, Janet. Shi'i Narratives of Karbalâ and Christian Rites of Penance: Michel Foucault and the Culture of the Iranian Revolution, 1978-1979. **Radical History Review**. v. 35. 2003. p. 7-35.

AHRARI, M. Ehsan. Iran, China, and Russia: The Emerging Anti-US Nexus? **Security Dialogue**. v. 32, n.4. 2001. p. 453-466.

AMUZEGAR, Jahangir. Iran's Post-Revolution Plan: The Second-Try. **Middle East Policy**. v. VIII, n. 1. 03/2001. p. 25-42.

AREND, Anthony Clark. International Law and the Preemptive Use of Military Force. **The Washington Quarterly**. v. 26, n. 2. 2003. p. 89-103. p. 90.

ARNETT, Eric. Iran, Threat Perception and Military Confidence-Building Measures. **SIPRI Study**. 30/01/1995.

_____. Reassurance vs. Deterrence: Iranian Confidence-Building Measures. **Disarmament Diplomacy**. n. 27. 06/1998.

_____. Self-Reliance or Self-Inflicted Wound? **Business Standard**. 10/1995.

BACEVICH, Andrew J. **American Empire: The Realities and Consequences of US Diplomacy**. Harvard University Press, Cambridge, 2002.

BAHGAT, Gawdat. US-Iran Relations: Sanctions and the Caspian Sea. **Security Dialogue**. v. 32, n. 2. 2001. p. 231-243.

- BAKTIARI, Bahman. The Impact of 9/11 on the Middle East. **Middle East Policy**. v. IX, n. 4. 12/2002. p. 75-101.
- BAUER, Sibylle. Arms Exports Post 9/11- and the Flood Gates Open? **European Security Review**. n. 11. 03/2002. p. 6-9.
- BAUER, Sibylle. Can European Defense Industrial Cooperation be Made Accountable? **European Security Review**. n. 7. 07/2001. p. 2-3.
- BILL, James A. The Politics of Hegemony: The United States and Iran. **Middle East Policy**. v. VIII, n. 3. 09/2001. p. 89-100. p. 92.
- BLANK, Stephen. "Russia as a Rogue Proliferator." **Orbis**. Inverno de 2000. p. 91-107.
- BLEIER, Ronald. Invading Iraq: the Road to Perpetual War. **Middle East Policy**. v. IX, n. 4. 12/2002. p. 35-42.
- BONHAM, Matthew G.; Sergeev, Victor M.; Parshin, Pavel B. "The Limited Test-Ban Agreement: Emergence of New Knowledge Structures in International Negotiation." **International Studies Quarterly**. n. 41. 1997. p. 215-240.
- BRONSON, Rachel. Beyond Containment in the Persian Gulf. **Orbis**. Primavera 2001. p. 193-209.
- _____. More than Targets or Markets: Recasting America's Relationships with its Arab Partners. **Middle East Policy**. v. IX, n. 4. 12/2002. p. 52-60.
- BROOKS, Stephen G.; Wihlforth, William C. American Primacy in Perspective. **Foreign Affairs**. v. 81, n. 4. 06-08/2002. p. 20-26. p. 23.
- BRUMBERG, Daniel. **Reinventing Khomeini: The Struggle for Reform in Iran**. The University of Chicago Press, Chicago. 2001.
- _____. The Trap of Liberalized Autocracy. **Journal of Democracy**. v. 13, n. 4. p. 56-68.
- BUREAU of Democracy, Human Rights, and Labor. **Iran: Country Reports on Human Rights Practices 2002**. 31/03/2003.
- BURKE, Fleur A. How Little is Enough? US End-Use Monitoring and Oversight of the Weapons Trade. **Center for Defense Information**. Washington, 2001. p. 113.
- BUSH, George W. **National Strategy to Combat Weapons of Mass Destruction**. White House, Washington. 12/2002. p. 6.
- CEDERMAN, Lars-Cedek. Modeling the Democratic Peace as a Kantian Selection Process. **Journal of Conflict Resolution**. v. 45, n. 4. 08/2001. p. 470-502.

- CHESTERMAN, Simon. Legality Versus Legitimacy: Humanitarian Intervention, the Security Council, and the Rule of Law. **Security Dialogue**. v. 33, n. 3. 2002. p. 293-307.
- CIRINCIONE, Joseph. Shape of the Post-Cold War World. **Proliferation Brief**. v. 6, n. 6. 06/03/2003. Carnegie Institution of Peace, Washington.
- Coles, Roberta L. Manifest Destiny Adapted for 1990s War Discourse: Mission and Destiny Intertwined. **Sociology of Religion**. v. 63, n. 4. Inverno de 2002. p. 403-426.
- CONSTITUIÇÃO da República Islâmica do Irã**. Adotada 24/10/1979.
- CORDESMAN, Anthony H. The One True US Strategic Interest in the Middle East: Energy. **Middle East Policy**. v. VIII, n. 1. 03/2000. p. 117-127.
- DEHSHIRI, Mohammed-Reza. The Cycle of Idealism and Realism in the Foreign Policy of the Islamic Republic of Iran. **The Iranian Journal of International Affairs**. v. II, n. 2. Verão de 2000. http://www.dre-mfa.gov.ir/eng/journal_01_05.html.
- DESCH, Michael C. Democracy and Victory Regime Types Hardly Matter. **International Security**. v. 27, n. 2. p. 2-47.
- DOMBROWSKI, Peter J.; Gholz, Eugene e Ross; Andrew L. Selling Military Transformation: The Defense Industry and Innovation. **Orbis**. Verão de 2002. p. 523-536. p. 526.
- EASING of US-Iran Sanctions. **The American Journal of International Law**. v. 94, n. 4. 10/2000. p. 699-700.
- ELUSIVE Partnership: US and European Policies in the Near East and Gulf. **Middle East Policy**, v. IX, n. 4. 12/2002. p. 166-171.
- KAMPANI, Gaurav. "In Praise of Indifference toward India's Bomb." **Orbis**. Primavera de 2001. p. 241- 257.
- KELLE, Alexander. Business as Usual in Implementing the CWC? Not Quite Yet! **Disarmament Diplomacy**. n. 32. 11/1998.
- GARKINKLE, Adam. Humanitarian Intervention: Strategy and Preventive Diplomacy. **Orbis**. Outono de 2001. p. 503-517.
- GASIOROWSKI, Mark. What's New on the 1953 Iran Coup in the New York Times Article and the Documents Posted on the Web. 19/04/2000. <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB28/index.html>
- GERGES, Fawaz A. Israel's Retreat from South Lebanon: Internal and External Implications. **Middle East Policy**. v. XIII. n. 1. 03/2001. p. 106-116.

- GHORBAN, Narsi. Iran's Potential Role in the Development and the Utilization of Oil and Gas in the Caspian Sea. **The Iranian Journal of International Affairs**. v. 2, n. 2. Verão 2000.
- GOW, James. A Revolution in International Affairs? **Security Dialogue**. v. 31, n. 3. 2000. p. 293-306.
- HASKINS, Mark S. **Iran and the Arabian Gulf: Threat Assessment and Response**. Maxwell Air Force Base, Alabama. 04/1998.
- HEADLEY, John M. The Universalizing Principle and Process: On the West's Intrinsic Commitment to a Global Context. **Journal of World History**. v. 13.2. 2002. p. 291-321.
- HEISS, Mary Ann. Stolen Oil? The International Boycott of Iranian Petroleum and the Government of Mahammad Mossadeq. **The Iranian Journal of International Affairs**. v. II, n. 2. Verão de 2000.
- HEISBOURG, Francois. The Center for Strategic and International Studies Massachusetts Institute of Technology, Is Preemption Necessary? **The Washington Quarterly**. Primavera de 2003. v. 26, n. 2.
- HOWARD, Shawn A. World Eras, Revolution, and War: Modern to Post-Modern. **Orbis**. v. 46. n. 4. Outono de 2002. p. 623-239.
- HUDSON, Michael C. Imperial Headches: Managing Unruly Regions in na Age of Globalization. **Middle East Policy**, v. IX, n. 4. 12/2002. p. 61-74.
- HUFBAEUR, Gary Clyde.; Oegg, Barbara. Beyond the Nation-State: Privatization of Economic Sanctions. **Middle East Policy**. v. X, n. 2. Verão de 2003. p. 126-134.
- HUNTINGTON, Samuel. Political Development and Political Decay. **World Politics**. v. 17, n. 3. p. 386-430.
- IKENBERRY, G. John. Why Export Democracy?: The 'Hidden Grand Strategy' of American Foreign Policy. **The Wilson Quarterly**. v. 23, n. 2. Primavera de 1999.
- IRAN-US Claims Tribunal Decision on Shah's Assets. **The American Journal of International Law**. v. 94, n. 4. 10/2000. p. 703-705.
- Jervis, Robert L. The Confrontation Between Iraq and the US: Implications for the Theory and the Use of Deterrence. **European Journal of International Relations**. v. 9, n. 2. 2003. p. 317-337.
- KAMRAVA, Mehran. Iranian Shiism Under Debate. **Middle East Policy**. v. X, n. 2. Verão 2003. p. 102-112.

- HASKINS, Mark S. **Iran and the Arabian Gulf: Threat Assessment and Response**. Maxwell Air Force Base, Alabama. 04/1998.
- KATOUIZIAN, Homa. Problems of Political Development in Iran: Democracy, Dictatorship, or Arbitrary Government? **British Journal of Middle Eastern Studies**. v. 22(1/2), 1995. p. 5-20.
- KATZMAN, Kenneth. et al. The End of Dual Containment: Iraq, Iran, and Smart Sanctions. **Middle East Policy**. v. VIII, n. 3. 09/2001. p. 71-88.
- KENNEDY, Paul. **The Rise and Fall of the Great Powers**. Vintage Book, New York. 1989. p. 332.
- KEOHANE, Robert O. Institutionalization in the United Nations General Assembly. **International Organization**. v. 23, n. 4. Outono 1969. p. 859-896.
- KHATAMI, Mohamed. **Islam, Liberty, and Development**. Institute of Global Cultural Studies. Binghamton, 1998. p. 56.
- KHOMEINI, Ruhollah. **Islam and Revolution: Writings and Declarations of Imam Khomeini**. v. 1. Mizan Press, Washington. 1981.
- KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Simon & Schuster, Nova Iorque, 1994.
- KORB, Lawrence. Rumsfeld's Folly: the Radical Bush Doctrine for America's Military Was Cooked up Long Before 9-11. **The American Prospect**. 11/2002.
- KRASNER, Stephen D. A Statist Interpretation of American Oil Policy Towards the Mid-East. **Political Science Quarterly**. v. 94, n. 1. Primavera de 1979. p. 77-96.
- KURZMAN, Charles. The Qum Protests and the Coming of the Iranian Revolution, 1975 and 1978. **Social Science History**. v. 27, n. 3. Outono 2003. p. 287-225.
- LAFEBER, Walter. The Tension between Democracy and Capitalism During the American Century. **Diplomatic History**. v. 23, n. 2. Primavera de 1999. p. 263-284.
- LADJEVARDI, Habib. The Origins of U.S. Support for an Autocratic Iran. **International Journal of Middle East Studies**. v. 15, no. 2. 05/1983. p. 225-239.
- LAKE, David A. Beyond Anarchy: The Importance of Security Institutions. **International Security**. v. 26, n. 1. p. 129-160.
- LEWIS, Roger. Mossadeq, Oil, and the Dilemmas of British Imperialism. **The Iranian Journal International of Affairs**. v. II, n. 2. Verão de 2000. http://www.dre-mfa.gov.ir/eng/journal_04_05.html.

- LIBICKI, Martin C. A Ten-Year Rule for Defense Planning. **Orbis**. Verão de 2001. p. 387-399.
- DELISLE, Jacques. Humanitarian Intervention: Legality, Morality, and the Good Samaritan. **Orbis**. Outono 2001. p. 535-556.
- MARTINEZ, Michael J. The Carter Administration and the Evolution of American Nuclear Proliferation Policy, 1977-1981. **Journal of Political History**. v. 14, n. 3. 2002. p. 261-292.
- MCKAY, John P.; Hill, Bennett D.; Buckler, John. **A History of Western Society**. Houghton Mifflin Company, Boston. 1999.
- MEAD, Walter Russell. The American Foreign Policy Legacy. **Foreign Affairs**. v. 81. n. 1. 01-02/2002. p. 163-176.
- MEILINGER, Phillip S. Force Divider: How Military Technology Makes the United States Even More Unilateral. **Foreign Policy**. n. 128, 01-02/2002. p. 76-7.
- MENDEHLSON, Jack; Graham, John. **Arms Control Chronology**. Center for Defense Information, Washington. Inverno 2002.
- _____. The US Nuclear Posture Review: Plus ça Change, Plus c'est la Même Chose. **Disarmament Diplomacy**. N. 64. 05-06/2002.
- MERVIN, David. Demise of the War Clause. **Presidential Studies Quarterly**. v. 30, n. 4. 12/2000. p. 770-6.
- MILLS, Pamela. Preventing Chemical Warfare and Terrorism: the CWC and the Middle East. **Disarmament Diplomacy**. n. 73. 10-11/2003.
- MOMTAZ, Djamchid.; Yengejeh, Saeid Mirzaee. The Legal Regime of the Caspian Sea: The Iranian Perspective. **The Iranian Journal of International Affairs**. v. 2, n. 2. Verão de 2000.
- MONSHIPOURI, Mahmood. The Paradoxes of US Policy in the Middle East. **Middle East Policy**. v. IX, n. 3. 09/2002. p. 65-84.
- MORGENTHAU, Hans J. **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace**. McGraw-Hill. Boston, 1993.
- MUNSON, Henry. Islam, Nationalism, and Resentment of Foreign Domination. **Middle East Policy**. v. X, n. 2. Verão 2003. p. 40-53.
- NATIONAL Security Strategy**. White House, Washington. 2002.
www.whitehouse.gov/ncs/nss.html.

- O'NEAL, John R.; Russett, Bruce. The Kantian Peace: The Pacific Benefits of Democracy, Interdependence and International Institutions, 1885-1992. **World Politics**. v. 15, n. 1. 1999. p. 1-37.
- OKRUHLIK, Gwenn. Saudi Arabian-Iranian Relations: External Rapprochement and Internal Consolidation. **Middle East Policy**. v. X, n. 2. Verão 2003. p. 113-125.
- OPPEL, Jr., Richard A. Pentagon Opens Criminal Inquiry of Halliburton Pricing. **The New York Times**, 24/02/2004.
- OZGA, Deborah A. The Reluctant Giant of Arms Control. **Security Dialogue**. v. 34 (1), p. 87-102.
- PERI, Yoram. "The Israeli Military and Israel's Palestinian Policy: From Oslo to the Al Aqsa Intifada." United States Institute of Peace. **Peaceworks**. n. 47. 11/2002.
- PHILLIPS, Peter. Untold Stories of US/NATO's War and Media Complacency. **Social Policy**. v. 30, n. 1. Outono 1999. p. 47-49.
- PIACENTINI, Valeria.; Redaelli, Riccardo. Central Asia: From Individual to Collective Security. **Iranian Journal of International Affairs**. Primavera de 2002.
- PRINS, Brandon C.; Marshall, Bryan W. Congressional Support of the President: A Comparison of Foreign, Defense, and Domestic Policy Decision Making During and After the Cold War. **Presidential Studies Quarterly**. v. 31, n. 4. 12/2001. p. 660-678.
- RAMAZANI, R. K. Iran's Revolution: Patterns, Problems, and Prospects. **International Affairs**. v. 56, n. 3. Verão 1980. p. 443-457.
- _____. The Role of Iran in the New Millenium: A View from the Outside. **Middle East Policy**. v. VIII, n. 1. 03/2001. p. 43-47.
- RUMSFELD, Donald M. Secretário da Defesa, **Nuclear Posture Review Report**. Congress, 08/01/2002. <http://www.globalsecurity.org/wmd/library/policy/dod/npr.htm>.
- RUSSELL, Richard L. Swords and Shields: Ballistic Missiles and Defenses in the Middle East and South Asian. **Orbis**. Verão 2002. p. 483-498.
- SAEIDI, A. A. Dislocation of the State and the Emergence of Factional Politics in Post-Revolutionary Iran. **Political Geography**. v. 21. 2002. p. 525-546.
- SAPOLSKY, Harvey M.; Gholz, Eugene. Eliminating Excess Defense Production. **Issues in Science and Technology**. v. 13. Inverno 1996-1997. p. 65-70.
- SAUNDERS, Phillip C.; Lieggi, Stephanie C. **What's Behind US Non-Proliferation Sanctions Against Norinco?** Carnegie Endowment for Peace, 05/2003.

- SCHONBERG, Karl K. Paradigm Regained: The New Consensus in Foreign Policy. **Security Dialogue**. v. 32, n. 4. 2001. p. 439-452.
- SCHWARTZ, Thomas; Skinner, Kiron K. The Myth of the Democratic Peace. **Orbis**. Inverno 2002. p. 159-172.
- SIEBERT, Michael. European Perspectives on the Gulf: Similarities and Differences with the US. **Middle East Policy**. v. IX, n. 3. 09/2002. p. 94-97.
- SMOCK, David. **Islam and Democracy**. United States Institute of Peace. Special Report n. 93. 09/2002. Washington.
- _____. **Islamic Perspectives on Peace and Violence**. United States Institute of Peace, Special Report. Washington. 24/01/2002.
- SOKOLSKI, Henri. Mission Impossible. **Bulletin of the Atomic Scientist**. Education Foundation for Nuclear Science. Chicago, 03-04/2001. p. 66.
- SOROUSH, Abdolkarim. **Reason, Freedom, and Democracy in Islam**. Oxford University Press, New York. 2000.
- STAR, Joel E. Can US and India be Steadfast Friends? **Orbis**. 2001. p. 111-121. 112.
- SUGANAMI, Hidemi. Explaining War: Some Critical Observations. **International Relations**. v. 16, n. 3. 2002. p. 307-326.
- TAKEYH, Ray. Faith-Based Initiatives: Can Islam Bring Democracy to the Middle East? **Foreign Policy**. n. 127. 11-12/2001. p. 68-70.
- _____; Gvosdev, Nikolas K. Democratic Impulses versus Imperial Interests: America's New Mid-East Conundrum. **Orbis**. Verão de 2003. p. 415-431.
- TIMMERMAN, Kenneth R. Loral Exams. **The American Spectator**. v. 31. n. 7. 28-31/07/1998.
- ULFSTEIN, Geir. Terrorism and the Use of Force. **Security Dialogue**, v. 34, n.2, 2003. p. 153-167.
- WHEELER, Winslow T. Week of Shame: Congress Wilts as the President Demands an Unclogged Road to War. **Center for Defense Information**, Washington. 01/2003.
- VINER, Jacob. Power Versus Plenty as Objectives of Foreign Policy in the Seventeenth and Eighteenth Centuries. **World Politics**. v. 1, n. 1. 10/1948. p. 1-29.
- WALLERSTEIN, Immanuel. The Eagle Has Crash Landed. **Foreign Policy**. 07-08/2002. p. 60-68.

- WALTZ, Kenneth M. The Emerging Structure of International Politics. **International Security**. v. 18, n. 2. Outono de 1993. p. 44-79.
- WEISBURD, A. Mark. **Use of Force: The Practise of States Since World War II**. Penn State Press, University Park. 1997. p. 1.
- WEISMAN, Steven R. US Still Critical of Iran Despite Al-Qaida Arrests. **The New York Times**. 28/05/2003. p. A14.
- YAPHE, Judith. "Reinventing Iraq: The Regional Impact of US Military Action." **Middle East Policy**. v. IX, n. 4. 12/2002. p. 25-34.
- ZADEH, Pirouz-Mojtahed. Territorial Disputes and Security of West Asia: Is the New Heartland Stretching from the Persian Gulf to the Caspian Sea? **The Iranian Journal for International Affairs**. v. II, n. 2. Verão de 2000.